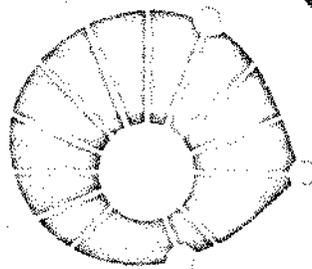


UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS



UNICAMP

Jose Antonio Buffon

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

Este exemplar
corresponde ao ori-
ginal da tese defendida
pelo aluno José Antônio Buffon
em 28/02/92 e orientada pelo
Prof. Dr. Wilson Cano.

O CAFÉ E A URBANIZAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO:

ASPECTOS ECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS DE UMA AGRICULTURA FAMILIAR

Mil
Wilson Cano

CAMPINAS, FEVEREIRO DE 1992

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

JOSÉ ANTONIO BUFFON

O CAFÉ E A URBANIZAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO
ASPECTOS ECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS DE UMA AGRICULTURA FAMILIAR

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, sob a orientação do Prof. Dr. Wilson Cano.†

CAMPINAS, FEVEREIRO DE 1992

RESUMO

Nesta dissertação procurou-se expor um tipo de urbanização fraca e dispersa, que vigorou no Estado do Espírito Santo até meados da década de sessenta: fraca porque a maioria da população residia e produzia no campo, onde se realizava a quase totalidade da produção material que dava sustentação à tímida vida urbana; dispersa, porque, a despeito de a Capital concentrar parte significativa e crescente da população urbana, ao longo de praticamente um século os núcleos urbanos nasceram e se fizeram presentes por quase todo o Estado, seguindo e dando suporte à expansão cafeeira. Ou seja, um tipo de urbanização produzido por um padrão de desenvolvimento da cafeicultura que, por estar organizado à base da pequena produção familiar quase auto-suficiente, não logrou organizar-se sob a forma de um complexo econômico, em decorrência do que foi restringido o avanço da divisão social do trabalho e não se desenvolveram, conseqüentemente, os mercados de trabalho e de produtos. Um tipo de urbanização que teve iniciada a sua desestruturação por conta dos limites (sobretudo limitação de terras apropriadas) que a cafeicultura em bases familiares passou a enfrentar no segundo pós-guerra, limites potencializados pela presença das atividades portuárias da Companhia Vale do Rio Doce, pelo desenvolvimento urbano e industrial nos

Estados do centro-sul e pela complementaridade inter-regional que aprofundava-se então na economia brasileira. Foi exatamente este padrão específico de cafeeicultura e atividade econômica responsável pela formação e desenvolvimento de quase todos os núcleos urbanos existentes no Estado do Espírito Santo em 1960.

AGRADECIMENTOS

"A elaboração de uma tese não deve representar um projeto de vida": eis aí uma frase com a qual concorda-se plenamente! Por outro lado, dissertações de mestrado não devem ser reduzidas à condição de "trabalho de final de curso" — um apressado documento destinado a cumprir apenas certos requisitos formais. A nosso ver, a dissertação de mestrado representa, para o seu autor, o primeiro trabalho de conteúdo científico; um trabalho que exija e permita uma síntese, um balanço, do aprendizado e das experiências anteriores, a partir do qual deverá ser iniciado outro caminho, marcado pela elaboração de muitos outros trabalhos, sejam eles realizados no âmbito acadêmico ou não. Ou seja, a dissertação de mestrado deve ser o produto de uma experiência, de um percurso, ao final do qual, naturalmente, haverão sempre dívidas e gratidões.

Sem medo de incorrer em injustiças, pois injustiça maior seria deixar de nomear, ressalta-se a importância intelectual e moral de certas pessoas sobre a nossa forma de pensar e agir. À época da graduação: Pedro Mansur, Haroldo Rocha, Penha Cossetti, Angela Morandi, Carlos Teixeira e Bastiaan Reydon. Na pós-graduação não seria possível deixar mencionar as influências de Wilson Cano, Mário Possas e Paulo Davidoff, além das inestimáveis amizades de Hildo Meirelles e Carlyle Villarinho.

É preciso ressaltar, entretanto, que uma dissertação não se faz apenas com idéias. Não fossem o apoio institucional recebido do PICD/CAPES, UFES/CCJE e BANDES, além do apoio pessoal de Pedro Mansur, Bastiaan Reydon e Francisco Fernando Buffon, esta nota de agradecimento, seguramente, não estaria sendo escrita (à este apoio pessoal sou grato).

Agradeço especialmente à firme e equilibrada orientação de Wilson Cano, à muito valiosa e reveladora entrevista que me foi concedida por Ormando Moraes e ao profissional e competente trabalho das bibliotecárias Conceição (Instituto Jones dos Santos Neves) e Marta (Biblioteca Central/UFES). Ressalto também a qualidade dos serviços datilográficos de Osória e Margarete.

Agradeço ao carinho, ao apoio e à fraterna solidariedade dos meus amigos do Departamento de Economia da UFES.

Por fim, deixo claro que toda esta herança intelectual, estes apoios institucionais e pessoais não levariam a lugar algum, não fosse a presença de um ingrediente especial: a emoção e a alegria que resultam do convívio com Maria da Penha, Mariana e Johannes (este que chegou por acaso, fixou residência e que pode ficar até quando bem entender).

A *Reciéri Buffon* e

Laura Bof Buffon, meus pais

— para mim, exemplos de vida
fontes de motivação, motivo de
orgulho.

"Era vantagem para o Estado, não havia dúvida a sua pequena lavoura, rústica mais que a outra, porque não tinha dependências, e bastava-se a si própria. As crises (...) poderiam matar-lhe os estímulos, cecear-lhe a vida de sacrifícios e penas, mas enquanto o trabalho garantisse o pão quotidiano, ela poderia renunciar, por longo tempo, as outras ambições, e não desamparava o campo regado pelo seu suor".

Affonso de E. Taunay

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	x
LISTA DE DIAGRAMAS	xvi
LISTA DE MAPAS	xvii
APRESENTAÇÃO	1
I - CAFÉ E URBANIZAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO: PRIMEIRA APROXIMAÇÃO	9
1.1 - OBSERVAÇÕES PRELIMINARES	9
1.2 - CAFÉ E URBANIZAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO E SÃO PAULO: ASPECTOS GERAIS	15
1.3 - O QUADRO URBANO EM 1960: SÍNTESE DE UM SÉCULO DE DESENVOLVIMENTO	28
1.3.1 - Os setores produtivos, o terciário e a urbanização: breve nota metodológica..	30
1.3.2 - O quadro urbano em 1960: cidades e vilas	48
1.3.3 - Determinantes do quadro urbano: os setores produtivos e o emprego	60
II - EXPANSÃO DO CAFÉ E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	71
2.1 - ORÍGENS DA AGRICULTURA FAMILIAR	73
2.1.1 - Formação, desenvolvimento e crise da cafeicultura escravista: 1950-1900...	73
2.1.2 - Imigração européia e a constituição da agricultura familiar: 1872-1900	93

2.2 - CONSOLIDAÇÃO E DINÂMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR	108
2.3 - O AVANÇO DA PEQUENA PRODUÇÃO RUMO AO NORTE E A ESTABILIDADE DA ESTRUTURA PRODUTIVA FAMILIAR: 1920-1940	148
III - ESGOTAMENTO DA FRONTEIRA, CRISE DO CAFÉ, NOVAS FONTES DE DINAMISMO E OS LIMITES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESPÍRITO SANTO: 1940-1960	191
3.1 - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PERÍODO	193
3.2 - OS LIMITES DA CAFEICULTURA	214
3.3 - A EXPLORAÇÃO DA MADEIRA	226
3.4 - O DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA	227
3.5 - A SITUAÇÃO DA INDÚSTRIA	237
3.6 - O DESENVOLVIMENTO DO PORTO, A PRESENÇA DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE E O INTERCÂMBIO COMERCIAL	243
3.7 - SÍNTESE DA EXPANSÃO ECONÔMICA E DOS MOVIMENTOS DE POPULAÇÃO ATÉ 1960	255
IV - LOCALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS NÚCLEOS URBANOS ...	269
4.1 - INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE, LOCALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS NÚCLEOS URBANOS	270
4.2 - EXPANSÃO CAFEIEIRA E A EVOLUÇÃO DO NÚMERO E TAMANHO DOS NÚCLEOS URBANOS	290
4.3 - VITÓRIA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO: UMA PROPOSTA DE PERIODIZAÇÃO	308
V - CAFÉ E URBANIZAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO: CONSIDERAÇÕES FINAIS	329
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	348
ANEXO ESTATÍSTICO	353

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.1	Participação do café no valor das exportações e na receita pública. Espírito Santo: 1892-1935	19
TABELA 1.2	Tamanho dos núcleos urbanos. Espírito Santo: 1960	50
TABELA 1.3	Tamanho dos núcleos urbanos - versão modificada. Espírito Santo: 1960	50
TABELA 1.4	População total, urbana e das sedes municipais. Espírito Santo: 1960	52
TABELA 1.5	Classificação dos municípios segundo o grau de urbanização e a importância da sede no contexto municipal. Espírito Santo: 1960...	59
TABELA 1.6	População economicamente ativa, segundo atividade e ocupações. Espírito Santo: 1960...	62
TABELA 1.7	População economicamente ativa. Quadro resumo: "atividades x ocupações". Espírito Santo: 1960	64
TABELA 2.1	Evolução da população total, livre e escrava, segundo as comarcas. Espírito Santo: 1824-1879	77
TABELA 2.2	Evolução da população escrava. Vitória e Cachoeiro de Itapemirim: 1856-76	86
TABELA 2.3	Saldo migratório interprovincial de escravos. Brasil: 1874-1884	88

TABELA 2.4	Imigração e crescimento populacional. Brasil: 1872-1900	
TABELA 2.5	Indicadores de homogeneidade estrutural, segundo as regiões. Espírito Santo: 1930....	144
TABELA 2.6	Distribuição intersetorial da população economicamente ativa, segundo as unidades da federação. Espírito Santo: 1920	147
TABELA 2.7	Valor relativo dos principais produtos manufaturados importados, segundo a procedência. Espírito Santo: 1935-9	178
TABELA 2.8	Resumo do intercâmbio comercial. Espírito Santo: 1936	180
TABELA 3.1	Taxas de crescimento do estoque de cafeeiros. Espírito Santo: 1920-60	215
TABELA 3.2	Participação relativa das regiões na produção e estoque de cafeeiros. Espírito Santo: 1940-60	217
TABELA 3.3	Café: taxas de crescimento da produção e da área plantada. Espírito Santo: 1940-60	220
TABELA 3.4	Importância do café na geração da renda interna. Espírito Santo: 1940-60	
TABELA 3.5	Evolução da produção de leite e do número de bovinos por habitante. Espírito Santo: 1940-60	232
TABELA 3.6	Produção, consumo e excedente de leite. Espírito Santo: 1940-60	234
TABELA 3.7	Operários ocupados na indústria. Espírito Santo: 1940-60	240

TABELA 3.8	População economicamente ativa, segundo regiões e setores. Espírito Santo: 1940-1960.....	241
TABELA 3.9	Movimentação de cargas no porto de Vitória: 1940-60	247
TABELA 3.10	Perfil das exportações. Espírito Santo: 1940-60	251
TABELA 3.11	Saldo migratório, entradas e saídas de migrantes. Espírito Santo: 1940-60	258
TABELA 3.12	Crescimento vegetativo e evasão demográfica. Espírito Santo: 1940-1960	261
TABELA 3.13	Evolução da população dos núcleos urbanos correspondentes às sedes municipais existentes em 1960. Espírito Santo: 1940-60 ...	265
TABELA 4.1	Localização e funções dos núcleos urbanos. Espírito Santo: 1822-1900	293
TABELA 4.2	Época de fundação e emancipação dos núcleos urbanos correspondentes às sedes dos municípios existentes em 1955. Espírito Santo: 1500-1955	296
TABELA 4.3	Evolução do número de cidades e distritos, segundo as regiões. Espírito Santo: 1940-60	301
TABELA 4.4	Tamanho dos núcleos urbanos - versão modificada. Espírito Santo: 1940-60	304
TABELA 4.5	Vitória no contexto urbano estadual: 1605-1960	315
TABELA A.1	Renda interna, segundo setores e subsetores. Espírito Santo: 1960	354

TABELA A.2	População economicamente ativa, segundo regiões e municípios. Espírito Santo: 1960 ..	355
TABELA A.3	Pessoal ocupado na agricultura, segundo o tamanho dos estabelecimentos. Espírito Santo: 1960	356
TABELA A.4	Pessoal ocupado na agricultura, segundo regiões e municípios. Espírito Santo: 1960....	357
TABELA A.5	Pessoal ocupado na indústria, segundo gêneros e grupos selecionados. Espírito Santo: 1960	358
TABELA A.6	Características gerais das indústrias de "grande porte". Espírito Santo: 1955-7	359
TABELA A.7	Produção de café nas quatro principais províncias. Brasil: 1851/2-1871/25	361
TABELA A.8	Características das principais regiões produtoras de café. Brasil: 1883	361
TABELA A.9	Superfície, população e densidade demográfica, segundo as unidades da federação. Brasil: 1920	362
TABELA A.10	Superfície apropriada, superfície cultivada, número e área dos estabelecimentos rurais, segundo as unidades da federação. Brasil: 1920	363
TABELA A.11	Valor total, das terras, benfeitorias e maquinismos dos estabelecimentos rurais, segundo as unidades da federação. Brasil: 1920	364
TABELA A.12	Características dos estabelecimentos produtores de café, segundo as unidades da federação. Brasil: 1920	365

TABELA A.13	Destino dos principais produtos exportados. Quantidades físicas. Espírito Santo: 1935/9 ...	366
TABELA A.14	Esportação de café para o mercado interno. Espírito Santo: 1935/9	366
TABELA A.15	Número e área dos estabelecimentos rurais, segundo as regiões. Espírito Santo. 1940-40 ...	367
TABELA A.16	Evolução do valor da produção cafeeira. Espírito Santo e Brasil: 1940-60	368
TABELA A.17	Evolução dos preços internacionais do café: 1945-60	368
TABELA A.18	Produção de madeira em toros e lenha. Espírito Santo: 1952-60	368
TABELA A.19	Evolução e taxas de crescimento do número de bovinos e da produção de leite. Espírito Santo: 1940-1960	369
TABELA A.20	Renda interna, segundo os setores produtivos. Espírito Santo: 1940-60	370
TABELA A.21	Exportações de café. Espírito Santo: 1940/42-1958/60	371
TABELA A.22	Exportações de minério de ferro. Espírito Santo: 1940-9	371
TABELA A.23	Exportações e importações. Espírito Santo: 1940-60	371
TABELA A.24	Tamanho dos núcleos urbanos. Espírito Santo: 1940	372
TABELA A.25	Tamanho dos núcleos urbanos - versão modificada. Espírito Santo: 1940	372

TABELA A.26	Tamanho dos núcleos urbanos. Espírito Santo: 1950	373
TABELA A.27	Tamanho dos núcleos urbanos - versão modificada. Espírito Santo: 1950	373

LISTA DE DIAGRAMAS

DIAGRAMA 1	Apresentação esquemática dos terciários "externo" e "interno", "reflexo" ou "autônomo" ...	47
DIAGRAMA 2	Ilustração da cadeia de comercialização ...	129
DIAGRAMA 3	Ilustração do "complexo de projetos integrados"	166
DIAGRAMA 4	Apresentação esquemática da hierarquia dos núcleos urbanos no padrão urbano do café ...	341

LISTA DE MAPAS

MAPA 1	Divisão política e administrativa. Espírito Santo: 1960	57
MAPA 2	Rotas das tropas, rios e ferrovias. Espírito Santo	275
MAPA 3	Rios, estradas de ferro e a localização dos principais núcleos urbanos no padrão urbano do café. Espírito Santo	289
MAPA 4	Divisão política e administrativa. Espírito San- to: 1940	306
MAPA 5	Divisão política e administrativa. Espírito San- to: 1950	307

APRESENTAÇÃO

O Espírito Santo, desde os anos iniciais da década de setenta, é um Estado urbano e industrial. A partir de então, a organização da "vida urbana" (particularmente o tamanho, a diferenciação, a hierarquia e as funções dos núcleos urbanos) tem sido definida preponderantemente pela produção industrial e secundariamente por um importante segmento "autonomizado" do setor terciário, ou seja, pela maior parte daquelas atividades relacionadas com a operação do complexo portuário e que, a rigor, não resultam da produção material verificada nos limites do Espírito Santo. A agropecuária, mesmo em parte modernizada e responsável ainda por aproximadamente um terço da população economicamente ativa, tem contribuído cada vez menos para a definição do perfil urbano do Estado, a não ser quando se trata de "aglomerados" sub-urbanos (determinadas vilas e povoados situados próximos às rodovias, assim como áreas residenciais periféricas às cidades), que distinguem-se por cumprir o papel de "cidades-dormitório" para trabalhadores volantes da agricultura. Ou seja, em pouco mais de dez anos o Estado do Espírito Santo converteu-se de agrícola em industrial e urbano, sendo que, atualmente, no início dos anos noventa, o "aglomerado urbano da Grande Vitória" já conforma-se nitidamente como uma região metropolitana, qualidade esta que vem delineando-se desde os anos finais da dé-

cada de setenta.

Estimativas realizadas há cinco anos pelo Instituto Jones dos Santos Neves (órgão do *Sistema Estadual de Planejamento*) indicam que em 1990 a população da Grande Vitória chegaria a 1.156.000 habitantes (44,4% da população total do Estado e 56,9% da população urbana) e o grau de urbanização do Estado superaria o patamar dos 78%, enquanto que os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1991 revelam uma população de 1.058.228 habitantes (40,9% da população do Estado). Em 1990 o Departamento de Economia da UFES elaborou estimativas de renda para o início da década, quando chegou à conclusão de que mais de 90% da renda tem sido "gerada" no meio urbano: 46,4% pela indústria e 44,2% pelos serviços.

Estas por si só são proporções surpreendentes, mas que tornam-se ainda mais interessantes se se considerar que o Estado do Espírito Santo até meados dos anos sessenta ainda era rural e essencialmente agrícola, apesar das transformações operadas por irreversíveis tendências em curso desde o pós-guerra. As mudanças operadas na estrutura e dinâmica dos setores produtivos e no padrão urbano a eles associado, a partir de meados da década de sessenta, foram de tal forma rápidas e profundas que não têm sido ainda suficientemente compreendidas. Isto deve-se, sobretudo, às insuficiências conceituais e analíticas das pesquisas acadêmicas e não-acadêmicas que versam sobre o período recente, mas deve-se também à falta de uma adequada compreensão sobre as origens, desenvolvimento e desestruturação do padrão urbano do período anterior.

or — o padrão urbano da economia cafeeira assentada em bases familiares.

A elaboração desta dissertação esteve voltada no sentido de contribuir para o melhor entendimento deste importante período da história econômica do Espírito Santo — um período de aproximadamente um século, no qual a expansão da cafeeicultura em bases familiares imprimiu ao Estado um certo tipo de urbanização, que se apresentou fraca, amplamente disseminada pelo território e relativamente concentrada na Capital.

Para que se efetuasse um detalhado exame deste padrão de urbanização, foi preciso a realização de um esforço de "reconstrução" do objeto, ou seja, uma reavaliação do percurso econômico e demográfico do Espírito Santo, cobrindo pouco mais de um século de expansão cafeeira — por convenção, o período entre 1850 e 1960. Nesta "reconstrução" utilizou-se basicamente fontes secundárias, sobretudo teses, pesquisas e documentos oficiais, pois entendeu-se que uma análise mais acurada do padrão urbano do café não carecia propriamente de dados e informações mais detalhadas, mas sim, e principalmente, de um esforço sistemático de interpretação. Nestes termos, a "reconstrução" implicou numa releitura dos principais documentos disponíveis, oportunidade durante a qual procurou-se não trilhar o caminho do mero resumo dos trabalhos disponíveis, assim como procurou-se evitar o caminho da simples compilação de idéias de outros autores.

Entendendo-se que os trabalhos já realizados são por-

tadores de substanciais contribuições para o entendimento da realidade sócio-econômica do Estado (inclusive dos seus aspectos demográficos e urbanos), e entendendo-se também que as limitações destes trabalhos decorrem dos enfoques excessivamente localizados e de certas imprecisões conceituais, procura-se, simultaneamente ao esforço de "reconstrução" do objeto, empreender um paralelo esforço de reinterpretação e síntese, ocasião na qual operou-se pontuais avanços interpretativos a respeito de questões polêmicas, assim como procurou-se dar um tratamento mais integrado ao conjunto das principais questões que permearam e produziram a realidade sócio-econômica do Estado durante estes cem anos de expansão cafeeira. Os resultados deste duplo esforço constituem os Capítulos II e III desta dissertação.

O Capítulo II é composto de três itens, cada qual relacionado a uma específica fase da expansão da cafeicultura no Espírito Santo. O primeiro, subdividido em dois sub-itens, trata dos processos formadores da economia cafeeira estruturada em bases familiares, quais sejam, o fracionamento do latifúndio escravista do Sul e a imigração européia para fins de povoamento na região Central do Estado. No segundo item enfatiza-se a consolidação, a reprodução e a dinâmica desta estrutura familiar. No terceiro item discute-se a extensão da economia cafeeira para o Norte do Estado, algo que se verificou sem maiores alterações no perfil familiar da produção. Neste particular cabe adiantar que a crise de 1929 e a crescente integração do mercado interno que verificou-se a partir da década de trinta pouco influíram no sentido de transformar

a estrutura de produção familiar que havia se consolidado no Estado.

Pelo contrário, a economia do Espírito Santo passou quase que incólume por aqueles processos, de modo que as condições de produção só vieram a se alterar significativamente a partir da década de quarenta, quando os limites internos para a expansão do café tornaram-se cada vez mais estreitos. Nos anos cinquenta, inúmeros fatores associados à dinâmica da economia brasileira, em combinação com outros fatores de ordem local, potencializaram as dificuldades de reprodução desta economia cafeeira estruturada em bases familiares, praticamente selaram o seu destino e puseram em movimento novas fontes de dinamismo, que vieram transformar profundamente o perfil produtivo e urbano do Estado nas décadas posteriores.

O Capítulo III trata justamente desta questão. Ou seja, dos limites internos e externos que passaram a obstaculizar a produção familiar do café no Espírito Santo a partir dos anos quarenta e que se traduziram na desestruturação do padrão urbano produzido pela expansão cafeeira. O Capítulo está estruturado em vários itens, sendo que o primeiro são apresentados os contornos gerais do período e nos demais são analisados pontos específicos, envolvendo elementos responsáveis pela estagnação da agricultura e pela dinamização de outras atividades econômicas — elementos que produziram os seus reflexos no meio urbano.

Antes de iniciar a referida "reconstrução" do objeto, empreendeu-se no Capítulo I, a título de primeira aproximação

uma apresentação de certos aspectos que se colocam como indispensáveis quando se propõe realizar um estudo mais aprofundado do padrão urbano produzido pela expansão do café no Espírito Santo, quais sejam: um conjunto de observações preliminares destinadas a dar um panorama geral da bibliografia existente sobre economia do Estado; uma rápida comparação entre a cafeicultura do Espírito Santo com aquela que se desenvolveu no Oeste Paulista, atentando particularmente para o fato de que condições de produção distintas produziram distintos padrões de urbanização; uma breve nota metodológica, tratando de relacionar os setores produtivos, o terciário e a urbanização, ocasião na qual foi evidenciada a condição subordinada que o terciário e o urbano guardam frente aos setores produtivos; e uma apresentação do quadro urbano em 1960 e de seus determinantes imediatos, ou seja, os setores produtivos e o emprego. Ou seja, o Capítulo I põe em destaque aspectos que se colocam aprioristicamente como obrigatórios para a análise da urbanização do Espírito Santo sob a hegemonia cafeeira.

No Capítulo IV, em seu primeiro item, procurou-se explorar a relação existente entre a infra-estrutura produzida pelo café, a localização e o desenvolvimento dos principais núcleos urbanos. A "fundação" (formação) e o desenvolvimento dos principais núcleos urbanos do Estado verificaram-se em pontos nodais da rede de transportes, pontos nos quais efetuava-se a conexão entre as distintas modalidades de transporte. Neste sentido, identificou-se uma estreita relação entre a localização e o tamanho dos núcleos urbanos e a atuação

do capital comercial, que dava ânimo à cadeia de comercialização. No segundo item efetuou-se um mapeamento da evolução do número e tamanho dos núcleos urbanos, especialmente no período compreendido entre 1940 e 1960, período para o qual as informações são mais disponíveis e de melhor qualidade. No último item deste Capítulo procurou-se fazer um exame mais atento a respeito do posicionamento da Capital no contexto do desenvolvimento urbano do Estado, momento no qual chegou-se a formalizar uma proposta de periodização para a sua evolução. Entende-se que este é um esforço indispensável, uma vez que, a cada dia que passa, o desenvolvimento urbano do Estado tem se confundido progressivamente com o desenvolvimento urbano da Grande Vitória, de modo que, sem um bom diagnóstico dos determinantes do crescimento da cidade de Vitória não se pode produzir adequadas propostas de ordenamento para o desenvolvimento urbano do Estado. Os pontos explorados neste Capítulo constituem uma segunda aproximação, um passo indispensável, para que se chegue a conclusões satisfatórias a respeito do relacionamento entre café e urbanização no Espírito Santo.

No Capítulo V, nas considerações finais, procurou-se colocar em evidência as principais conclusões às quais chegou-se no decorrer de toda a dissertação — conclusões que foram sendo expostas, discutidas e representadas durante a exposição do trabalho. Neste caso, cabe atentar para a insistência com a qual foram retomados e rediscutidos os determinantes da desestruturação do padrão urbano do café, pois entende-se que sem um bom diagnóstico do período situado entre 1940 e 1960 não se compreende satisfatoriamente a derro-

cada do padrão urbano do café, nem o fenomenal processo de urbanização experimentado pelo Espírito Santo nas três últimas décadas. Ou seja, com esta dissertação, que versa sobre as origens, desenvolvimento e desestruturação do padrão urbano associado à expansão da cafeicultura assentada em bases familiares, pretende-se contribuir para o entendimento das origens desta instigante realidade representada pela região metropolitana da Grande Vitória — região metropolitana de fato, mas (ainda) não de direito.

As tabelas desta dissertação estão numeradas por capítulo, em ordem crescente (por exemplo, Tabela 1.6, que significa Tabela 6 do Capítulo I). Ao final da dissertação inclui-se um anexo estatístico, composto por tabelas em sua maioria mencionadas no decorrer dos capítulos, mas que, por uma razão ou outra, não foram incorporadas ao corpo do trabalho. Para estas tabelas usou-se uma notação específica: independentemente dos capítulos atribuiu-se a cada uma, em ordem crescente, um número precedido pela letra "A" (por exemplo, Tabela A.5, que significa Tabela 5 do Anexo Estatístico). Ao longo da dissertação estão incluídos também alguns diagramas e mapas, com intenção apenas ilustrativa, os quais não foram mencionados no texto. Quanto às notas de pé de página, estas foram numeradas por capítulo.

CAPÍTULO I

CAFÉ E URBANIZAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO: PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

Este capítulo tem um caráter introdutório e está estruturado em três itens. De início, nas "observações preliminares", apresenta-se rapidamente o tipo de literatura já produzida sobre a urbanização do Espírito Santo. A seguir, procura-se traçar um breve paralelo entre a cafeicultura capixaba e a paulista, acentuando-se, nesta oportunidade, os distintos padrões de urbanizações delas decorridos. No último item efetua-se uma exposição do quadro urbano vigente em 1960, bem como de seus determinantes imediatos (os setores produtivos e o emprego). Neste item ainda apresenta-se uma breve nota metodológica, onde explicita-se a relação entre "os setores produtivos, a urbanização e o terciário".

1.1 - OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

Esta dissertação objetiva fazer uma análise da evolução urbana do Estado do Espírito Santo num período no qual a dinâmica da economia esteve condicionada pela predominância da agricultura cafeeira de pequena produção familiar, por convenção o período compreendido entre 1850 e 1960.

Dado que a taxa de urbanização no Espírito Santo evo-

luiu de forma vertiginosa a partir de 1960¹, a maior parte do esforço analítico e estatístico tem sido concentrado no exame da urbanização verificada nos últimos 30 anos. Apesar desta ênfase, a compreensão deste crucial período de história econômica do Estado não é satisfatória, sendo que inúmeros aspectos desta realidade nem sequer foram tangenciados, como por exemplo as transformações na estrutura ocupacional. Entretanto, menos satisfatório ainda é o nível de compreensão da dinâmica urbana no período anterior a 1960, apesar do relativamente grande número de trabalhos publicados: alguns não se propuseram a abordá-la; a maioria, entretanto, não percebeu sua relevância histórica.

Entende-se que não é correto concluir aprioristicamente pela pouca importância dos elementos urbanos até aquela data, tendo-se como base somente o fato de que a maioria esmagadora da população capixaba encontrava-se no meio rural. Pelo contrário, entende-se que o estudo da realidade sócio-econômica do Espírito Santo, especialmente nos 90 anos compreendidos entre 1872 e 1960, revela a predominância de um certo tipo de estrutura urbana, cujas características gerais são as seguin-

¹Em 1940 e 1950 a taxa de urbanização havia ficado estável no nível de 20%, passando a 31,6% em 1960, 45,1% em 1970, alcançando 63,3% em 1980. Mesmo tendo sempre como base as informações contidas nos Censos Demográficos, as taxas referentes a 1940, 1950 e 1960 têm variado de autor para autor (e mesmo de trabalho para trabalho), dependendo do tratamento que foi conferido à Serra dos Aimorés, região litigiosa com o Estado de Minas Gerais. Esclarece-se que nesta dissertação, salvo nos casos de menção em contrário, todas as informações e indicadores (sociais, econômicos e demográficos) omitem os referentes àquela região em litígio.

tes: baixo grau de urbanização do Estado como um todo (31,6%) em 1960; elevada concentração da população urbana na cidade de Vitória (capital do Estado e porto de grande importância); grande número de pequenos núcleos urbanos disseminados pelo interior. Ser fraca, disseminada por todo o território e ao mesmo tempo concentrada em Vitória, esta é, pois a especificidade da urbanização capixaba, que a torna um objeto de relevância histórica, apesar de muito reduzida no quadro da urbanização brasileira².

Pesquisar e analisar os determinantes e a dimensão da vida urbana no Espírito Santo, no período anterior a 1960, é uma tarefa um tanto difícil, apesar da existência de significativo número de trabalhos publicados que tratam da história econômica do Estado. Esta dificuldade resulta de dois fatores: em primeiro lugar, a maioria deles não teve como objetivo a cobertura do período ora em questão, salvo de forma esquemática e bastante resumida; em segundo lugar, quando foi dada ênfase ao período, a urbanização — seus determinantes e sua dimensão — não aparece como tema de destaque.

Para o período em exame encontram-se trabalhos referentes aos mais diversos temas, tais como: "imigração européia", "esforços de industrialização na primeira república"; "escravismo e transição"; "dinâmica cafeeira e constituição de indústrias"; "desenvolvimento do porto de Vitória", etc., to-

²Em 1960 a população do Espírito Santo representava 1,6% da população brasileira, sendo que a maior participação para os anos censitários (1,8%) foi alcançada em 1940.

dos eles trabalhos relativamente recentes e de cunho acadêmico³. Encontram-se também trabalhos mais genéricos, referentes ao desenvolvimento e à história econômica do Estado; trabalhos relativamente mais antigos e de pouco conteúdo acadêmico, embora de alta relevância científica ou literária⁴. Tanto nos trabalhos do primeiro grupo como naqueles do segundo, a urbanização só aparece de forma lateral, sem maiores preocupações

³Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo - 1850/1930*, Vitória, UFES/NEP, 1983; Vilma Paraíso Ferreira de Almada, *Escravidão e transição: O Espírito Santo (1850/1888)*, Rio de Janeiro, Graal, 1984; Penha Siqueira, *O desenvolvimento do porto de Vitória (1870-1940)*, Vitória, CODESA, 1984; Gabriel Bittencourt, *Esforço industrial na república do café*, Vitória, FCAA, 1982; Carlos Teixeira de Campos Jr., *O novo arrabalde: aspectos da formação urbana de Vitória*, São Paulo, USP/FAU, 1985; Marilza Celin, *Migração interna no Espírito Santo: 1940-1980*, Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, 1982; Angela Morandi et alii, *Alguns aspectos do desenvolvimento econômico do Espírito Santo (1930-1970)*, Vitória, UFES/NEP, 1984; José Lázaro Celin, *Migração européia, expansão cafeeira e o nascimento da pequena propriedade no Espírito Santo*, Porto Alegre, UFRGS/IEPE, 1984; Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional*. Rio de Janeiro, UFRJ/IEI, 1987; Antônio Carlos de Medeiros, *Espírito Santo: a industrialização como fator de 'desautonomia relativa'*, Rio de Janeiro, FGV/EBAP, 1977; Haroldo Corrêa Rocha e Angela Morandi, *Antecedentes e evolução recente da economia capixaba*, Vitória, UFES/NEP, 1985; Hildo Meirelles de Souza Filho, *A modernização violenta: principais transformações na agropecuária capixaba*, Campinas, UNICAMP/IE, 1990.

⁴José Teixeira de Oliveira, *História do estado do Espírito Santo*, 2. ed., Vitória, FCES, 1975; Ernst Wagemann, *A colonização alemã no Espírito Santo*, Rio de Janeiro, IBGE, 1940; Arthur E. Magarinos Torres Filho, *O estado do Espírito Santo e seu desenvolvimento econômico*, Rio de Janeiro, Pimenta de Mello & Cia., 1913; Luiz Serafim Derenzi, *Biografia de uma ilha*, Rio de Janeiro, Pongetti, 1965; Ormando Moraes, *Por serras e vales do Espírito Santo: a epopéia das tropas e dos tropeiros*, Vitória, IHGES, 1989 e *Idem, Da Itália ao Brasil: história de uma família*, Vitória, FCAA/Dadaldo S.A., 1981; Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (org.), *As etapas do processo histórico de desenvolvimento sócio-econômico do Espírito Santo*, Vitória, BANDES, 1975; Cícero Moraes, *O paralelo 20 passa no Espírito Santo*, Vitória, DIO, 1953.

estatísticas e/ou analíticas. Mesmo não tendo centrado esforços no entendimento da urbanização no período anterior a 1960, é óbvia a importância de todos eles à medida em que explicitam, de uma maneira ou de outra, o conteúdo, as formas e o ritmo da reprodução social vivenciada no período, permitindo uma análise do estilo de urbanização.

Há, entretanto, um terceiro conjunto de trabalhos que tem trazido contribuições ao estudo da urbanização no período anterior a 1960. Estes foram elaborados com o intuito de subsidiar o norteamento da ação do governo do Estado com vistas a obtenção de melhores condições sociais e econômicas para o Espírito Santo⁵. A elaboração dos mesmos concentrou-se nas décadas de sessenta e setenta, momentos nos quais o perfil sócio-econômico do Estado sofria profundas transformações — umas determinadas pela estagnação e posterior desmantelamento da cultura cafeeira; outras pela industrialização, que em processo desde a segunda metade dos anos cinquenta, acelerou-se na década posterior e tomou novos rumos nos anos setenta e oitenta⁶. Da mesma forma que nos trabalhos anteriores, também

⁵O trabalho que melhor expressa este tipo de preocupação é o de José Arthur Rios, *Diagnóstico para o planejamento econômico do Espírito Santo*, Vitória, FIES, 1966. Trabalho encomendado pela federação das indústrias e que serviu de base para toda a ação do governador Christiano Dias Lopes Filho (1967-1970) no campo do planejamento econômico. Este trabalho teve como redator principal o economista João Paulo de Almeida Magalhães.

⁶Neste caso é importante ressaltar que existe uma estreita ligação entre um determinante e outro, uma vez que, durante o período que vai do final dos anos sessenta aos anos iniciais da década posterior, a estagnação da agricultura do Espírito Santo levou o governo estadual a adotar uma enfática política de desenvolvimento industrial, buscando novas fontes de dinamismo, com ênfase para a transformação de produtos de origem local, especialmente a agroindústria da carne e do leite.

nestes o "fenômeno" da urbanização sempre esteve fora de foco, principalmente no que se refere aos seus determinantes. A urbanização aparece como um fato consumado, fruto de uma brusca descontinuidade observada no desenvolvimento da economia estadual, identificada quase que exclusivamente com a erradicação do café. Além deste limitado enfoque dado à questão da urbanização, são temas destes trabalhos os movimentos migratórios (intra e inter-estaduais) e as potencialidades naturais do Estado, sejam elas as agropecuárias, as florestais (incluindo o reflorestamento com florestas homogêneas) e as minerais. No tocante ao movimento migratório, o enfoque é sobretudo quantitativo. Em suma, durante a década de sessenta e início dos anos setenta, foram elaborados trabalhos buscando compreender a dinâmica — na verdade, a falta de dinamismo — da economia local e, com base nesta compreensão, propor dentro de suas potencialidades as medidas necessárias para seu melhor desenvolvimento, apontando, em alguns casos, para a necessidade de ingresso de recursos externos ao Estado.

A partir de meados da década de setenta tem havido uma nítida predominância de trabalhos preocupados em avaliar e/ou planejar o desenvolvimento, especialmente o urbano e o industrial, ocasião na qual tem sido dispensada maior atenção aos determinantes do acelerado processo de urbanização que se pronunciou no Estado a partir de 1960⁷. Mesmo assim, os determi-

⁷A preocupação com questões mais profundas ligadas à urbanização do Estado veio à tona no bojo das propostas de ordenamento global do "aglomerado urbano da Grande Vitória", assim como no de trabalhos mais especializados, que procuraram projetar

nantes da urbanização apontados, a saber, a erradicação do café, o desenvolvimento industrial originado do fomento governamental e o "advento dos grandes projetos", não foram suficientemente investigados e são tidos como fatos isolados na história econômica estadual. Em suma, os esforços voltados para o disciplinamento dos problemas urbanos envolvendo inclusive projeções para o ano 2000 e mais além, concentraram-se em examinar o urbano e a urbanização no período posterior a 1960, de modo que a evolução urbana do Estado, especialmente a da Capital, até aquela data ficou quase que desconhecida, não fosse a dissertação de mestrado de Carlos Teixeira de Campos Jr.⁸, muito reveladora naquilo que diz respeito à evolução econômica e física da cidade de Vitória até meados dos anos cinquenta.

1.2 - CAFÉ E URBANIZAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO E SÃO PAULO: ASPECTOS GERAIS

Feitas estas observações preliminares, que tratam da natureza e das motivações dos trabalhos pré-existentes, procu-

a população do Estado e da Capital para o final do século. Dentre o primeiro conjunto de trabalhos destacam-se: *Plano de Desenvolvimento Integrado da Microrregião de Vitória (PDI) e Grande Vitória: uma proposta de ordenamento da aglomeração urbana*, o primeiro, encomendado pela COMDUSA (Companhia de Desenvolvimento Urbano S.A.) à empresa de consultoria do Rio Janeiro, M. Roberto-Planorte; e o segundo, elaborado pela própria Coordenadoria de Planejamento do Governo do Estado (COPLAN). No segundo grupo de trabalhos destacam-se: *Estrutura demográfica do Espírito Santo - 1940/2000 e Estudos populacionais para cidades, vilas e povoados do Espírito Santo - 1985/2010*, ambos elaborados no interior do "sistema estadual de planejamento".

⁸ Carlos Teixeira de Campos Jr., *O novo arrabalde...*, op. cit.

rar-se-á, a partir de agora, caracterizar mais precisamente o período histórico que se encerra com os anos cinquenta. O primeiro elemento que salta à vista é o decisivo papel desempenhado pela atividade cafeeira, particularmente no período republicano. No transcorrer deste período a expansão da cafeicultura, fundada em bases familiares, imprimiu ao Espírito Santo uma certa urbanização, caracterizada sobretudo pela proliferação de pequenos núcleos, seguindo a "rota do café". A localização destes núcleos acabou sendo fortemente influenciada pelas condições de transportes vigentes à época: ao longo das estradas de ferro; nas "pontas" das linhas férreas secundárias nos finais dos cursos navegáveis dos rios. Em todos os casos, as cidades constituíam pontos de conversão entre modalidades de transporte: do lombo de burro para o transporte ferroviário ou fluvial e vice-versa. Estas são evidências do papel desempenhado pelos núcleos urbanos do Espírito Santo, durante o período considerado: pontos de embarque de café rumo aos portos e de aquisição de produtos manufaturados, ambos os fluxos com passagem, na maioria dos casos, por Vitória. Neste particular, a ligação ferroviária com o sul do Estado (Cachoeiro de Itapemirim) e a construção do porto de Vitória foram de fundamental importância para que a cidade de Vitória passasse a centralizar as principais funções urbanas do Estado (aquelas mais estreitamente ligadas às necessidades dos setores produtivos, inclusive importação e exportação), além das funções específicas associadas à sua condição de Capital do Estado, que já vinham sendo exercidas de longa data.

Todos os trabalhos que cobrem o período e que tratam das atividades produtivas do Espírito Santo apontam para a incontestável predominância do café, expressa mediante o uso de vários indicadores, tais como a participação no valor da produção, no volume exportado, na receita fiscal, na área plantada, etc. De forma distinta do ocorrido no Estado de São Paulo, o café no Espírito Santo, mesmo sendo o responsável por toda a estruturação da vida urbana, dada a inexistência de um articulado "complexo cafeeiro capitalista", como o verificado naquele Estado⁹, não produziu uma urbanização de maior vulto, ficando restrita ao comércio e à administração pública.

Somente nos anos cinquenta, momento em que a cafeicultura capixaba já apresentava os primeiros sinais de esgotamento, é que outras atividades econômicas começaram a aparecer em cena, produzindo maior complexibilidade na estrutura urbana. Dentre estas outras atividades econômicas destacam-se a extração e transformação da madeira no Norte, a pecuária e extração de minerais não metálicos no Sul e a implantação de importantes unidades industriais em Vitória e nos municípios vizinhos¹⁰, além da presença da CVRD, com as exportações de minério de ferro.

⁹A noção de "complexo econômico", bem como maiores considerações sobre o "complexo cafeeiro capitalista" de São Paulo terão lugar no decorrer ainda deste capítulo, em momento oportuno.

¹⁰Com maior ou menor intensidade estas novas atividades econômicas sustentaram o crescimento da economia ao longo dos anos sessenta e início da década seguinte (em muitos casos com apoio de incentivos fiscais), até o momento em que entram em cena os chamados "grandes projetos".

Durante o período compreendido entre 1850 e 1960, o café (e sua expansão) determinou de forma quase que plena, a vida sócio-econômica do Espírito Santo (tanto os períodos de expansão como os de crise), os movimentos demográficos, as finanças públicas, a infra-estrutura, etc. O depoimento de um autor que presenciou parte deste processo, mesmo que com certo exagero, ilustra bem o que se quer enfatizar:

"A monocultura do café monopoliza a economia da Província, afecção responsável por todas as crises financeiras e políticas, porque tem passado o Estado até nós. Seu peso nos orçamentos tem oscilado de 80 a 90 por cento, índice regressivo, provocado pelas pragas, até sua erradicação necessária mas desastrosa. O café, os débeis galhos da rubiaça, como disse certa vez o Governador Jones dos Santos Neves, suportaram a carga dinâmica do progresso do Espírito Santo em todos os seus períodos de alta ou de baixa de preço, de carga exuberante ou minguada. O café construiu estradas, lançou as pontes, edificou os edifícios públicos, gerou energia elétrica, fundou universidades, aterrou mangues, fez o Porto de Vitória e amealhou recursos para que se formassem os cacauais financiou a formação do rebanho. Urbanizou Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e todas as demais sedes municipais, sem que o plantador tivesse merecido a menor assistência dos poderes públicos"¹¹.

Além dos depoimentos históricos como o acima exposto, dispõe-se de indicadores que corroboram a afirmação de que o café foi a principal atividade econômica do Espírito Santo (Tabela 1.1). Há consenso a respeito da importância da cafeicultura no "processo histórico de desenvolvimento sócio-econô-

¹¹Luiz Serafim Derenzi, "Da proclamação da república aos anos 60", in Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (org.), *As etapas do processo histórico...*, op. cit., pp. 12-20 (?). O grifo é nosso.

TABELA 1.1
 PARTICIPAÇÃO DO CAFÉ NO VALOR DAS EXPORTAÇÕES E NA RECEITA PÚBLICA
 ESPÍRITO SANTO: 1892-1935

IMPORTANCIA RELATIVA DO CAFÉ								
NO VALOR DAS EXPORTAÇÕES					NA RECEITA PÚBLICA			
ANO	(%)	ANO	(%)		ANO	(%)	ANO	(%)
1892	97,7	1914	84,3		1892	52,8	1914	67,3
1893	98,8	1915	85,8		1893	90,0	1915	74,6
1894	99,7	1916	86,1		1894	76,2	1916	73,1
1895	99,4	1917	84,6		1895	80,3	1917	62,7
1896	-	1918	81,4		1896	76,6	1918	66,3
1897	-	1919	90,1		1897	81,8	1919	70,8
1898	-	1920	88,6		1898	80,7	1920	64,2
1899	-	1921	91,0		1899	74,6	1921	68,6
1900	-	1922	92,2		1900	71,2	1922	76,6
1901	-	1923	93,8		1901	71,9	1923	76,6
1902	95,4	1924	96,1		1902	73,6	1924	-
1903	95,5	1925	95,7		1903	95,0	1925	-
1904	95,0	1926	94,6		1904	79,2	1926	-
1905	92,7	1927	95,3		1905	70,9	1927	-
1906	91,0	1928	93,6		1906	73,8	1928	-
1907	92,8	1929	94,0		1907	81,7	1929	70,8
1908	97,9	1930	90,4		1908	73,8	1930	75,2
1909	96,3	1931	95,3		1909	54,8	1931	70,6
1910	94,4	1932	-		1910	46,4	1932	75,1
1911	86,9	1933	-		1911	50,2	1933	66,1
1912	91,1	1934	-		1912	66,0	1934	70,6
1913	89,2	1935	-		1913	64,6	1935	83,9

Fonte: Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*,
 op. cit., Anexo estatístico, Tabelas 2 e 16, pp. 222 e 236.

mico do Espírito Santo"¹² até a década de sessenta. O que não havia até bem recentemente era uma interpretação crítica, que tratasse e desse conta do "atraso" do desenvolvimento industrial e urbano do Estado frente a outras regiões de passado cafeeiro. Rocha & Cossetti e depois Cano¹³ colocaram a questão nos devidos termos, buscando a explicação deste "atraso" na especificidade da economia cafeeira capixaba, caracterizada sobretudo pela preponderância da pequena produção e pelo trabalho familiar a ela associado.

Tendo como base este tipo de estrutura produtiva o Estado do Espírito Santo não logrou desenvolver uma vigorosa economia primário-exportadora. Sem falar no seu tamanho absoluto¹⁴, sempre marginal no contexto da produção nacional, a cafeicultura capixaba, por ser estruturada à base da produção

¹² Expressão colhida do título da obra organizada e editada pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), *As etapas do processo histórico...*, op. cit.

¹³ Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, op. cit.; Wilson Cano, "Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras", in *Estudos Econômicos*, 15(2):291-306, maio/ago. 1985.

¹⁴ Tomando-se as "exportações de café pelo Brasil por portos de embarque", observa-se que entre os anos 1901 e 1934, segundo médias quadrienais, o Espírito Santo nunca atingiu o patamar dos 10% (cf. Departamento Nacional do Café, *Anuário Estatístico*, p. 17, apud José Lázaro Celin, *Migração europeia...*, op. cit., Anexo nº 25, pp. 314-5). Entre os anos 1939 e 1960 a participação do Espírito Santo no valor da produção nacional também não chegou a superar o nível de 10%, tendo mesmo apresentado decréscimo a partir de 1956, à medida em que a qualidade inferior produzida no Espírito Santo e o esgotamento da fronteira ecológica limitavam a expansão do estoque de cafeeiros, bem como reduziam a sua produtividade (cf. IBGE, *Anuário estatístico*, apud Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira...*, op. cit., Tabela 2.37, p. 189).

familiar, não fomentou a divisão social do trabalho e restringiu o crescimento do mercado, inclusive o de bens de consumo.

O débil desenvolvimento das forças produtivas verificado durante a fase primário-exportadora, aliado à fraca dotação de recursos naturais, fez com que o Espírito Santo apresentasse até o início dos anos cinquenta baixa complementaridade ao conjunto da economia nacional, cuja unificação vinha processando-se desde os anos vinte sob o comando da economia paulista, região onde a cafeicultura proporcionou o aprofundamento da divisão social do trabalho e lançou as bases da industrialização brasileira.

Não somente o Espírito Santo e São Paulo foram os Estados cujos perfis sócio-econômicos — ainda que de forma e intensidade diferenciadas — resultam dos desdobramentos da economia cafeeira. Esta atividade, desenvolvida no Sudeste do Brasil a partir de meados do século XIX, foi também no Rio de Janeiro e em Minas Gerais a responsável, em menor grau é claro, pelos perfis sócio-econômicos destes Estados. Vários foram os autores que destacaram a cultura do café como sendo responsável pelo delineamento das características do "Brasil contemporâneo"¹⁵. Entretanto, nenhum deles conseguiu precisar na exata medida as influências do café na transformação do Brasil em economia urbana e industrial. Uns pecaram por tratar de uma economia cafeeira em abstrato, sem discutir seus "pa-

¹⁵ Ao Brasil urbano e industrializado, estamos atribuindo a expressão "Brasil contemporâneo".

drões diferenciados"; outros, por não desvendar os verdadeiros limites das demais culturas de exportação, que se desenvolveram em outras regiões do país, em especial na Amazônia e no Nordeste. Wilson Cano foi capaz de superar estas deficiências ao fazer uso de um aparato conceitual mais elaborado, do qual faz parte a noção de "complexo econômico"¹⁶.

Assinala-se que o "complexo" constitui-se quando as atividades econômicas de determinada região possuem um elevado grau de complementariedade, permitindo "o surgimento de um conjunto econômico integrado". O grau e a forma de inter-relacionamento das atividades econômicas no interior de determinado "complexo" estão intrinsecamente associados ao tipo de relação social nele praticada. Assim, para a compreensão da reprodução e dinâmica de determinada economia não basta analisá-la pela ótica do "complexo". Deve-se obrigatoriamente tecer considerações a respeito das relações sociais verificadas em seu interior. Tomando-se como exemplos o Vale do Paraíba, o Oeste Paulista e o Espírito Santo, todas elas regiões cafeeiras, observa-se que cada uma, e de acordo com seus elementos constitutivos, apresentou características próprias, bem como específicos desdobramentos sócio-econômicos. O Vale do Paraíba e o Oeste Paulista são regiões onde a cafeicultura estruturou-se sob a forma de um "complexo econômico". No entanto, as distintas relações sociais de produção praticadas em cada região (escravistas na primeira e capitalistas na segun-

¹⁶Cf. Wilson Cano, *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, 2. ed., São Paulo, T.A. Queiroz, 1981, pp. 17-20.

da) proporcionaram desdobramentos diametralmente opostos: a decadência no Vale do Paraíba e a reprodução ampliada no Oeste Paulista, permitindo neste caso o desenvolvimento do mercado interno e a divisão social do trabalho. No caso do Espírito Santo a cafeicultura nem mesmo logrou estruturar-se sob a forma de "complexo", sendo paticada no interior da pequena produção familiar, quase auto-suficiente. Sob esta ótica pode-se entender, pois, a pujança da economia exportadora do Oeste de São Paulo, *vis-a-vis* outras regiões exportadoras, fossem elas cafeicultoras ou não. Somente a economia cafeeira desta região, dentre todas as demais economias exportadoras, estruturou-se sob a forma de "complexo capitalista". Sendo assim, para se compreender o "Brasil contemporâneo" não se pode partir da economia primário-exportadora em geral; tampouco da cultura do café em abstrato: deve-se partir, sim, do "complexo cafeeiro capitalista de São Paulo"¹⁷.

Ao mesmo tempo em que o café do Vale do Paraíba regressava em decorrência do término do tráfico de escravos e do esgotamento das terras — limites decorrentes da pouca versatilidade apresentada por uma economia organizada à base do trabalho escravo — esta cultura migrava em direção do Oeste Paulista, como também na direção do Sul de Minas e do Espírito Santo.

¹⁷Ver a respeito, Wilson Cano, *Raízes da concentração...*, op. cit., Cap. I, pp. 17-120 e, *Idem*, "Padrões diferenciados...", op. cit.

No Oeste do Estado de São Paulo a cultura do café encontrou condições excepcionais para sua expansão. As terras mostraram-se propícias a esta cultura, tanto no que refere ao clima, solo e topografia, quanto à disponibilidade. A introdução da estrada de ferro desde o início da expansão — desbravando o interior, tornando mais terras aptas ao plantio e diminuindo os custos de transporte — e a introdução da máquina de beneficiamento possibilitaram intensa acumulação de capital, ainda sob condições escravistas. O melhor beneficiamento do café, a fertilidade das novas terras e os menores custos de transporte permitiam margens de lucros elevadas, o que resultava em mais cafeeiros. À medida que progredia a acumulação, colocava-se de forma cada vez mais dramática o problema da oferta de mão-de-obra, já que o tráfico de escravos estava proibido desde meados da década de cinquenta do século XIX. Por sua vez, a viabilidade da reprodução interna dos escravos mostrava-se impossível, pois para tanto fazia-se necessária uma queda na taxa de exploração da força de trabalho escrava¹⁸. O prosseguimento da acumulação cafeeira requeria, assim, uma solução definitiva para o problema da mão-de-obra. A abolição da escravatura e a imigração em larga escala para a constituição de um mercado de trabalho foram as soluções historicamente encontradas. A imigração deveria ser volumosa o suficiente para tornar o mercado de trabalho elástico, com remunerações flexíveis, de modo que durante os períodos de crise as margens de lucro pudessem

¹⁸Cf. João Manuel Cardoso de Mello, *O capitalismo tardio*, São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 60-1.

ser protegidas. Assim sendo, a acumulação cafeeira não encontraria mais limites pelo lado da oferta de mão-de-obra. Porém, a constituição de um mercado de trabalho livre permitiu algo mais do que a possibilidade desta economia reproduzir-se ampliamente. O que ocorreu, na verdade, foi a mudança do próprio caráter desta economia, constituindo relações de produção capitalistas, o que resultou em uma economia altamente mercantilizada, composta por inúmeras atividades interligadas, por onde circulava (via salários, lucros, juros, aluguéis, impostos, etc.) a renda gerada na atividade cafeeira. Em outras palavras, significou o desenvolvimento de um mercado interno altamente complementar, movido por uma atividade econômica nuclear, que estava sustentada na demanda externa. Em suma, no Oeste Paulista, vinculadas à atividade cafeeira, surgem outras atividades complementares que aprofundaram a divisão social da economia. Dentre as atividades econômicas ali desenvolvidas, destacam-se, além da cafeicultura, o comércio importador e exportador (cujas casas representam uma das origens da burguesia industrial), a própria indústria de bens de consumo leves, o comércio varejista e atacadista, as ferrovias, os bancos, a agricultura especializada na produção de alimentos, etc.

Esta economia, com fortes laços de complementariedade, constituída por inúmeras atividades inter-relacionadas, todas elas direta ou indiretamente ancoradas na atividade dominante e estruturadas à base do trabalho livre, representa a própria configuração do "complexo cafeeiro paulista". E é nesta economia, como já enfatizou-se, que encontram-se as verdadeiras origens do processo de industrialização brasileira e da con-

centração industrial em São Paulo. Este "complexo" desenvolveu-se a tal ritmo que já na década de vinte deste século atingia sua plenitude, desenvolvendo dentro de si os elementos de uma nova economia que anos posteriores viria superá-lo. Desde logo fica claro que não foi o fracasso desta economia que proporcionou sua superação; antes foi seu sucesso, que, ao desenvolver até o limite suas potencialidades e contradições, produziu no seu interior os elementos para a sua superação.

Os impactos do "complexo cafeeiro capitalista" sobre a vida urbana foram particularmente notáveis. A reprodução ampliada da economia cafeeira à base do trabalho livre apresentou uma capacidade formidável em dinamizar as atividades urbanas à ela complementares. Paralelamente ao crescimento e sofisticação das atividades urbanas nos núcleos mais antigos, próximos à Capital, novos núcleos eram criados no bojo da "marcha para o oeste". Novos núcleos intrinsecamente associados à atividade cafeeira, mas capazes de apresentar precocemente um elevado grau de sofisticação, resultante dos impulsos emanados da construção civil, da agricultura alimentar e também da indústria de beneficiamento de produtos alimentares.

"Até os anos 30, portanto, a rede urbana paulista se desenvolveu graças à expansão agrícola, com base nas atividades que se articulavam ao complexo cafeeiro, mas, sobretudo desde os anos 20, graças também a atividades novas que se desdobraram diversificando esse complexo econômico"¹⁹.

¹⁹ Barjas Negri, Maria Flora Gonçalves e Wilson Cano, *O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no estado de São Paulo (1920-1980)*, São Paulo, SEADE, 1988, v.1, nº1, p. 10.

À medida que os núcleos urbanos ganhavam certo porte, dada a distribuição de renda, outras atividades, as especificamente urbanas, começavam a deslanchar: "comércio varejista, transportes urbanos, comunicação, energia elétrica, construção civil, equipamentos urbanos etc."²⁰. Ou seja, tanto na zona antiga quanto na pioneira, a urbanização no Estado de São Paulo não limitou-se apenas a suprir os serviços induzidos pela reprodução ampliada do café. Um conjunto de serviços especificamente urbanos foi desenvolvendo-se nestes núcleos, obedecendo, é claro, à uma hierarquia de funções que entre os mesmos rapidamente se definia²¹.

"A urbanização ganhava espaço com o próprio avanço da expansão cafeeira (...) (e) ao mesmo tempo, o avanço cafeeiro estruturava uma diferenciação regional interna ao Estado (...) definindo regiões e organizando uma primeira hierarquia no sistema de cidades do Estado"²². "O café, como já foi tantas vezes enfatizado, seria a matriz do sistema urbano paulista"²³.

De forma distinta do evidenciado acima, o desenrolar da atividade cafeeira assumiu contornos completamente distintos no Espírito Santo: não produziu uma economia urbana e industrial, embora tenha sido capaz de produzir a ocupação do território, as principais correntes migratórias, bem como a

²⁰ *Idem, ibidem*, p. 7.

²¹ A dinâmica do terciário especificamente urbano, ou "terciário autônomo", será melhor discutido no item seguinte.

²² Barjas Negri, Maria Flora Gonçalves e Wilson Cano, *O processo de interiorização...*, *op. cit.*, p. 7.

²³ *Idem, ibidem*, p. 6.

formação e o desenvolvimento dos núcleos urbanos, ainda que reduzidos e pouco complexos, mas com uma nítida hierarquia. Como ficará mais claro no decorrer do Capítulo II, o desenvolvimento urbano do Espírito Santo foi restringido pelo baixo grau de mercantilização da economia familiar.

1.3 - O QUADRO URBANO EM 1960: SÍNTESE DE UM SÉCULO DE DESENVOLVIMENTO

O grau de urbanização, o número e o tamanho dos núcleos urbanos são elementos que espelham, traduzem, com elevado grau de fidedignidade o perfil de determinada realidade sócio-econômica, da qual são elementos constitutivos. No caso em análise (a economia do Espírito Santo) o quadro urbano vigente em 1960 pode ser tomado como um elemento síntese da sua realidade, capaz de revelar — sem contudo explicar — as condições de produção então ali vigentes.

Convém esclarecer, entretanto, que este não é um posicionamento gratuito. Resulta, pelo contrário, de uma particular forma de encarar o urbano e a urbanização como sendo fenômenos, em grande medida, reflexos da estrutura e dinâmica dos setores produtivos (agricultura e indústria), de forma que, apesar de dotados de relativa autonomia, estes fenômenos não se auto-explicam. Assim, a compreensão dos processos urbanos deve transcender suas determinações mais imediatas e buscar no funcionamento dos setores produtivos suas determinações últimas. A estrutura produtiva determina em última análise a razão de ser do "mundo urbano": diretamente, por intermédio das

demandas por serviços urbanos gerados no seu interior, o que constitui o urbano "reflexo"; indiretamente, pelos serviços urbanos induzidos pelo próprio processo urbano, o que constitui o urbano "autônomo"²⁴.

Deste modo, se a estrutura produtiva determina direta e indiretamente o perfil urbano de determinada economia, é ilícito asseverar, como feito acima, que o quadro urbano traduz (espelha) a realidade dos setores produtivos sobre os quais se ergue, podendo constituir-se num ponto de partida para o entendimento da realidade sócio-econômica. Embora correto, não é este exatamente o procedimento aqui adotado. O objetivo desta dissertação é compreender a urbanização no Espírito Santo no período anterior a 1960 e para tanto parte-se de uma detalhada "reconstituição" e análise da realidade histórica do Estado, centrando preocupação no comportamento dos setores produtivos e em particular nas suas demandas urbanas. Em suma, a estrutura produtiva como se apresentava em 1960, nesta dissertação, foi tomada "apenas" como ponto de partida para a exposição — uma primeira aproximação — e não como ponto de partida para o entendimento, uma vez que a estrutura produtiva do final dos anos cinquenta não apenas explica o respectivo quadro urbano, mas ela mesma precisa ser explicada.

Antes de apresentar e examinar o quadro urbano capixaba em 1960 e seus determinantes (os setores produtivos e o emprego), optou-se por melhor evidenciar esta particular concep-

²⁴ Esta forma particular de abordar a problemática urbana tem como referência o artigo de Wilson Cano, "Dinâmica da economia urbana de São Paulo: uma proposta de investigação", in *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, 25(1): 15-25, jan./jul. 1985, p. 24. Neste trabalho estão bem delimitados, tanto o *status reflexo* da economia urbana, quanto a própria noção de "terciário autônomo". Há que se ressaltar, também neste campo a clássica contribuição de Paul Singer, *Economia política da urbanização*, São Paulo, Brasiliense/Cebrap, 1975.

ção acerca da natureza e dinâmica dos processos urbanos. Enfim, pretende-se, a seguir, assinalar mais enfaticamente uma idéia básica, uma forma de abordagem específica, a qual deve presidir o estudo da urbanização e do urbano: a idéia de que a urbanização e o urbano não se auto-explicam (muito embora constituam objeto de inúmeros ramos do conhecimento humano e *locus* privilegiado para a análise e compreensão de significativos fenômenos do capitalismo contemporâneo). Esta forma de abordagem específica contrapõe-se às que absolutizam o "espaço urbano" e que procuram limitar ao seu interior todo o âmbito da análise.

1.3.1. OS SETORES PRODUTIVOS, A URBANIZAÇÃO E O TERCIÁRIO: UMA NOTA METODOLÓGICA

Assinala-se, de início, que o incremento relativo da população residente nas cidades representa mais as consequências do que a causa do processo de urbanização, de tal forma que a urbanização não pode ser confundida e nem reduzida ao simples crescimento da proporção de pessoas residentes em cidades. Há que se evidenciar, pelo contrário, determinadas mudanças (sobretudo qualitativa) que ocorrem ao nível do funcionamento das economias e que são capazes de, ao mesmo tempo, provocar uma crescente concentração relativa da população em espaços reduzidos (as cidades), estabelecer (e mudar) seu papel no contexto da divisão territorial do trabalho e determinar o perfil qualitativo do contingente humano que ali reside e/ou se emprega. Em suma, o aumento da proporção de pessoas que passam a residir em cidades deve ser encarado mais como

consequência do que como causa do desenvolvimento urbano, e, como tal, a taxa (ou grau) de urbanização constitui apenas um bom indicador do conteúdo urbano de determinada economia. Dentro desta mesma perspectiva, assinala-se que a estruturação e reestruturação interna de qualquer cidade, ou seja, a dinâmica das suas regiões intra-urbanas, resulta ininteligível se não se considerar as suas funções, ou melhor, o sentido do relacionamento que se estabelece entre a cidade e o seu "exterior" (os setores produtivos e as outras cidades)²⁵. Assim, o paralelo que se estabeleceu entre a economia cafeeira do Oeste de São Paulo e aquela que se desenvolveu no Espírito Santo não é casual, pois com ele pretendeu-se evidenciar que distintas estruturas sócio-econômicas produzem distintos graus e formas de urbanização.

As cidades, em si, põem em evidência a existência de uma certa divisão territorial do trabalho que se expressa na relação "campo-cidade". Em certo sentido, então, o avanço da urbanização resulta de alterações ocorridas nesta relação. Num primeiro momento, antes da gênese das cidades, pode-se dizer que "tudo era agrícola", de modo que a reprodução da sociedade resumia-se ao campo. A produção das condições indispensáveis à existência humana (materiais e imateriais, objetivas e subjetivas) são alcançadas no âmbito da agricultura, a qual en-

²⁵ "Em suma, é impossível compreender a economia de uma cidade sem situá-la no contexto da rede urbana à qual ela pertence, e sem determinar as funções especializadas que ela exerce" (Paul Singer, *A economia política da urbanização*, op. cit., p. 144).

globa atividades agrícolas propriamente ditas, o "artesanato" e a "indústria doméstica" e até mesmo atividades que seriam atualmente classificadas como terciárias (rituais, lazer, repartição do produto do trabalho, etc.). À medida que, por uma razão ou por outra, eleva-se a produtividade do trabalho e a produção de excedentes torna-se reiterada, aquelas atividades não especificamente agrícolas vão progressivamente ganhando autonomia, vão constituindo segmentos autônomos da produção social, convertendo "divisão técnica" em "divisão social do trabalho". Esta "divisão social do trabalho" pronuncia-se espacialmente e surge como decorrência uma nítida e progressiva divisão territorial do trabalho. Com isto o campo vai progressivamente restringindo-se às atividades especificamente primárias, ao passo que a cidade vai absorvendo, concentrando e especializando-se nas demais atividades, que eram dispersamente desenvolvidas no campo, no interior de cada unidade produtiva. Ao serem transferidas para pontos específicos do espaço (as cidades), estas atividades vão sofrendo um contínuo processo de segmentação, o que aprofunda a "divisão social do trabalho", potencializa a produtividade do trabalho e a capacidade das cidades de produzir e trocar excedentes. Face disto, parcela da força de trabalho ocupada no campo transfere-se para as cidades em formação, ocupando-se e especializando-se nestas atividades. Neste sentido, a urbanização, entendida como a transferência de atividades e pessoas do campo para a cidade, resulta de alterações verificadas na relação "campo-cidade", ou seja, de alterações nas funções que cada um desses espaços cumpre na divisão territorial do trabalho. Em suma, a

a produção de excedentes põe em movimento a "divisão social do trabalho", que manifesta-se na divisão territorial do trabalho, a qual, ao concentrar atividades no espaço urbano, acaba por aprofundar a "divisão social do trabalho", constituindo um processo endógeno de contínua redefinição da relação "campo-cidade". No decorrer deste processo, o campo, que já havia se especializado na produção primária, passa a absorver, sob a forma de ferramentas, máquinas, equipamentos, etc., os frutos da produtividade do trabalho que se produz na cidade, frente ao que eleva também a sua produtividade, libera mão-de-obra e padroniza seus produtos. A elevação da produtividade do trabalho e da terra e a alteração/recriação das condições naturais por intermédio de processos artificiais vão isentando a produção primária dos desígnios da natureza, o que representa, no limite, a absorção do campo pela cidade e a criação de um ambiente onde "tudo torna-se urbano". Este limite, se já não foi alcançado, está muito próximo. O capitalismo monopolista, com suas conquistas nas áreas da química, eletrônica e metal-mecânica, trouxe uma revolução na forma de produzir nas cidades e introduziu no campo uma lógica puramente industrial, além de ter revolucionado os transportes e as comunicações.

"A divisão do trabalho entre campo e cidade sofreu, deste modo, uma transformação tão ampla que hoje já é legítimo se colocar a dúvida quanto à validade da distinção entre campo e cidade. Não é difícil prever uma situação em que a maioria da população 'rural', no sentido ecológico, se dedique a funções urbanas e que a prática da agricultura — mecanizada, automatizada, computadorizada — em nada se distinga das demais urbanas"²⁶.

²⁶Paul Singer, *A economia política da urbanização*, op. cit., p. 27.

À medida em que o campo vai absorvendo padrões citadinos no que tange à administração da produção, métodos e processos de trabalho e que, simultaneamente, a revolução operada nos transportes e comunicações unifica regiões, alarga espaços e mercados e leva os "últimos acontecimentos" a cada recanto, o ambiente urbano extrapola seu *locus* originário, que é a cidade, e se estende ao campo. Permanece, entretanto a dicotomia "campo-cidade", só que completamente transformada: o campo, ao urbanizar-se, fica destituído completa e definitivamente de seu caráter rural. A relação "campo-cidade" perde seu significado original, a partir do que, tanto campo quanto cidade tornam-se categorias sem sentido econômico e social mais preciso e passam a expressar tão somente ambientes "ecologicamente" diferenciados.

Esta é uma constatação importante, pois denuncia um limite, uma incapacidade, de se prosseguir na análise da urbanização a partir da relação "campo-cidade". Para superar este limite é preciso a introdução de outro par de conceitos: a relação "urbano-rural". Por séculos o urbano esteve restrito aos limites da cidade, de tal forma que a literatura especializada nunca dispensou maiores preocupações em distinguir um do outro. Foi necessário um colossal movimento de urbanização do campo para que os analistas, em especial, os urbanistas, atentassem para a distinção de conteúdo entre cidade e urbano.

Antes de prosseguir com a análise, convém um maior aprofundamento nesta questão, com o objetivo de precisar adequadamente o conteúdo destes conceitos. Rural e urbano são conceitos que sintetizam relações sociais e sobretudo formas

de produzir. Ao "mundo rural" associa-se a noção de auto-suficiência, de produção de todos os requisitos materiais e imateriais à reprodução humana. Simetricamente, ao "mundo urbano" associa-se a noção de profunda e progressiva "divisão social do trabalho", de plena interdependência. Desta forma, antes do advento das sociedades produtoras de excedentes, ou seja, antes que se estabelecesse a divisão social e territorial do trabalho, "tudo era rural", de modo que nada de urbano havia. O limite oposto a este quadro é um mundo onde "tudo torna-se urbano", e conseqüentemente elimina-se por completo qualquer vestígio de auto-suficiência, com o que a "divisão social do trabalho" passa a abarcar todos os produtos e todos os produtores. É preciso ressaltar, entretanto, que por expressarem conteúdos sociais, urbano e rural, ainda que opostos, só se excluem nas situações limites apontadas acima: desde que se instaurou a "divisão social do trabalho" e estabeleceu-se a "autonomização" de certas atividades que se agruparam e deram vida às cidades, os espaços tornaram-se mais ou menos urbanos, ou seja, mais ou menos marcados pela "divisão social do trabalho". A cidade, constitui, deste modo, um *locus* genuinamente urbano, enquanto que o campo deixa de ser genuinamente rural. Desde o momento em que o campo transferiu as primeiras atividades (e a correspondente força de trabalho) e deu ensejo à formação das cidades, este deixou de ser genuinamente rural, pois passou a compartilhar da "divisão social do trabalho", sob a feição particular da divisão territorial do trabalho. Desde então, o campo tem sido marcado por um maior ou menor conteúdo urbano, estando este conteúdo a depender do grau

de especialização da sua produção e do conjunto de atividades não especificamente primárias que são absorvidas pelo seu processo produtivo.

Após estas considerações, a cidade deve ser enfocada como sendo o local especializado na produção de determinadas atividades — as atividades urbanas —, cujo consumo realiza-se em sua maioria na própria cidade, mas que também efetua-se no campo, pela agricultura e pela indústria. Neste particular, importa esclarecer que a identificação da indústria como uma atividade urbana não é correta. A indústria, por ser palco de uma progressiva divisão técnica e social do trabalho, é sim um setor altamente consumidor dos serviços produzidos pelas atividades propriamente urbanas. Não existe qualquer determinação maior que venha a implicar na restrita localização da indústria nas cidades. A classificação da indústria como atividade urbana é decorrente da identidade que se estabelecia entre cidade e urbano. Pelo fato da cidade ter sido secularmente o único espaço dotado da oferta de serviços urbanos a indústria procurou o seu interior para estabelecer-se, daí o equívoco de ser encarada como uma atividade restrita às cidades e até mesmo rotulada de atividade urbana²⁷.

Em síntese, a indústria localiza-se no espaço consumidor de serviços urbanos, de modo que possa usufruir da sua oferta; mas não necessariamente no espaço produtor (as cidades). Dependendo das características do processo produtivo, do tipo de energia e matéria-prima envolvidos e do perfil dos

²⁷ Neste sentido, a indústria organizada no interior de estabelecimentos agrícolas autosuficientes, a chamada "indústria rural", não é rigorosamente indústria.

consumidores de seus produtos, as indústrias tendem a localizarem-se na cidade ou no campo, mas obrigatoriamente em espaços dotados da oferta de serviços (atividades de apoio) necessários e indispensáveis ao seu funcionamento. Além do mais, à medida que a disponibilidade de serviços possa estar indistintamente disponível na cidade e no campo, deixarão de existir regras gerais de localização industrial.

A respeito dos determinantes da localização industrial num mundo progressivamente urbanizado, Castells fez a seguinte observação:

"O que ressalta, na leitura dos estudos empíricos sobre localização industrial, é uma liberação crescente da implantação com relação às restrições geográficas, consequência, essencialmente, do progresso técnico. Com efeito, do ponto de vista dos meios de produção assistimos a uma homogeneização energética do espaço, sendo o carvão substituído pela eletricidade e a rede de distribuição de energia. Esta evolução será ainda mais marcante, com a utilização da energia nuclear. As necessidades de matéria-prima também sofreram uma transformação considerável, já que a maior parte da indústria tem seu eixo em matérias-primas sintéticas e produtos semi-acabados, reduzindo o contato direto com produtos naturais. Os transportes foram profundamente modificados pela difusão do traçado dos roteiros, pela rapidez e a capacidade crescente de carga e meios utilizados. O avião tem um papel essencial nos contatos interpessoais e, em certos casos, no transporte de mercadorias ou instrumentos (por exemplo, peças de precisão). O telex aumentou as possibilidades de afastamento dos estabelecimentos de uma mesma firma, já que permite a gestão à distância. Por outro lado, o consumo de massa supõe que, para as grandes empresas, quase não haja mais mercados específicos insubstituíveis. Cada estabelecimento insere-se numa rede de distribuição que não é mais comandada pela posição do comprador, mas pela política comercial da empresa"²⁸.

²⁸ Manuel Castells, *A questão urbana*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, pp. 165-6.

Observa-se que sem a mediação do conceito de urbano, a análise da urbanização pela ótica das transformações operadas na relação "campo-cidade" fica prejudicada. No entanto, a simples introdução do conceito de urbano desloca o foco de análise. Mesmo sem implicar o abandono da relação "campo-cidade", ganha destaque outra forma de abordagem do problema; uma forma mais rigorosa, que parte da relação "produção material (agricultura e indústria) versus produção de serviços (o chamado setor terciário)". Por esta ótica, eleva-se o nível de compreensão dos determinantes da urbanização, como também fica adequadamente caracterizado o chamado "espaço urbano", que, diga-se de passagem, não se resume propriamente à cidade. Até mesmo a dinâmica das regiões "intra-urbanas" fica mais evidente, uma vez que foi operada a distinção analítica entre usuários e fornecedores dos serviços urbanos, cada qual com a sua específica lógica de localização no interior das cidades.

Nesta abordagem mais rigorosa o desenvolvimento das atividades urbanas resulta de demandas originadas dos setores produtivos (agricultura e indústria), setores responsáveis pela produção material. O desenvolvimento urbano constitui o desenvolvimento de atividades que dão apoio direto e indireto aos setores produtivos. Tanto a produção industrial quanto a agrícola requerem inúmeros serviços de apoio, o que representa demandas junto ao setor terciário. Quanto mais sofisticadas forem estas demandas, mais heterogêneo e mais especializado será o perfil ocupacional das cidades, respeitando-se, é claro, a posição de cada uma na hierarquia de cidades. Neste sentido, se a proporção da população que reside nas cidades re-

presenta um índice do grau de urbanização, o perfil ocupacional desta população traduz de forma bastante precisa as condições de produção que vigoram nos setores produtivos, de modo que, quanto maiores e mais sofisticadas forem as demandas por serviços urbanos, mais especializado e diversificado tende a ser o perfil da mão-de-obra que se ocupa nas cidades, o que por sua vez, resulta em novas, e ainda mais especializadas, demandas urbanas. O atendimento deste conjunto de demandas, originadas dos setores produtivos e do próprio setor produtor de serviços, constitui o "campo de ação" do chamado setor terciário da economia.

"Lembremos que o terciário tem, em grande medida, uma dinâmica reflexa. Sua oferta reflete as demandas derivadas da indústria e da agricultura. Contudo, o terciário guarda uma 'certa autonomia'. Seus segmentos de transportes e finanças constituem atividades que, em grande medida, são reflexos dos compartimentos produtivos. Outros, porém, guardam graus variáveis de dinâmica reflexa e 'autônoma'. Por exemplo, a atividade do comércio cresce, em parte, como complemento das atividades produtivas de mercadorias e, em parte, pela pressão decorrente da própria expansão urbana.

A produção de serviços técnicos depende tanto de uma dinâmica reflexa (como os serviços técnicos exigidos pela expansão agrícola e industrial), como também de serviços especializados, que decorrem da expansão do núcleo urbano. Nas áreas metropolitanas, este fenômeno é mais facilmente detectado, e, hoje, a disseminação da 'informática de consumo' constitui seu melhor exemplo.

Os chamados serviços pessoais, parte do transporte coletivo, serviços de educação, de saúde, de lazer, de alimentação, etc., constituem atividades terciárias que estão muito mais vinculadas à própria expansão do núcleo urbano e das decisões políticas de execução do gasto público. Poderiam, sem grande violentação, ser chamados de serviços vinculados à 'dinâmica própria' do setor terciário, ou seja, uma dinâmica decorrente da expansão do nível de urbanização"²⁹.

²⁹Wilson Cano, *Dinâmica da economia urbana...*, *op. cit.*, p. 24.

Sob este ponto de vista perde sentido qualquer proposta de investigação dos fenômenos urbanos sem o concurso de um profundo exame de como operam seus setores responsáveis pela produção material, sendo que examinar a dinâmica da produção material significa ir fundo no entendimento da sociedade na qual estão inseridos. Este entendimento requer mediações de caráter teórico e sobretudo histórico, de forma que se evidencie o seu "modo de produção": o modo de produzir, distribuir e apropriar os resultados do trabalho humano. A abordagem pela ótica da relação "campo-cidade" não permite este alcance, pois a produção de excedentes, a "divisão social do trabalho", o campo e a cidade são elementos constitutivos dos mais variados "modos de produção", tão radicalmente distintos no que tange à dinâmica da produção material. Esta forma mais criteriosa de abordagem da problemática urbana, evita, de quebra, que se caia no engodo das sociedades pós-industriais ou sociedades de serviços. Fajnzylber conclama para a necessidade de se "qualificar e definir claramente os limites desta transição que se estaria produzindo entre a sociedade industrial e a sociedade de serviços"³⁰ e aproveita a oportunidade para externalizar o seu ponto de vista a respeito do tema:

"... este crescimento do setor de serviços não deve ser entendido como a emergência de atividades novas que deslocam a atividade industrial, senão, numa medida importante, como expressão das transformações que experimenta o setor industrial, sem as quais não caberá esta expansão do setor de serviços". "Melhor, a imagem que emerge é a de uma difusão generalizada

³⁰ Fernando Fajnzylber, *La industrialización trunca de América Latina*, México, Nueva Imagem, 1983, p. 30.

da lógica industrial ao conjunto da atividade produtiva, incluídos a agricultura, a construção e os serviços, o qual explica precisamente a ponderação crescente do trabalho intelectual e a diminuição do trabalho manual no conjunto das atividades produtivas e não só na produção de bens industriais"³¹.

Em suma, não descortina-se qualquer tendência de autonomização plena do terciário, muito embora o perfil ocupacional das sociedades capitalistas contemporâneas esteja cada vez mais ponderado pela presença de pessoas empregadas nos setores produtores de serviços. Como já se afirmou páginas atrás, mesmo não sendo uma categoria que se auto-explica, o urbano constitui o *locus* de acontecimento de importantes aspectos do capitalismo moderno e, por conta disto, objeto de estudo dos mais variados ramos do conhecimento humano.

Alain Lipietz é outro autor que combate estas teses que apregoam o advento da autonomização plena do terciário. Segundo ele, trata-se de uma "visão idílica segundo a qual às desigualdades e às frustrações da era industrial sucederia o paraíso de uma idade terciária na qual, tendo os homens se desembaraçado dos constrangimentos do trabalho manual, a humanidade acederia às delícias de atividades inteligentes e igualizadoras: os serviços"³². Lipietz rejeita também a esquemática delimitação do terciário que resulta da mecânica oposição entre "produção material" e "produção de serviços", que acaba por transformar o terciário numa "espécie de quarto de despe-

³¹ *Idem, ibidem*, pp. 30 e 29.

³² Alain Lipietz, *O capital e seu espaço*, São Paulo, Nobel, 1988, p. 177.

jo"; uma delimitação que desconsidera, senão ignora a rica diversidade que opera no interior deste setor.

Procurando "refinar a análise deste 'matagal' informe" (o terciário), Lipietz acabou por produzir uma detalhada radiografia do seu interior o que resultou numa contribuição bastante fecunda para a compreensão da dinâmica urbana. De início Lipietz ressalta que a produção de serviços, em certas atividades do terciário, pode requerer o concurso de ocupações voltadas para a produção material, ao inverso do que pode ocorrer em outras atividades, comumente catalogadas como serviços, mas que podem "figurar no rol das atividades de transformação da matéria", como é o caso da atividade de transporte, que Lipietz, invocando Marx, classifica como a atividade que produz a transformação espacial da matéria. Outras atividades, especialmente "com a tendência das grandes empresas a subcontratarem atividades e não somente fabricação de peças", constituem, na verdade, atividades pseudo terciárias. Depois destas considerações, afirma que "é terciário o que não valoriza capitais por um processo de trabalho material"³³.

Esta definição mais precisa não significa uma rejeição definitiva daquela centrada na oposição "produção material/ produção de serviços"; representa uma qualificação. Em suma, nem toda atividade produtora de serviços está isenta da necessidade de incorporar ocupações voltadas para a produção material, da mesma forma que outras atividades, como é o caso do

³³ *Idem, ibidem*, p. 178.

transporte, mesmo não envolvendo a produção material devem ser enquadradas no rol das atividades responsáveis pela produção material.

Embora não constitua uma rejeição à forma de encarar o terciário pela ótica da oposição "produção material/produção de serviços", a colocação de Lipietz naturalmente conduz a análise do terciário para um caminho mais promissor: não basta considerar apenas o "setor terciário", ou seja, o conjunto dos produtores de serviços, e suas respectivas atividades econômicas, autonomizados no contexto da "divisão social do trabalho". Há um "outro" terciário a considerar; aquele que "ainda" não se desprende do interior das unidades produtivas, constitutivas dos setores responsáveis pela atividade econômica (primário, secundário e também o terciário). Endógeno às unidades produtivas destes setores, este terciário corresponde a segmentos da divisão técnica (ou manufatureira) do trabalho. Ao buscar a dinâmica da produção terciária deve-se considerar necessariamente as ocupações responsáveis pela produção de serviços, estejam em que setores estiverem.

Segundo Lipietz, deve-se considerar então, de um lado, "o conjunto de ramos funcionalmente terciários repartidos na divisão social do trabalho"³⁴; ramos que prestam serviços para os setores responsáveis pela produção material (primário e secundário). Este é o terciário "reflexo". Entretanto, estes ramos "repartidos na divisão social do trabalho" prestam ser-

³⁴ *Idem, ibidem*, p. 179.

viços também ao próprio terciário, constituindo o terciário "autônomo". Alguns destes ramos (ou atividades) estão comprometidos mais com o fornecimento de serviços aos setores que realizam a produção material, enquanto que outros, em geral mais especializados, voltam-se mais para o apoio ao próprio terciário, de modo que, com certas reservas, pode-se estabelecer, no plano empírico, algum traço distintivo entre terciário "reflexo" e terciário "autônomo"³⁵. Este conjunto de ramos (ou atividades) produtores de serviços, "repartidos na divisão social do trabalho", constituem, de acordo com Lipietz, o "setor terciário" ou "terciário externo"³⁶. Por outro lado há o "terciário interno", constituído de ocupações terciárias "no interior do setor terciário, mas também dos setores primário e secundário"³⁷. São ocupações que não contribuem, no caso dos setores que realizam a produção material, diretamente para o processo de trabalho. Enquanto ocupações de apoio aos setores produtivos, inseridas no interior das empresas como segmentos

³⁵ "Reflexo" e autônomo" na acepção adotada por Wilson Cano, *Dinâmica da economia urbana...*, *op. cit.*

³⁶ O termo "setor terciário" tem em Lipietz o mesmo significado atribuído pela literatura corrente.

³⁷ Alain Lipietz, *O capital e seu espaço*, *op. cit.*, p. 179. Lipietz, ao invés de "ocupações", considera o "terciário interno" como sendo composto de "atividades". Optou-se, entretanto, por atribuir ao "terciário interno" a noção de conjunto de ocupações e ao "terciário externo" a noção de conjunto de ramos ou atividades, já que entende-se por ramos ou atividades a reunião de determinado tipo de empresas independentes ("repartidas") no quadro da "divisão social do trabalho". Quanto às "ocupações", na acepção aqui adotada, constituem um segmento da "divisão técnica (ou manufatureira) do trabalho". De forma esquemática associa-se o "terciário interno" à dinâmica do "processo de trabalho", enquanto que o "terciário externo", ao "processo de valorização de capitais".

da divisão técnica (ou manufatureira) do trabalho, estas podem aglutinar-se, constituindo uma outra empresa, especializada no suprimento daquele serviço, no que passarão ao âmbito do "terciário externo". O processamento automático de dados, ao que parece, constitui na atualidade um exemplo bastante apropriado para ilustrar este fenômeno: de início, parte constitutiva da estrutura administrativa e contábil de grandes empresas; depois, atividade autônoma, supridora de serviços a um sem número de empresas, grandes e médias.

De qualquer forma, sendo "interno" ou "externo", "reflexo" ou "autônomo", o terciário constitui-se de ocupações nas quais a força de trabalho não concorre diretamente para a produção material. Ou seja, "é terciário o que não valoriza capitais por um processo material de trabalho"³⁸.

Para os propósitos desta dissertação dá-se por encerrada esta "nota metodológica"³⁹. Procurou-se evidenciar, em

³⁸ *Idem* nota nº 33.

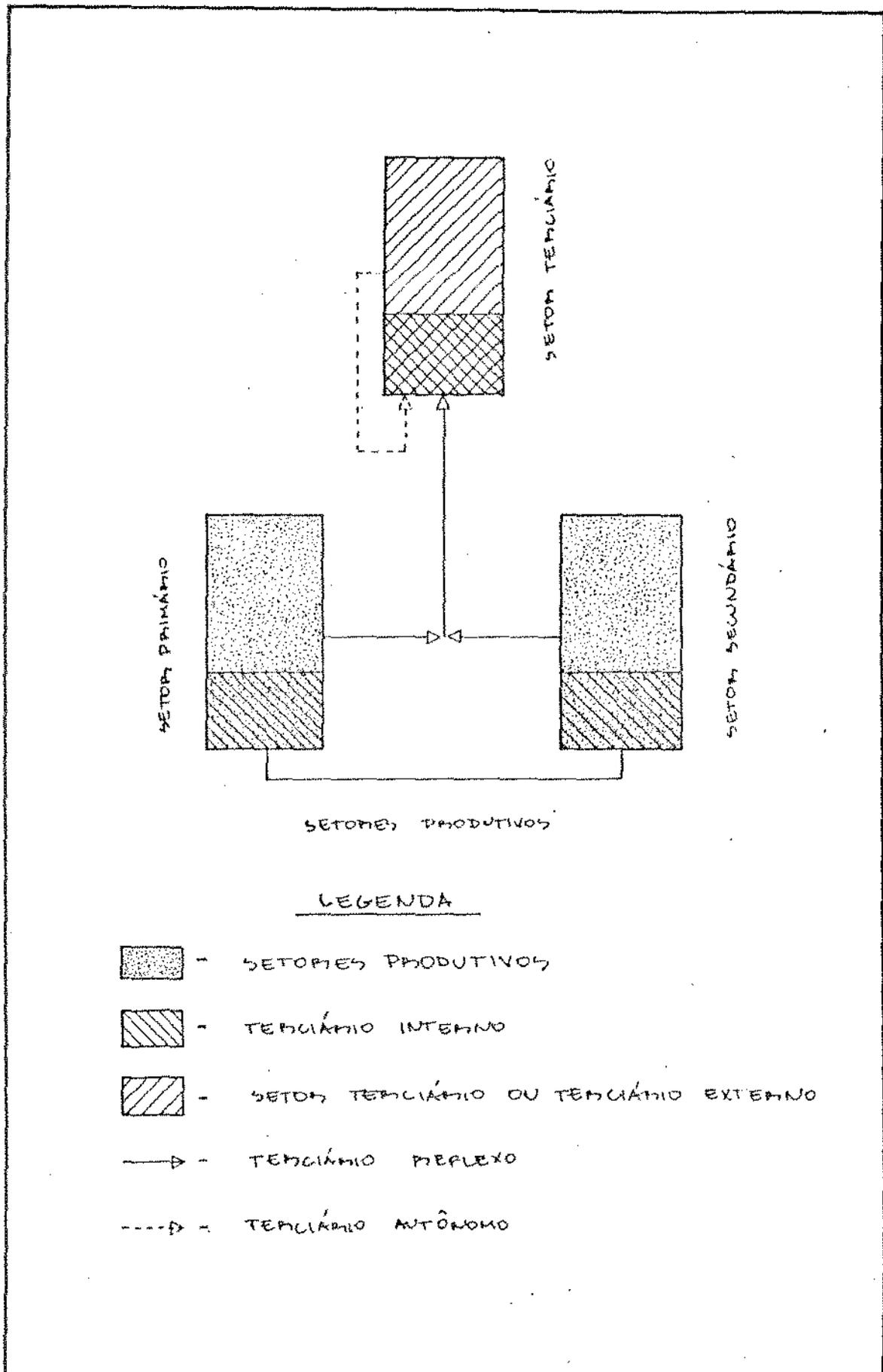
³⁹ Seria conveniente avançar nesta discussão, acompanhando o "refinamento" do terciário realizado por Lipietz. Poder-se-ia distinguir, no "setor terciário", o "terciário moderno" e "terciário arcaico". O primeiro, "ligado ao próprio desenvolvimento do capitalismo", requer "uma análise econômica ou estrutural", capaz de evidenciar os impactos da produção "fordista" sobre a dinâmica do "setor terciário"; o segundo, o que "registra o traço de um passado na organização da sociedade contemporânea", deve ser apreendido por intermédio de uma "genealogia" da formação social. Poder-se-ia distinguir também as atividades "que se ligam à valorização de segmentos autônomos de capital" (ou seja, atividades exercidas pelo "setor privado"), daquelas "que, ao contrário, reproduzem o que Marx chama de as 'condições gerais exteriores' da valorização dos capitais privados" (ou seja, atividades de responsabilidade do "setor público"). Entretanto, no interior do conjunto das atividades exercidas pelo "setor público", há que se distinguir aquelas que são verdadeiramente "condições gerais exteriores", daquelas que podem ser "privatizadas", mas que constituem o "setor público" por contingência de determinada formação social.

primeiro lugar, o caráter "reflexo" do terciário frente à dinâmica da produção material, levando-se em consideração, entretanto, o relativo grau de "autonomia" deste setor que resulta do atendimento à demandas geradas no seu interior. Em segundo lugar, evidenciou-se a dupla forma de manifestação do terciário: uma autonomizada no quadro da divisão social do trabalho ("setor terciário" ou "terciário externo"); a outra, sob a forma de ocupações no interior das empresas dos diversos setores produtivos ("terciário interno").

Do ponto de vista da análise do urbano, mais especificamente no que se refere ao tratamento das informações referentes ao perfil setorial das ocupações, conclui-se pela imperiosa necessidade de se efetuar o "cruzamento" do contingente da PEA alocado nos diversos setores com as respectivas ocupações. Resulta desta atitude um quadro bastante cristalino que traduz a relação entre a "produção material" e a "produção de serviços", ou o que dá no mesmo, o grau de divisão técnica e social do trabalho, conseqüentemente o conteúdo urbano daquela específica estrutura sócio-econômica⁴⁰.

⁴⁰A preocupação com o "cruzamento", "ocupações x setores de atividades" tem estado explícito, sendo inclusive um dos principais pilares metodológicos, nas pesquisas desenvolvidas nos últimos anos no Instituto de Economia da UNICAMP. A propósito, ver *Urbanização e estrutura ocupacional do Estado de São Paulo (1970-1980)*, Campinas, IE/UNICAMP, 1988 (4º relatório parcial).

DIAGRAMA 01- APRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DOS TERCIÁRIOS
 "EXTERNO" E "INTERNO", "REFLEXO" OU "AUTÔNOMO"



1.3.2. O QUADRO URBANO EM 1960: CIDADES E VILAS

De acordo com o Censo Demográfico, o Estado do Espírito Santo em 1960 contava com 1.169.553 habitantes e predominava entre estes o contingente residente na zona rural. Com taxa de urbanização de 31,6%, a população residente nos núcleos urbanos somava 370.075 habitantes, dos quais 270.856 (73,2%) residiam nas sedes municipais e os 99.219 restantes, nas vilas. Ao todo possuía o Espírito Santo 149 núcleos urbanos, sendo 36 cidades e 113 vilas. A população do município de Vitória, Capital do Estado, somava 83.351 habitantes, dentre os quais 82.044 (98,4%) residiam na zona urbana. Vitória possuía dois núcleos urbanos: o distrito sede, Vitória, com 80.901 habitantes e Goiabeiras, com apenas 1.143. Fica clara a inexpressível importância da zona rural na Capital do Estado, do mesmo modo que a extrema importância do distrito sede no contexto municipal — a população urbana do distrito sede representava 97,1% da população municipal. Nesta ocasião, a população residente no município de Vitória representava 7,1% do total residente no Estado, 22,5% da população urbana e 10,4% da população rural.

Das 113 vilas então existentes, 108 (95,5%) não superavam o patamar de 2 mil habitantes e três situavam-se na faixa compreendida entre 2 e 5 mil. Destoando da maioria das vilas do Estado do Espírito Santo, duas suplantavam o patamar dos 20 mil habitantes. Em suma, havia esmagadora predominância dos pequenos núcleos. Contudo, se se abordar o problema pela ótica da população residente, a situação inverte-se por completo: somente as duas maiores vilas eram responsáveis por

47,6% da população.

Estas observações são vitais para um diagnóstico da estrutura urbana do Estado em 1960, pois, naquilo que diz respeito à população residente nas vilas, tende-se, à primeira vista, a concebê-la como uma população semi-rural, disseminada em pequenos núcleos por todo o interior, cuja existência de cada um encontra-se conectada intimamente a uma agricultura de natureza familiar, com baixo grau de mercantilização. Esta impressão até que corresponde à realidade da maior parte das vilas, pois, na grande maioria dos casos não suplantam o patamar dos 5 mil habitantes. Embora fosse 111 (98,2%) o número de vilas com dimensões muito reduzidas, praticamente a metade do total populacional residente em vilas (47,6%) residiam em apenas duas, ambas contíguas à cidade de Vitória. Ou seja, dos 99.219 residentes em vilas, 23.655 eram moradores urbanos do distrito de Argolas e 23.566, do distrito de Itaquari — o primeiro pertencente ao município de Vila Velha e o segundo ao de Cariacica. Para efeito desta análise considerar-se-á estes dois distritos como pertencentes ao município de Vitória, agregando suas informações às do distrito sede; o mesmo sendo feito com a população urbana de Goiabeiras, distrito pertencente ao município da Capital. Com isto, as demais vilas do Estado acolhiam 50.855 moradores, de onde resulta uma população média de 462 habitantes por vila. Para enfatizar ainda mais o reduzido tamanho das verdadeiras vilas de natureza semi-rural, assinala-se que 98 dentre elas (86,7%) não chegavam a atingir os mil habitantes, ainda que em conjunto fossem responsáveis por 31,9% da população residente nas vilas.

TABELA 1.2
TAMANHO DOS NUCLEOS URBANOS
ESPIRITO SANTO: 1960

HABITANTES (1.000)	CIDADES						DISTRITOS						TOTAL				
	No. População	(%) Cid.	(%) Urb.	(%) Est.	População Média	No. População	(%) Dis.	(%) Urb.	(%) Est.	População Média	No. População Urbana	(%) Urb.	(%) Est.	População Média			
> 50	1	80.901	29,9	21,9	6,9	80.901					1	80.901	21,9	6,9	80.901		
20 - 50	3	95.238	35,2	25,7	8,1	31.746	2	47.221	47,6	12,8	4,0	23.611	5	142.459	39,5	12,2	28.492
10 - 20																	
5 - 10	7	43.803	16,2	11,8	3,7	6.258					7	43.803	11,8	3,7	6.258		
2 - 5	11	32.175	11,9	8,7	2,8	2.925	3	7.836	7,9	2,1	0,7	2.612	14	40.811	10,8	3,4	2.858
1 - 2	11	16.499	6,1	4,5	1,4	1.500	10	12.466	12,6	3,4	1,1	1.247	21	28.965	7,8	2,5	1.379
(1	3	2.240	0,8	0,6	0,2	747	98	31.696	31,9	8,6	2,7	323	101	33.936	9,2	2,9	336
TOTAL	36	270.856	100,0	73,2	23,2	7.524	113	99.219	100,0	26,8	8,5	878	149	370.075	100,0	31,6	2.484

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1960.

TABELA 1.3
TAMANHO DOS NUCLEOS URBANOS - VERSAO MODIFICADA(*)
ESPIRITO SANTO: 1960

HABITANTES (1.000)	CIDADES						DISTRITOS						TOTAL				
	No. População	(%) Cid.	(%) Urb.	(%) Est.	População Média	No. População	(%) Dis.	(%) Urb.	(%) Est.	População Média	No. População Urbana	(%) Urb.	(%) Est.	População Média			
> 50	1	159.777	50,1	43,2	13,7	159.777					1	159.777	43,2	13,7	159.777		
20 - 50	2	64.726	20,3	17,5	5,5	32.363					2	64.726	17,5	5,5	32.363		
10 - 20																	
5 - 10	7	43.803	13,7	11,8	3,7	6.258					7	43.803	11,8	3,7	6.258		
2 - 5	11	32.175	10,1	8,7	2,8	2.925	3	7.836	15,4	2,1	0,7	2.612	14	40.811	10,8	3,4	2.858
1 - 2	11	16.499	5,2	4,5	1,4	1.500	9	11.323	22,3	3,1	1,0	1.258	20	27.822	7,5	2,4	1.371
(1	3	2.240	0,7	0,6	0,2	747	98	31.696	62,3	8,6	2,7	323	101	33.936	9,2	2,9	336
TOTAL	35	319.220	100,0	86,3	27,3	9.121	110	50.855	100,0	13,7	4,3	462	145	370.075	100,0	31,6	2.552

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1960.

(*) Agrega as informações relativas aos distritos de Vila Velha, Argolas, Goiabeiras e Itaquari às do distrito de Vitória.

A realidade das sedes municipais (cidades), por sua vez, também não é diferente; havendo pelo contrário, uma nítida semelhança entre um caso e outro. Em 1960 eram 36 as cidades e a maioria delas (88,9%) não atingia os 10 mil habitantes. Somente quatro cidades ultrapassavam o patamar dos 20 mil: pela ordem decrescente, Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, Vila Velha e Colatina. Juntas somavam 176.139 habitantes, o que equivale a 15,1% do total estadual, 47,6% da população urbana e 65,0% da população residente em cidades. O fato mais notável, entretanto, é que Vila Velha (distrito sede), representa também uma continuidade urbana da Capital, pelo que, para efeito desta análise, será do mesmo modo integrada ao distrito sede de Vitória. Também neste caso observa-se uma descontinuidade na distribuição das cidades por faixas de tamanho; na faixa compreendida entre 10 e 20 mil habitantes não encontra-se nenhuma sede municipal.

Isto revela que a estrutura urbana do Estado, no conjunto de cidades e vilas, é marcada por uma nítida dualidade. De um lado, poucos e relativamente grandes núcleos urbanos, com população superior a 20 mil habitantes: Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina. De outro, 142 núcleos urbanos (cidades e vilas), cuja população não chegava a alcançar a casa dos 10 mil habitantes. As Tabelas 1.2 e 1.4 representam um resumo do quadro urbano estadual. Entretanto, após aquelas observações relativas a Vitória, tornou-se necessária a reestruturação da Tabela 1.2, sendo assim melhor exposta a verdadeira face da urbanização no Estado do Espírito Santo em 1960 (Tabela 1.3).

TABELA 1.4
POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E DAS SEDES MUNICIPAIS
ESPIRITO SANTO: 1960

MUNICIPIOS	POPULAÇÃO		POPULAÇÃO DAS SEDES	GU	SU	SM
	TOTAL	URBANA				
REGIAO NORTE	364.311	66.470	50.905	18,2	76,6	14,0
Baixo Guandu	28.100	8.131	6.730	28,9	82,8	23,9
Colatina	152.807	34.403	26.153	22,5	76,0	17,1
Conceição da Barra	31.709	2.706	2.187	8,5	80,8	6,9
Linhares	64.974	8.489	5.664	13,1	66,7	8,7
Mucurici	3.943					
Nova Venécia	42.992	5.851	4.307	13,6	73,6	10,0
São Mateus	39.706	6.898	5.064	17,4	85,0	14,8
REGIAO CENTRO	409.170	198.111	134.416	48,4	67,8	32,9
Afonso Cláudio	46.242	5.267	2.633	11,4	50,0	5,7
Alfredo Chaves	10.179	1.561	1.172	15,3	75,1	11,5
Anchieta	9.962	1.606	1.390	16,1	86,6	14,0
Aracruz	24.037	3.661	1.903	15,2	52,0	7,9
Cariacica	39.608	25.016	2.250	65,2	8,7	5,7
Domingos Martins	20.521	1.717	934	8,4	54,4	4,6
Fundão	7.410	2.316	1.443	31,3	62,3	19,5
Guarapari	14.861	4.209	4.152	28,9	96,8	27,9
Ibiraçu	16.068	4.489	789	27,9	17,6	4,9
Itaguaçu	21.568	3.333	1.816	15,5	54,5	8,4
Santa Leopoldina	19.381	1.240	1.110	6,4	89,5	5,7
Santa Teresa	24.630	2.226	1.350	9,0	60,6	5,5
Serra	9.192	3.445	1.544	37,5	44,8	16,8
Viana	6.571	611	517	9,3	84,6	7,9
Vila Velha	55.589	54.490	30.512	98,0	56,0	54,9
Vitória	83.351	82.044	80.901	98,4	98,6	97,1
REGIAO SUL	396.072	105.486	85.535	26,6	81,1	21,6
Alegre	49.598	11.027	7.354	22,2	66,7	14,0
Aplacá	9.091	2.307	2.050	25,4	80,9	22,5
Cachoeiro de Itapemirim	90.271	42.479	39.573	47,1	90,8	42,7
Castelo	39.537	7.166	5.581	18,1	77,9	14,1
Guaçui	32.055	8.064	7.551	27,7	85,2	23,6
Iconha	10.405	2.601	1.047	25,0	40,3	10,1
Itapemirim	31.733	4.272	3.909	13,5	91,5	12,3
Iuna	31.748	3.982	1.902	12,5	47,8	6,0
Jerônimo Monteiro	8.257	2.065	2.065	25,0	100,0	25,0
Mimoso do Sul	32.842	6.570	5.059	20,0	77,0	15,4
Muniz Freire	21.669	2.561	1.822	11,8	71,1	8,4
Muqui	14.876	4.185	4.072	28,1	97,3	27,4
Rio Novo do Sul	8.170	2.060	2.015	25,2	97,8	24,7
São José do Calçado	15.820	5.347	2.535	33,8	47,4	16,0
ESPIRITO SANTO	1.169.553	370.075	270.856	31,6	73,2	23,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1960.

Convenção: GU = grau de urbanização; SU = participação da sede na população urbana do município; SM = participação da sede no total da população municipal.

Se não fosse adotado este procedimento estaria sendo subestimada a população da cidade de Vitória, que com a incorporação da população urbana dos distritos de Goiabeiras, Itaquiri, Argolas e Vila Velha, evoluiu de 80.901 para 159.777 habitantes, o que representa um acréscimo de 97,5%. Após esta incorporação a população da cidade de Vitória passa a representar 13,7% do total estadual e 43,2% do conjunto da população urbana. Depois de Vitória, vem Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, com 38.573 e 26.153 habitantes respectivamente. Reunidas as três somam 223.360 habitantes, o que vem a representar 19,1% do total estadual e 60,4% do total urbano. Todos os demais núcleos urbanos não ultrapassam o nível dos 10 mil habitantes.

Embora esta questão venha a ser melhor discutida nos capítulos seguintes, entende-se ser possível neste momento, afirmar que a elevada importância relativa de Vitória no conjunto da população urbana do Estado do Espírito Santo esteja associada à sua condição de Capital, à existência do porto e aos serviços urbanos por ele induzidos. Melhor, a dimensão do núcleo urbano que se desenvolveu na Capital do Estado vai muito além daquilo que foi requerido pelo desenvolvimento dos setores produtivos até a década de sessenta, especialmente pela agricultura, de modo que Vitória pode ser caracterizada como sendo uma legítima cidade portuária, de início ligada à exportação de café e após a entrada da CVRD (1942), também à exportação de minério de ferro. Em síntese, acredita-se que o espaço urbano da cidade de Vitória e as funções urbanas que ela tem exercido derivam de seu status de capital e de sua

privilegiada potencialidade portuária, que experimentou um desenvolvimento sem precedentes após a construção do Porto de Tubarão, em meados dos anos sessenta. Importa enfatizar ainda que o espraiamento da cidade de Vitória sobre os municípios vizinhos verificou-se, de início, por influência do desenvolvimento das atividades portuárias, pois o cais de operação da CVRD, assim como outros construídos posteriormente, localizavam-se no município de Vila Velha. Do mesmo modo, outras instalações da CVRD fizeram a área urbana da capital avançar sobre o município de Cariacica⁴¹.

Se a mensuração das reais proporções da Capital no contexto do Estado é indispensável, impondo a necessidade de agregar ao município de Vitória áreas urbanas de outros municípios, por outro lado, as reais proporções da cidade de Vitória (Capital do Estado e porto de importância estadual e extra-estadual) "distorcem", pelo seu tamanho absoluto e relativo, o coeficiente de urbanização da região Central e até mesmo, em menor proporção, o do próprio Estado. Ou seja, além de

⁴¹ Esta expansão de Vitória na direção de municípios vizinhos, associada direta e indiretamente às atividades portuárias, representa o embrião daquilo que nos anos finais da década de sessenta veio a ser caracterizado como "aglomerado urbano da Grande Vitória", quando quase toda a área dos municípios de Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana foram sendo incorporadas (urbanização e/ou conurbação) sob a influência do desenvolvimento da cidade de Vitória. Especificamente em relação à zona norte, o alargamento da cidade de Vitória proporcionou um rápido crescimento da população do distrito de Goiabeiras (Vitória), que em 1960 apresentava apenas 1.391 habitantes. Isto decorre das instalações portuárias da CVRD na Ponta de Tubarão, que alteraram drasticamente a infraestrutura da zona norte, fazendo nascer, além do mais, no distrito de Carapina (Serra), uma importante região industrial e residencial.

exercer o papel de cidade "polo" da região Central, Vitória abrigava a capital do Estado e o porto, estendendo, por conta disto, sua influência política e administrativa a todos os municípios do Espírito Santo, chegando mesmo, no aspecto econômico, a "polarizar" atividades que se desenvolviam em território mineiro.

É preciso ter estas considerações em mente quando se for analisar as taxas de urbanização em cada uma das regiões do Estado. Apesar da população total estar uniformemente distribuída pelas suas regiões (31,1% no Norte, 35,0% no Centro e 33,9% no Sul), havia em 1960, um flagrante predomínio da região Central no que diz respeito à população urbana, como segue: 18,0% no Norte; 53,5% na da Capital⁴² e 28,5% no Sul. Esta desigualdade nas taxas "regionais" de urbanização deve-se justamente à elevada importância do aglomerado urbano da Capital no contexto do Estado, fazendo elevar "artificialmente" a taxa de urbanização da região Central. Em 1960, as taxas de urbanização nas regiões Norte, Centro e Sul eram, respectivamente, 18,2%, 48,4% e 26,6%, enquanto que a média estadual ficava em 31,6%. Para uma economia estruturalmente homogênea, a diferença da região Central para as demais regiões é muito acentuada.

Estas considerações a respeito da influência da "aglomeração urbana da Grande Vitória" no contexto da região Cen-

⁴² "Região central" e "região da Capital" são termos sinônimos nesta dissertação.

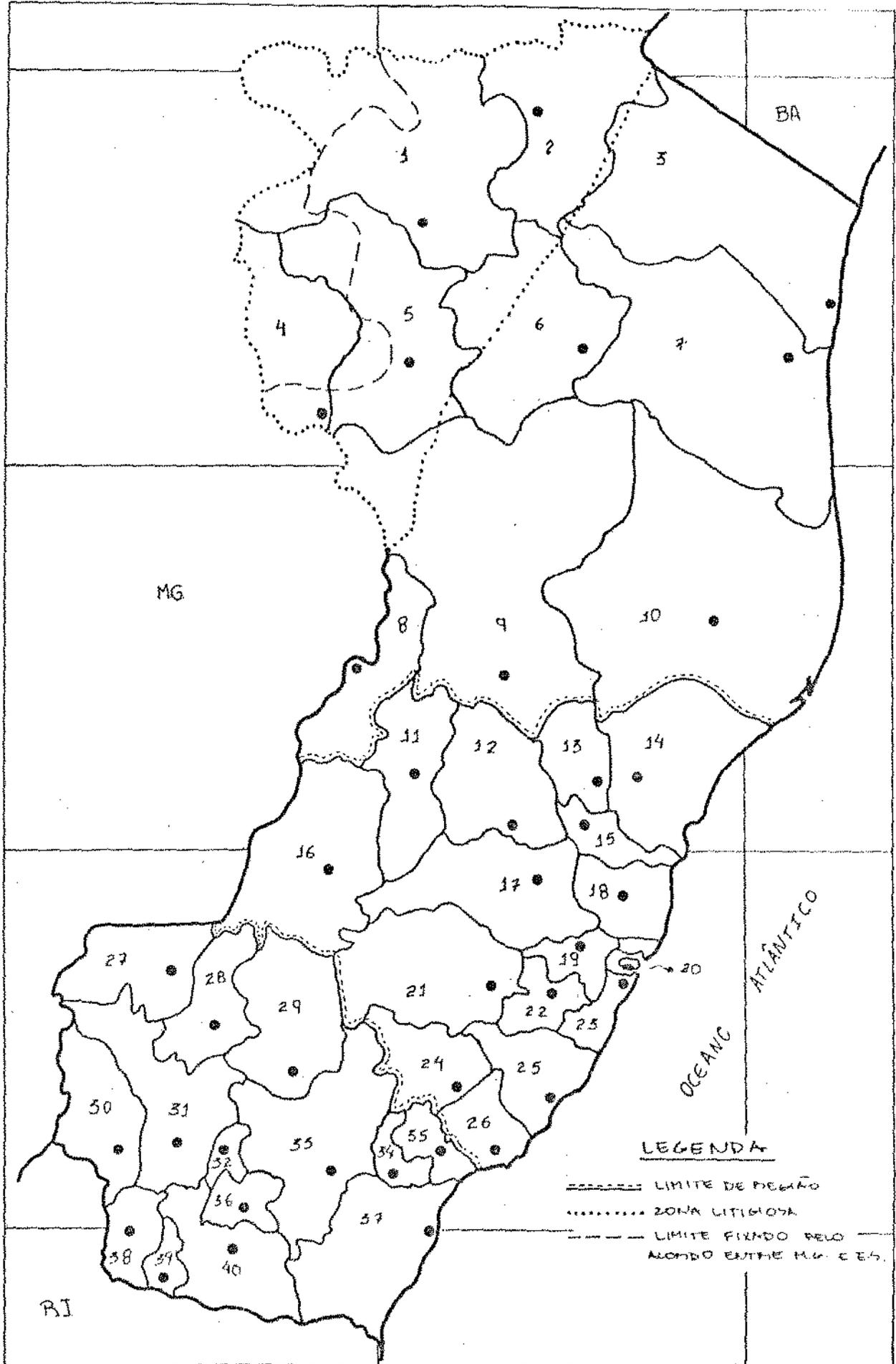
tral ficam mais evidentes se se considerar que o grau de urbanização de Vila Velha e de Vitória atingia em 1960 praticamente 100% (98,0% e 98,4%, respectivamente) e que o mesmo chegava a 65,2% em Cariacica. Além do mais, em nenhum outro município da região Central o grau de urbanização atingia o patamar de 50%, sendo que em apenas um era ultrapassado o nível dos 30%⁴³.

Em suma, percebe-se que a população urbana, segundo as regiões do Estado, apesar de não acompanhar as mesmas proporções referentes à população total, encontra-se melhor distribuída do que poderia revelar uma análise mais apressada.

Para concluir, como destaques desta "fotografia" do quadro urbano capixaba vigente em 1960, evidencia-se a cidade de Vitória, concentrando 43,2% da população urbana estadual, Cachoeiro de Itapemirim, 10,4%, Colatina, 7,1%, e os núcleos restantes, incluindo cidades e vilas, 39,2%, sendo que nenhum deles isoladamente chegava a atingir 2,7% (10 mil habitantes). Outra importante constatação que pode ser feita neste momento é que 28 dentre os 36 municípios (77,8%) apresentam características bem semelhantes, a saber: grau de urbanização infe-

⁴³ Mediante uma simples manipulação das informações referentes às regiões Norte, Centro e Sul, pode-se estimar em 22.502 habitantes a população de uma fictícia cidade "polo" para a região Central; população que é bastante razoável, considerando-se a população urbana e total dos municípios da região, à exceção do "aglomerado urbano da Grande Vitória". Retirando-se a Grande Vitória e incorporando-se esta fictícia cidade "polo" a taxa de urbanização chega a 24,9%, uma proporção bastante condizente com a realidade sócio-econômica da região Central.

MAPA 01 - DIVISÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA
ESPÍRITO SANTO : 1960



DIVISÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA
ESPÍRITO SANTO: 1960

REGIÃO NORTE

1. Ecoporanga
2. Mucurici
3. Conceição da Barra
4. Mantenópolis
5. Barra de São Francisco
6. Nova Venécia
7. São Mateus
8. Baixo Guandu
9. Colatina
10. Linhares

REGIÃO CENTRAL

11. Itaguaçu
12. Santa Teresa
13. Ibiracu
14. Aracruz
15. Fundão
16. Afonso Cláudio
17. Santa Leopoldina
18. Serra
19. Cariacica
20. Vitória
21. Domingos Martins
22. Viana
23. Vila Velha
24. Alfredo Chaves
25. Guarapari
26. Anchieta

REGIÃO SUL

27. Iúna
28. Muniz Freire
29. Castelo
30. Guaçuí
31. Alegre
32. Jerônimo Monteiro
33. Cachoeiro de Itapemirim
34. Rio Novo do Sul
35. Iconha
36. Muqui
37. Itapemirim
38. São José do Calçado
39. Apiacá
40. Mimoso do Sul

rior a 50,0%; sede municipal com mais de 50,0% da população urbana do município; e sede municipal com menos de 50,0% do total da população do município. A Tabela 1.5 apresenta a condição de cada município segundo estas características. Apenas oito municípios fogem àquelas características. Cinco deles distinguem-se da maioria simplesmente porque apresentam um segundo núcleo urbano de relativa importância, fazendo com que o peso da sede na população urbana seja inferior a 50,0%⁴⁴. Os três restantes distinguem-se da maioria por apresentarem elevadas taxas de urbanização: trata-se de Vitória, Vila Velha e Cariacica. Já foi enfatizado que as áreas urbanas destes municípios, com exceção da cidade de Cariacica, constituem o aglomerado urbano da cidade de Vitória. A situação de Cariacica é particularmente interessante, pois, não fosse o distrito de Itaquari, o município guardaria características idênticas àquelas apresentadas pela maioria dos municípios do Estado.

⁴⁴ Importa ressaltar que todos estes núcleos (vilas) de relativa importância conseguiram a emancipação política em anos posteriores, à exceção de Nova Almeida (distrito do município da Serra), que integrou-se (conurbou) com o "aglomerado urbano da Grande Vitória". Com isto, os municípios resultantes da separação (o novo e o velho) passaram a apresentar também, nos anos imediatamente posteriores a 1960, as mesmas características dos demais.

TABELA 1.5
 CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO O GRAU DE URBANIZAÇÃO E A IMPORTANCIA DA SEDE NO CONTEXTO MUNICIPAL
 ESPIRITO SANTO: 1960

REGIÃO	MUNICÍPIOS			
	TIPO "A"	TIPO "B"	TIPO "C"	TIPO "D"
NORTE	Baixo Guandu Colatina Conceição da Barra Linhares Nova Venécia São Mateus			
CENTRO	Afonso Cláudio Alfredo Chaves Anchieta Aracruz Domingos Martins Fundão Guarapari Itaguagu Santa Leopoldina Santa Teresa Viana	Ibiracu Serra	Cariacica	Vila Velha Vitoria
SUL	Alegre Apiaca Cachoeiro de Itapemirim Castelo Guacuí Itapemirim Jerônimo Monteiro Mimoso do Sul Muniz Freire Muqui Rio Novo do Sul	Iconha Luna São José do Calçado		

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1960.
 Convenção: TIPO "A": GU<50%; SU>50%; SM<50%
 TIPO "B": SU<50%; SU<50%; SM<50%
 TIPO "C": GU>50%; SU<50%; SM<50%
 TIPO "D": GU>50%; SU>50%; SM>50%

1.3.3. DETERMINANTES DO QUADRO URBANO: OS SETORES PRODUTIVOS E O EMPREGO

Uma vez posto em evidência o quadro urbano vigente em 1960, cabe agora buscar seus determinantes. De início, enfatiza-se que o quadro acima exposto resulta de 425 anos de ocupação do território capixaba e representa, portanto, o produto deste período de desenvolvimento. Não ignora-se, entretanto, que este desenvolvimento tenha concentrado-se sobretudo no decorrer do século XX, a partir do momento em que consolidou-se no Estado do Espírito Santo uma economia agrária fundada no trabalho familiar e pouco mercantilizada, com a particularidade de que quase todos os laços estabelecidos com o mercado eram mediados direta ou indiretamente pelo café. Até mesmo o porto de Vitória teve sua estruturação e desenvolvimento explicados pelo café, com o que o próprio setor terciário associado às atividades portuárias guarda alguma ligação, indireta e às vezes remota, com a cafeicultura que se desenvolveu no Espírito Santo.

Todavia, não cabe neste momento realizar uma síntese do percurso da economia estadual (e em específico, a do café) até os anos sessenta, uma vez que a este objetivo estão dedicados os dois próximos capítulos. Por ora, pretende-se somente apanhar na estrutura produtiva do final dos anos cinquenta os elementos explicativos para a sua correspondente estrutura urbana.

Inicia-se pela renda interna estadual, cuja composição em 1960 estava assim distribuída: 48,8% no setor primário (agropecuária e extrativismo vegetal); 5,9% no setor secundá-

rio; e 45,3% no terciário⁴⁵.— À primeira vista destaca-se a decisiva importância do setor primário e o reduzidíssimo peso da indústria. Não há dúvidas de que se trata de uma economia assentada essencialmente na agricultura, ao que corresponde o baixo grau de urbanização verificado nesta mesma data (31,6%), especialmente se se considerar as condições estruturais vigentes à época, onde produzir no campo significava, antes de mais nada, residir no campo.

Ao se decompor o setor primário observa-se que o sub-setor *lavoura* é absolutamente preponderante, sendo o responsável por 72,0% da renda setorial e por 35,1% da renda interna estadual. *Produção animal e derivados* e *extração vegetal* com 5,5% e 22,5% respectivamente, complementam a renda do setor primário. Atenta-se, neste caso, para a importância exercida diretamente pelo café: 45,2% do sub-setor *lavoura*; 32,5% do setor primário; e 15,9% da renda interna estadual (Tabela A.1). O setor secundário, de reduzido papel na renda interna, estava quase todo ele associado à indústria de transformação, a qual contribuía com 74,6% para a formação da renda setorial. No setor terciário nota-se a expressiva importância do sub-setor *transporte e comunicações*, responsável por 20,0% da renda do terciário⁴⁶. *Comércio* e *Governo* são os outros subgêneros de importância.

⁴⁵O sub-setor *extração mineral* está incluído no setor secundário.

⁴⁶Embora não se disponha, para a renda, de informações comprobatórias, acredita-se que em grande medida este fenômeno esteja condicionado pela presença e importância do porto de Vitória.

TABELA 1.6
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, SEGUNDO ATIVIDADES E OCUPAÇÕES
ESPIRITO SANTO: 1960

OCUPAÇÕES (2)	ATIVIDADES (1)								TOTAL	(Z)
	AP	(Z)	AI	(Z)	AT	(Z)	OA	(Z)		
PRIMÁRIAS	228.048	94,9	347	1,7	491	0,6	12	0,2	228.898	64,9
(Z)	99,6		0,2		0,2		0,0		100,0	
SECUNDÁRIAS	626	0,3	15.424	77,2	13.633	15,8	22	0,4	29.705	8,4
(Z)	2,1		51,9		45,9		0,1		100,0	
TERCIÁRIAS	10.804	4,5	2.410	12,1	64.384	74,8	3.761	60,7	81.359	23,1
(Z)	13,3		3,0		79,1		4,6		100,0	
OUTRAS	745	0,3	1.788	9,0	7.585	8,8	2.402	38,8	12.520	3,6
(Z)	6,0		14,3		60,6		19,2		100,0	
TOTAL	240.223	100,0	19.969	100,0	86.893	100,0	6.197	100,0	352.402	100,0
(Z)	68,2		5,7		24,4		1,8		100,0	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1960.

Convenção (1): AP = atividades primárias (inclui "agricultura, pecuária e silvicultura" + "atividades extrativas"); AI = "atividades industriais"; AT = atividades terciárias ("comércio de mercadorias" + "prestação de serviços" + "transporte, comunicação e armazenagem" + "atividades sociais" + "serviços administrativos governamentais, legislativo, justiça" + "defesa nacional e segurança pública"); OA = "outras atividades".

Convenção (2): Ocupações primárias = ocupações da "agricultura e produção extrativa"; ocupações secundárias = ocupações da "indústria de transformação e construção civil"; ocupações terciárias = ocupações "administrativas" + "técnicas, científicas e afins" + "comércio e atividades auxiliares" + "transporte e comunicações" + "prestação de serviços" + "defesa nacional e segurança pública"; outras = "outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas".

A distribuição da PEA, pela ótica dos setores de atividades, vem corroborar estas informações: 68,2% no setor primário⁴⁷; 5,7% no secundário; e 24,4% no terciário. Assinalar a elevada importância de participação do setor primário na PEA é fundamental; entretanto não é tudo. É preciso decompor a PEA pela ótica das ocupações, chegando-se neste caso às seguintes proporções: 64,9% de ocupações primárias (*ocupações da agricultura e produção extrativa*); 8,4% de ocupações secundárias (*ocupações da indústria de transformação e construção civil*); e 23,1% de ocupações terciárias (Tabela 1.6). Ao se fazer o cruzamento "setor de atividade X ocupações" na Tabela 1.7, chega-se a uma reveladora proporção: praticamente dois terços (64,7%) da PEA do Estado do Espírito Santo era representada por ocupações tipicamente primárias alocadas no setor primário, sendo que 96,1% deste contingente era representado por *trabalhadores de enxada*. Considerando-se estas proporções, não é de causar espanto o reduzido grau de urbanização e mercantilização da economia do Estado do Espírito Santo, quer seja pela suprema importância da agricultura na geração de renda e emprego, quer seja pela baixa produtividade destes *trabalhadores de enxada*, em sua maioria trabalhadores não assalariados (autônomos ou parceiros).

⁴⁷ Compõe o setor primário: *agricultura, pecuária e silvicultura e atividades extrativas (inclusive extrativa mineral)*. A extração mineral, pela pouca importância que representa para o emprego estadual, se transferida para o setor secundário não causaria alterações significativas na distribuição intersectorial da PEA.

TABELA 1.7
 POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
 QUADRO RESUMO: "ATIVIDADES X OCUPAÇÕES"
 ESPÍRITO SANTO: 1960

OCUPAÇÕES	ATIVIDADES				TOTAL (%)
	AP	AI	AT	OA	
PRIMÁRIAS	64,7	0,1	0,1	0,0	64,9
SECUNDÁRIAS	0,2	4,4	3,9	0,0	8,4
TERCIÁRIAS	3,1	0,7	10,3	1,1	23,1
OUTRAS	0,2	0,5	2,2	0,7	3,6
TOTAL (%)	68,2	5,7	24,4	1,8	100,0

Fonte: Tabela 1.6.

Convenção: Idem Tabela 1.6.

De acordo com o Censo Agrícola, os *assalariados* representavam apenas 16,8% do pessoal ocupado na agricultura, sendo 5,9% de assalariados permanentes e 10,9% de assalariados temporários. O reduzido grau de assalariamento desta agricultura fica evidente quando agrega-se *parceiros* (24,4%) e *responsáveis e membros não remunerados* (55,9%): para o total do pessoal ocupado chega-se a 80,3%; entretanto, na faixa de estabelecimentos situados entre 0 (zero) e 100 (cem) hectares esta porcentagem atinge 85,5% (enquanto que neste caso os assalariados representam apenas 12,0%). Considerando-se que este estrato de área era responsável por 76,0% do pessoal ocupado na agricultura, fica evidente a importância do trabalho familiar (incluindo a parceria) na agricultura do Espírito Santo (Tabela A.3).

Observando-se o Estado e suas regiões constata-se que a parceria tem maior participação no pessoal ocupado na região Sul. Nesta região a substituição do trabalho escravo deu lugar à "ocupação" produtiva das fazendas via relação de parceria, seguida por significativo processo de retalhamento, mediante o qual parceiros convertiam-se em produtores autônomos. No entanto, a herança latifundiária nesta região ainda manifesta-se na elevada participação de parceiros no pessoal ocupado. A região Central, por seu turno, apresenta as menores proporções quanto à importância da parceria no pessoal ocupado. Esclarece-se que nesta região a ocupação do solo deu-se quase que exclusivamente pelas mãos de imigrantes europeus "assentados" em "núcleos de povoamento" e pela expansão e conseqüente transbordamento demográfico dos mesmos. Na região

Norte, pela sua rápida e recente ocupação, já com traços nitidamente capitalistas, a maior concentração fundiária resultante reproduziu, numa elevada proporção, relações de parceria (Tabela A.4)⁴⁸.

Quanto ao emprego industrial, partindo-se do Censo Industrial, constatava-se a decisiva importância de gêneros tradicionais: *madeira e produtos alimentares*. Os dois gêneros, em conjunto, absorviam 50,1% do pessoal ocupado e eram responsáveis pela geração de 55,9% do valor da transformação industrial. Trata-se de gêneros pouco complexos, associados, um à base de recursos naturais (a madeira) e o outro, à tradicional cultura do café. No caso específico da indústria de produtos alimentares, cabe enfatizar a importância do subgênero *beneficiamento, torrefação e moagem*: 45,7% do pessoal ocupado e 28,2% do valor da transformação industrial, apesar do reduzidíssimo tamanho médio dos estabelecimentos (1,0 operário/estabelecimento).

Afora estes dois gêneros, só há um outro a merecer destaque: *minerais não metálicos*. Este gênero, responsável por 15,7% do pessoal ocupado na indústria, tem no subgênero *telhas, tijolos e vasilhames* o maior contingente do pessoal ocupado. A julgar pelas características estruturais deste subgênero, especialmente pelo reduzido tamanho médio dos estabelecimentos, não há dúvidas quanto a tratar-se também de um

⁴⁸O processo histórico de formação destas regiões será apresentado no Capítulo II.

gênero pouco complexo. Entretanto, há que se mencionar um único estabelecimento, uma fábrica de cimento, com 388 operários, que é capaz de influir no perfil da indústria de transformação de *minerais não metálicos* do Estado. Coisa semelhante acontece com a *metalurgia*, que, apesar de marginal no contexto da indústria capixaba, engloba uma siderurgia que emprega 159 operários (Tabela A.5).

Fica evidente a natureza pouco complexa da indústria que se desenvolveu no Espírito Santo até o final dos anos cinquenta; pouco diversificada, com predominância de gêneros tradicionais, sem falar no seu reduzido peso no contexto da renda e emprego estaduais. Dentre todos os estabelecimentos, cuja média é de 4,5 operários por estabelecimento, destacam-se apenas sete, que constituem aquilo que se pode denominar de "a grande indústria" capixaba (Tabela A.6). Tanto pelo tamanho absoluto, quanto pelo tipo de atividade industrial desenvolvida, a geração de impulsos desta indústria sobre o meio urbano era, sem dúvida, bastante reduzida.

Um exercício bastante simples é capaz de revelar com clareza esta reduzida capacidade de dinamizar atividades não diretamente relacionadas com a produção material. Subtraindo-se os 7.300 operários do total de pessoas ocupadas na indústria, restarão 2.100 "postos de trabalho", que correspondem ao trabalho administrativo e gerencial. Se se subtrair deste contingente 1.600 ocupações associadas à condição de proprietário do estabelecimento, que, regra geral, ocupam-se da sua

administração, restarão apenas 500 ocupações genuinamente "criadas" pela produção industrial; consideradas aqui como empregos não diretamente produtivos. Em suma, na indústria capixaba, em 1960, era necessário o emprego de 14,6 novos operários para induzir a "criação" de mais um "emprego administrativo". Esta proporção diminui sensivelmente se se considerar os "donos de estabelecimento" como ocupação induzida. Neste caso a proporção cai para 3,5 empregos produtivos para cada "emprego não diretamente produtivo". As informações do censo demográfico permitem alcançar conclusão surpreendentemente semelhante: o "setor secundário", como um todo, empregava 19.961 pessoas, das quais 15.424 ocupavam-se com tarefas essencialmente industriais, restando 4.537 pessoas alocadas em ocupações outras; ocupações terciárias, tais como as administrativas, comércio, etc ⁴⁹. Neste caso, eram necessários 3,4 empregos diretos na indústria de modo a permitir a criação de um outro em atividade não diretamente envolvida com a produção material. Se a indústria caracteriza-se por esta reduzida capacidade de gerar empregos terciários, o que dizer, então, da agricultura, considerando-se o elevado grau de auto-suficiência dos estabelecimentos agrícolas? Neste setor um emprego não diretamente relacionado à produção pressupõe a existência de 18,7 empregos diretos.

⁴⁹ Entre as ocupações induzidas pelo emprego industrial direto estão incluídas 347 ocupações criadas na *agricultura e produção extrativa*, que, embora, não representem ocupações terciárias, dada a sua irrelevância no contexto do setor secundário, foram incluídas no cálculo do multiplicador de emprego.

Até o presente considerou-se o chamado "terciário interno", ou seja, aquele composto por ocupações que não concorrem diretamente para a produção material, mas que encontram-se inseridas nos estabelecimentos produtivos e, conseqüentemente, nos setores produtivos (primário e secundário). Se se considerar a economia como um todo, colocando de um lado o total da PEA (352.474 pessoas) e de outro as pessoas envolvidas com a produção material (228.048 no setor primário e 15.424 no terciário), a relação entre empregos produtivos e não diretamente produtivos ("terciário interno" + "terciário externo") reduz-se para 2,2. Apesar de toda esta redução, o potencial dinamizador de ocupações terciárias e da "vida urbana" é, indiscutivelmente, muito pequeno (Tabela 1.6).

Em síntese, apresentou-se, pela ótica da renda e do emprego, as características mais evidentes da economia capixaba ao final dos anos cinquenta, frente as quais compreende-se o baixo grau de urbanização anteriormente exposto. Trata-se de uma urbanização fraca, com os núcleos disseminados por todo o território, mas com a população urbana concentrando-se sobretudo em Vitória (Capital do Estado, porto de importância extra-estadual e cidade "polo" da região Central) e em duas outras cidades, situadas no interior (Cachoeiro de Itapemirim e Colatina). O pouco de urbanização que se produziu no Estado e, em particular, o desenvolvimento dos principais núcleos, estão estreitamente associados ao padrão de distribuição espacial das "funções comerciais" e da "administração pública", elementos que notabilizam a Capital no contexto do Estado, as sedes municipais no contexto do município e algumas cidades

estrategicamente localizadas na rede de transportes, no contexto da cadeia de comercialização. A indústria, com exceção das sete "grandes" unidades produtivas, é mais caudatária do que propriamente determinante da urbanização. Assim, Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina são os três maiores núcleos do Estado, seguidos, de longe, pelos demais núcleos, pequenos, semi-rurais e disseminados por todo o território.

CAPÍTULO II

EXPANSÃO DO CAFÉ E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com o que já foi evidenciado, deve-se entender o panorama da economia estadual no final dos anos cinquenta como sendo o produto de aproximadamente um século de expansão da economia cafeeira. Neste sentido, o objetivo dos Capítulos II e III é o de expor os traços mais marcantes da evolução econômica e demográfica do Estado do Espírito Santo no período anterior a 1960.

Considerando que a literatura existente cobre satisfatoriamente o período, apesar de estar comprometida com enfoques parciais ou setoriais da realidade, limitou-se a "reconstituir" o percurso desta economia sem lançar mão de pesquisas em fontes primárias. Além do mais, procurou-se conjugar uma análise regional (atentando para as específicas formações de cada região do Estado), com o esforço de "construir" uma adequada periodização, elementos indispensáveis para este tipo de abordagem. Em suma, pretendeu-se "reconstituir" a formação e a expansão de uma particular estrutura sócio-econômica, que, assentada na produção familiar do café,

veio a produzir um correspondente tipo de urbanização¹.

No Capítulo II são examinados os seguintes temas: as origens e a expansão da cafeicultura, a ocupação do território e a formação e desenvolvimento da estrutura produtiva da pequena produção, temas correlatos, compreendidos entre 1850 e 1940. No Capítulo III cobre-se as duas décadas posteriores (1940-1960) e enfatiza-se sobretudo os limites da agricultura familiar no Espírito Santo a partir do momento em que verificaram-se o esgotamento da fronteira, o empobrecimento dos solos e a queda dos preços do café, ao mesmo tempo em que delineavam-se novos focos de dinamismo para a economia capitulada.

¹ Mesmo estando assentada nos trabalhos e documentos já existentes a exposição da constituição e desenvolvimento das regiões econômicas do Espírito Santo, que ora apresenta-se, não constitui mero resumo dos mesmos. Optou-se por não adotar o caminho do mero resumo; tampouco adotou-se a cômoda e pouco recomendável atitude de carregar o texto com expressão do tipo: "uma boa descrição deste fenômeno encontra-se em ..."; ou "para maiores detalhes ver ...". Entende-se que a problemática da urbanização no Espírito Santo, por não ter sido ainda explicitamente tratada, requer a "reconstituição do objeto", procurando sintetizar contribuições já feitas em áreas específicas (tais como, "imigração européia", "dinâmica cafeeira", "esforços de industrialização", "migrações internas", etc.), opção que permite, ao mesmo tempo, abrir espaços para esclarecer ou melhor evidenciar algum fenômeno já abordado. Além do mais, apesar de estar restrita ao Espírito Santo e de encerrar diálogos com autores locais, com esta dissertação pretende-se contribuir com o esforço de entendimento da dinâmica da formação das cidades brasileiras — daí a importância de se "reconstituir o objeto".

2.1 - ORIGENS DA AGRICULTURA FAMILIAR

A estrutura produtiva baseada no trabalho familiar que se desenvolveu no Estado, e que produziu um singular quadro urbano, teve duas origens, sendo uma direta e outra indireta: a primeira consistiu da formação de núcleos de povoamento com imigrantes europeus na região Central, enquanto que a segunda foi representada pela introdução da parceria e pelo retalhamento dos latifúndios escravistas do Sul do Estado.

2.1.1. FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CRISE DA CAFEICULTURA ESCRAVISTA: 1850-1900²

No Espírito Santo, como já foi enfatizado reiteradas vezes, o café representou, ainda que de forma distinta do ocorrido em São Paulo, o elemento formador e principal esteio de sustentação da economia local.

²Muito embora a abolição da escravatura tenha sido efetivada em 1888, optou-se por 1900 como sendo o ano que melhor expressa o fim da cafeicultura escravista do Sul do Estado, pois nesta região a abolição não significou a criação do mercado de trabalho e o progresso da acumulação capitalista; representou, pelo contrário, a decadência e fracionamento das fazendas escravistas e o ano de 1900 representa, após três anos de crise do café, o momento crítico e definitivo deste tipo de exploração econômica.

"Em meados da década de 40 do século XIX, iniciou-se o cultivo do café. Efetivamente, foi a partir daí, com a lavoura cafeeira, que o Espírito Santo começou seu processo de desenvolvimento, tornando-se crescente a expansão da lavoura, a ocupação do seu território e o número de habitantes"³.

Até então as atividades econômicas haviam tido um desempenho insignificante, além do que a reduzida população concentrava-se em alguns núcleos junto ao litoral⁴. Pode-se afirmar com segurança que o Espírito Santo não havia ainda se integrado efetivamente aos laços do comércio internacional, com o que sua contribuição para o sistema colonial pode ser considerada nula, a não ser pelo papel de barreira natural desempenhada ao longo do século XVIII, quando foi impedida pela Coroa a construção de vias de acesso à região das Minas Gerais. Alegam alguns historiadores que reside nesta "missão histórica" as origens do atraso do desenvolvimento do Espírito Santo frente a outras regiões, em especial ao Rio de Janeiro, porto por onde foi escoada a produção aurífera e se estabeleceram quase todas as relações comerciais e financeiras da economia mineira com o exterior. Sobre esta questão, assim se expressou o historiador Luís Guilherme Santos Neves:

"Durante o século 18, a exploração do ouro na região de Minas Gerais, levou a capitania do Espírito Santo a um acentuado estado de marginalização. Isso decorreu da forte política repressiva adotada pelo Governo português no sentido de evitar que, do Espírito Santo, fossem abertos caminhos para a região das Gerais, na exploração de ouro e pedrarias.

³Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, op. cit., p. 9.

⁴As razões para esta secular estagnação não estão incluídas nos objetivos desta dissertação.

Inevitavelmente, a capitania ressentiu-se desta política e não pôde integrar ao processo de exploração aurífera que marcou a história do Brasil no século 18. Mais até: o Espírito Santo se viu transformado em posto militar defensivo da região das Gerais"⁵.

Passados 300 anos sem qualquer produção mercantil de maior relevo, somente a partir de meados do século XIX o Espírito Santo integrou-se ao contexto das trocas internacionais. Até então nenhum produto havia logrado desenvolver uma economia exportadora, tal qual a desenvolvida em outras regiões do Brasil, sendo que somente com o café, introduzido por volta de 1840, uma corrente migratória rumou em direção do Estado, dando-se início de fato à ocupação do território e sua exploração econômica.

Após passageira expansão no litoral, onde competiu temporariamente com a cana-de-açúcar nas regiões da Capital e Sul e com a mandioca ao Norte, o café iniciou a efetiva ocupação do Estado pelas mãos de fluminenses e mineiros. Primeiramente desenvolveu-se em bases escravistas, nas grandes fazendas do Sul do Estado, nos vales dos rios Itabapoana e Itapemirim, representando um prolongamento natural da expansão cafeeira do Vale do Paraíba e por vias de consequência trouxe consigo as relações sociais e o estilo de exploração do solo praticados naquela região.

Nos anos posteriores à sua penetração no Estado, a produção cresceu aceleradamente. Nos vinte anos compreendidos

⁵Luís Guilherme Santos Neves, "O Século XX", in Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, *As etapas de processo histórico...*, op. cit., p. 10 (?).

entre 1851-52 e 1871-72, o Espírito Santo apresentou as maiores taxas anuais de crescimento, dentre as 4 (quatro) principais províncias produtoras de café⁶. Durante o período considerado a produção capixaba multiplicou-se por 5,5 e a participação do Espírito Santo no total produzido pelas 4 (quatro) maiores províncias evoluiu de 1,0% para 4,7%. Por esta época (1871-72), apesar de decadente relativa e absolutamente, a produção do Rio de Janeiro ainda era a maior, representando 56,0% do total acima considerado. A produção paulista, por sua vez, equiparava-se à de Minas Gerais, ambas em torno de 20,0% (Tabela A.7). Do mesmo modo, nos 15 anos posteriores a 1876 o peso da cafeicultura capixaba no cenário nacional continuou em ascensão, tendo alcançado 5,4% das exportações em 1890. No entanto, São Paulo apresentou um impressionante crescimento no quinquênio 1885-90, saltando de 26,5% para 56,8% do total exportado⁷. Estava definindo-se naquele momento a maior e mais dinâmica região cafeeira do país.

Juntamente com a expansão cafeeira — e por causa dela — verificou-se no Espírito Santo um rápido crescimento da população (Tabela 2.1). Em 1827 a população da Província era de 35.353 habitantes. Vinte e nove anos após, em 1856, a população chegava a 49.082, crescimento resultante de uma taxa pouco superior a 1,0% ao ano. Contudo, a partir de 1856 o

⁶Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

⁷Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira ...*, op. cit., p. 10.

TABELA 2.1

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL, LIVRE E ESCRAVA, SEGUNDO AS COMARCAS
ESPIRITO SANTO: 1824-1872

ANOS	TOTAL DA PROVINCIA			Capital			Itapemirim			Reys Magos			São Mateus		
	Total	Livre	Escr.	Total	Livre	Escr.	Total	Livre	Escr.	Total	Livre	Escr.	Total	Livre	Escr.
1824	135.353	22.165	13.188			7.142			3.127			265			2.654
1856	149.882	36.813	12.269	120.958	16.035	4.923	115.915	11.534	4.381	6.282	5.530	752	5.927	3.714	2.213
1872	182.137	59.585	22.552	128.748	21.829	6.919	136.469	24.747	11.722	8.542	7.444	1.098	8.378	5.565	2.813
TAXAS DE CRESCIMENTO															
1824-1856 (32 anos)	1,43	1,60	(0,23)			(1,16)			1,06			3,31			(0,57)
1856-1872 (16 anos)	3,27	3,46	3,88	1,99	1,95	2,15	5,32	4,89	6,34	1,94	1,87	2,39	2,19	2,56	1,51

Fonte: Tabela construída a partir das informações fornecidas por Vilma Paraíso Ferreira de Almada, *Escravidão e transição...*, op. cit., pp. 64-75 e 192-30.

crescimento populacional acelerou-se para 3,3% ao ano, elevando-se a população para 82.137 em 1872. Cumpre enfatizar aqui que na região Sul da Província a taxa de crescimento da população foi muito superior a 3,3% ao ano, uma vez que ali a cultura do café avançou mais rapidamente do que nas demais regiões. Além do mais, antes de 1856 a população daquela região era bastante reduzida e com pouca expressão a nível do Espírito Santo como um todo. Almada enfatiza que na região de Itapemirim, portanto no Sul da Província, "a taxa de crescimento médio anual da população foi de 5,31%, passando de 15.915 habitantes em 1856 para 36.417 em 1872, enquanto que na Capital a taxa de crescimento foi de 1,98%"⁸, ou seja, não muito diferente daquela apresentada pelo conjunto da Província nos anos anteriores a 1856 (1,03%), "fato que se reveste de maior significância se levarmos em conta que na região da Capital se concentrava toda a estrutura administrativa da Província"⁹. A apreciação da Tabela 2.1 evidencia o fato e sugere-nos que as demais regiões da Província não foram profundamente afetadas pela introdução do café. Pelo contrário, tudo indica que a região Sul (Cachoeiro de Itapemirim) constituiu-se numa frente pioneira de imigrantes de outras províncias, enquanto que as demais regiões continuaram estruturalmente estáveis, havendo apenas uma substituição da cana-de-açúcar pelo café na região da Capital, sem contudo introduzir maior dinamismo à região. No

⁸ Vilma Paraíso Ferreira de Almada, *Escravidismo e transição ...*, op. cit., p. 68.

⁹ *Idem, ibidem*, p. 70.

Norte da Província sucedeu-se um crescimento semelhante ao da Capital: taxas positivas, porém bastante aquém daquelas observadas na região de Cachoeiro de Itapemirim.

A hipótese de migração de outras províncias, formulada a partir do momento em que não se observou queda de população (livre e escrava) nas demais regiões do Espírito Santo, foi empiricamente confirmada por Almada, mediante pesquisa junto aos "registros de casamento da paróquia de São Pedro do Cachoeiro, sede do município de Cachoeiro de Itapemirim, o maior e mais importante da região"¹⁰. O trecho a seguir expressa com clareza os resultados daquela pesquisa:

"Das 486 pessoas pesquisadas, menos da metade, ou seja, 237 (48,7%), tinham nascido no Espírito Santo, enquanto 199 (41,0%) eram naturais das Províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Dentre estes imigrantes, os naturais do Rio de Janeiro constituíam maioria, pois apresentavam-se com 27,4% dos 41,0% registrados. E quanto aos restantes 10,3%, distribuíam-se entre estrangeiros (7%) e naturais de outras Províncias (3,3%).

O mesmo não ocorria na região da Capital, onde o surto cafeeiro era pouco significativo, caracterizando-se mais como substitutivo da cultura canavieira do que como criador de novas áreas de cultivo"¹¹.

Sendo resultante da expansão do café do Vale do Paraíba, motivada pela busca de terras disponíveis e baratas, o desenvolvimento econômico do Sul do Espírito Santo ao ser "organizado nos moldes coloniais, herdará o latifúndio exportador escravista como solução econômica, e o trabalho escravo como

¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 73.

¹¹ *Idem, ibidem*, pp. 73-4.

tradição cultural¹². Reproduziu-se assim a estrutura social e técnica de exploração do trabalho e da terra até então vigentes no Vale do Paraíba, apesar de estar já evidente àquela altura os limites daquela modalidade de exploração econômica, haja vista a rápida deterioração das terras e a baixa produtividade do café naquela região¹³.

Apesar da flagrante identidade com a cafeicultura praticada no Vale do Paraíba, a expansão da lavoura cafeeira em solos capixabas verificou-se original em alguns aspectos. Dados de Van Delden Laerne, trabalhados por Almada e Ferreira¹⁴ informam que as fazendas do Sul do Espírito Santo apresentaram tamanho médio muito superior aos das fazendas situadas no Vale do Paraíba e Oeste Paulista, do mesmo modo que o número de pés de café por hectare, por fazenda e por escravo sempre esteve muito abaixo do verificado naquelas regiões (Tabela A.8). Tem-se dado ênfase aos baixos preços da terra, ao capital disponível pelos fazendeiros e à "Lei de Terras", como fatores capazes de explicar o elevado tamanho médio daquelas fazendas. A "Lei de Terras", em particular, dificultou o acesso à terra por parte dos pequenos agricultores, mesmo para aqueles que já encontravam-se produzindo, pois a regularização da mesma teria

¹² *Idem, ibidem*, p. 64.

¹³ A respeito da dinâmica da economia cafeeira escravista do Vale do Paraíba, ver Wilson Cano, *Raízes da concentração...*, *op. cit.*, pp. 20-31.

¹⁴ Cf. Vilma Paraíso Ferreira de Almada, *Escravidismo e transição...*, *op. cit.*, pp. 88-99; Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira...*, *op. cit.*, pp. 12-6.

que ser efetuada mediante pagamento em dinheiro. Apesar dos preços das terras serem considerados muito reduzidos, quando comparados aos praticados em outras províncias, a necessidade de pagamento em dinheiro dificultou o acesso à terra para os agricultores descapitalizados¹⁵. Quanto ao reduzido número de cafeeiros por hectare, este indica sobretudo a pequena proporção de cada fazenda que era efetivamente cultivada com a lavoura; mas resulta também do relevo montanhoso, onde parcela significativa das terras eram inaptas ao plantio, por serem demasiadamente elevadas ou baixas. Este aspecto relacionado ao relevo, apesar de presente nos trabalhos consultados, não ficou, entretanto, suficientemente explícito. Os mesmos argumentos, obviamente valem para o reduzido número de cafeeiros por fazenda. Por fim, a diminuta relação "pés de café por escravo", segundo Ferreira "pode indicar a menor produtividade do trabalho escravo na região se comparada às demais, a relativa abundância de mão-de-obra cativa frente à dimensão do cafezal capixaba e ainda a maior dependência do trabalho escravo na cafeicultura daquela região da Província"¹⁶.

Estas são características que distinguem o café do Sul do Espírito Santo daquele encontrado nas outras regiões cafeeiras do Brasil. Entretanto, são características insuficien-

¹⁵Cf. Vilma Paraíso Ferreira de Almada, *Escravidismo e transição ...*, op. cit., pp. 84-99; Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira ...*, op. cit., pp. 12-6; Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira ...*, op. cit., pp. 27-9.

¹⁶Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira ...*, op. cit., pp. 13-4.

tes para determinar uma dinâmica específica, sendo na verdade uma região sócio-econômica extremamente semelhante ao Vale do Paraíba, em particular pelo tipo de relação social praticada.

Por mais expressivo que possa ter sido o crescimento desta região frente às demais da Província, sua expansão, pelas suas características sócio-econômicas e pelo seu tamanho absoluto no contexto das demais regiões cafeeiras, não fomentou a divisão social do trabalho, limitou as trocas e não produziu, por isto, maiores impactos sobre a vida urbana. Representou uma modalidade de economia absolutamente centrada no meio rural, tendo a grande fazenda escravista "monocultora-autosuficiente" como unidade econômica básica. Além do mais, as condições de relevo, pelas dificuldades que representavam aos meios de transporte e pela reduzida "vida útil" que conferia à terra, contribuía para a redução de sua rentabilidade.

Em suma, o café não encontrou no Sul Espírito Santo as condições mais propícias à sua expansão. As relações sociais de produção de natureza escravista, as dificuldades proporcionadas pelo relevo, associadas às precárias condições de transporte, impuseram-lhe sérios limites, com o agravante de que grande parte das transações comerciais e financeiras estabeleciam-se com a praça do Rio de Janeiro, em decorrência do que parte considerável do excedente ali produzido era apropriado pelo capital mercantil sediado naquela cidade. O relevo extremamente acidentado, além de facilitar a erosão e proporcionar o esgotamento prematuro dos solos, configurando uma modalidade de plantio altamente predatória (potencializada por tratar-se de uma economia escravista que apresentava baixa

propensão para a preservação do solo e uso de técnicas de plantio), definia um quadro de temperaturas muito particular que inviabilizava o cultivo acima e abaixo de determinadas altitudes, dificultava sobremaneira a construção de vias de escoamento e reduzia drasticamente a parcela navegável dos rios.

Neste sentido, a cultura do café nesta região apresentou um baixo potencial de acumulação em decorrência de suas características econômicas e físicas. Enfim, uma economia que operou com elevados custos de transporte, baixa produtividade, além de perder boa parte de seu excedente nas transações que se estabeleciam com a praça do Rio de Janeiro, apresentando por conta de tudo características muito semelhantes às aquelas apresentadas pela cultura do café no Vale do Paraíba. Ao contrário daquilo que sucedeu no Oeste de São Paulo a economia cafeeira do Sul do Espírito Santo — dado o seu baixo potencial de acumulação não apresentou problemas com relação à oferta de mão-de-obra. Nas grandes fazendas o café ocupou parte reduzida das terras, ao mesmo tempo em que a mão-de-obra escrava era utilizada nas culturas alimentares e numa rudimentar indústria doméstica. Trata-se de uma economia pouco mercantilizada, quase que autosuficiente e incapaz de se superar a partir de dentro. O fim da escravatura deu-se como consequência direta das mudanças que se processavam a nível de Brasil, provocadas pelo ímpeto com o qual avançava a acumulação no "complexo cafeeiro capitalista de São Paulo" e não a partir das suas próprias necessidades de mão-de-obra¹⁷.

¹⁷Cf. Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira . . .*, op. cit., p. 23-7.

Segundo Rocha & Cossetti, uma forte evidência da baixa rentabilidade destas fazendas residia no fato de que "boa parte dos lucros auferidos na atividade cafeeira, que era a atividade nuclear, não era investida em sua expansão, e sim em títulos financeiros, (com o que) a economia só poderia reproduzir-se lentamente"¹⁸. Apesar da grande significância demográfica a "expansão cafeeira, ocorrida no período de 1850-1872, não representou para a Província do Espírito Santo mais do que o início da ocupação de suas terras, não tendo contribuído significativamente para a formação do capital mercantil-exportador"¹⁹. Mesmo assim, apesar de sua incapacidade intrínseca em dinamizar o comércio, a indústria e os serviços, dada a quase absoluta estagnação das demais regiões de Província, em 1873, após pouco mais de 30 anos de existência, Cachoeiro já representava "o principal núcleo urbano em torno do qual se organizava a cafeicultura da região"²⁰, enquanto que o município de Vitória perdia progressivamente importância no cenário urbano da Província²¹. A evolução da população escrava nos

¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 30.

¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 33.

²⁰ Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira...*, *op. cit.*, p. 6.

²¹ "Antes da emergência do café nas lavouras capixabas Vitória era imbatível a principal cidade do Estado. (...) Com o desenvolvimento da lavoura cafeeira e ocupação dos espaços internos do nosso território, a hierarquia das cidades se altera. Cachoeiro de Itapemirim vem a ser uma das principais, senão a principal cidade comercial do Estado no último quartel do século passado" (Carlos Teixeira de Campos Jr., *O novo arrabalde...*, *op. cit.*, pp. 88-9).

dois municípios nos dá uma medida de como foi diferenciado o desempenho dos mesmos. No período compreendido entre 1856 e 1872 a população escrava do município de Vitória passou de 2.849 para 3.687 habitantes, o que representa um acréscimo anual de 1,62%. Em contrapartida, em Cachoeiro do Itapemirim a população escrava cresceu à taxa de 9,77%, saltando de 1.659 para 7.375 habitantes (Tabela 2.2)²². Em apenas três décadas constitui-se em Cachoeiro do Itapemirim um núcleo urbano semelhante ao que foi produzido em Vitória em mais de 320 anos de história. Como bem observou Almada, "Cachoeiro de Itapemirim, de pequena povoação pertencente à Vila de Itapemirim em 1852, torna-se freguesia em 1856, e em 1872 já tem sob sua jurisdição (outras seis freguesias)"²³.

Mesmo em bases escravistas, estimulada pela elevação dos preços internacionais, a cafeicultura do Sul do Estado ganhou novo impulso a partir de meados da década de setenta (1874). A expansão da lavoura rumou, a sul e sudoeste, para as fronteiras com as províncias vizinhas, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Para o norte, rumou em direção às cabeceiras do Rio Castelo, chegando inclusive a atrair para aquelas terras virgens imigrantes já instalados em outras regiões do Estado²⁴.

²² Vilma Paraíso Ferreira de Almada, *Escravidismo e transição...*, *op. cit.*, p. 116.

²³ *Idem, ibidem*, p. 64.

²⁴ Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, *op. cit.*, pp. 68-9.

TABELA 2.2
 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESCRAVA
 VITÓRIA E CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM: 1856-76

ANOS	VITÓRIA		CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	
	POPULAÇÃO	ÍNDICE	POPULAÇÃO	ÍNDICE
1856	2.849	100	1.659	100
1872	3.687	129	7.375	445
1875	3.473	122	7.987	481
1876	3.370	118	8.403	507

Fonte: Vilma Paraíso Ferreira de Almada, *Escravidão e transição...*, op. cit., p. 116.

O importante a destacar neste momento é que, mesmo estando em plena desagregação do regime escravista, este impulso não sofreu limitações relacionadas à disponibilidade de mão-de-obra escrava. Em primeiro lugar, deve-se considerar a reduzida relação cafeeiros/escravos se comparada com a vigente em outras regiões cafeeira do país²⁵. Isto permitia aos fazendeiros uma elasticidade à expansão da lavoura do café, pois, diante de uma elevação dos preços internacionais, procuravam "otimizar" a utilização do estoque de escravos disponível. Não há uma conclusão definitiva para a existência daquela elasticidade, mas, tanto Rocha & Cossetti como Ferreira acreditam que a "otimização" deu-se tanto pelo aumento da intensidade do trabalho nas lavouras, quanto pelo remanejamento de escravos alocados em outras atividades, em particular, nos serviços domésticos, "artesanato" e agricultura alimentar. Em segundo lugar, o Espírito Santo apresentou, no período compreendido entre os anos de 1874 e 1884, um apreciável resultado positivo no saldo migratório interprovincial de escravos. Este saldo representou 14,3% do estoque existente em 1874, acréscimo relativo dos maiores, superado ligeiramente pelo do Município Neutro (15,6%) e por São Paulo, onde o inequívoco dinamismo daquela região explica o saldo de 23,4% (Tabela 2.3)²⁶. Segundo Rocha & Cossetti:

²⁵Vilma Paraíso Ferreira de Almada, *Escravidismo e transição...*, op. cit., p. 90.

²⁶Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira...*, op. cit., p. 29.

TABELA 2.3
SALDO MIGRATORIO INTERPROVINCIAL DE ESCRAVOS
BRASIL: 1874-1884

PROVINCIAS	ESTOQUE		VARIACAO DE ESTOQUE	
	EM 1874	EM 1884	ABS.	(%)
Amazonas	1.545	1.089	344	22,3
Pará	31.537	32.240	663	2,1
Maranhão	74.598	70.441	(4.157)	(5,6)
Piauí	23.434	20.709	(2.725)	(11,6)
Ceará	31.975	24.071	(7.104)	(22,2)
Rio Grande do Norte	13.634	11.758	(1.876)	(13,8)
Paraíba	25.817	22.405	(3.412)	(13,2)
Pernambuco	106.236	101.810	(4.426)	(4,2)
Alagoas	36.124	34.042	(2.082)	(5,8)
Sergipe	33.064	30.722	(2.342)	(7,1)
Bahia	165.403	161.362	(4.041)	(2,4)
Nato Grosso	7.054	7.365	311	4,4
Goiás	8.000	8.440	(360)	(4,1)
Paraná	11.249	11.037	(212)	(1,9)
Santa Catarina	15.250	14.345	(905)	(5,9)
Rio Grande do Sul	98.450	84.148	(14.302)	(14,5)
Minas Gerais	311.304	317.240	5.936	1,9
Espírito Santo	22.297	25.484	3.187	14,3
Rio de Janeiro	301.352	333.293	31.941	10,6
Município Neutro	47.084	54.437	7.353	15,6
São Paulo	174.622	215.630	41.008	23,5
T O T A L	1.540.029	1.583.628	42.799	2,8

Fonte: Informações originais do Relatório do Ministério da Agricultura, 10 de maio de 1883, p. 10, apud Vilma Paraíso Ferreira de Almeida, *Escravidão e transição...*, op. cit., p. 177.

"Todos estes fatores combinados fizeram com que o problema da escassez de força de trabalho escrava não se tornasse verdadeiramente um obstáculo à expansão cafeeira no Espírito Santo. Não se colocou, pelo menos durante a escravidão, a necessidade de imigração européia como supridora de força de trabalho para as fazendas"²⁷.

Esta abundância relativa de mão-de-obra escrava tornou os fazendeiros do sul extremamente apegados a esta modalidade de trabalho, ao mesmo tempo em que no Oeste Paulista os próprios fazendeiros tomavam a iniciativa de sua substituição pelo trabalho livre. Somente a partir de 1886, quando não havia mais dúvidas a respeito do término da escravatura, é que alguns fazendeiros ensaiaram a introdução de imigrantes europeus. Até então, "praticamente a totalidade dos imigrantes estabeleceram-se em núcleos coloniais oficiais"²⁸, os quais não haviam recebido dos fazendeiros sequer a menor consideração, pois não viam neles nem uma necessidade (dada a relativa abundância de trabalho escravo), nem uma ameaça (dada a abundância de terras).

Somente após a abolição da escravatura os fazendeiros passaram a interessar-se pelos imigrantes e "não foi sem apreensão e muita ansiedade"²⁹ que tomaram este caminho, tal era o apego dos mesmos ao sistema antigo. A partir daquele momen-

²⁷ Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, op. cit., p. 38.

²⁸ Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira...*, op. cit., p. 28.

²⁹ Vilma Paraíso Ferreira de Almada, *Escravidão e transição...*, op. cit., p. 205.

to a imigração para formação de núcleos coloniais autônomos passou a desagradar aos fazendeiros, uma vez que este tipo de imigração não contribuía com oferta de braços para o trabalho nas fazendas. Dada a abundância de terras e a política oficial de imigração voltada para a formação de núcleos, a passagem para o trabalho livre não significou a constituição de um mercado de trabalho, pré-condição para a adoção de relações de produção capitalistas³⁰. Os fazendeiros só tiveram acesso à força de trabalho dos imigrantes mediante contrato de parceria, cujas cláusulas foram suficientemente favoráveis ao imigrante a ponto de possibilitar, após alguns anos, a sua passagem para a condição de pequeno proprietário e debilitar a rentabilidade e o potencial de acumulação das fazendas. Quando diante de um contrato de parceria considerado desfavorável os imigrantes acabavam simplesmente por optar pelos núcleos de imigração.

Esta especificidade da economia cafeeira capixaba acabou por produzir uma tendência ao fracionamento das grandes fazendas do Sul do Estado, acelerando a formação de uma estrutura produtiva fundada na produção familiar, semelhante àquela que já vinha desenvolvendo-se desde meados da década de setenta na região da Capital, tendo como base os núcleos de imigração patrocinadas pelo governo.

³⁰ Em 1887 apenas 15,4% do território capixaba havia sido ocupado, (cf. Vilma Paraíso Ferreira de Almada, *Escravidão e transição...*, op. cit., p. 83).

"No período entre a abolição e o início da crise de preços internacionais do café, constituiu-se no sul do Espírito Santo uma organização baseada na parceria, mas com a presença ainda pequena mas crescentemente importante da pequena produção familiar e do assalariamento temporário. Essa organização, porém, mantinha-se num 'equilíbrio' bastante instável, quer pela fragilidade financeira dos fazendeiros, quer pela possibilidade de os imigrantes se transformarem de parceiros em proprietários, em certos casos até facilitados pelos fazendeiros"³¹, (uma vez que) "com o objetivo de utilizar temporariamente a força de trabalho dos colonos, o grande fazendeiro vendia a eles pequenos lotes de suas próprias terras. Com isso, obtinha recursos financeiros, e mantinha próximo às fazendas a força de trabalho que eventualmente utilizaria. Portanto, a crise de preços do café acelerava uma tendência natural de desagregação das grandes fazendas sulinas"³².

Por tudo que foi exposto até este momento, pode-se considerar a economia escravista do Sul como sendo o efetivo início da evolução econômica e urbana do Espírito Santo. Até então os pequenos núcleos populacionais situados ao longo do litoral não exerciam propriamente qualquer função urbana, posto que a existência dos mesmos estava associada à defesa do litoral contra a pirataria, sendo que em muitos casos a presença da Coroa não se fazia tão presente por tratar-se de aldeamento de índios catequizados por jesuítas. À exceção de Vitória, que, por ser sede da Capitania (e posteriormente capital da Província e do Estado), apresentava funções urbanas associadas ao seu status, nenhum outro núcleo poderia ser definido como urbano, na acepção estrita do termo,

³¹ Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira...*, op. cit., p. 35.

³² Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, op. cit., p. 67.

uma vez que não havia uma agricultura exportadora capaz de exigir destes núcleos função específica do terciário (comércio e serviços). Neste sentido é que se atribui à economia escravista o pionierismo na dinamização de um terciário associado ao desempenho dos setores produtivos, no caso a agricultura. Entretanto, dadas as específicas relações sociais praticadas no interior daquela economia, o desenvolvimento do terciário esteve profundamente restringido, o que não vai mudar substancialmente com a passagem para uma economia fundada no trabalho livre, como será discutido no próximo subitem.

Emília Viotti da Costa, numa breve porém notável incursão no assunto, sintetizou toda a problemática urbana brasileira do século XIX. Segundo ela,

"O uso da mão-de-obra escrava, a auto-suficiência do latifúndio, o baixo padrão de vida do trabalhador livre, restringiram a expansão do mercado interno, inibindo o desenvolvimento do artesanato, das manufaturas e do comércio interno, limitando as funções urbanas" (do mesmo modo que) "as transformações ocorridas na segunda metade do século XIX: desenvolvimento das ferrovias, imigração, abolição da escravatura, crescimento relativo do mercado interno, e incipiente industrialização não foram de molde a alterar profundamente os padrões tradicionais de urbanização que se definiram no período colonial, quando, com exceção dos principais portos exportadores, os núcleos urbanos tiveram escassa importância vivendo na órbita dos potentados rurais"³³.

³³ Emília Viotti da Costa, *Da monarquia à república*, São Paulo, Ciências Humanas, 1979, pp. 181 e 179.

2.1.2. IMIGRAÇÃO EUROPÉIA E CONSTITUIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: 1872-1900

Ignorado pelos fazendeiros do Sul até 1888 e visto com desconfiança depois, mesmo assim o afluxo de imigrantes europeus (particularmente alemães e italianos) na segunda metade do século XIX foi capaz de proporcionar significativas alterações no quadro demográfico do Espírito Santo, especialmente ao longo dos anos noventa, quando o "crescimento" da população estrangeira foi responsável por 40,5% do incremento populacional do período (Tabela 2.4). Apesar de se tratar de informação incompleta, por não incorporar estatísticas a respeito de mortalidade e saídas de imigrantes, permite, assim mesmo, algumas importantes conclusões³⁴. Dadas as características dos dados disponíveis, optou-se por dividir o período em dois subperíodos: 1872-1890 e 1890-1900.

De imediato constata-se que, não apenas no Espírito Santo, mas em todo o país e fundamentalmente em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul o processo migratório concentrou-se nos anos noventa e jogou um papel decisivo na definição do quadro demográfico destes Estados.

Se se considerar a data da abolição da escravatura não causará maior espanto a explosiva elevação das taxas de imigração nos anos noventa: em primeiro lugar, pela necessidade

³⁴ As estatísticas referentes à naturalização de imigrantes, mesmo se considerados, influiriam pouco para alterar estas conclusões, pois entre 1889 e 1919 foram registrados 6.255 casos de naturalização, sendo a metade (49,3%) portugueses (cf. IBGE, *Séries estatísticas retrospectivas*, v.1, p. 20).

TABELA 2.4
 IMIGRAÇÃO E CRESCIMENTO POPULACIONAL
 BRASIL: 1872-1900

E S T A D O S	1872-1890				1890-1900			
	CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO	CRESCIMENTO ANUAL (%)		^Imigr./ ^Total (%)	CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO	CRESCIMENTO ANUAL (%)		^Imigr./ ^Total (%)
		Total	Bras. Imigr.			Total	Bras. Imigr.	
Espírito Santo	53.860	2,8	3,0 (1,7)	(2,1)	73.786	4,4	2,9 26,7	40,5
São Paulo	547.399	2,8	2,7 5,3	0,3	897.526	5,1	3,0 21,6	50,6
Paraná	122.769	3,8	3,9 2,0	1,2	77.645	2,7	1,4 24,2	51,5
Santa Catarina	123.967	3,2	3,7 (5,1)	(7,9)	36.520	1,2	0,4 17,9	71,1
Rio Grande do Sul	450.493	3,9	4,3 (1,0)	(1,5)	251.615	2,5	1,6 15,0	42,2
Minas Gerais	1.001.410	2,3	2,4 (0,0)	(0,0)	410.372	1,2	1,0 11,7	23,1
Rio de Janeiro	57.290	0,4	1,0 (9,6)	(146,2)	49.151	0,5	0,1 13,6	84,6
SOMA	2.437.178	2,4	2,6 (1,4)	(2,2)	1.796.615	2,3	1,4 17,9	43,8
BRASIL	4.221.654	2,0	2,0 (0,6)	(0,9)	3.104.519	2,0	1,5 13,8	29,9

Fonte: IBGE, Anuário estatístico do Brasil, ano V, 1939/40, p. 1302, apud José Lazaro Celin, Migração europeia..., op. cit., p. 280.

de se estruturar um mercado de trabalho livre, alternativo à escravidão; em segundo lugar, porque a instituição escravocrata inibia a migração de europeus não-portugueses para o Brasil, frente a outros países como os Estados Unidos e Argentina. Somente a Província de São Paulo foi capaz de apresentar um contingente imigratório significativo no período 1872-1890: o número de estrangeiros presentes em São Paulo cresceu à taxa anual de 5,3%, contra 2,7% de incremento da população nacional. No decorrer deste período a população paulista cresceu em 547.399 habitantes, dos quais 8,3% eram estrangeiros. Este é um dado bastante significativo, uma vez que, ao longo destes 18 anos, para o conjunto do país e para todas as demais províncias, à exceção do Paraná, o estoque de estrangeiros reduziu-se no período, em função de mortes e retorno aos países de origem. Esta especificidade está associada ao forte dinamismo da economia cafeeira em São Paulo, o que tornava cada vez mais flagrante a escassez e a inadequação do trabalho escravo. No Espírito Santo a população nacional cresceu à taxa de 3,0% a.a., enquanto que a estrangeira, apesar da imigração verificada no período, reduziu-se na proporção de -1,7% ao ano.

Entre 1890 e 1900 a população do Espírito Santo cresceu em média 4,4% a.a., o que representou um acréscimo de 73.786 habitantes, dentre os quais 29.862 (40,5%) eram estrangeiros. Este acréscimo de estrangeiros no contingente populacional do Estado verificou-se à taxa de 26,7% a.a.; a mais elevada do país no período. O crescimento da população total (4,4% a.a.) também foi dos maiores, superado apenas por São Paulo, Estado cuja população cresceu à taxa de 5,2% a.a. Para se ter uma

idéia do que estas taxas representam, basta esclarecer que, para o conjunto do país, o total da população e o contingente de estrangeiros cresceram às taxas de 2,0% e 13,8% a.a., respectivamente. Estados como São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro tiveram mais de 50,0% do incremento do período explicados pela imigração, enquanto que no Espírito Santo e Rio Grande do Sul esta proporção situou-se acima do patamar de 40,0%. Para o país como um todo, o incremento da população estrangeira contribuiu com 29,5% do crescimento demográfico. A década de noventa constituiu-se num importante marco na evolução social e econômica de determinados estados do país, dado o volume de imigrantes europeus recebidos e a sua importância no crescimento demográfico de cada Estado.

Almada enfatiza que "a promoção da imigração, principalmente de europeus, ocupou no Brasil, após o fim do tráfico, o centro das atenções na solução do problema da mão-de-obra³⁵. Entretanto, tanto no Espírito Santo como em outras províncias a preocupação com a imigração remonta às primeiras décadas do século XIX. Desde a vinda de D. João VI, mas com maior intensidade durante o II Império, a imigração para fins de povoamento "teria apoio irrestrito dos Presidentes das Províncias (e a) disputa pela localização dos imigrantes, em território

³⁵Vilma Paraíso Ferreira de Almada, *Escravidismo e transição...*, op. cit., p. 179.

capixaba, tornou-se a tarefa principal dos governantes"³⁶. Dadas as problemáticas condições de vida dos núcleos de povoamento, a abundância relativa de mão-de-obra escrava e o estatuto da escravidão em si, o volume da imigração européia para o Brasil não apresentou maiores resultados até 1880, à exceção da Província de São Paulo (pelas suas especificidades já apontadas) e dos núcleos de povoamento, pequenos e esporádicos, situados em algumas províncias, principalmente nas do Sul do país e no Espírito Santo.

Antes da abolição da escravatura a imigração na Província do Espírito Santo não representou um processo contínuo e nem homogêneo. Ao contrário, verificou-se de forma esporádica e concentrou-se na região da Capital. Desconsiderando-se a experiência de 1813, quando o governo imperial assentou 50 casais de açorianos na Colônia Santo Agostinho, próxima à Capital, hoje município de Viana, pode-se dizer que a imigração européia iniciou-se em 1847 com a fundação da Colônia Santa Isabel, para onde foram enviados 163 alemães. Experiência semelhante representou a fundação da Colônia Santa Leopoldina em 1856, com 140 suíços. Ainda na década de cinquenta (1854) foi fundada, por iniciativa privada, a Colônia de Rio Novo, que acabou sendo absorvida pelo Governo imperial em 1861. Dos 859

³⁶ Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, *op. cit.*, p. 41. A expressão "tarefa principal" empregada pelos autores encerra, sem dúvida, boa parte de exagero, mas o que importa é o registro do empenho por parte dos governantes das províncias, inclusive os capixabas, no sentido de alterar uma situação secular de vazio demográfico.

habitantes iniciais, o número reduziu-se para 565 em 1860, restando apenas 378 em 1862, quando passou ao âmbito do governo. Daí em diante o número de habitantes cresceu continuamente, chegando a 958 em 1871 e 5.000 em 1879. Além das condições físicas da região, do abandono da parte da empresa colonizadora, contribuiu fundamentalmente para o fracasso desta iniciativa privada a natureza do contrato de cessão das terras: "contrato de foro perpétuo que dava ao colono, foreiro, o uso e gozo da terra, mas ao mesmo tempo impedia que estes foreiros dispuseram dos lotes"³⁷. Data de 1858 outra iniciativa privada objetivando a criação de núcleo colonial: trata-se de Colônia de Fransilvânia, no norte da Província, que não chegou a ser concretizada.

Passadas estas experiências, ao longo dos anos cinquenta, somente na década de setenta a imigração ganhou novo impulso. Segundo Rocha & Cossetti, "até 1872 parece ter sido bem reduzido o fluxo de entrada de imigrantes europeus"³⁸. De fato uma pequena imigração ocorreu neste período, pois na Colônia Santa Leopoldina a população evoluiu dos 140 habitantes ali fixados em 1857 para 2.000 em 1870, o que corresponde a um acréscimo de 22,7% a.a., taxa muito elevada para ser resultante apenas do crescimento vegetativo. A partir de 1872 novas frentes de imigração foram abertas e em 1873 introduz-se colonos em

³⁷ Luciana Ozório Costa, *A colônia do Rio Novo (1854-1880)*, apud Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, op. cit., p. 48.

³⁸ Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, op. cit., p. 45.

regime de parceria e intensifica-se o afluxo de imigrantes italianos para a Colônia Santa Leopoldina, elevando sua população para 5.000 habitantes em 1874 e 11.000 em 1884³⁹.

Até este momento a imigração concentrou-se sobretudo na região da Capital e estava "dissociada das necessidades mais imediatas dos grandes fazendeiros escravistas"⁴⁰. Como já foi enfatizado no item anterior, somente após 1886, quando já estava flagrante a fragilidade da instituição escravista, é que estes fazendeiros do Sul começaram a empenhar-se em absorver mão-de-obra livre em suas fazendas⁴¹, e tão logo foi abolida a escravatura, passaram a opor-se à política de formação de núcleos coloniais. No apagar das luzes da fase imperial (1887), outros dois núcleos foram formados: Antônio Prado e Aciolli Vasconcellos, este último, cujo centenário de instalação, em 1989, foi celebrado com uma marcante comemoração.

O processo migratório, em seus primeiros movimentos, concentrou-se na região Central, dando-lhe impulso. Longe da região Sul, onde ainda imperava o trabalho escravo, estes núcleos, apesar das dificuldades físicas e financeiras, lograram desenvolver-se. Rocha & Cossetti, apontam para o relativo sucesso dos núcleos, evidenciando que

³⁹ *Idem, ibidem*, pp. 44-7.

⁴⁰ Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira...*, *op. cit.*, p. 22.

⁴¹ Vilma Paraíso Ferreira de Almada, *Escravidão e transição...*, *op. cit.*, pp. 185-6.

"No ano de 1884, somente a colônia de Santa Leopoldina, a mais importante de todas, produziu 40% do café da região da Capital. Esta última respondia por 40% da produção total da Província. Conclui-se, portanto, que Santa Leopoldina produzia 16% da produção total da Província"⁴².

Subindo pelos vales dos rios Benevente, Jucu e Santa Maria, os imigrantes ganharam as montanhas próximas à Capital e desenvolveram nos núcleos a cultura do café, como atividade principal e fonte de renda monetária⁴³. A região da Capital também havia experimentado uma expansão da cafeicultura em bases escravistas, só que ficou restrita às imediações de Vitória, além do que a expansão do café estava associada à retração do cultivo da cana-de-açúcar; não constituiu-se, pois, uma frente de expansão capaz de ocupar produtivamente o interior, à exceção de esporádicas e mal-sucedidas expedições exploratórias. "Até então a ocupação interiorana não havia se efe-

⁴²Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, op. cit., p. 46.

⁴³"Nos núcleos oficiais os colonos recebiam do governo um lote cuja área era de 50ha, do qual ficavam proprietários. Além do lote, recebiam também, durante um período de 6 meses, ferramentas, víveres e sementes de que necessitassem. Após quatro anos de carência deveriam os colonos pagar, em parcelas, o valor correspondente a esses bens, mais o da passagem da Europa ao Brasil (Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira...*, op. cit., p. 24). As dificuldades enfrentadas por estes colonos foram inúmeras. Dentre elas as condições naturais complicavam sobremaneira a permanência e a prosperidade do imigrante. Não foi por acaso que os núcleos "que mais se desenvolveram foram exatamente aqueles situados à margem dos rios de melhor navegabilidade, como o núcleo de Santa Leopoldina, à margem do Rio Santa Maria, navegável em seus 52km até a capital" (Haroldo Corrêa e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, op. cit., p. 46).

tivado, exceto em algumas áreas do sul do Estado, onde estavam sendo formadas as grandes fazendas cafeeiras"⁴⁴.

A respeito da não interiorização do desenvolvimento em bases escravista, a partir de Vitória, colheu-se dois depoimentos capazes de evidenciar inequivocamente a importância da migração europeia para esta região. A entrada de europeus apesar de pequena, foi capaz de impulsionar a cafeicultura, dinamizar o porto de Vitória e dar nova vida à Capital. Em primeiro lugar Almada atenta para o fato de que

"Embora o cultivo do café predominasse em ambas as regiões (Sul e Centro) — elas não apresentavam a mesma importância econômica para a Província. Resultantes de processos históricos diversos, guardavam entre si profundas dessemelhanças. A do Itapemirim atrai lavradores à procura de terras virgens e férteis, tão necessárias à expansão do café pela periferia do Vale do Paraíba. Esses trazem, na maioria das vezes, dinheiro e escravos. A da capital, remanescente da antiga cultura da cana-de-açúcar, procura no novo produto uma alternativa para a sua decadência econômica. Com fortunas cada vez mais subdivididas e, conseqüentemente, pequeno capital, as propriedades agrícolas dessa região dificilmente poderiam igualar-se à força das fazendas de café da região do Itapemirim"⁴⁵.

Em segundo lugar, Rocha & Cossetti apontam para o mesmo aspecto afirmando que na região da Capital

"A época da substituição da lavoura canavieira pela cafeeira (...) a produção (ainda) preponderante de açúcar encontra-se em profunda crise, devido aos baixos preços vigentes, e se realizava não em grandes fazendas, mas sim em pequenas e médias glebas. (...) As pequenas unidades produtivas existentes

⁴⁴Carlos Teixeira de Campos Jr., *O novo arrabalde...*, op. cit., p. 44.

⁴⁵Vilma Paraíso Ferreira de Almada, *Escravidismo e transição...*, op. cit., p. 84.

realizaram a substituição da cana-de-açúcar pelo café, mas a partir daí não realizou-se expansão acelerada desta cultura. (...) Não obstante, tornou-se o café a cultura preponderante da região. Porém, não se alteraram substancialmente suas características. Manteve-se com ritmo bastante lento de acumulação, produzindo boa parte de sua própria subsistência e ainda, continuou produzindo quase que um único produto para exportação, em escala bem reduzida. O que veio alterar significativamente as características estruturais da produção local foi a política de imigração/colonização empreendida pelo Governo Imperial⁴⁶.

Não é de estranhar pois o fato de Vitória, mesmo com mais de 300 anos de existência, não constituir um núcleo urbano notável no contexto nacional da segunda metade do século XIX, embora fosse a principal cidade do Espírito Santo e sede administrativa, "militar" e religiosa da Capitania e, posteriormente, da Província. A vida urbana em Vitória restringia-se à prestação de serviços e um pequeno comércio, associados ao seu *status* de sede do governo, da defesa e da Igreja, tendo pouca ligação com o setor produtivo da época, ou seja, a agricultura exportadora. Cachoeiro de Itapemirim, ao contrário, cidade jovem, já nasceu como decorrência da expansão cafeeira na região Sul e, apesar da quase auto-suficiência do latifúndio escravista, recebia impulsos emanados da expansão da economia do café.

Com a expansão cafeeira na região Central, fomentada pela formação de núcleos de imigrantes, o perfil urbano de Vitória vai sendo alterado lentamente, à medida em que passava a

⁴⁶Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, *op. cit.*, pp. 43-4. O grifo é nosso.

captar o dinamismo do comércio e serviços associados à cafeicultura na sua região de influência e funcionar como referência para outras regiões do Espírito Santo. Neste processo jogaram papel importante as ligações ferroviárias com o Sul e com Minas Gerais (pelo vale do Rio Doce), desenvolvendo-se consequentemente o porto de Vitória, responsável por novos impulsos à vida urbana da Capital⁴⁷.

Assim, deve-se enfatizar que "a importância dos núcleos coloniais, assume um sentido mais completo, se considerarmos que foi a partir deles que se expandiu a produção cafeeira na região da capital"⁴⁸, lembrando apenas que se está tratando da imigração anterior à abolição da escravatura. Deste acontecimento em diante a natureza da imigração altera-se significativamente, alterando-se também as regiões absorvedoras (passando a predominar a entrada de imigrantes destinados às fazendas de café no Sul do Estado) e a forma de fixação dos mesmos à terra (predominando a parceria frente à formação de núcleos, nos quais "onde lhes era garantida a propriedade de um pequeno lote de terra")⁴⁹. Contudo, é preciso evidenciar que a política oficial de imigração com vistas a constituição de núcleos de trabalhadores autônomos não foi abandonada. Imediatamente depois da abolição, tendo em vista a elevada disponibilidade de terras devolutas, bem como as dificuldades ini-

⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 47.

⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 47.

⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 60.

ciais de adaptação do imigrante ao regime de parceria nas grandes fazendas até pouco tempo providas pelo trabalho escravo, o governo prosseguiu com as "tentativas de criação de colônias autônomas que tanto irritaram os fazendeiros de café de Cachoeiro de Itapemirim"⁵⁰. Segundo Rocha & Cossetti,

"vários deles (núcleos) foram marcados pelo insucesso, pois além de continuarem a ser localizados em regiões insalubres e cobertas de matas, passaram a sofrer a concorrência das fazendas e de obras do Estado, especialmente as da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo"⁵¹.

Celin assinala que estes núcleos representaram uma "ponte de apoio inicial para muitas famílias que aí não permaneciam por muito tempo", a partir de onde "se deu o povoamento de outras áreas no sul do Estado e, posteriormente, ao norte"⁵². De fato, após a abolição, mais da metade (65%) dos imigrantes fixaram-se fora dos núcleos oficiais. Do total dos imigrantes, a região Sul absorveu 40,3% e a região da Capital 32,4%. Como na região Sul "não foi fundado nenhum núcleo oficial", presume-se "que eles foram para as fazendas, na condição de parceiros"⁵³.

⁵⁰ Vilma Paraíso Ferreira de Almada, *Escravidismo e transição...*, *op. cit.*, p. 208.

⁵¹ Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, *op. cit.*, p. 61.

⁵² José Lázaro Celin, *Migração européia...*, *op. cit.*, p. 112.

⁵³ Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, *op. cit.*, pp. 62-3.

Tanto na região Central, a partir dos núcleos de trabalhadores autônomos, como na região Sul, mediante a parceria (seguida em grande medida pelo fracionamento das grandes fazendas), produziu-se uma específica estrutura produtiva, marcada pela pequena produção fundada no trabalho familiar: este tipo de economia, pela sua forma de produção e reprodução "veio constituir-se num dos principais condicionantes de todo o processo de desenvolvimento posterior da economia local"⁵⁴. À medida em que vai se generalizando a produção familiar, as diferenças sócio-econômicas existentes entre o Sul e a região Central foram sendo "gradativamente reduzidas"⁵⁵, o que representou uma tendência à homogeneização dos espaços econômicos Sul e Central do Estado, chegando mesmo a estender-se, nas décadas iniciais do século XX, para boa parte da região Norte, acima do Rio Doce, ao longo da fronteira com o Estado de Minas Gerais.

A imigração européia, entre os anos de 1847 e 1895⁵⁶, representou, no Espírito Santo, a consolidação do trabalho livre. É claro que pelas condições sociais e econômicas vigentes até 1889, o relevante desse processo imigratório concen-

⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 43.

⁵⁵ Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira...*, *op. cit.*, p. 37.

⁵⁶ Tendo em vista "as péssimas condições dos núcleos coloniais e o descaso do governo para com eles (...) o governo italiano proibiu, por decreto de 20 de julho de 1895, a imigração para o Espírito Santo" (Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, *op. cit.*, p. 53).

trou-se na década de noventa. Assim, a imigração marcou definitivamente a vida sócio-econômica do Estado do Espírito Santo, dinamizou a região Central, deu impulso ao desenvolvimento urbano de Vitória e instaurou uma gradativa e relativa homogeneização entre as regiões do Estado, mesmo considerando-se toda a limitação de uma economia fundada na produção familiar, pois a transição para o trabalho livre não produziu no Espírito Santo a estruturação de um mercado de trabalho.

Tem sido muito enfatizada a especificidade da imigração para São Paulo frente àquela verificada no Espírito Santo, atribuindo-se àquela o papel de supridor de braços para a dinâmica economia cafeeira capitalista e à do Espírito Santo um "importante papel na ocupação do território"⁵⁷. Esta distinção é válida, sobretudo no período pré-abolição, pois no caso do Espírito Santo a corrente migratória rumou quase que totalmente para os núcleos, enquanto que na região cafeeira do Oeste Paulista já se praticava a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Entretanto, após a abolição não é esta rigorosamente a distinção a ser feita: tanto numa região produtora como na outra a mão-de-obra imigrante destinou-se ao suprimento das necessidades dos fazendeiros, ou seja, a ocupação do território não mais constituía-se no motivo preponderante da imigração no Espírito Santo, haja visto dados apresentados anteriormente. O que distingue definitivamente uma região da outra é o mercado de trabalho livre, inexistente no

⁵⁷ *Idem, ibidem*, p. 42.

Espírito Santo e plenamente estruturado em São Paulo. Enquanto que em São Paulo a introdução do trabalho livre, pela via do mercado de trabalho, potencializou a acumulação de capital e a divisão social do trabalho, no Espírito Santo a formação de uma economia de pequena produção retardou, quando não inibiu, aquele tipo de desenvolvimento.

Neste momento cabe ressaltar que a própria abolição da escravatura resulta, dentre outros fatores, do próprio ritmo da acumulação cafeeira no Oeste de São Paulo, que passou a pressionar em direção à uma solução para a problemática da mão-de-obra. A economia do Sul do Espírito Santo, neste episódio, encontra-se completamente caudatária dos acontecimentos. Prova disto é o apego dos fazendeiros capixabas ao trabalho escravo, levado até os estertores do sistema. Este comportamento diferenciado tem como base distintas dinâmicas da economia: elevada taxa de acumulação e escassez de mão-de-obra na economia paulista; baixo potencial de acumulação e relativa abundância de mão-de-obra no caso capixaba. Assim a substituição do trabalho escravo no Espírito Santo teve como pressuposto a abolição e o imigrante veio substituir nas fazendas de café uma forma de trabalho por outra. Como o potencial de acumulação era pequeno e conseqüentemente reduzida a necessidade de mão-de-obra, a introdução do trabalho livre resultou num sistema de parceria, sucedido pelo fracionamento das fazendas, não se constituindo um mercado de trabalho livre. A respeito desta especificidade Celin enfatiza que "no caso capixaba, o fato dos imigrantes se engajarem na produção de café será o resultado de outras circunstâncias, e não propria-

mente como resultado de um planejamento prévio"⁵⁸. Enfatiza-se que estas "outras circunstâncias" valem para todo o Estado, sobretudo para a região Central, pois neste caso nem mesmo produção de café, bem como qualquer outro tipo de exploração econômica, existia antes da imigração.

2.2 - CONSOLIDAÇÃO E DINÂMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR: 1900-1920

Na primeira década deste século, em decorrência da colonização européia, a estrutura produtiva do Estado do Espírito Santo já se caracterizava pela preponderância da pequena produção agrícola de caráter familiar. Na região Central, este tipo de estrutura resultou diretamente da implantação dos núcleos oficiais de colonização, enquanto na região Sul o processo de "montagem" de uma agricultura de pequena produção foi mais problemático, por envolver uma forma específica de transição ao trabalho livre (o sistema de parceria) e o posterior fracionamento das grandes fazendas. A crise cafeeira do final do século passado (1897-1905) atuou decisivamente em favor do retalhamento daquelas fazendas. Assim, ao final da primeira década deste século já estava delineada a estrutura produtiva, cuja reprodução e dinâmica iriam presidir todo o desenvolvimento da economia estadual até meados da década de sessenta, inclusive o capital mercantil, o quadro urbano e em particular

⁵⁸ José Lázaro Celin, *Migração européia...*, op. cit., p. 39.

o perfil da cidade de Vitória⁵⁹. Mesmo as fazendas que sobreviveram à crise e permaneceram mais ou menos intactas ao longo das primeiras décadas do século XX não apresentavam comportamento substancialmente diferente daquele apresentado pelas pequenas propriedades, uma vez que também nelas, em decorrência da parceria, a produção se fazia em bases familiares⁶⁰. Com isto, "o Espírito Santo entrou no século XX, de um lado, com uma estrutura fundiária bastante desconcentrada e, de outro, praticamente sem se utilizar do trabalho assalariado"⁶¹.

As origens desta estrutura têm sido buscadas nas características da topografia "muito acentuada" do Espírito Santo, nos "fatores psicológicos, marcados dos tempos de terra natal" e até mesmo no "empecilho de domínio da língua portuguesa"⁶², mas sobretudo nas características sócio-econômicas existentes no Espírito Santo à época da imigração, em especial na abundância de terras não apropriadas e na ausência de uma dinâmica economia exportadora, o que inviabilizou uma transição para o trabalho livre pela via do mercado de trabalho, mesmo tendo sido a imigração, no período posterior à abolição, destinada preponderantemente para as fazendas do Sul. "Deste

⁵⁹Cf. *Idem, ibidem*, p. 95.

⁶⁰Angela Maria Morandi *et alii*, *Alguns aspectos...*, *op. cit.*, p. 9.

⁶¹Carlos Teixeira de Campos Jr., *O novo arrabalde...*, *op. cit.*, p. 62; Ernst Wagemann, *A colonização alemã...*, *op. cit.*, apud Carlos Teixeira de Campos Jr., *O novo arrabalde...*, *op. cit.*, p. 63.

⁶²Carlos Teixeira de Campos Jr., *O novo arrabalde...*, *op. cit.*, p. 66.

modo difere em muito o colono paulista do colono capixaba (...). O primeiro, para ter acesso a uma parcela de terra mínima, para plantar os alimentos que garantissem sua subsistência, precisava trabalhar para o fazendeiro. O segundo, possuía a própria terra e o produto do seu trabalho lhe pertencia"⁶³; mesmo no caso das fazendas do Sul, uma vez que o sistema de parceria "evoluiu" rapidamente para um quadro de produtores independentes. Ainda que com inúmeras dificuldades, o produtor capixaba dispunha do produto de seu trabalho, que se desdobrava num fluxo de renda monetária e noutro de valores de uso, sendo que o primeiro, apesar de essencial às condições de vida no campo, mesmo que drasticamente comprimido em alguns momentos, não colocava em questão a reprodução do estabelecimento. Assim, o resultado das vendas, a receita monetária, aparecia como lucro aos olhos dos produtores, "pois necessitavam de pouco para sobreviver além daquilo que produziam"⁶⁴.

A um observador desatento o Espírito Santo poderia então aparecer como um Estado monocultor. Daí o alerta de Wagemann: "podemos falar em monocultura, mas sem tomar a palavra em seu sentido exato"⁶⁵, pois era absolutamente amplo o leque de produtos não mercantilizáveis, mediante os quais era garantida em última instância a reprodução da unidade produtiva.

⁶³ *Idem, ibidem*, p. 66.

⁶⁴ *Idem, ibidem*, p. 66.

⁶⁵ Ernst Wagemann, *A colonização alemã...*, *op. cit.*, apud José Lázaro Celin, *Migração européia...*, *op. cit.*, p. 146.

"Além do café, única cultura mercantil, os colonos cultivavam para autoconsumo o milho, abóbora, mandioca (consumida cozida e sob a forma de farinha), feijão preto, chuchu, banana (consumida crua, assada ou cozida e também na produção de vinagre), cana-de-açúcar (açúcar, aguardente e alimentação de animais) e frutas, tais como, laranja, tangerina, mamão, pêssego, ameixa, amora, melancia, goiaba, manga e cocos. Havia ainda a criação de animais, como o gado bovino, estimável em 10 cabeças a quantidade possuída em média por cada colono (produzia-se leite quase que exclusivamente para o consumo); os porcos que cada colono tinha em média de 20 a 40; e aves (galinhas, gansos, patos, etc.), também para o autoconsumo"⁶⁶.

Está claro que monocultura representa apenas uma aparência: "pode-se falar, com maior certeza, em monocultura mercantil"⁶⁷, no caso, a cafeicultura. Eventualmente um ou outro produto da agropecuária vinha a ser comercializado: uma safra de cana-de-açúcar vendida ao alambique; madeiras; uma ou duas cabeças de gado, etc. Este comércio consistia, entretanto, numa exceção e concentrava-se nos momentos de maiores dificuldades para os produtores e nos pontos do território mais fortemente influenciados pela presença de vias de transportes e/ou pela proximidade de núcleos urbanos. Já o café representava a fonte de reiterada receita monetária e era vendido "ao dono do armazém onde faziam as compras extras"⁶⁸, que consistiam da

⁶⁶ Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, op. cit., p. 71.

⁶⁷ José Lázaro Celin, *Migração européia...*, op. cit., p. 152. O grifo é nosso.

⁶⁸ Carlos Teixeira de Campos Jr., *O novo arrabalde...*, op. cit., p. 65.

"Carne seca, farinha de trigo, arroz, açúcar refinado, sal grosso, cevadinha, sagu, cerveja, vinho (português), querosene, fósforo, sabão, morim, chita, cafeteira, ferraduras, cimento, enxada, cadeiras, balde, candeirola de cozinha, etc. De modo geral, os preços destas mercadorias eram muito elevados, especialmente devido às condições desfavoráveis de transporte e da organização primitiva do comércio"⁶⁹.

Em síntese, as compras efetuadas pelos produtores familiares representavam toda uma sorte de mercadorias importantes à vida do estabelecimento familiar, mas que, frente a dificuldades financeiras advindas da queda dos preços do café, podiam ter seu consumo reduzido sem colocar fundamentalmente em risco a existência dos produtores⁷⁰. Vale dizer, a reprodução da força de trabalho, condição e objetivo da produção familiar, não era ameaçada. O volume da produção e a intensidade do trabalho dos membros da família não resultavam diretamente das sinalizações do mercado, nem da lucratividade esperada dos produtos mercantilizáveis, uma vez que a reprodução da força de trabalho familiar, como conjunto, vinha em primeiro lugar. Neste contexto, as decisões de produção relativas aos diversos produtos buscavam assegurar aquela reprodução, com o que a renda monetária proveniente da "cultura principal" (bem como de eventuais excedentes de outras culturas) é vista como lucro, até mesmo inesperado, nos momentos marcados por preços favoráveis ao produtor. Entende-se, assim, que unidades pro-

⁶⁹ Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, op. cit., p. 72.

⁷⁰ *Idem, ibidem*, pp. 65-6.

dutoras do tipo familiar têm "motivações muito específicas para a atividade econômica, bem como uma concepção bastante específica de lucratividade"⁷¹.

A preocupação com a reprodução da força de trabalho familiar, a relativa indiferença às sinalizações do mercado e a "concepção bastante específica de lucratividade" não implicam, contudo, em qualquer natureza absolutamente específica que possa ser atribuída à produção familiar, com o que discorde-se de Chayanov quando este refere-se à "ciência econômica da economia natural, sua concepção do que é econômico e lucrativo, assim como (as) estranhas 'leis' que dominam sua vida social"⁷².

⁷¹ Alexander V. Chayanov, "Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas", in José Graziano da Silva e Verena Stolke (orgs.), *A questão agrária*, São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 134.

⁷² *Idem, ibidem*, p. 137. Muitos autores capixabas apontaram para a responsabilidade da produção familiar no delineamento da realidade sócio-econômica do Espírito Santo ao longo do século XX. Entretanto, mesmo entre os autores mais críticos, nenhum deles dispensou maior esforço ao exame das "determinações próprias" da pequena produção, ou seja, daquelas capazes de conferir a este tipo de estrutura produtiva uma certa dinâmica. Foi Marcelo Carneiro Santiago quem pela primeira vez procurou conferir maior conteúdo teórico à análise da pequena produção no Espírito Santo. Infelizmente sua iniciativa não foi concluída: limitou-se ao marco teórico do projeto de dissertação de mestrado (cf. Marcelo Carneiro Santiago, *Reprodução do trabalho familiar na economia cafeeira do Espírito Santo*, Projeto para dissertação de mestrado, orientado por Ivan de Otero Ribeiro, Rio de Janeiro, UFRRJ, 1982, pp. 3-21). Mesmo considerando a importância desta iniciativa pioneira, uma das principais tentativas de romper com a superficialidade conceitual presente nas análises feitas até então e/ou em elaboração, considera-se equivocado ter Chayanov como ponto de partida, apesar da inequívoca contribuição deste autor para o entendimento de "economias" fundadas na produção familiar.

Muito embora a produção familiar no Espírito Santo estivesse voltada para a reprodução de força de trabalho, empenhada na obtenção de valores-de-uso, assemelhando-se à uma economia do "tipo Chayanov", torna-se muito difícil distinguir, no total do rendimento monetário auferido com a venda de produtos, a parcela destinada simplesmente a repor e/ou complementar as condições de produção e vida, daquela parcela que representaria uma receita extra, frente a qual, segundo Chayanov, os produtores tomariam a decisão de reduzir o volume da produção e a intensidade do trabalho, buscando assim uma nova situação de equilíbrio capaz de assegurar também, minimamente, a reprodução do conjunto da família. Segundo Chayanov, o camponês, quando diante de um aumento da produtividade e de uma melhora na condição de vida da família "inevitavelmente equilibrará os fatores econômicos internos de sua granja, ou seja, com menor auto-exploração de sua capacidade de trabalho"⁷³, com o que "o produto do trabalho individual de uma família, e por conseguinte, a prosperidade da exploração familiar, não aumentam de maneira tão marcante quanto o rendimento de uma unidade capitalista influenciada pelos mesmos fatores"⁷⁴.

Entende-se que a distinção radical entre unidades produtivas do tipo familiar e do tipo capitalista, a partir do momento em que o capitalismo unificou a produção e os mercados, não pode ser feita nem mesmo conceitualmente, e

⁷³ *Idem, ibidem*, p. 141.

⁷⁴ *Idem, ibidem*, p. 146.

que a existência de economias estruturadas à base do trabalho familiar não constitui uma singularidade capaz de requerer uma produção teórica específica. Se não é possível uma distinção conceitual entre um fluxo e outro, a separação empírica é igualmente problemática, pois, segundo o mesmo autor, a produção familiar é dotada de "uma concepção bastante específica de lucratividade", acabando por encarar todo o rendimento monetário como rendimento extra.

Economias do "tipo familiar" têm representado estruturas em transição, marcadas por um processo interno de diferenciação, cujos produtores são conectadas ao mercado e como tais participam da reprodução social. O que cabe observar é que, dadas determinadas condições concretas de produção (fertilidade da terra, clima, tecnologia, vias e meios de transporte, proximidade a mercados, etc.), algumas estruturas em transição não conseguem facilmente superar o nível de reprodução da força de trabalho. Assim o processo de diferenciação torna-se bastante lento, o que aparenta ser uma estrutura estática e não-capitalista. Insiste-se: economias marcadas pela produção familiar, quando inseridas no capitalismo, são economias em transição, participantes da reprodução social, palco de um processo de diferenciação interno mais ou menos acentuado e que, diante de certas circunstâncias, podem apresentar-se como estruturalmente estáveis, mais jamais estáticas. Dentre as características que podem contribuir para uma maior estabilidade estrutural aponta-se a própria disponibilidade de terras, pois, diante de uma fronteira aberta, o processo de diferenciação não se traduz imediatamente em proletarização, com o

que retarda-se a constituição do mercado de trabalho, inibe-se a produção mercantil de alimentos e o aprofundamento da divisão social do trabalho. Não se constitui um "complexo econômico"⁷⁵. Esta é a verdadeira especificidade de uma economia estruturada à base do trabalho familiar. Não se pode incorrer no erro da absolutização da forma e superestimar a importância teórica deste tipo de economia. Mais correto e mais importante é investigar as origens de uma dada formação social marcada pela preponderância do trabalho familiar e apreender os motivos que têm garantido a ela uma maior ou menor estabilidade estrutural. Somente neste sentido tem importância a contribuição de Chayanov: em determinadas estruturas do tipo familiar, por razões a serem apreendidas, a diferenciação entre os produtores evolui lentamente e o mercado encontra-se bastante restrito, situação na qual o crescimento da produção e a expansão geográfica estão associados a determinantes preponderantemente de cunho demográfico⁷⁶.

Após estas considerações, pode-se, por um lado, examinar melhor as condições de operação da economia de pequenos produtores que se estruturou no Espírito Santo nas duas primeiras décadas do século XX e que manteve-se estruturalmente intacta até meados da década de cinquenta, e, por outro, fazer um melhor uso da própria abordagem de Chayanov. Ou seja, mes-

⁷⁵Wilson Cano, "Padrões diferenciados...", *op. cit.*, p. 100.

⁷⁶Alexander V. Chayanov, "sobre a teoria dos sistemas...", *op. cit.*, p. 146.

mo com as restrições feitas a esse autor, entende-se que a estrutura em questão pode ser melhor compreendida se se admitir que, em determinadas economias onde prevalece a produção familiar,

"A quantidade do produto do trabalho é determinada principalmente pelo tamanho e a composição do trabalho familiar, o número de seus membros capazes de trabalhar, e, além disso, pela produtividade da unidade de trabalho e — isto é especificamente importante — pelo grau de esforço do trabalho (...)"⁷⁷.

Em outra passagem Chayanov assinala que "a intensidade do cultivo e suas formas organizativas dependem em grandíssima medida da extensão da terra utilizável, do tamanho da família trabalhadora, e da extensão de suas necessidades"⁷⁸. Em outras palavras, a produção está comprometida com a reprodução da força de trabalho familiar e ao mesmo tempo depende desta; como já foi assinalado, representa condição e objetivo imediato da existência de unidade familiar. Daí Chayanov concluir que a produção de mais-valor não representaria a motivação deste tipo de economia e que uma estrutura assim organizada não estaria propensa à acumulação, sendo "o padrão de vida tradicional, afirmado pelo costume e hábito, (que) determina a amplitude das exigências de consumo e, assim, a aplicação de força de trabalho"⁷⁹. Concorde-se que a preocupação dos produtores familiares da economia que se estruturou no Espírito Santo restringiu-se a "dimensionar" e suprir suas exigências cotidia-

⁷⁷ *Idem, ibidem*, p. 138.

⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 145. O grifo é nosso.

⁷⁹ *Idem, ibidem*, p. 145.

nas, que, mantidas no decorrer do tempo, tornaram-se tradicionais. No entanto, esta restrição não surge de uma opção da parte dos produtores, senão que resulta de condicionantes históricos e naturais (específicos a determinadas estruturas), que os têm impedido de superar até mesmo os níveis próximos da sobrevivência, com o que a produção aparece como estando organizada segundo o "costume e hábito".

Retomando a análise da produção familiar no Espírito Santo, assinala-se, desde logo, que a estabilidade da estrutura produtiva ao longo da primeira metade do atual século denuncia as difíceis condições de vida e produção, situação na qual o produtor "não consegue reter excedente em suas mãos, senão o indispensável à sua reprodução"⁸⁰.

"O próprio tamanho do estabelecimento correspondendo às dimensões de cultivo que uma família daria conta de conduzir, dificilmente geraria excedente nas proporções que a fazenda paulista. Assim, elimina-se logo a possibilidade de ter havido concentração de excedente na esfera da produção"⁸¹.

A dificuldade de concentração de excedente numa situação marcada pela abundância de terra, com a capacidade de produção limitada à produtividade da terra e aos braços da família, além de carecer de infra-estrutura de transporte e comunicações, não é surpreendente. Diante destas restrições não é de se estranhar, portanto, que a receita monetária tenha sido confundida com lucro, pois o desafio que se colocava dia-

⁸⁰ Carlos Teixeira de Campos Jr., *O novo arrabalde...*, op. cit., p. 37.

⁸¹ *Idem, ibidem*, p. 67.

riamente aos colonos era a reprodução da própria família, sendo que para tanto era mobilizado o trabalho de todos os membros, como também recorria-se frequentemente à "ajuda de vizinhos"⁸², sem se fazer uso, no entanto, do trabalho assalariado. Discorda-se assim, daquela apreciação que assegura não haver

"no colono mais pretensões em agregar maior área de terra (e que o mesmo) contentava-se com a sua propriedade única, a qual lhe proporcionava um certo conforto, vida cômoda e ainda lhe rendia o bastante para a compra de terras para os filhos, a fim de lhes possibilitar a organização de novas famílias"⁸³.

Insiste-se na idéia de que não se pode ficar prisioneiro da forma. Se a mudança estrutural encontrava-se freada pela incapacidade de se gerar e concentrar ao nível da produção maiores volumes de excedentes e que além do mais, a fronteira agrícola aberta retardava a constituição do mercado de trabalho, que sentido poderia fazer as "pretensões em agregar maior área de terra"? Neste particular, Chayanov esclarece que

"as explorações camponesas que possuem uma considerável quantidade de terra, e por isso estão em condições de utilizar toda a força de trabalho familiar num grau ótimo de intensidade e cultivo, não necessitam arrendar nem comprar terra. Qualquer despesa em terra lhes parece irracional, já que não aumenta a prosperidade da família, mas diminui seus recursos"⁸⁴.

⁸²Ernst Wagemann, *A colonização alemã...*, op. cit., apud Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, op. cit., pp. 70-1.

⁸³José Lázaro Celín, *Migração europeia...*, op. cit., p. 141.

⁸⁴Alexander V. Chayanov, *Sobre a teoria dos sistemas...*, op. cit., p. 142. O grifo é nosso.

O volume da produção, a área plantada e mesmo o tamanho da propriedade no Espírito Santo estavam dimensionadas pelas necessidades mínimas do conjunto da família e asseguradas pela capacidade de trabalho da mesma, sob determinadas condições técnicas e naturais. Enquanto a produção não fosse capaz de ultrapassar o mínimo indispensável e a fronteira agrícola continuasse aberta não se constituiria o mercado de terras: a terra continuaria abundante e não teria, por conseguinte, uma demanda específica, como reserva de valor. Deste modo, a "aquisição" de novas terras só ganha sentido se vista sob a ótica demográfica, quando da "formação de uma nova família"⁸⁵, ou com o incremento de culturas mais dinâmicas, desde que haja mão-de-obra. A importância dos fatores demográficos "numa região de economia natural"⁸⁶, foi assim expressa por Chayanov:

"apesar da ausência de inter-relacionamento e da dissociação econômica entre as unidades econômicas individuais, desenvolvem-se nesta região inúmeros processos econômicos complexos, cujo principal fator é o demográfico — densidade populacional e migração. Estes determinam a utilização da terra, o nível de prosperidade e, assim, o sempre variável montante de acumulação de capital e capacidade tributária da população; esta última constitui a base para a organização do Estado e cultura nacionais"⁸⁷.

⁸⁵ José Lázaro Celín, *Migração européia...*, op. cit., p. 141.

⁸⁶ Alexander V. Chayanov, "sobre a teoria dos sistemas..", op. cit., p. 146. Acredita-se que o termo "economia natural" não seja adequado à caracterização da economia familiar do Espírito Santo. Mesmo no contexto da obra de Chayanov este termo fica mal colocado. "Economia de subsistência" expressa melhor a pequena produção familiar no contexto do capitalismo, pois está marcada por algum grau de mercantilização, ao contrário de "economia natural", termo mais recomendado às formações que antecedem o capitalismo quando os mercados ainda não haviam se desenvolvido por completo.

⁸⁷ *Idem, ibidem*, p. 146.

Além da pressão demográfica, os primitivos métodos de cultivo do solo também contribuíram, no caso do Espírito Santo, para o movimento da fronteira agrícola.

Este é rigorosamente o caso do Espírito Santo: produção familiar, inexistência de mercado de trabalho, reduzido grau de mercantilização, expansão subordinada a fatores demográficos; enfim, um tipo de produção incapaz de promover uma forte urbanização, ficando esta restrita às funções urbanas da Capital (onde tinha importância o gasto público) e a alguns importantes entrepostos no interior.

Examinemos agora as condições de produção e comercialização da pequena produção no Espírito Santo, de modo a qualificar, ainda que superficialmente, seus desdobramentos sobre a vida urbana, particularmente na cidade de Vitória (Capital). A análise específica da "formação e desenvolvimento dos núcleos urbanos" será feita posteriormente, no Capítulo IV.

O potencial de geração de excedentes e de diversificação econômica da agricultura de pequena produção desenvolvida no Espírito Santo até meados deste século foi, sem dúvida, muito reduzido. A força de trabalho, como já se enfatizou suficientemente, embora livre, foi alocada à produção sem a intermediação do mercado de trabalho; pelo contrário, foi alocada a partir das necessidades do conjunto da família. "O mutirão é quase o único meio pelo qual (o produtor) recebe mão-de-obra externa"⁸⁸. Em suma, o nível de circulação de mercadorias,

⁸⁸ Ernst Wagemann, *A colonização alemã...*, op. cit., apud Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, op. cit., p. 71.

dinheiro e força de trabalho era quase que desprezível. Não havia capacidade de investimento fora dos limites da cafeicultura, como também as oportunidades de investir eram bastante restritas no meio urbano. Campos Jr. enfatiza que

"O vazamento do excedente originado da produção cafeeira (...) para outros setores como comércio, bancos, indústrias, atividades urbanas específicas, caso ocorresse seria função do volume do excedente gerado, da sua centralização e das oportunidades de investimentos urbanos, no caso específico, existentes em Vitória"⁸⁹.

Assim entende-se "o porquê da inexistência de atividades produtivas em Vitória até a primeira década deste século"⁹⁰, como também seu lento desenvolvimento até meados dos anos cinquenta.

O grau de autosuficiência fica patente se se tomar como referência uma "aglomeração urbana" típica das décadas iniciais deste século: em Figueira⁹¹, num contingente populacional pouco menor que 200 habitantes encontravam-se apenas "12 padeiros, 1 ferreiro, 1 médico, 1 farmacêutico e 1 casa de beneficiar café", além de 12 vendeiros, o que revela o caráter preponderantemente comercial das funções urbanas⁹².

Mesmo representando uma das poucas exceções à economia de autoconsumo, os artífices não tinham maior importância no

⁸⁹ Carlos Teixeira de Campos Jr., *O novo arrabalde...*, op. cit., p. 67.

⁹⁰ *Idem, ibidem*, p. 79.

⁹¹ Atual cidade de Itarana.

⁹² José Lázaro Celin, *Migração européia...*, op. cit., p. 143.

contexto desta economia. Além de serem poucos os ofícios exercidos, os artífices "exploravam simultaneamente um sítio, daí obtendo suas economias vitais"⁹³. O depoimento de um autor da época é, neste aspecto, esclarecedor.

"Procurar-se-iam, inutilmente, o alfaiate, o padeiro, o carnicheiro e o moleiro. A farinha é importada, e as atividades de açougueiro, padeiro e alfaiate, pertenciam a economia doméstica. O marceneiro é dispensável, pois os móveis são feitos em casa ou importados"⁹⁴.

Os resultados econômicos desta economia de pequenos produtores, em média 25 hectares, distinguem-se quantitativa e qualitativamente daqueles apresentados pela economia que se desenvolveu em São Paulo, no Oeste do Estado, nas décadas finais do século passado. Lá o "fazendeiro personificando a produção, investiu em banco, indústria e no comércio em geral"⁹⁵ e esta é a diferença qualitativa a ser evidenciada. O excedente produzido nas fazendas capitalistas, tendo como base o trabalho assalariado, não podendo ser reinvestido indefinidamente na atividade exportadora, vazava para outras esferas de aplicação, aproveitando-se das oportunidades que se abriam no segmento urbano, tais como os bancos, o comércio e a indústria leve. Do ponto de vista quantitativo deve-se ressal-

⁹³ Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, op. cit., p. 72.

⁹⁴ Ernst Wagemann, *A colonização alemã...*, op. cit., apud Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, op. cit., p. 72.

⁹⁵ Carlos Teixeira de Campos Jr., *O novo arrabalde...*, op. cit., p. 68.

tar que as exportações de café pelo Estado do Espírito Santo atingiam apenas 5% do total nacional, com o agravante de que nem todo este volume era exportado pela praça de Vitória.

A organização da cafeicultura paulista em bases capitalistas imprimiu àquela região formidável dinamismo. Dada a prévia apropriação das terras e concentração de capitais, a imigração em grande escala proporcionou a constituição do mercado de trabalho. A administração capitalista da produção assumia feições essencialmente empresariais ao buscar o aumento da produtividade, ao elevar o potencial de acumulação e ao dar a este uma aplicação diversificada e criteriosa. Dada esta diametral diferença, qualitativa e quantitativa, "obviamente não poderíamos esperar que aqui (no Espírito Santo) surgissem empreendimentos de porte tal como o visto naquele Estado"⁹⁶, da mesma forma que se compreende que a magnitude da urbanização no Espírito Santo era quase que insignificante diante do que se desenvolvia em São Paulo, tanto na Capital como nas cidades do interior. Além do mais é preciso ressaltar que "em correspondência a esta (desconcentrada) estrutura fundiária o capital comercial era igualmente pulverizado de forma que, a despeito de, dado o seu próprio papel, se apropriar de uma fração considerável do excedente, não conseguia dominar a dinâmica da economia cafeeira"⁹⁷, que se desenvolveu no Espírito

⁹⁶ *Idem, ibidem*, p. 68.

⁹⁷ Angela Morandi *et alii*, *Alguns aspectos...*, *op. cit.*, p. 9.

Santo, cujo excedente, como já assinalado inúmeras vezes, era bastante reduzido. Mesmo as filiais do capital comercial carioca e fluminense que operavam na praça de Vitória eram empresas de reduzido tamanho.

O capital comercial, embora se apropriasse de "fração considerável" do reduzido excedente, não subordinou o processo produtivo, com o que ficou extremamente vulnerável às crises, quando o volume dos negócios (exportação + importação) reduzia-se drasticamente, dado o grau de autosuficiência do estabelecimento familiar. Ao se analisar a cadeia de comércio estabelecida entre o produtor rural e o exportador/importador, entende-se melhor a fragilidade do capital comercial e a relativa independência do produtor. Somente por intermédio das relações comerciais (e financeiras) é que o capital comercial apropriava-se da parcela do excedente; mas como não tinha o controle do volume comercializado, nem tampouco do conjunto da produção familiar, sua situação tornava-se crítica nos períodos de queda do comércio.

"A estrutura comercial propriamente dita era formada pela seguinte cadeia: o colono, vendeiro ou pequeno comerciante local, (...) comércio médio, ou de segunda classe e as grandes casas comerciais ou exportadoras ou importadoras"⁹⁸.

Omitiu-se propositalmente da citação acima o "negociante ambulante", por concebê-lo como parte de outra cadeia,

⁹⁸Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, op. cit., p. 72.

fortuita, que se suporõe à verdadeira cadeia de comercialização⁹⁹. Na estrutura comercial exposta acima o vendeiro exerce um papel fundamental. É ele quem trava relacionamento direto com o produtor, o colono. Este estreito relacionamento foge ao âmbito puramente comercial e se estende aos próprios laços familiares, ao conhecer individualmente a totalidade dos membros de um determinado (e não muito grande) número de famílias¹⁰⁰ com as quais mantém negócios. Testemunha de casamentos, padrinho de batizados, avalista de documentos, conselheiro e intérprete são papéis frequentemente exercidos pelo vendeiro. Se por um lado este tipo de relacionamento torna pessoal o ato de compra e venda, por outro lado, este mesmo ato constitui-se em algo desfavorável ao colono. Não que o vendeiro use de má fé nos seus negócios: mas porque sua condição de monopolista na compra e venda acaba por perpetuar um quadro desfavorável aos colonos. "Frequentemente o vendeiro se torna credor do colono, por causa dos fiados"¹⁰¹, em épocas de má colheita ou de preços deprimidos. Nos momentos de queda da receita monetária, após o ajuste promovido no interior do estabelecimento agrícola, a diminuta necessidade de financia-

⁹⁹ "Os negociantes ambulantes, geralmente vêm de Minas Gerais, trazem gado de corte muares, cavalos, fumo, selas, etc." (*Idem, ibidem.*, p. 73).

¹⁰⁰ "O círculo de fregueses de um negociante (tem), em média, 30 famílias (e) as casas comerciais, do mesmo modo que os sítios, estão esparsas, instaladas em encruzilhadas ou caminhos de maior movimento, frequentemente na proximidade de uma igreja ou capela" (Ernst Wagemann, *A colonização alemã...*, *op. cit.*, apud Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, *op. cit.*, p. 74).

¹⁰¹ *Idem, ibidem*, p. 74.

mento para a compra de produtos industrializados, em muitos casos, era suprida pelo vendeiro ou por ele intermediada. No entanto, "os credores, em regra, são os parentens, os vizinhos, ou outros bons amigos, que fazem empréstimo por mero favor, sendo raro os casos em que se exige garantia hipotecária"¹⁰².

Como o fluxo de rendimento monetário do colono provém da venda do café, este concentra-se em épocas do ano, ao passo que suas necessidades de consumo de produtos industrializados, em média, distribuem-se mais equilibradamente no tempo. Assim, a utilização do dinheiro nas transações era muito reduzida.

Mesmo sendo uma genuína transação mercantil, o processo de compra e venda estabelecido entre o vendeiro e o colono assume feições de "simples troca entre produtos"¹⁰³. Particularmente nos momentos de maiores dificuldades financeiras, o produtor fica dependente dos fiados, adiantamentos e financiamentos concedidos pelos vendeiros, o que reforça a tendência da troca de produtos por produtos. Neste quadro, a entrega da safra representa apenas um abatimento do débito contraído junto ao comerciante, sendo que esta relação desfavorável dificilmente será rompida antes que se normalize o mercado de café.

¹⁰² *Idem, ibidem*, p. 74.

¹⁰³ José Lázaro Celin, *Migração européia.*, *op. cit.*, p. 153.

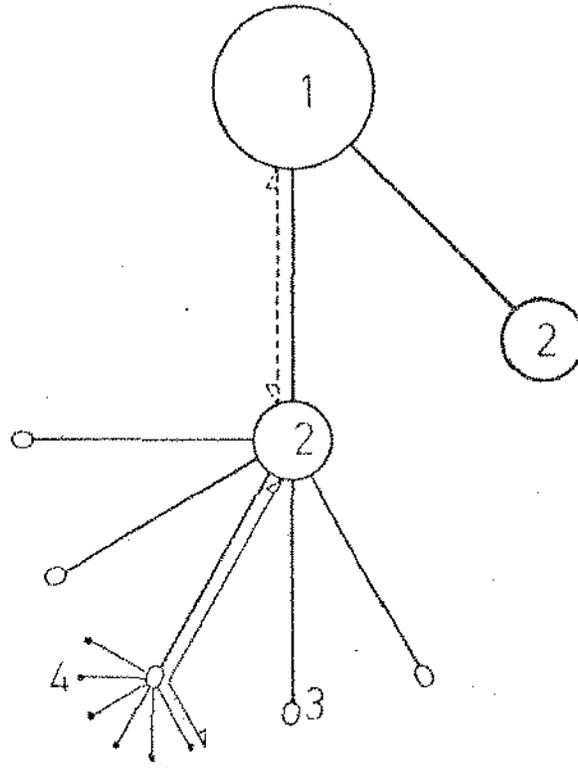
Seguindo a descrição e análise da cadeia encontra-se os "comerciantes médios ou de segunda classe". Representam o elo intermediário, relacionando-se com os vendedores e com os importadores/exportadores. Suas instalações obedecem à uma lógica de localização mais rigorosa, procurando os pontos de "conexão dos transportes", locais que transformaram-se, com o decorrer do tempo, nos núcleos urbanos mais importantes do interior do Estado, cuja função preponderante era a de entreposto de comércio. Nestes núcleos eram concentradas as safras capilarmente absorvidas pelos vendedores e era feita também a distribuição dos produtos industrializados. Os comerciantes médios "as vezes chegavam a realizar exportação e importação diretamente com o exterior (e manter) tropas para o transporte no interior"¹⁰⁴. Enfatiza-se, neste momento, a idéia de que estes comerciantes representavam o "ator" típico dos núcleos urbanos mais importantes do interior, pois se a função dos mesmos era a de fazer a conversão de modalidade de transporte, concentrar a safra a ser exportada e distribuir os produtos adquiridos junto aos importadores, ninguém encarna melhor este tipo de função.

Completando a cadeia de comercialização, tem-se as casas exportadoras/importadoras localizadas em Vitória, "na sua quase totalidade (...) de nacionalidade estrangeira"¹⁰⁵. Em 1912,

¹⁰⁴ Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, op. cit., p. 73.

¹⁰⁵ Carlos Teixeira de Campos Jr., *O novo arrabalde...*, op. cit., p. 74.

DIAGRAMA 02 - ILUSTRAÇÃO DA CADEIA DE
COMERCIALIZAÇÃO



LEGENDA

1- CIDADE PORTUÁRIA: CAPITAL
IMPORTADOR/EXPORTADOR

2- IMPORTANTE NÚCLEO URBANO DO
INTERIOR: COMERCIANTE INTERMEDIÁRIO

3- DISTRITOS OU POVODOS: VENDEDORES

4- UNIDADES PRODUTORAS FAMILIARES

--- TRANSPORTE POR VIA FÉRREA OU FLUVIAL

— TRANSPORTE EM LOMBO DE BURRO

dentre as seis mais importantes, havia somente uma brasileira, responsável por apenas 6,0% do total exportado. Havia também uma luso-brasileira, a maior, responsável por 32,5%. Dentre as restantes encontravam-se duas americanas (29,3%) e uma belgo-alemã (25,1%). As cooperativas (consideradas aqui como uma casa), eram responsáveis apenas por 7,1% das exportações e encontravam-se "em quebra"¹⁰⁶. Além de exercerem praticamente o monopólio do comércio com o exterior estas casas investiam também no beneficiamento do café, controlando parcela significativa desta atividade. Não há dúvida de que representavam o elo dominante da cadeia, apropriando-se "da maior parte do excedente produzido"¹⁰⁷. Monopolistas na importação de manufaturados e na exportação de café e conhecedoras como ninguém dos preços praticados ao mercado mundial, estas buscavam fixar suas margens de lucro e transferiam para o restante da cadeia o ônus desta decisão.

Como se observou a valorização do capital restringia-se à esfera da circulação das mercadorias. Dada a característica familiar da produção o capital não logrou controlar e imprimir seu ritmo a esta etapa do processo produtivo. Por não comportar grandes investimentos e por necessitar financiar apenas eventualmente parcela do consumo, não abriram brechas para a entrada de financiamentos (da produção e do consumo). En-

¹⁰⁶ *Idem, ibidem, p. 75.*

¹⁰⁷ Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, op. cit., p. 74.

fim, a valorização do capital não pôde ultrapassar os limites da circulação de mercadorias e teve seu ritmo de acumulação condicionado pelas peculiaridades deste tipo de estrutura sócio-econômica, com ênfase, neste caso, para os aspectos negativos das quedas na cotação internacional do café, que faziam reduzir o volume das transações, restringindo as oportunidades de ganho para o capital comercial. Por seu turno, a produção familiar era pouco afetada pelas quedas do preço do café, a não ser na sua "quotidiana" relação com os vendedores, continuando a reproduzir-se dentro das exigências e das potencialidades de cada família. "Particularmente, as casas exportadoras de origem local e vinculadas exclusivamente ao comércio de café capixaba eram afetadas de forma mais profunda"¹⁰⁸, enquanto que as de propriedade estrangeira, além de mais bem estruturadas, "agentes de companhias de navegação e de grandes bancos"¹⁰⁹, atuavam em outras praças e tinham um leque mais diversificado de aplicação de capitais.

Além de todos os entraves de ordem qualitativa, resultantes das especificidades da produção familiar, o reduzido tamanho absoluto da cafeicultura capixaba restringiu o potencial de desenvolvimento econômico e da acumulação do capital, sem falar na parte significativa da produção que era exportada pelo porto do Rio de Janeiro, até meados dos anos vinte. Não sendo o Espírito Santo um centro de acumulação e aplicação de

¹⁰⁸ *Idem, ibidem*, p. 75.

¹⁰⁹ *Idem, ibidem*, p. 74.

capitais de nível nacional, o excedente nele retido pelas firmas estrangeiras caso fosse "investido no país em atividades tipicamente urbanas, provavelmente não seria em Vitória, (pois) oportunidades melhores seriam encontradas noutros centros nacionais de maior expressão"¹¹⁰. As casas comerciais localizadas em Vitória, mesmo as estrangeiras, não tinham a menor representatividade quando comparadas às de Santos e Rio de Janeiro. "O porte mesmo do seus prédios, marcando o espaço da Capital, refletia este quadro"¹¹¹.

Sem dúvida, a praça do Rio de Janeiro exerceu importante papel nos esquemas de comercialização estruturados no Espírito Santo. Pela proximidade e pela continuidade que representava em relação à cafeicultura do Vale do Paraíba, a região produtiva de Cachoeiro de Itapemirim teve suas transações comerciais e financeiras centralizadas pelo Rio de Janeiro, até que em meados dos anos vinte a ligação ferroviária com Vitória veio reverter, em parte, este procedimento. Soma-se a isto a gravitação em si de uma grande praça comercial e financeira que atraía os excedentes acumulados pelo capital comercial instalado em Vitória e supria, pelos mesmos motivos, "grande parte das necessidades de produtos manufaturados"¹¹² demandados pela economia capixaba. No que diz respeito ao in-

¹¹⁰ Carlos Teixeira de Campos Jr., *O novo arrabalde...*, op. cit., p. 74.

¹¹¹ *Idem, ibidem*, p. 74.

¹¹² Angela Morandi et alii, *Alguns aspectos...*, op. cit., p. 42.

tercâmbio comercial Morandi et alii ressaltam que "as barreiras à entrada dos produtos do Distrito Federal no mercado capixaba eram baixas", daí que "aquela reserva de mercado aos produtos locais (representada pelos custos de transporte) deve ser relativizada"¹¹³. Ou seja, mesmo antes de 1930, quando ganhou impulso o processo de integração do mercado nacional, já eram estreitas as relações comerciais e financeiras estabelecidas entre o Espírito Santo e a cidade do Rio de Janeiro e, particularmente, fortes os efeitos inibidores que a indústria do Rio exercia sobre a capixaba, que, diga-se de passagem, só veio a despontar a partir dos anos cinquenta, já sob os efeitos da industrialização pesada¹¹⁴.

"Assim, o despeito de a acumulação cafeeira ter sido, no período em questão, relativamente intensa, as próprias bases sobre as quais esta se assentava, impediram que o capital comercial se transformasse em outras formas de capital (...), quer porque este capital não precisava se transformar para se valorizar, quer porque, ainda que precisasse, não teria condições de fazê-lo"¹¹⁵.

Aproximando-se da conclusão deste item salienta-se a importância da pequena produção rural na definição da estrutura e dinâmica apresentadas pela economia capixaba a partir do início deste século; chegando esta estrutura agrária relativa-

¹¹³ *Idem, ibidem*, p. 42.

¹¹⁴ "(...) apesar das limitadas inversões de excedentes realizadas em Vitória por setores da exportação, ainda era a atividade comercial, a que dava dinâmica à Capital". (Carlos Teixeira de Campos Jr., *O novo arrabalde...*, *op. cit.*, p. 78).

¹¹⁵ Angela Morandi et alii, *Alguns aspectos...*, *op. cit.*, p. 10.

mente intacta aos anos sessenta, quando o fechamento da fronteira agrícola e as redefinições do papel da agricultura nas relações campo-cidade, promovidas pela industrialização pesada e pela montagem do complexo agroindustrial causaram-lhe radicais transformações. Gerando pouco excedente, do qual a maior parte era apropriado pelo capital comercial e "vazado" a outras praças mais dinâmicas, não é de se estranhar a timidez da vida urbana na Capital do Estado. Não se constituiu no Estado um "complexo econômico", representado por "vínculos que possibilitassem a expansão de mercados estimuladores de uma diversificação agrícola e industrial"¹¹⁶. Ou seja, a expansão da economia "se dera, basicamente no campo, gerando escassa e dispersa urbanização"¹¹⁷.

Efetivamente, as possibilidades de diversificação desta economia eram muito remotas. A respeito desta inércia Morandi et alii assinalaram que

"Enquanto permanecesse esse tipo de estrutura e dinâmica da economia, as possibilidades de constituição de um mercado de trabalho, de um lado, e da mercantilização da economia, de outro — em especial a produção mercantil de alimentos — permaneciam remotas"¹¹⁸.

Entendendo esta realidade, já nos anos dez, o governo Jerônimo Monteiro deu início de um ambicioso e bem estruturado — ainda que mal dimensionado — programa de industrializa-

¹¹⁶ Wilson Cano, "Padrões diferenciados ...", *op. cit.*, p. 300.

¹¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 300. O grifo é nosso.

¹¹⁸ Angela Morandi et alii, *Alguns aspectos ...*, *op. cit.*, p. 9.

ção, concentrado sobretudo no Sul do Estado (bacia do Rio Itapemirim). Tinha como intuito libertar o Espírito Santo dos estreitos limites da monocultura comercial, particularmente dos riscos de se ter as receitas públicas atreladas às marchas e contra-marchas da cultura do café. Se se explicitou bem, até o presente momento, a realidade sócio-econômica do Estado à época, não é de se estranhar esta inusitada decisão, como também o seu fracasso ¹¹⁹.

É curioso que afora Wilson Cano, nenhum outro autor dispensou maior atenção a este padrão de cafeicultura desenvolvido no Espírito Santo. Se o volume físico da produção, sempre marginal no contexto nacional, explica esta postura, as flagrantes especificidades de uma cafeicultura desenvolvida no âmbito da produção familiar, representando, inclusive, um dos mais importantes pólos de atração de trabalhadores europeus, são demasiadamente fortes para que esta atitude venha a ser justificada. Contudo, se se analisar mais detidamente os principais trabalhos que têm tratado da cafeicultura brasileira, entende-se esta omissão, já que nem mesmo as especificidades da cafeicultura desenvolvida no Oeste de São Paulo foram devidamente ressaltadas e compreendidas. Ao tratarem da economia cafeeira abstratamente, restringindo a análise ao plan-

¹¹⁹ Para informações sobre esta experiência ver: Gabriel Bittencourt, *Esforço industrial...*, op. cit., pp. 68-135; Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, op. cit., pp. 154-74; Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira...*, op. cit., pp. 49-63.

tio, safras e preços do café, não atentaram para as especificidades de cada região produtora, particularmente para as relações sociais de produção: escravistas, capitalistas ou pequena produção familiar. Levar em consideração esta questão, implica conceber, analisar e explicar distintos padrões de desenvolvimento da cafeicultura. Felizmente, "autores capixabas" têm estado preocupados com esta questão; lançaram-se à análise das especificidades da economia capixaba, muitos deles fazendo uso do tipo de abordagem e do referencial teórico proposto por Wilson Cano.

Curiosa é também a pouca importância dispensada ao *Recenseamento de 1920*, inclusive pelos "autores capixabas". Fazendo-se uso destas informações, procurou-se construir um quadro síntese da estrutura produtiva que se formou no Espírito Santo ao longo das duas primeiras décadas deste século. Quando confrontada com a de outros estados, ou mesmo com a do conjunto do país, a realidade capixaba resulta como algo único, sem paralelo na economia brasileira da época¹²⁰.

Nota-se, em primeiro lugar (Tabela A.9), a elevada densidade demográfica apresentada pelo Espírito Santo (10,3 hab./km²), quase três vezes superior à média nacional, o que coloca o Estado entre os mais densamente povoados do país. Em consequência, a participação do Estado no conjunto da popula-

¹²⁰ Embora esteja contido nas tabelas, o Distrito Federal, por representar uma unidade federada "atípica", será desconsiderado para efeito de comparação.

ção brasileira supera, na mesma proporção, a sua participação a superfície (1,5% e 0,5%, respectivamente). Seus 20.941 estabelecimentos rurais representavam 3,2% do total dos estabelecimentos rurais brasileiros, muito embora a participação dos mesmos no total da superfície apropriada (ou área dos estabelecimentos) correspondem a apenas 0,7%; proporções que denunciam uma realidade agrária marcada pelo reduzido tamanho médio dos estabelecimentos (61,1ha/estab.) e uma boa distribuição fundiária¹²¹. Com exceção do Distrito Federal, uma realidade marcadamente urbana, o tamanho médio dos estabelecimentos rurais do Espírito Santo era, de longe, o menor do país (4,4 vezes inferior à média nacional). Se a participação do Espírito Santo na área total dos estabelecimentos rurais era das mais inexpressivas, o mesmo não pode ser dito da sua participação na área cultivada: 3,4%, proporção superior inclusive àquela observada para o número de estabelecimentos e 4,9 vezes superior à sua participação na área dos estabelecimentos. Com isto, o tamanho médio da área cultivada (10,7ha/estab.), para o Estado do Espírito Santo, resulta num dos maiores do país, a despeito do tamanho médio dos estabelecimentos ser o menor (Tabela A.10).

Estes indicadores evidenciam que o uso da terra no Espírito Santo não estava associado a outros fatores (mercantis e/ou especulativos), que não aqueles relacionados à reprodução de cada família. Esta apropriação não capitalista da terra, a

¹²¹ Índice de Gini para o Espírito Santo em 1920: 0,581 (o menor do país).

importância da pequena produção familiar na agricultura capixaba e o correspondente uso "intensivo" dos recursos do estabelecimento ficam mais evidentes se se considerar os seguintes aspectos:

- a) mesmo sendo um dos estados mais densamente povoados do país, a área apropriada pelo total dos estabelecimentos representava apenas 28,6% da superfície estadual, proporção pouco superior à média nacional e significativamente inferior àquelas apresentadas por estados com semelhante ou menor densidade demográfica;
- b) a relação "área cultivada/área do estabelecimento" era a maior do país, alcançando a impressionante marca de 17,5%, sendo seguido por São Paulo (14,3%) e Rio de Janeiro (9,4%), enquanto que a média nacional chegava tão somente a 3,8%;
- c) a relação "área cultivada/superfície" chegava a 5,0%, uma das maiores, sendo o Espírito Santo, neste caso, superado apenas por São Paulo (7,0%) e Rio de Janeiro (6,8%), estados com notória superioridade no que tange à densidade demográfica, ao mesmo tempo em que a média nacional sequer alcançava 1,0%¹²².

As informações referentes ao valor dos estabelecimentos rurais conduzem a condições semelhantes (Tabela A.11). O valor dos estabelecimentos rurais representa a soma dos valores da terra,

¹²² Estão incluídas nos cálculos as áreas montanhosas, pântanos, terras improdutivas em geral, que se desconsideradas não permitiriam alterar substancialmente estas proporções.

das benfeitorias e dos maquinismos. Observa-se que a participação do Espírito Santo no valor total (1,7%) era bem inferior à participação no número de estabelecimento (3,2%), diferença esta decorrente mais do reduzido tamanho médio do que propriamente do valor de cada hectare. O valor médio dos estabelecimentos do Estado do Espírito Santo só superava os correspondentes valores dos estados de Santa Catarina e Bahia, sendo portanto, dos menores do Brasil, ao passo que o valor do hectare situava-se bem acima da média nacional e equiparava-se àquele referente ao Rio de Janeiro — os dois relativamente distantes do valor apresentado por São Paulo. Embora reveladores, em certos aspectos, estes dados não traduzem toda a realidade do valor dos estabelecimentos rurais. É preciso desagregar o valor dos estabelecimentos, segundo o valor das terras, das benfeitorias e dos maquinismos.

Relativamente ao valor das terras, a participação do Espírito Santo no total nacional era de 1,1%, e resultava de um valor médio por hectare bastante reduzido. Mesmo que superior à média nacional, este valor era superado por aqueles apresentados por São Paulo, Rio de Janeiro, Sergipe e Rio Grande do Sul e assemelhava-se ao de Alagoas. Já o valor das terras do estabelecimento, no caso do Espírito Santo, tratava-se de uma cifra tão reduzida, que só superava a apresentada por Santa Catarina, tão reduzidos eram o tamanho médio dos estabelecimentos e o valor médio do hectare.

A situação muda por completo ao considerar-se o valor das benfeitorias e maquinismos — considerados, para efeito desta análise, trabalho morto incorporado ao estabelecimen-

to. Especificamente no caso das benfeitorias, a posição do Espírito Santo é bastante privilegiada, sendo responsável por 4,3% do total nacional, o que se traduz no maior valor médio de benfeitorias por hectare dentre os estados brasileiros, sendo seguido de muito longe por São Paulo e Rio de Janeiro. Insistindo-se em ressaltar o diminuto tamanho médio dos estabelecimentos capixabas, assinala-se que, mesmo com a elevada "densidade de benfeitorias por hectare", o valor das "benfeitorias por estabelecimento" apresentado pelo Espírito Santo era amplamente superado pelo sete outros estados. No que tange ao valor dos "maquinismos por hectare" equiparava-se ao de Alagoas, era superado por Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe, mas apresentava um valor bem destacado no contexto nacional. No entanto, no que se refere ao valor dos "maquinismos por estabelecimento" a posição do Estado era bem menos significativa.

Toda esta consideração fica mais clara e conclusiva se, em contraposição ao valor da terra, forem agregados os valores das benfeitorias e dos maquinismos, que representavam trabalho morto incorporado ao estabelecimento. Constata-se, desta forma, que, no caso do Espírito Santo, a metade do valor dos estabelecimentos correspondia aos valores das benfeitorias e maquinismos, enquanto que nos demais estados, em nenhum deles, esta proporção superava os 35,0%. Para o total nacional, o valor das benfeitorias e maquinismos limitava-se a 21,2% do valor dos estabelecimentos. Esta elevada densidade de trabalho morto incorporado por hectare não resulta de outro motivo senão da intensiva aplicação de trabalho familiar nos estabe-

lecimentos rurais do Espírito Santo, estabelecimento cujo tamanho e cultivo estavam dimensionados para o atendimento das necessidades mínimas de cada família. Por terem reduzido tamanho médio — mas palco de intenso uso, o que se reflete no elevado índice de cultivo e nas benfeitorias e maquinismos a ele incorporados — os estabelecimentos rurais do Espírito Santo tinham na terra apenas 50,7% do seu valor. O valor da terra, embora superior à média nacional, situava-se muito abaixo daquele apresentado por São Paulo, Estado onde as relações capitalistas de produção davam à apropriação e uso da terra outro sentido.

O pouco do excedente que conseguia-se reter nos estabelecimentos materializava-se, geralmente, em benfeitorias, ao invés da incorporação de mais terras. Como já foi discutido páginas atrás, nesta economia, não havia, da parte dos donos de estabelecimento, maior sentido a apropriação de terras que não fossem destinadas (com alguma reserva, é claro!) ao cultivo. Daí a elevada proporção das terras, no Espírito Santo, estarem cultivadas. Neste sentido, o elevado valor das benfeitorias e maquinismos por hectare explica-se pela tendência do numerador (benfeitoria + maquinismos) crescer mais rapidamente que o denominador (tamanho do estabelecimento). Como os proprietários eram obrigatoriamente residentes nos estabelecimentos rurais, parte do pequeno excedente retido era destinado à construção e manutenção das casas — que no caso do Espírito Santo, em decorrência das tradições dos imigrantes italianos e alemães, eram quase sempre de alvenaria, bem construídas e acabadas e extremamente resistentes, no que tange às

estruturas¹²³. O excedente investido na construção destas residências assumia a forma de mercadorias adquiridas nos núcleos urbanos (geralmente ferragens e cimento), como também assumia a forma de horas de trabalho (geralmente aos sábados e domingos), dispensadas ao "fabrico" de tijolos, "taubinhas", portas e janelas, ao aparelhamento da madeira pesada (vigas, caibros e ripas) e à própria construção. Além do mais, dependendo da extensão e da fertilidade das terras, não raro era o caso de estabelecimentos explorados por mais de uma família — os pais, mais três ou quatro filhos casados, sem falar nos meeiros, que residiam também em casas pertencentes ao estabelecimento.

Pela própria natureza da pequena produção, diversificada de modo a atender a um leque bastante amplo de necessidades da família, além das residências, o estabelecimento rural era dotado de outras instalações. As mais comuns eram aquelas destinadas à criação e/ou abrigo de animais, tais como, curral, galinheiro, chiqueiro (pocilga), etc. Haviam, entretanto, em menor número, instalações mais sofisticadas: o engenho de moer cana para o "fabrico" do açúcar e da aguardente; o moinho de cereais; a pila de café e arroz; o quitungo (farinheira), paióis, pequenas represas, etc. A força-motriz utilizada consistia, na maioria dos casos, na tração animal; muito embora, pelo relevo característico do Espírito Santo, as

¹²³ Casas do início do século encontram-se ainda hoje, nos vales e encostas do interior do Estado, firmes e majestosas.

quedas d'água fossem amplamente utilizadas, o que requeria, quase sempre, a mediação da roda d'água — equipamento dos mais sofisticados para as condições de operação destes estabelecimentos. Em suma, os estabelecimentos capixabas eram providos de um conjunto de benfeitorias e maquinismos indispensáveis a viabilizar a reprodução da família.

Mesmo tendo-se identificado esta tendência à "acumulação" de benfeitorias e maquinismos, própria de uma economia de produção familiar, a compreensão da elevada densidade de trabalho morto por hectare, característica do Espírito Santo, requer considerações adicionais. Há que se considerar a especificidade da cultura comercial desenvolvida. Sendo o café uma cultura permanente, o estoque de cafeeiros representa, sem dúvida, uma imobilização de recursos de elevadas proporções para o contexto destes estabelecimentos. Neste sentido, a elevada densidade de "benfeitorias" por hectare" no Espírito Santo reflete não somente uma tendência própria da pequena produção, como também a realidade de uma cultura comercial permanente. Entende-se que este é um elemento de suma importância, uma vez que 78,2% dos estabelecimentos rurais do Estado estavam envolvidos com a produção de café, com o agravante de que 68,3% da área cultivada e 11,9% da área total dos estabelecimentos estavam destinados ao café. Nenhum outro Estado apresentava proporções tão elevadas, o que denota a preponderância do café na economia do Espírito Santo, a ponto de colocá-lo firmemente no quarto posto dentre os estados produtores (Tabela A.12).

TABELA 2.5
INDICADORES DE HOMOGENEIDADE ESTRUTURAL PARA O ESTADO E SUAS REGIÕES
ESPIRITO SANTO: 1920

INDICADORES		ESTADO	Norte	Centro	Sul
1. Superfície	(X)	100,0	55,2	23,0	21,8
2. População	(X)	100,0	15,8	51,7	32,5
3. Densidade demográfica: hab./Km ²	(2/1)	10,1	1,7	18,8	21,9
4. Número de estabelecimentos rurais	(X)	100,0	15,8	51,6	32,5
5. Área dos estabelecimentos rurais	(X)	100,0	10,9	41,9	47,2
6. Área média	(5/4)	61,1	42,2	49,5	88,7
7. Área cultivada	(X)	100,0	10,6	37,7	51,7
8. Área cultivada média	(7/4)	10,7	7,2	7,8	17,1
9. Número de estabelecimentos com café	(X)	100,0	15,4	53,7	30,9
10. Área cultivada com café	(X)	100,0	11,6	39,0	49,4
11. Área média com café	(10/9)	9,3	7,0	6,8	14,9
12. Número de cafeeiros	(X)	100,0	11,6	39,0	49,4
13. Sacas de café	(X)	100,0	8,1	40,9	51,1
14. Número de sacas por estabelecimento	(13/9)	62,9	32,9	47,9	104,9
15. Número de sacas por hectare	(13/10)	6,7	4,7	7,1	7,0
16. Número de pés por estabelecimento	(12/9)	6.997	5.251	5.987	11.192
17. Número de pés por hectare	(12/10)	750	750	750	750
18. Área dos estabelecimentos rurais/Superfície	(5/1) (X)	28,6	5,7	52,1	62,6
19. Área cultivada/Superfície	(7/1) (X)	5,0	1,0	8,2	11,9
20. Área cultivada/Área dos estabelecimentos rurais	(7/5) (X)	17,5	16,9	15,7	19,1
21. Área cultivada com café/Superfície	(10/1) (X)	3,4	0,7	5,8	7,8
22. Área cultivada com café/Área dos estabelecimentos rurais	(10/5) (X)	11,9	12,6	11,1	12,5
23. Área cultivada com café/Área cultivada	(10/7) (X)	68,3	74,7	70,8	65,3
24. Sacas de café/1.000 pés		9,0	6,3	9,4	9,3
25. Estabelecimentos produtores de café/Total dos estabelecimentos	(9/4) (X)	78,2	76,1	91,3	74,2

Fonte: Recenseamento de 1920.

Quase todas as considerações feitas a partir das quatro últimas tabelas são representativas do conjunto do Estado. Como está expresso na Tabela 2.5, são poucos (e explicáveis) os indicadores que apresentam, para as regiões Norte, Centro e Sul, valores distantes da média estadual. A região Sul distingue-se das demais basicamente por apresentar tamanho médio (do estabelecimento, da área cultivada e da área com café) aproximadamente duas vezes maior que as das demais regiões. Resulta isto da herança latifundiária deixada pela cafeicultura escravista ali desenvolvida. A região Norte, por sua vez, apresenta a especificidade de ser a menos povoada, a maior em superfície, o que se traduz numa muito reduzida densidade demográfica. Representava a região Norte a fronteira agrícola para onde foi feita a expansão da cafeicultura nas décadas seguintes. Entretanto, se se adotar o estabelecimento rural como elemento de comparação, salvo o tamanho médio mais elevado no Sul, todos os indicadores apresentam média significativa para todo o Estado.

Para finalizar esta análise, enfatiza-se que o pouco dinamismo das atividades urbanas e industriais observadas no Espírito Santo deve ser creditado ao reduzido tamanho absoluto da sua economia e, principalmente, à estrutura familiar que lhe deu ânimo e não a um suposto vazio demográfico, como querem ainda alguns historiadores locais. As atividades econômicas se faziam presente e em grande intensidade, só que seus desdobramentos urbanos e industriais foram restringidos, acima de tudo, pelo padrão de desenvolvimento que se configurou neste Estado. Os dados relativos e absolutos referentes

ao Espírito Santo e à sua posição no concerto dos estados brasileiros, traduzem bem o tipo de organização da vida sócio-econômica que organizou-se no Espírito Santo. Só para dar uma idéia mais precisa do elevado conteúdo rural da economia do Estado, no ano de 1920, 83,3% da PEA encontrava-se no setor primário — proporção só superada pelo Estado da Paraíba e bastante superior à média nacional (70,2%). Em contrapartida, o setor secundário responsabilizava-se por apenas 6,0% da PEA, porcentagem inferior à metade da média nacional e superior apenas à apresentada pelo então Território de Acre (Tabela 2.6).

Este tipo de economia agrária, cuja gênese, contornos e dinâmica foram até este momento considerados, irá reproduzir-se quase intacta até o final dos anos cinquenta. Trata-se de uma economia, cujo crescimento, sem maiores descontinuidades, esteve vinculado quase que completamente à dinâmica demográfica, tendo no café a principal fonte de receita monetária. Ou seja, "enquanto durou a fronteira acima do Rio Doce, esse processo não alterou a estrutura, nem da economia, em seu conjunto, que continuou cafeeira, nem da população, que permaneceu essencialmente rural"¹²⁴. O restante deste capítulo está destinado à exposição exame da expansão cafeeira para a região Norte, até finais dos anos cinquenta, momento em que o esgotamento da fronteira, o esgotamento dos solos e a crise cafeeira nacional irão colocar um "ponto final" neste tipo de organização da produção.

¹²⁴ José Lázaro Celin, *Migração européia...*, op. cit., p. 152.

TABELA 2.6
DISTRIBUIÇÃO INTERSETORIAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
BRASIL: 1920

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ATIVIDADES						TOTAL DAS ATIVIDADES (X)	
	PRIMARIAS (X)	SECUNDARIAS (X)	OUTRAS (X)					
Alagoas	221.300	79,3	29.683	10,6	27.979	10,0	279.050	100,0
Amazonas	98.102	75,6	9.876	7,6	21.791	16,8	129.849	100,0
Bahia	764.003	73,4	139.091	13,4	137.129	13,2	1.040.223	100,0
Ceará	205.017	77,4	40.963	11,1	42.143	11,4	368.123	100,0
Distrito Federal	30.664	6,4	154.397	32,0	297.404	61,6	482.545	100,0
Espírito Santo	133.205	83,3	8.622	5,4	10.159	11,4	159.986	100,0
Goiás	110.906	79,3	17.071	11,9	13.209	8,0	159.066	100,0
Maranhão	200.430	77,7	32.570	12,1	27.227	10,2	268.235	100,0
Mato Grosso	53.064	60,8	9.563	12,2	14.040	19,0	78.275	100,0
Minas Gerais	1267403	80,0	148.750	9,4	167.027	10,6	1.583.980	100,0
Pará	240.510	72,4	33.969	10,2	57.795	17,4	332.304	100,0
Paraíba	217.027	84,7	15.317	6,0	23.701	9,3	256.125	100,0
Paraná	156.681	75,5	19.322	9,3	31.633	15,2	207.636	100,0
Pernambuco	475.653	75,3	70.313	11,1	86.000	13,6	631.966	100,0
Piauí	124.561	72,9	29.104	17,0	17.167	10,0	170.832	100,0
Rio de Janeiro	341.272	60,0	50.203	11,6	102.330	20,4	581.093	100,0
Rio Grande do Norte	114.554	79,6	13.503	9,4	15.805	11,0	143.862	100,0
Rio Grande do Sul	413.600	66,2	84.712	13,6	126.557	20,3	624.869	100,0
Santa Catarina	167.611	70,7	17.787	8,3	27.707	13,0	213.105	100,0
São Paulo	802.559	63,9	229.200	16,6	270.390	19,6	1.302.237	100,0
Sergipe	104.064	71,5	24.317	16,6	17.540	12,0	146.729	100,0
Território do Acre	31.466	80,4	2.056	5,3	5.632	14,4	39.154	100,0
BRASIL	6.451.530	70,2	1.109.357	12,9	1.550.157	16,9	9.191.044	100,0

Fonte: IBGE, Séries estatísticas retrospectivas, pp. 12-3.

2.3 - O AVANÇO DA PEQUENA PRODUÇÃO RUMO AO NORTE E A ESTABILIDADE DA ESTRUTURA PRODUTIVA FAMILIAR: 1920-1940

Em 1920, o peso da região Norte no conjunto do Estado era muito reduzido. Mesmo representando mais de 50% da superfície estadual, concentrava apenas 15,8% dos estabelecimentos rurais, 8% da população e 8,0% da produção de café. O pequeno número de estabelecimentos rurais reproduzia nesta região as mesmas tendências já em pleno desenvolvimento no restante do Estado: a produção familiar de subsistência, cujo principal produto comercializável era o café. Entretanto, no decorrer dos anos vinte, o panorama da região, "autêntico vazio demográfico"¹²⁵, começa a ser rapidamente alterado. Constitui-se na direção do Norte, originada das regiões Central e Sul, uma intensa corrente migratória. Ou seja, abre-se uma importante fronteira para a expansão da agricultura familiar já consolidada nas demais regiões do Estado.

À exceção de Colatina, São Mateus e Conceição da Barra, reduzidos núcleos correspondentes a sedes de municípios, quase nada há mais a se considerar; somente Linhares, distrito pertencente a Colatina, merece maiores referências. Conceição da Barra e São Mateus têm suas origens ainda no século XVI. A primeira foi fundada pelo colonizador com o explícito objetivo de guardar a costa, São Mateus originou-se de uma expedição

¹²⁵ Em 1920 a densidade demográfica da região ao norte do Rio Doce era de 1,7 hab./km², enquanto que ao sul chegava a 20,0 hab./km².

que subiu o Rio Cricaré¹²⁶ — provavelmente a mesma expedição fundadora de Conceição da Barra. Linhares teve sua fundação associada à incursão de desbravadores, no início do século XIX, tendo como via de acesso o curso inferior do Rio Doce. Colatina, de forma distinta, foi fundada no final do século XIX, originando-se da expansão dos núcleos de imigrantes da região Central, que chegaram ao Rio Doce, ocupando os vales dos afluentes da margem sul. Ao contrário dos demais núcleos urbanos do Norte, Colatina, elevado à categoria de distrito em 1899, representou o resultado de uma frente pioneira que se desdobrava da ocupação da região Central do Estado. Os núcleos de imigrantes constituídos nesta região já sofriam, ao final do século, as primeiras, embora ainda pequenas, pressões de ordem demográfica. E o caminho natural para desafogar estas pressões era ocupar os vales dos afluentes sul do Rio Doce. Sete anos após conseguir o status de distrito, Colatina já arrebatava de Linhares a sede municipal. Contribuiu para isto o grande dinamismo de um núcleo urbano, que desde o seu nascimento atuou como ponto de apoio à fronteira agrícola em expansão. Entretanto, além da chegada de pioneiros pelo interior, Colatina recebeu os efeitos positivos da chegada dos trilhos da "Estrada de Ferro Vitória-Minas", em 1906, o que representou a sua ligação com a Capital. Sob estes impulsos, Colatina tornou-se uma cidade muito próspera nos anos ini-

¹²⁶A partir de 1596, com a passagem do Padre José de Anchieta por aquela região o rio passou a ser oficialmente denominado Rio São Mateus.

ciais do século XX e foi a partir dela que se lançou intensivamente à ocupação das terras da margem norte do Rio Doce, a partir de meados dos anos vinte.

Em suma, Colatina originou-se da primeira corrente migratória "genuinamente" capixaba. Tanto a região Sul como a Central foram povoadas por correntes migratórias originadas de fora do Estado. A chegada do povoamento ao Rio Doce e a fundação do núcleo urbano de Colatina representam o resultado dos primeiros desdobramentos demográficos dos núcleos de imigrantes instalados na região Central.

"À medida que se iam esgotando as terras no sul do Estado, e o crescimento demográfico pressionava o alargamento da fronteira agrícola, o processo colonizatório no Espírito Santo vive o seu segundo momento. Foram a primeira e segunda gerações dos europeus presentes no Estado que comandaram este processo"¹²⁷.

Os primeiros vestígios do que resultou posteriormente no núcleo urbano de Colatina datam de 1891. Na embocadura do Rio Santa Maria do Rio Doce empreendeu-se a derrubada da mata, iniciou-se a medição de lotes e efetuou-se a construção de um barracão — "Barracão de Santa Maria", praticamente o marco

¹²⁷ José Lázaro Celin, *Migração européia...*, op. cit., p. 121. O "sul" neste caso representa todas as terras ao sul do Rio Doce, o que corresponde às regiões Sul e Centro, segundo o uso que tem sido feito nesta dissertação.

inicial da cidade¹²⁸. O pequeno núcleo que naquele local se desenvolveu "passou a centralizar todas as atividades da região. Nele se sediava os serviços de medições e a ele afluíam os novos colonos quando queriam adquirir terras"¹²⁹. Nos anos iniciais do século XX os cursos inferiores dos rios Santa Joana e Guandu começaram a ser povoados.

Depois de consolidada como ponto de apoio à frente pioneira, Colatina recebeu em 1906 os trilhos da "Estrada de Ferro Vitória-Minas" e com eles chegou também o interesse pela exploração da vasta floresta. "A ocupação dessa área florestal foi rápida, dando margem a uma intensa devastação das matas e à lavoura do café. Depois, passou-se para as regiões situadas no norte do Rio Doce"¹³⁰. Com a chegada da estrada de ferro as funções de entreposto exercidas foram reforçadas; acontecimento seguido pelo esvaziamento econômico de Linhares. O movimento migratório e a estrada de ferro transferiram para o interior do Estado o centro de gravidade da região Norte e abriram nova frente de ocupação para esta região si-

¹²⁸ *Idem, ibidem*, p. 122. A formação do núcleo urbano de Colatina como desdobramento da imigração fixada na região Central e o seu papel de ponto de apoio à frente pioneira que rumava para o Norte foram bem retratados pelo trabalho do IBGE, *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, Rio de Janeiro, 1959, v. XXII, pp. 59-61.

¹²⁹ *Idem, ibidem*, p. 125.

¹³⁰ Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *Estudo de desenvolvimento regional (Espírito Santo)*, Rio de Janeiro, CAPES, 1959, p. 25.

tuada acima do Rio Doce. O litoral do Norte, se já não possuía maior dinamismo, entrou num processo de estagnação, só revitalizado com o desenvolvimento da cacauicultura a partir de 1918. Tal foi o dinamismo daquela região, que em 1907 Colatina já se constituía na sede municipal, ao passo que Linhares foi reduzida ao *status* de mero distrito. Enfim, "com a construção da estrada de ferro, Colatina transformou-se no ponto de passageiros, pequenas casas de comércio e grande movimento de tropas"¹³¹.

Importa ressaltar que a exploração madeireira impulsionou a instalação de serrarias e na esteira da devastação iam sendo abertas estradas para o trânsito das carretas. "A exploração madeireira repousa exclusivamente em bases capitalistas, estando em condições de contornar dificuldades, abrir estradas, manter caminhos próprios e adquirir ou alugar grandes áreas de matas"¹³². Seguindo a exploração da madeira, vinha o café. A vaga atravessou o Rio Doce, subiu pelo Rio Pancas, marchando para o noroeste, reproduzindo as mesmas características da exploração da terra em vigor nas regiões Central e Sul.

A intensidade da ocupação das terras era tal que no início da década de vinte o governo estadual projetou a construção de uma ponte sobre o Rio Doce, em Colatina. Foi dimensionada inclusive para permitir a ligação ferroviária entre

¹³¹ José Lázaro Celin, *Migração européia...*, *op. cit.*, p. 125.

¹³² CAPES, *Estudo de desenvolvimento...*, *op. cit.*, p. 57.

São Mateus e a "Estrada de Ferro Vitória-Minas". Inaugurada em 1928, esta ponte representou o suficiente para a eliminação do obstáculo em que se constituiu o Rio Doce. Consolidou-se definitivamente Colatina como ponto irradiador das correntes migratórias que atravessavam o Rio Doce e que ganhavam as terras abundantes do Norte¹³³. Como decorrência do apoio às correntes migratórias, "toda a produção que se desenvolvia acima do Rio Doce escoava-se por Colatina"¹³⁴.

Além das pressões demográficas, que induziam as migrações a partir das outras regiões do Estado e da chegada da estrada de ferro, a ocupação ao norte do Rio Doce ganhou um impulso a mais: no começo da década de vinte foi criada pelo governo do Estado a *Companhia de Terras*, incumbida da venda de terras na região de Colatina, procurando, de tal modo, extrair destas terras o máximo do potencial de fixação das famílias que se deslocavam do sul.

Como se observou, a abertura da fronteira ao norte do Rio Doce e o ritmo de sua ocupação resultam de vários elementos. O movimento da frente pioneira, percorrendo os vales dos afluentes sul, somado aos impactos da ligação ferroviária com Vitória, foi potencializado pela *Companhia de Terras*, culminando na construção da ponte. Soma-se a isto ainda os bons

¹³³ Antes da construção da ponte a comunicação com a "outra margem do Rio Doce já era possível através de um sistema improvisado que consistia numa balsa deslizando por cabo de aço" (José Lázaro Celin, *Migração europeia...*, op. cit., p. 128).

¹³⁴ *Idem, ibidem*, p. 131.

preços do café nos anos vinte e o dinamismo da extração madeireira em "bases capitalistas", cuja produção era exportada para o Rio de Janeiro, Distrito Federal e Europa. A própria estrada de ferro, pela necessidade da lenha e dormentes, acentuava a extração da madeira, à medida em que avançava pelo interior do território mineiro.

Convém enfatizar que este vigoroso processo de ocupação da fronteira não trouxe grandes transformações na estrutura de produção até então vigente¹³⁵. Contribuíam para a estabilidade estrutural os elevados preços do café na década de vinte e principalmente a existência de terras abundantes. Assim, as famílias vindas do sul do Rio Doce (inteiras ou fracionadas) faziam reproduzir nesta região a mesma forma de organização da produção e do trabalho das regiões de origem. Conseqüentemente, a cadeia de comercialização e as funções urbanas não se alteraram, a não ser pela criação de mais um núcleo de significativas proporções — Colatina. Tal era a inércia estrutural da economia de pequenos produtores, que nem mesmo a crise de preços de 1929 logrou provocar maiores alterações.

Nos anos vinte o Espírito Santo supera o patamar do milhão de sacas exportadas e ascende ao terceiro posto dentre os produtores nacionais de café. Com o abandono das experiências industrializantes dos anos dez (governo Jerônimo Montei-

¹³⁵ Cf. Haroldo Correa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, op. cit., p. 107.

ro), o café é que passa a receber novamente as atenções do poder público estadual. Investimentos em infra-estrutura ferroviária, portuária e rodoviária são efetuadas. Remodela-se o perfil da Capital, especialmente em decorrência das obras de aparelhamento do porto e da ligação com o continente — as "cinco pontes".

A supremacia cafeeira nos anos vinte transparece na pauta de exportação, com uma participação que variou entre 88,6% e 96,1% do valor exportado, enquanto que dentre outros produtos pode-se destacar apenas a madeira, com uma participação média anual de 4,2%¹³⁶. O aumento no volume dos negócios, a melhoria na arrecadação fiscal e a ligação de Vitória, por via férrea, às principais regiões produtoras, vão mudar significativamente o perfil da Capital, na medida que induzem investimentos em infra-estrutura portuária, vias de acesso ao porto e obras de urbanização. Vitória ganha novo aspecto a partir dos anos vinte, no governo Florentino Avidos; governo que reforçou sobretudo a expansão do café. Vitória ganha ares definitivamente de uma cidade portuária, vocação que já vinha se delineando a partir de 1890. Até mesmo o capital comercial com operação na sua praça, muda de perfil: em substituição às casas, muitas delas estrangeiras, que deixaram de operar no período da primeira guerra, "surgiram firmas comerciais nacionais e algumas das quais pertencentes a capixabas (fazendeiros locais) — o que evidencia a perda de poder político por

¹³⁶Penha Siqueira, *O desenvolvimento do porto...*, op. cit., p. 83.

parte do setor comercial até então em Vitória (...). Daí o motivo de ter sido um governante empenhando como os interesses dos fazendeiros de café do Sul do Estado (...) quem efetuou importantes melhoramentos urbanos na capital, olhando em certo momento mais para a cidade do que propriamente para o campo"¹³⁷. Não fosse por estes investimentos em infra-estrutura portuária/urbana, os anos vinte seriam uma mera continuidade em relação às décadas anteriores, uma vez que neste período a expansão cafeeira

"não foi acompanhada por expansão significativa de outras culturas, especialmente daqueles produtos para exportação e que não permitiu substancial diversificação das fontes de receita pública. Por outro lado, esta expansão não implicou também, em alterações significativas na estrutura produtiva da lavoura cafeeira, permanecendo ela baseada na pequena produção familiar"¹³⁸.

Esta estabilidade da estrutura sócio-econômica ao longo dos anos vinte é compreensível. A abundância de terras, marcada pela fronteira em processo de abertura e os preços do café numa conjuntura favorável atuaram como reforço à organização da produção vigente ao sul do Rio Doce. Os preços do café, na medida que atuavam como meio (poder de compra) e fim (rentabilidade esperada), incentivaram a ultrapassagem do Rio Doce. Foi de fato uma década de euforia. Neste contexto, não estando a produção familiar em dificuldades não seria de se

¹³⁷ Carlos Teixeira de Campos Jr., *O novo arraialde...*, *op. cit.*, p. 157.

¹³⁸ Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, *op. cit.*, p. 109.

esperar maiores alterações na estrutura sócio-econômica.

A década de trinta, pelo contrário, trouxe novos elementos, frente aos quais era de se esperar mudanças drásticas nas condições de produção até então praticadas no Espírito Santo. A crise de preços do final da década de vinte e a aceleração do processo de integração do mercado nacional deveriam ter colocado em cena novos determinantes, frente aos quais, como de fato aconteceu com outras regiões do Brasil, a estrutura sócio-econômica deveria moldar-se, quer pela "quebra" da economia cafeeira, quer pela complementariedade que forçosamente deveria assumir frente ao centro dinâmico da economia nacional. Os dados referentes a 1940, quando comparados a 1920 não revelam grandes alterações estruturais. Ou seja, a produção familiar suportou aqueles grandes acontecimentos e enquanto a fronteira continuasse aberta outra coisa não aconteceria que não a ocupação da terra a partir da organização familiar da produção. É certo que a exploração da madeira em "bases capitalistas", juntamente com o crescimento da pecuária, já imprimiam novas determinações ao processo de apropriação da terra, mas nada de muito significativo no período analisado (1920-1940).

Quanto aos reflexos da crise de 1929 sobre a produção cafeeira capixaba, pode-se afirmar que foram muito reduzidos, e principalmente se comparados ao que se verificou em outros estados cafeeiros. Não se verificou uma volumosa destruição de cafezais. A partir de 1936 a área plantada voltou a crescer¹³⁹.

¹³⁹ Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira...*, op. cit., p. 110.

"o mais provável é que apenas alguns cafeeiros já velhos e improdutivos tenham sido abandonados ou substituídos por novas lavouras, principalmente entre 1932 e 1935. A partir desse ano o plantio de novos cafeeiros deve ter mais que compensado o abandono dos antigos, a ponto de em 1940 o cafezal capixaba ter (...) significativa participação de cafeeiros novos"¹⁴⁰.

Cabe ressaltar que o surgimento de novas lavouras efetivou-se preponderantemente como resultado de um maior aproveitamento das terras do estabelecimento, sem implicar na substituição da lavoura cafeeira (salvo o caso de cafeeiros velhos e improdutíveis), ou seja, mediante "uma ampliação da 'frenteira interna' dos estabelecimentos, ocorrida a partir da utilização de áreas ainda não cultivadas"¹⁴¹. Diante da queda da receita monetária, os produtores procuraram alternativas internas, diversificando e ampliando a produção de subsistência, sem contudo abandonar, ou mesmo reduzir a área da cultura "principal". Chegou-se mesmo a produzir algum excedente nestas culturas alternativas, contudo incapaz de remover do café o papel de principal cultura comercial.

A conjuntura pós-crise, além do mais, mostrou-se favorável ao Espírito Santo, tanto pela postura da política cafeeira nacional em relação ao Estado, quanto pelo próprio comportamento do mercado frente ao tipo de café capixaba. Segundo Ferreira,

¹⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 113.

¹⁴¹ Angela Morandi *et alii*, *Alguns aspectos...*, *op. cit.*, p. 26.

"O Estado parece (...) ter sido amplamente beneficiado pela política cafeeira nacional: de um lado, pouco sofreu dos rigores da retenção e destruição de café; de outro, beneficiou-se com o fato de que outros Estados cafeeiros os sofrerem, uma vez que se evitou, com isso, queda ainda maior dos seus preços" ¹⁴².

Por ser de qualidade inferior e não concorrer diretamente com o produzido em São Paulo, o café produzido no Espírito Santo continuou "sendo procurado para a formação de 'blends' europeus e norte-americanos" ¹⁴³.

Se não experimentou queda no volume exportado e teve seus preços "protegidos" pela política cafeeira, não é de se esperar, pois, transformações mais radicais nas condições de produção, principalmente se se levar em conta a resposta interna apresentada pela pequena propriedade, que buscou diversificar e ampliar as culturas alternativas, como forma de atenuar as dificuldades advindas da diminuição no fluxo de receita monetária.

Entretanto, para o conjunto da economia brasileira, particularmente para a economia paulista, os resultados não

¹⁴² Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira...*, op. cit., p. 116.

¹⁴³ José Lázaro Celin, *Migração européia...*, op. cit., p. 46. "O café do Espírito Santo nunca foi de boa qualidade, sendo mesmo, nos períodos em que se exigia a quota de sacrifício, adquirido por lavradores de São Paulo e de Minas Gerais para oferecerem à queima" (IBGE, *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, op. cit., p. 13). Embora não se tenha encontrado evidências que venham confirmar esta informação, trata-se de um depoimento de peso, pois foi externado pelo próprio presidente do IBGE em 1953, Jurandyr Pires Ferreira.

foram os mesmos: marcou o rompimento do padrão agrário-exportador. Embora as forças produtivas desenvolvidas no bojo do "complexo cafeeiro" não pudessem garantir ainda plenamente os requisitos materiais para a reprodução do capital, a partir do início dos anos trinta inaugurou-se outra etapa do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. A partir de então o setor dinâmico da acumulação passou a ser a indústria, ainda que restringida. Nesta mudança de padrão jogou papel importante a política econômica que, ao sustentar o nível interno de renda, viabilizou assim o crescimento da indústria baseado na "substituição de importações", para o que os avanços da base material verificados nos anos vinte foram indispensáveis. Com a capacidade de importar drasticamente reduzida e o nível de renda sustentado pela política econômica, ganhou impulso o processo de integração do mercado nacional. É este, além da crise do setor exportador, o outro elemento de suma importância que marcou a década de trinta. Também neste particular, não foram de grande monta as transformações observadas no caso do Espírito Santo.

A formação econômica brasileira foi marcada, até o final dos anos vinte, pela existência de economias regionais "independentes", estruturadas cada uma a partir de uma lógica própria, quase sempre voltadas ao comércio internacional. No interior de cada uma daquelas realidades regionais desenvolviam-se setores complementares à atividade exportadora; entre elas, até mesmo uma indústria regional — de relativa importância, em alguns casos. A cafeicultura desenvolvida no Espírito Santo, embora estivesse voltada para o exterior, como

nas demais regiões cafeicultoras do país e com o exterior mantivesse intercâmbio direto desde o final do século XIX, não configurava propriamente uma região "autônoma". Ou seja, a economia do café no Espírito Santo não logrou apresentar uma dinâmica especificamente regional, tais eram suas ligações com a praça da cidade do Rio de Janeiro.

"No caso do Espírito Santo, era antiga sua estreita relação com o então Distrito Federal, de um lado, pelo papel importante que desempenhou sua praça nos negócios relacionados com a comercialização do café capixaba, e de outro, pela proximidade de acesso e as tradicionais relações comerciais entre os dois estados que faziam com que grande parte das necessidades de produtos manufaturados fossem supridos por aquela praça"¹⁴⁴.

A consideração desta herança histórica se faz necessária, pois a moldagem da estrutura produtiva local às exigências do mercado nacional em integração foi marcada por características e etapas específicas, sem fugir, no entanto, aos "efeitos de estímulo, de inibição ou bloqueio e até mesmo, de destruição"¹⁴⁵, que a economia de São Paulo transferiria às demais regiões do país — a periferia em formação.

"No caso do Espírito Santo, na medida que se constituía, quer pela proximidade, quer pela tradição histórica,

¹⁴⁴ Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira...*, op. cit., pp. 157-8.

¹⁴⁵ Wilson Cano, *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*, São Paulo, Global, 1985, p. 191.

numa região tributária à economia do Distrito Federal"¹⁴⁶ aqueles efeitos se fizeram sentir antes mesmo do processo de integração do mercado nacional ganhar impulso, com o "deslocamento do centro dinâmico" para o mercado interno.

A exportação da madeira (serrada e bruta) foi uma das principais atividades econômicas entre as que foram dinamizadas pela integração do mercado nacional, particularmente no II pós-guerra, em virtude do acelerado crescimento da urbanização. No entanto, a extração e exportação de madeira para outros estados ganha impulso no Espírito Santo já nos anos vinte. No Norte (Colatina) e no Sul (Cachoeiro de Itapemirim) localizavam-se as principais regiões madeireiras do Estado, cuja produção estava voltada para os mercados do estado do Rio de Janeiro, Distrito Federal, bem como para o exterior (Estados Unidos e Europa). Além dos benefícios concedidos pelo Estado do Espírito Santo à indústria madeireira, as então recentes ligações ferroviárias (de Colatina com Vitória e de Cachoeiro com o Distrito Federal) muito contribuíram para o desenvolvimento daquela atividade. Também a pecuária, no Sul do Estado, ganhava impulso: pela proximidade com o Distrito Federal e pela histórica ligação com aquela praça, mas também em decorrência do esgotamento das terras "intensivamente" exploradas com a cafeicultura. À medida que a fronteira agrícola se movia para o Norte do Estado e para lá seguiam famílias

¹⁴⁶ Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira...*, op. cit., p. 179.

inteiras, as "terras cansadas", do Sul passaram a ser aproveitadas com a pecuária, preponderantemente de leite. Esta expansão da pecuária no Sul do Estado, nos anos vinte, representou os primeiros passos da constituição da bacia leiteira de Cachoeiro de Itapemirim, voltada para o abastecimento dos mercados urbanos do Rio de Janeiro e da Guanabara. A indústria de chocolate também se enquadra dentre aquelas que, dada a base de recursos naturais existentes no Estado, foram potencializadas pelos mercados urbanos do Distrito Federal. Mesmo não tendo ganhado nas décadas posteriores proporções as mais significativas (se comparado com o verificado em outros estados), os "efeitos de estímulo" emanados do Rio de Janeiro (Estado e cidade) já se faziam sentir no Espírito Santo nos anos vinte.

Entretanto, desde que a cafeicultura estruturou-se no Espírito Santo, o Distrito Federal posicionou-se como o principal fornecedor de produtos industrializados, nacionais ou importados. As pequenas demandas de produtos industrializados que se originavam da cafeicultura capixaba eram supridas pela praça do Distrito Federal, inibindo o desenvolvimento de atividades industriais, até mesmo as mais simples. Em síntese, pela estreita ligação com a cidade do Rio de Janeiro e pelas suas debilidades intrínsecas (pequeno mercado e pequenos capitais) não se desenvolveu no Estado uma indústria de porte, com uma dinâmica especificamente regional.

Justamente em função desta débil capacidade de dinamização de atividades industriais e urbanas,

"desde os primeiros anos da república até a segunda década deste século, o poder político local, representado pelo Governo Estadual, adotou uma política econômica favorável, de apoio à constituição de indústrias no Espírito Santo. Assim, aos interessados em implantar indústrias era oferecido pelo Estado, garantias de juros, doação de terrenos, isenção de impostos estaduais, fornecimento gratuito ou subsídio de energia elétrica e até mesmo adiantamento de capital"¹⁴⁷.

Nos anos dez, "o Estado (...) passou a assumir diretamente a construção de indústrias, adotando o sistema de construção de um conjunto de projetos integrados, bem como manteve a política de garantia de juros"¹⁴⁸. Mesmo tratando-se de um "conjunto de projetos integrados", estruturado de forma a superar os recorrentes obstáculos que haviam inviabilizado outros empreendimentos, a iniciativa não trouxe maiores resultados, tendo fracassado ou apresentado resultados insatisfatórios na maioria das unidades produtivas. As dificuldades decorrentes da inexistência de capital inicial, suprimento de energia elétrica e matérias-primas foram satisfatoriamente superadas.

Constituíam o "conjunto de projetos integrados", as seguintes instalações: quatro fábricas (cimento, tecidos, papel e óleo); duas usinas (força e açúcar/álcool) e uma serra-

¹⁴⁷ Haroldo Corrês Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, op. cit., p. 195.

¹⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 154. O grifo é nosso.

ria industrial. Sobre estes empreendimentos também irão agir intensamente, os "efeitos de inibição ou bloqueio"¹⁴⁹, oriundos das regiões mais industrializadas do país, em particular do Distrito Federal.

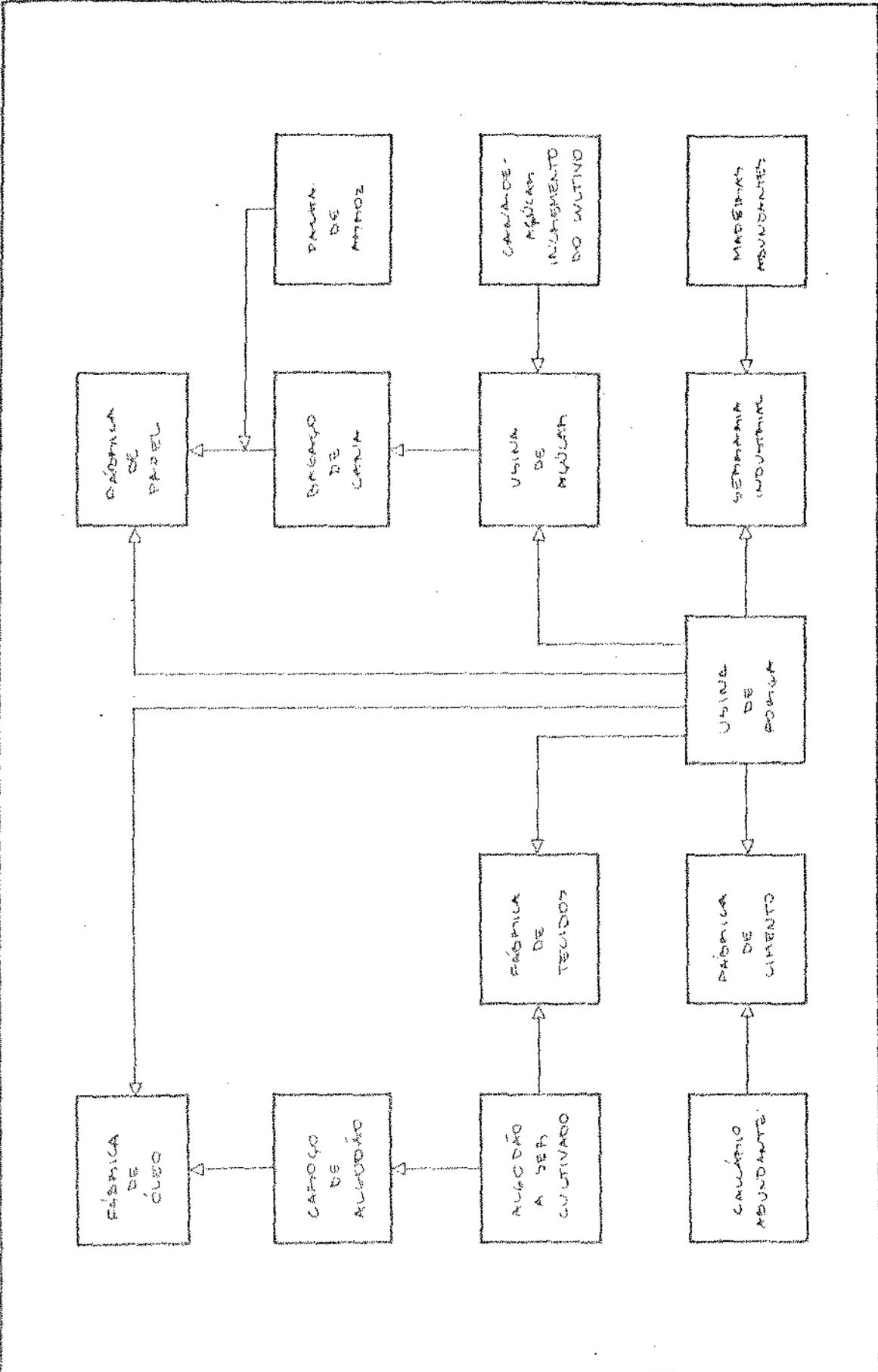
"Do ponto de vista das matérias-primas, os projetos industriais pareciam perfeitamente integrados à economia da região e, até certo ponto, complementares entre si"¹⁵⁰. Entretanto, as dificuldades removidas pela complementaridade inter-industrial e pela integração à agricultura não foram suficientes para garantir o sucesso do empreendimento em seu todo; outras dificuldades, estruturais e conjunturais, se fizeram presentes.

A primeira guerra mundial, sem dúvida, foi o grande condicionador da conjuntura da segunda metade dos anos dez, afetando de modo bastante particular o andamento dos projetos. Ao mesmo tempo que proporcionou uma "reserva de mercado" às fábricas de tecidos e açúcar, já instaladas, afetou negativamente a serraria industrial (desorganizando o comércio internacional de madeira), bem como as fábricas de cimento e papel, cujas obras foram paralisadas durante o conflito, dada a

¹⁴⁹ "Os efeitos de inibição ou bloqueio podem atingir: bens industriais produzidos na região, para atendimento à demanda e que se pretendia vender também no restante do mercado nacional; ou bens ainda não produzidos na região (mas que poderiam vir a sê-lo) demandados tanto na própria região como no restante do mercado nacional" (Wilson Cano, *Desequilíbrios regionais...*, op. cit., p. 192).

¹⁵⁰ Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, op. cit., p. 163.

DIAGRAMA 02 - UNIDADES INDUSTRIAIS



impossibilidade de importar equipamentos.

A *Usina Paineiras*, fabricante de açúcar e álcool, afóra a usina de força, foi o empreendimento mais bem sucedido, dentre aos pertencentes ao complexo integrado. Já em 1914 funcionava sem apresentar prejuízos, tendo contribuído para isto a prévia formação de um canavial com 500 hectares, integrado à usina. Era sem dúvida o maior investimento do ramo à época, no Espírito Santo. Tal era o volume de cargas envolvidas com o seu funcionamento que em 1919 o governo estadual construiu uma ligação ferroviária entre Cachoeiro de Itapemirim e a Barra do Itapemirim, passando pelas suas instalações, o que, sem dúvida, sanou seus problemas de transporte. Em 1919, juntamente com outros empreendimentos do complexo, foi encampada pelo Estado e arrendada em 1923 à *Mello Mattos & Maciel*. Retornou ao controle do Estado novamente ao final da década, quando foi arrendada aos *Banco do Espírito Santo* e *Banco Felotense*. A *Usina Paineiras*, sobrevive até os dias de hoje, tendo sido ampliada e reequipada pelo Proálcool. A fábrica de tecidos foi outro dos empreendimentos que apresentou relativo sucesso. Equipada inicialmente com 120 teares e 3.840 fusos, tinha a capacidade de produzir 2,0 milhões de metros de brim por ano. Inaugurada em 1914, teve seu funcionamento constantemente prejudicado pela deficiência na oferta de matéria-prima, uma vez que não se efetivou, integrada à ela, a lavoura de algodão. Em 1917 foi arrendada à firma *Ferreira Guimarães & Cia*, que elevou o número de teares para 161. Esta indústria sobreviveu, sem apresentar maiores transformações, até os anos iniciais da década de oitenta, quando paralisou suas ativi-

dades. As fábricas de papel e óleo não apresentaram qualquer resultado positivo. A primeira teve seu cronograma de implantação atrasado pela guerra, ao final da qual não teve as obras recomeçadas e após dez anos de paralização foi desmontada. Quanto à segunda, mesmo concluída em 1914, não operou devido à falta de matéria-prima. A serralha industrial sofreu as consequências da guerra, que desorganizou o comércio mundial de madeiras. Após sofrer a "devastação de uma tempestade", foi devolvida ao Estado em 1927, sendo a seguir vendida a particulares. Quanto à fábrica de cimento, esta, até o início dos anos trinta, apresentou um desempenho insatisfatório, após o que foi arrendada a um grupo financeiramente sólido e com experiência no setor. Por ter seus equipamentos fornecidos por empresas alemãs, teve as obras paralisadas durante a guerra. Arrendada em 1924, iniciou suas operações em 1925 e funcionou precariamente até 1926. Esteve paralisada de 1927 a 1930. A partir desta década funcionou satisfatoriamente até 1957, quando o grupo que a arrendou a devolveu ao Estado e construiu, fora da cidade de Cachoeiro, próximo às jazidas, suas próprias instalações.

Embora tenha tido a sua importância, fica evidente que as dificuldades conjunturais decorrentes da guerra não podem explicar, no seu todo, o problemático andamento deste conjunto de empreendimentos. Como ressaltam Rocha & Cossetti, as verdadeiras dificuldades enfrentadas foram de cunho estrutural. Ao referirem-se às verdadeiras causas do tímido desenvolvimento industrial do Estado e do fracasso deste "conjunto de projetos integrados", em particular, assinalam que o "pro-

blema que se apresentava à indústria, era, como que a contraface das relações de produção vigentes no campo e se manifestava no baixo grau de urbanização"¹⁵¹, ou seja, na inexistência de um mercado de trabalho livre, capaz de fornecer à indústria mão-de-obra abundante a preços estáveis e flexíveis para baixo, além do mercado consumidor. A irregularidade no fornecimento de mão-de-obra e os altos salários decorrentes de um mercado de trabalho não organizado comprometiam a competitividade de certos produtos, que pela reduzida dimensão do mercado local, tinham que competir no mercado regional, já monopolizado por paulistas e cariocas. Somavam-se às deficiências do mercado de trabalho, a inadequação dos meios de transporte, que refletia, "em termos econômicos, nos custos da produção industrial, tornando-se mais elevados, seja pela avaria dos produtos, seja pelo maior tempo gasto na circulação até o mercado"¹⁵².

Em decorrência desta menor competitividade, o resultado do "esforço de industrialização" realizado ao longo das duas primeiras décadas do século pode ser assim resumido: ao longo dos anos vinte "algumas fábricas foram alienadas ao setor privado, mas outras chegaram a ser desmontadas, tendo sido os equipamentos vendidos, e outras permaneceram sob a administração do Estado pelo menos até 1930"¹⁵³.

¹⁵¹ *Idem, ibidem*, p. 163.

¹⁵² *Idem, ibidem*, p. 164.

¹⁵³ *Idem, ibidem*, p. 195.

As dificuldades da indústria capixaba, decorrentes de deseconomias externas (mercado de trabalho, mercado consumidor local e meios de transporte) devem ter sido realmente bastante significativas, pois no caso de tecidos, açúcar, madeira e óleo, "os processos de produção eram bem divulgados e utilizadores de tecnologia relativamente estabilizada, mesmo a nível internacional"¹⁵⁴. Além do mais, eram produtos tradicionais da indústria brasileira. Em suma, trata-se de setores com baixas barreiras à entrada e presentes em praticamente todos os estados do Brasil. Quanto ao cimento e papel, "estas tinham processos de produção mais complexos e utilizavam tecnologia bem menos conhecida, sendo que a nível do Brasil praticamente inexistia destes ramos"¹⁵⁵. Neste caso a indústria capixaba, ao se antecipar às demais e, uma vez sustentada pelo Estado, deveria ter se fixado no mercado nacional, algo que não aconteceu, tal era a distância entre o porte e os objetivos do conjunto de empreendimentos e a base sócio-econômica a lhe dar sustentação.

Com estas rápidas pinceladas, não se pretendeu levantar a história de cada estabelecimento, nem, muito menos, efetuar uma avaliação do complexo industrial como um todo (esta tarefa está a ser realizada, requerendo pesquisas adicionais, pois as informações disponíveis são incompletas e contraditórias). Pretendeu-se apenas focar os principais em-

¹⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 166

¹⁵⁵ *Idem, ibidem*, p. 166.

preendimentos industriais existentes no Estado nos anos vinte, para melhor compreender a ação dos "efeitos de inibição ou bloqueio", originados das regiões mais industrializadas do país (São Paulo e Distrito Federal) e que atuaram sobre a economia do Espírito Santo. Além do complexo de empreendimentos integrados, ao qual se fez referência, outros empreendimentos industriais, de menor porte, haviam no Estado: usinas de açúcar, serrarias, fábrica de tecidos de Vitória, beneficiamento de café, etc. Todos estes, como aqueles já enfatizados, sofreram, mais ou menos, com os "efeitos destruidores" da concorrência representada pelas regiões mais industrializadas¹⁵⁶.

A década de trinta não trouxe grandes mudanças à economia do Espírito Santo, no seu intercâmbio com as demais unidades da federação. Manteve-se o estreito e subordinado relacionamento com o Distrito Federal, consolidando-se tendências em andamento desde os anos vinte. Somente ao nível da pauta de consumo de produtos industrializados observou-se a substituição dos importados pelos nacionais (paulistas), ainda que se deva considerar o Rio de Janeiro como seu grande (e antigo) fornecedor. Diante de todas estas considerações não representa retórica considerar a década de trinta "um marco importante (...), talvez menos pelo que ocorreu no Espírito Santo e mais pelo que não ocorreu"¹⁵⁷. Ou seja, a crise de 1929 e o

¹⁵⁶ Uma análise mais abrangente e melhor detalhada destes empreendimentos encontra-se em Gabriel Bittencourt, *Esforço industrial...*, op. cit., pp. 68-135.

¹⁵⁷ Angela Morandi et alii, *Alguns aspectos...*, op. cit., p. 4.

desenvolvimento do processo de integração do mercado nacional não representaram qualquer descontinuidade na evolução econômica do Estado.

Após um primeiro e tímido ajustamento verificado na década de vinte, o perfil da economia capixaba nos anos trinta foi sendo gradativamente condicionado pelo processo de integração nacional — um processo de moldagem das regiões "independentes" à necessária complementaridade que uma economia integrada passa a requerer. Com isto o Espírito Santo deixa de ser simplesmente uma região tributária do Distrito Federal e passa à condição de periferia nacional, muito embora seu relacionamento com o pólo nacional continuasse a se realizar quase que exclusivamente por intermédio do Distrito Federal. A explicação para esta vinculação mais íntima entre as duas economias, resulta, como já foi salientado, de fatores históricos e geográficos, além do fato de que, após a integração do mercado, pela sua importância quantitativa e qualitativa, "também a indústria sediada nos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara ganhou importantes frações do mercado periférico nacional"¹⁵⁸. À medida em que se configurava a moldagem em relação ao pólo nacional, o perfil da indústria no Espírito Santo foi ganhando maior nitidez. Vai ganhando forma a existência de dois compartimentos: um, composto de elevado número de produtos quase-artesanais, cujo mercado é restrito à demanda

¹⁵⁸ Wilson Cano, *Desequilíbrios regionais...*, op. cit., Nota de pé de página nº 57, p. 187.

dos minúsculos núcleos urbanos distribuídos pelo interior; outro, composto de poucos estabelecimentos de maior porte, que tinham fora do Estado sua demanda.

No primeiro grupo encontra-se "estabelecimentos de praticamente todos os ramos"¹⁵⁹. Ferreira destaca os seguintes produtos: "aguardente, vinagre, balas, doces e chocolates, queijos e manteiga, camisas, sapatos, botinas e borzeguins, cintos, chicotes, malas e canastras, ferragens e ladrilhos"¹⁶⁰. Todos produtos cujos estabelecimentos produtores

"Surgiram e subsistiram protegidos pelas dificuldades expostas pelo pequeno desenvolvimento do sistema de transportes, mas que por outro lado, não resistiam ao primeiro lance de concorrência que fosse imposto por indústrias grandes e modernas"¹⁶¹.

As possibilidades de expansão destes estabelecimentos eram bastante reduzidas. A expansão do setor exportador (café) gerava poucas demandas por produtos industrializados. As demandas mais simples, inclusive a maioria dos produtos acima relacionados eram supridos pela própria diversificação do estabelecimento produtor. Alguns produtos mais sofisticados eram todos eles importados de outros estados ou do exterior. Restavam as demandas especificamente urbanas, nos maiores núcleos urbanos, que no caso de produtos industrializados eram extremamente reduziões, justamente pelo elevado grau de auto-suficiência da

¹⁵⁹ Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, op. cit., p. 211.

¹⁶⁰ Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira...*, op. cit., p. 142.

¹⁶¹ Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, op. cit., p. 211.

produção camponesa e, de igual forma, supridas por importações ou por indústrias sediadas no Rio de Janeiro ou São Paulo.

No segundo grupo (produtos industriais exportados), destacam-se os tecidos de algodão, cimento, açúcar, madeira serrada e café beneficiado. À exceção de parcela do algodão, todas as demais matérias-primas eram de produção local. Neste caso, convém desagregar estes produtos em dois subgrupos: de um lado, madeira serrada e café beneficiado; de outro, tecidos, cimento e açúcar. Quanto a café beneficiado e madeira serrada, estes são produtos que, por razões históricas (café) ou por razões naturais (madeira) o Espírito Santo possuía flagrantes vantagens comparativas. Estas indústrias representavam assim um "natural" desdobramento das atividades primárias. Embora, no caso das indústrias da madeira, tivessem recebido incentivos públicos, estas acabariam por se desenvolver de qualquer forma. Apesar de serem vendidos no mercado internacional, seus produtos eram predominantemente vendidos no mercado nacional, apresentado, no caso da madeira, uma crescente complementaridade com a construção civil no Distrito Federal e Rio de Janeiro. Os demais produtos (tecidos, cimento e açúcar) não representavam um espontâneo desdobramento da base de recursos naturais. A produção de açúcar, no caso da *Usina Paineiras*, chegou mesmo a requerer o plantio da cana integrado à unidade processadora. No caso dos tecidos, a indústria sofreu constantemente com a insuficiência da oferta de matérias-primas. A fábrica de cimento, apesar das abundantes jazidas de calcário, apresentava, a nível mundial, tecnologia complexa, o que evitava o natural desenvolvimento deste setor no Espírito

Santo. Em todos os casos, a implantação das unidades produtoras resultou da iniciativa pública e, pelas dimensões das plantas, o mercado local era insuficiente, o que obrigava a disputa do mercado de outros estados. A disputa destes mercados com a indústria de São Paulo e Distrito Federal, dadas as deseconomias externas já assinaladas, era bastante desigual, o que comprometia o seu desempenho de longo prazo.

"Dessa forma, as possibilidades de expansão dessas indústrias estavam bloqueadas devido à grande expansão de indústrias paulistas, em busca de novos mercados regionais, além da tentativa da indústria da Guanabara reforçar sua posição no mercado das regiões que lhes eram tradicionalmente tributária"¹⁶².

Em síntese, aqueles empreendimentos de maior porte, que resultaram da iniciativa pública, eram "artificiais" e não tiveram a continuidade que se desejava. A fábrica de cimento só ganhou maior solidez quando arrendada por um grupo do ramo, que pôde tornar realidade o potencial das jazidas de calcário do Sul do Estado. A têxtil, em particular, apresentou desempenho muito fraco no período de 1920 a 1940. Gabriel Bittencourt enfatiza ter faltado aos dirigentes da época "consciência das reais condições do Estado"¹⁶³ e que, diante da conjuntura da primeira guerra

¹⁶² Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira...*, op. cit., p. 144.

¹⁶³ Gabriel Bittencourt, *Esforço industrial...*, op. cit., p. 126.

"os números pouco expressivos do processo de concentração industrial do eixo Rio-São Paulo e a necessidade da indústria de substituição de importação talvez viabilizassem os empreendimentos capixabas; no entanto, a partir da maior dinâmica do rumo tomado pelo principal pólo industrial brasileiro, notadamente no Estado de São Paulo, onde se processou uma verdadeira concentração industrial, houve limitações dos esforços capixabas às suas reais proporções" ¹⁶⁴.

Afora pequenas imprecisões no uso dos termos "substituição de importações" e "pólo industrial brasileiro", acredita-se ser este um importante depoimento sobre as limitadas potencialidades do Espírito Santo. Um rápido exame das pautas de importação e exportação do Estado, na segunda metade dos anos trinta, traduz com relativa fidedignidade a sua realidade, nos campos da agricultura e da indústria: "exportação composta basicamente de produtos primários e sobretudo de café e as importações de produtos manufaturados, com destaque para produtos alimentares e demais bens de consumo corrente, mostram sua face tradicional e mais importante desta economia" ¹⁶⁵.

Ao longo da década de trinta o saldo do intercâmbio comercial com o exterior e demais estados do Brasil mostrou-se favorável ao Espírito Santo. Entretanto, este superávit foi resultado de um saldo positivo bastante elevado nas transações com o exterior, pois com os demais estados do Brasil o saldo apresenta-se deficitário, especialmente com as unidades da federação que compõem o Sudeste.

¹⁶⁴ *Idem, ibidem*, p. 126.

¹⁶⁵ Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira...*, *op. cit.*, p. 170.

As exportações para o exterior representam, entre 1932 e 1939, mais de 50% do total, chegando mesmo a ultrapassar, nos anos iniciais da década, o patamar de 80%. Quando às importações do exterior, situavam-se quase sempre abaixo de 3,0% do total importado pelo Estado. Ou seja, "o comércio importador do Espírito Santo era principalmente feito em âmbito nacional"¹⁶⁶, mesmo que os produtos importados, eventualmente, não os fossem.

Dentre os produtos importados diretamente do exterior, Siqueira destaca os seguintes: "ferro e aço, maquinarias e aparelhos diversos, óleos e graxas, inclusive gasolina e querosene"¹⁶⁷. Do mercado interno o Espírito Santo importava a maior parte das suas necessidades, produtos que até o final dos anos vinte eram importados do exterior e, em muitos casos, distribuídos pela praça do Distrito Federal, a saber:

"tecidos de lã, algodão e seda, óleos e graxas, manufaturas de ferro e aço, produtos químicos e drogarias, ferragens em geral, gasolina e querosene, trigo, açúcar, xerque, banha enlatada, bebidas alcoólicas, arroz, calçado de couro, sal, fósforos, artigos de armarinho, perfumes, farinha de mandioca, couros e acessórios"¹⁶⁸.

Na Tabela 2.7 é apresentada uma lista com a pauta de importação dos principais produtos importados do exterior e de estados do Brasil, no período compreendido entre os anos de

¹⁶⁶ Penha Siqueira, *O desenvolvimento do porto...*, op. cit., p. 99.

¹⁶⁷ *Idem, ibidem*, p. 125.

¹⁶⁸ *Idem, ibidem*, pp. 124-5.

TABELA 2.7
VALOR RELATIVO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS MANUFATURADOS IMPORTADOS, SEGUNDO A PROCEDENCIA
ESPÍRITO SANTO: 1935/9

PRODUTOS IMPORTADOS	Importados de outras Unidades da Federação (%)										Importados do Exterior (%)	TOTAL (%)	VALOR (Z)
	RJ	SP	DF	MG	FE	RS	Desta	UF					
Tecidos	1,5	6,9	84,1	3,0	1,9	0,0		2,6			-	100,0	19,8
Farinha de trigo	0,9	0,8	97,9	0,3	-	0,3		0,5			0,1	100,0	8,8
Manufaturas de ferro	1,4	9,3	70,6	2,2	0,1	1,6		0,5			11,3	100,0	6,6
Máquinas e aparelhos	1,6	10,5	72,6	1,2	0,3	0,5		0,4			12,9	100,0	6,5
Sacos de juta	0,6	5,0	73,2	0,1	14,1	0,1		6,9			-	100,0	3,9
Açúcar	28,6	0,1	18,5	2,3	9,1	0,1		41,3			-	100,0	5,8
Gasolina	0,6	1,6	80,1	0,1	2,2	-		-			15,4	100,0	3,2
Fumo	0,0	0,3	90,6	0,0	0,8	0,1		4,6			3,1	100,0	5,1
Automóveis e acessórios	0,5	38,6	54,1	2,8	0,3	3,1		1,1			2,5	100,0	4,6
Charque	1,4	26,1	37,8	0,4	-	34,0		0,3			-	100,0	4,5
Schitas	11,3	4,6	59,1	1,8	2,1	19,6		1,0			0,5	100,0	4,3
Produtos químicos e farmacêuticos	2,0	9,5	76,4	1,6	0,5	1,6		1,6			6,8	100,0	4,2
Arroz pilado	6,5	0,6	10,4	2,8	0,0	72,2		7,5			-	100,0	3,4
Calçados	2,2	12,0	39,6	12,2	-	13,0		0,2			-	100,0	2,9
Queijos	1,6	0,2	40,9	0,9	-	-		-			56,4	100,0	2,8
Sal	46,0	0,8	4,4	0,5	0,2	0,1		48,0			-	100,0	2,5
Papel	1,0	18,7	67,1	3,1	2,6	1,4		2,1			2,0	100,0	2,0
Manha	1,3	0,3	8,5	3,9	-	83,3		2,7			-	100,0	1,9
Artigos de armarinho	1,2	6,6	89,5	2,0	-	-		0,7			-	100,0	1,8
Sabão	13,2	5,2	60,1	0,9	-	0,4		20,2			-	100,0	1,5
TOTAL	4,8	7,6	66,2	1,9	2,1	7,1		5,7			4,6	100,0	100,0

Fonte: DEE-Departamento Estadual de Estatística, apud Sinésio Pires Ferreira, Espírito Santo: dinâmica cafeeira....
Op. cit., tabelas 2.23 e 2.30, pp. 168 e 178.

Nota: Para a elaboração desta tabela utilizou-se a média dos preços correntes do período 1935-9.

1935 e 1939, segundo a "média dos preços correntes"¹⁶⁹ e na Tabela 2.8 é resumido o intercâmbio comercial do Espírito Santo no ano de 1936.

Ficam evidentes a preponderância das importações internas e a absoluta importância do Distrito Federal como supridor dos produtos manufaturados requeridos pelo Espírito Santo. Apenas 4,6% das importações eram representadas por produtos vindos diretamente do exterior, sendo que praticamente 72% desta importação era representada por "derivados do petróleo" (querosene e gasolina). Poucos eram os produtos (açúcar, charque, arroz pilado, querosene, sal e banha) dos quais um percentual superior a 50% não fosse suprido pelo Distrito Federal. Dentre estes, à exceção de querosene, com pouco mais da metade importada do exterior, todos possuíam óbvias vinculações com a dotação de recursos naturais de determinados estados ou regiões, o que evidencia o já avançado estágio de integração nacional "via comércio de mercadorias". Estas informações são referentes à "média a preços correntes" dos anos compreendidos entre 1935 e 1939 e não incluem produtos in natura e café beneficiado. Assim, mesmo sendo responsável por elevado volume de mercadorias em trânsito pelo Espírito Santo, o Estado de Minas Gerais supre apenas 1,9% da demanda capixaba por manufaturados.

¹⁶⁹ Cf. Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira...*, op. cit., Tabelas 2.25 e 2.30, pp. 168 e 178.

TABELA 2.9
RESUMO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
ESPIRITO SANTO: 1936

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES		SALDO	
	Cr\$ 1.000,00	(%)	Cr\$ 1.000,00	(%)	Cr\$ 1.000,00	(%)
Distrito Federal	39.985.307	53,9	71.237.212	53,3	(31.251.905)	52,5
Minas Gerais	12.153.103	16,4	31.882.379	26,1	(22.749.276)	30,2
Pernambuco	2.712.852	3,7	2.208.573	1,7	504.279	(0,0)
Rio Grande do Sul	6.446.821	8,7	6.955.226	5,2	(508.405)	0,9
Rio de Janeiro	5.003.137	6,7	5.968.025	4,4	(964.888)	1,5
São Paulo	637.245	0,9	7.789.008	5,8	(7.151.763)	12,0
Outros Estados	7.227.774	9,7	4.724.353	3,5	2.503.421	(4,2)
TOTAL	74.146.239	100,0	133.701.776	100,0	(59.555.537)	100,0
Comércio Interno	74.146.239	34,0	133.701.776	97,4	(59.555.537)	(73,0)
Comércio Exterior	143.884.761	66,0	3.397.224	2,6	140.207.537	173,0
TOTAL GERAL	218.031.000	100,0	137.299.000	100,0	80.732.000	100,0

Fonte: DEE-Departamento Estadual de Estatística, apud Sinésio Pires Ferreira, Espírito Santo: dinâmica cafeeira..., op. cit., Tabelas 2.17 e 2.18, pp. 157 e 162.

Nota: Os valores referentes ao "comércio exterior" foram calculados por diferença entre o "total geral" e o "comércio interno".

Dados de outra natureza, pois incluem todas as transações comerciais nos mercados interno e externo, para o ano de 1936, permitem uma visão mais ampla do intercâmbio comercial do Estado, particularmente a importância do Distrito Federal como maior supridor para o mercado capixaba. Especificamente neste ano (e seguramente ao longo de toda a década), o Distrito Federal foi o responsável pelo suprimento de 53,3% das importações requeridas pelo Estado, sendo que a parcela importada diretamente do exterior representou apenas 2,6% do total importado. No cômputo geral das suas transações comerciais, o Estado apresentou, neste mesmo ano, um folgado superávit (58,8%), apesar de deficitário nas transações com os demais estados do Brasil. Esta é uma situação característica de toda a década¹⁷⁰. Como já se assinalou, o estrutural déficit nas transações comerciais internas era mais do que compensado pelo saldo positivo obtido com o comércio exterior. O saldo negativo no comércio com os demais estados era particularmente resultante do intercâmbio com os estados do Sudeste. Entretanto, é preciso que se qualifique melhor as transações com cada uma das unidades federadas constitutivas desta região, pois há especificidades muito fortes, particularmente em relação a São Paulo e Minas Gerais, que impedem o tratamento do comércio regional em conjunto.

¹⁷⁰ *Idem, ibidem*, Tabela 2.17, p. 159.

Com Minas Gerais as especificidades resultam do comércio em trânsito, sobretudo do café exportado pelo porto de Vitória. Quanto às importações, as informações disponíveis não permitem conclusões. No que se refere à importância das exportações em trânsito pode-se ter uma idéia aproximada, mesmo não sendo diretamente comparáveis as informações da Tabela 2.7 (que representam a média, a preços correntes, do período compreendido entre 1935 e 1939) com as da Tabela 2.8 (referentes somente a 1936). A análise destas revela que, no caso dos produtos manufaturados, as exportações de Minas Gerais para o Espírito Santo representavam em valor, somente 1,9% das necessidades capixabas, enquanto que para o conjunto e todas as mercadorias (incluindo o café) a importância de Minas Gerais na pauta das importações (internas e externas) feitas pelo Espírito Santo, eleva-se para 25,4%. Entenda-se que este não é um indicador preciso, mas que permite evidenciar o peso das exportações em trânsito. Entre 1935 e 1939 Minas Gerais foi o grande comprador de arroz e açúcar, absorvendo, respectivamente, 82,3% e 94,9% das exportações capixabas. Importou também aproximadamente 30% das exportações capixabas de tecidos e cimento.

Em relação a São Paulo a especificidade reside no fato de que as exportações capixabas para aquele Estado foram praticamente desprezíveis (0,9% das exportações para o mercado interno e 0,3% do total exportado), ao mesmo tempo em que foi o segundo fornecedor de produtos manufaturados para o Espírito Santo, mesmo que numa proporção muito reduzida (7,6%).

Com o Rio de Janeiro e intercâmbio apresentou um resultado próximo ao equilíbrio, tendo o Espírito Santo importado daquele Estado basicamente açúcar, sal e bebidas, sendo os dois primeiros produtos ligados à base de recursos naturais daquele Estado. Para o Rio de Janeiro, o Espírito Santo exportou sobretudo aves (56,8% do total exportado) e em menor proporção, cimento, madeira e feijão.

Excetuando-se arroz e feijão, todos os demais produtos exportáveis pelo Espírito Santo tinham no Distrito Federal um grande mercado absorvedor, quando não o maior: milho (41,4%); feijão (64,1%); aves (42,7%); tecidos (64,7%); cimento (40,7%), madeira (64,6%) e 45,9% do valor das exportações de café para o mercado interno. Outro importante comprador de café era o Estado do Rio Grande do Sul, que absorvia 17,5% das vendas do Espírito Santo no mercado interno (Tabela A.13).

Sendo a produção familiar no campo praticamente auto-suficiente em produtos alimentares, pouco mais de 75% das necessidades de importação eram representadas por produtos manufaturados destinados ao consumo não alimentar. A maioria destas importações originava-se da região Sudeste, mais precisamente Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro. As três unidades da federação eram responsáveis por 78,6% das importações capixabas de manufaturados (incluindo, neste caso, também aquelas destinadas ao consumo familiar). As importações diretas do exterior não eram representativas, em seu conjunto, salvo para dois produtos especificamente (querosene e gasolina).

No tocante às exportações é preciso, no entanto, maiores qualificações, distinguindo exportações para o exterior (basicamente café) daquelas destinadas aos mercados dos demais estados. Mesmo no caso das exportações para o mercado interno é preciso desagregar este grupo, separando o café dos demais produtos (cimento, tecidos, madeira, feijão, milho e aves). Pela Tabela A.13 constata-se que as exportações destes produtos para o mercado interno (exclusive café) e de acordo com o que já foi evidenciado destinavam-se majoritariamente para o Sudeste, atingindo em praticamente todos os casos proporções superiores a 80% do total exportado, variando apenas, de um produto para outro, a unidade de destino. Quanto ao café vendido no mercado interno a sua distribuição pelos estados obedecia a um padrão radicalmente distinto: 45,9% das exportações eram destinados ao Distrito Federal e os 54,1% restantes distribuíam-se por vários outros estados, sendo nenhum deles produtor de café. Do volume de café exportado para o Distrito Federal, seguramente parte significativa era reexportada pelo porto do Rio de Janeiro e a restante absorvida pela indústria local. Neste sentido, uma das funções do Espírito Santo no comércio interno era o de supridor de café aos estados não produtores (Tabela A.14).

Ao fim desta exposição observa-se que os anos trinta representaram mais uma década sem maiores transformações estruturais, apesar da grandeza da crise de 1929 e da aceleração do comércio interno, que deu início a um processo de moldagem das regiões periféricas nacionais ao "pólo dinâmico",

definindo complementaridades entre as antigas "economias regionais". A proporção das exportações de café feitas diretamente com o exterior e a importância deste produto nas exportações internas atestam a continuidade da estrutura, embora já se fizessem notar nítidos traços de complementaridade no comércio interestadual, com destaque, neste caso, para o próprio café, seguido por outros produtos de menor significância, como madeira, produtos alimentares, cimento, etc. O Espírito Santo representa, assim, uma "daquelas regiões onde a indústria não se desenvolveu em volume significativo", onde as exportações para o exterior "continuariam ainda a ser o elemento dinâmico dessas economias"¹⁷¹. O café, juntamente com a madeira, eram produtos nos quais o Espírito Santo apresentava vantagens competitivas "naturais". Entretanto, no que diz respeito ao cimento, tecidos e açúcar, o florescimento de suas unidades produtoras no Espírito Santo originou-se de um intenso "esforço industrializante" empreendido pelo governo local, sendo que os resultados, como já foi assinalado, foram quase sempre desfavoráveis, em vista da maior competitividade das indústrias paulista e carioca. Quanto aos produtos alimentares, em especial, milho, feijão e aves, o Espírito Santo não era um grande produtor. Estes produtos passaram a ser exportados à medida em que o esforço interno em favor da diversificação, como medida para enfrentar a crise do início da década, acabou pro-

¹⁷¹ Wilson Cano, *Desequilíbrios regionais...*, op. cit., p. 182.

duzindo pequenos excedentes. Ou seja, não resultaram de uma agricultura especializada na produção mercantil de alimentos.

O transcurso dos anos vinte e trinta, décadas caracterizadas pela abertura da fronteira ao norte do Rio Doce (no plano local) e pela crise do modelo primário-exportador e integração do mercado interno (no plano nacional), não trouxe maiores alterações na estrutura de produção assentada na monocultura comercial do café organizada no interior de estabelecimentos familiares. Apesar das novas formas de apropriação da terra na região Norte, observou-se ao final deste período uma menor concentração da terra¹⁷². É provável que a crise de 1929 tenha contribuído para o fracionamento de grandes estabelecimentos do sul do Estado.

A reprodução da estrutura fundiária com predominância do pequeno estabelecimento (0-100ha) no Sul, Centro e Norte e a redução da área apropriada pelos estabelecimentos com área superior a 500 hectares nas regiões Central e Sul resultou numa ainda melhor distribuição da terra. Nas regiões Central e Sul os estabelecimentos com área inferior a 500 hectares tiveram, em conjunto, no período compreendido entre 1920 e 1940, um acréscimo de 555.373 hectares, sendo que 84,1% deste crescimento deveu-se à expansão da fronteira interna a estas regiões e os 15,9% restantes originaram-se da redução da área

¹⁷² Índice de Gini para o Espírito Santo: 0,581 em 1920 e 0,529 em 1940.

dos estabelecimentos maiores que 500 hectares. Na região Norte, pelo contrário, os estabelecimentos de todos os tamanhos apresentaram incremento na área apropriada, o que significa dizer que todo o acréscimo de área na região, no caso 241.456 hectares, resultou do avanço da fronteira. O crescimento do número de estabelecimentos maiores que 500 hectares, bem como da área apropriada por eles, representa uma novidade na evolução agrária do Espírito Santo no século XX e revela novos determinantes no processo de apropriação da terra, apesar de incapazes de reverter a tendência ainda desconcentradora. Estes novos determinantes ganharam impulso nas décadas posteriores, sendo capazes de elevar a concentração fundiária antes mesmo dos anos sessenta, quando foi implementada a erradicação dos cafezais e a agricultura do Estado, assim como a de outras regiões, passou por profundas transformações. A Tabela A.15 resume as principais tendências fundiárias do período, dando destaque para as taxas de crescimento do número de estabelecimentos e da área apropriada nas três regiões.

Entre 1920 e 1940 a participação dos pequenos estabelecimentos (0-100ha) na área evoluiu de 52,0% para 60,6%, enquanto que no caso dos estabelecimentos com área superior a 500 hectares houve uma perda de participação, passando de 22,0% para 10,7%. Na esteira deste crescimento absoluto e relativo da pequena produção (104,7% no número de estabelecimentos e 870,8% da área apropriada), evoluiu a produção de café e a de alimentos; esta última voltada quase toda para a subsistência. A crise de 1929, a integração do mercado nacional e o maior dinamismo da Capital a partir de meados dos anos

vinte não alteraram a elevada autonomia do estabelecimento agrícola, tendo estimulado apenas uma discreta diversificação dos produtos comercializados e proporcionado uma incipiente complementaridade com as regiões industrializadas, sem que tenha se constituído uma agricultura especializada na produção de alimentos e matérias-primas industriais¹⁷³. No caso do feijão, arroz e milho, em média, menos de 5,0% da produção capixaba foi exportada entre 1933 e 1940¹⁷⁴.

A expansão da agricultura "entre 1920 e 1940 mostrou considerável dinamismo no Norte, enquanto que nas demais regiões seu crescimento (foi) bastante modesto"¹⁷⁵, já que o avanço da produção agrícola (café e alimentos) segue o avanço da fronteira. Como na região Norte as taxas de incorporação de terras foram mais elevadas que aquelas observadas ao sul do Rio Doce (regiões Central e Sul), explica-se assim o maior dinamismo da agricultura nesta região. Considerando-se que nas décadas em exame "inicia-se a ocupação do norte e praticamente completa-se a do sul", compreende-se melhor o fato de que a expansão da pecuária, apresentando inclusive aumento de participação na pauta de exportação, tenha-se concentrado sobretudo na região Sul, responsável em 1940 por "mais de 40% do efetivo bovino do Estado"¹⁷⁶. Pecuária e agricultura apresen-

¹⁷³ Cf. Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira...*, op. cit., pp. 119 e 180.

¹⁷⁴ *Idem, ibidem*, Tabela 2.9, p. 123.

¹⁷⁵ *Idem, ibidem*, p. 127.

¹⁷⁶ *Idem, ibidem*, p. 129.

sentavam até certo ponto dinâmicas excludentes: enquanto que a segunda expandia-se com a fronteira, a primeira aproveitava-se das terras velhas e "abandonadas" do Sul do estado, onde recebia também os impulsos do centro consumidor localizado no Distrito Federal. Tendo em vista que em outros estados a agricultura reagiu positivamente à crise de 1929 e à integração do mercado nacional, a agricultura do Espírito Santo só não perdeu mais espaço no contexto nacional devido ao desempenho da atividade madeireira e da pecuária¹⁷⁷. Se se contabilizasse apenas os resultados do café e dos produtos alimentares provavelmente o Espírito Santo teria apresentado queda acentuada na participação junto à agricultura nacional, pois tanto o café como os alimentos expandiam-se nas mesmas proporções em que se expandia a agricultura familiar.

"Durante o período em estudo o sentido das migrações no Espírito Santo era rural-rural, com a reprodução da pequena propriedade familiar. Isso tem uma consequência clara: a não constituição de um mercado de trabalho urbano — de consumo e de trabalho — que dificultava ainda mais a diversificação da produção agrícola e industrial"¹⁷⁸.

Ao final da década de trinta a expansão da fronteira a partir de Colatina ganha mais vulto. Tanto a conjuntura cafeeira nacional favoreceu, quanto a infra-estrutura de trans-

¹⁷⁷ Cf. Wilson Cano, "Padrões diferenciados ...", *op. cit.*, p. 300.

¹⁷⁸ Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira...*, *op. cit.*, p. 153.

porte (ponte sobre o Rio Doce, estradas abertas por madeireiros) potencializou esta expansão. Desta forma consolidou-se definitivamente o Norte do Estado como a principal zona de fuga para os excedentes demográficos das regiões Central e Sul do Estado — uma região que havia ficado praticamente à margem do processo imigratório¹⁷⁹.

¹⁷⁹ A experiência mais significativa de fixação de imigrantes no Norte data de 1888, com a entrada de aproximadamente 3.000 italianos (600 famílias). A primeira fixação deste contingente, a oeste de São Mateus, foi mal sucedida em consequência de inadequadas condições naturais. Estes imigrantes rumaram mais para oeste, subindo o Rio São Mateus e fundaram, junto com outro grupo de italianos, um novo "assentamento" em 1890, dando origem ao que hoje é a cidade de Nova Venécia. "Esta foi mais uma colônia mal iniciada, que, no entanto, chegaria a bons resultados. Sem dúvida, somente um produto, de cultivo e produtividade tão próprias, como foi o café para esses colonos, poderia integrar economicamente estas regiões (José Lázaro Celin, *Migração européia...*, op. cit., p. 137). Os contatos desta zona de povoamento com os núcleos urbanos eram dramáticos. No caso de São Mateus, o mais próximo, levava-se de 11 a 12 dias. Somente em 1924 foi aberta a estrada de ferro ligando as duas cidades (São Mateus e Nova Venécia). No século XX, já em plena abertura da fronteira Norte, constituía-se um nova experiência com a fixação de imigrantes. Trata-se da *Sociedade Colonizadora Varsóvia*, que obtém até 1946 a concessão de 50 mil hectares. Em 1928 foram "assentados" em Águia Branca (hoje município do mesmo nome) 252 famílias de poloneses, muitos dos quais, aproximadamente a metade, abandonaram a colônia.

CAPÍTULO III

ESGOTAMENTO DA FRONTEIRA, CRISE DO CAFÉ, NOVAS FONTES DE DINAMISMO E OS LIMITES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESPÍRITO SANTO

No Capítulo II procurou-se "reconstituir" os processos de formação e de expansão da produção familiar do café no Espírito Santo, enfatizando as condições de produção e comercialização e os seus respectivos impactos na "vida urbana". Neste Capítulo prossegue-se com a "reconstrução" da expansão econômica e demográfica do Espírito Santo, cobrindo agora um período crucial na história econômica do Estado: as décadas de quarenta e cinquenta.

Na década de quarenta verifica-se pela primeira vez no Espírito Santo um saldo migratório negativo, o que denuncia o fato de que o Estado deixou de atuar como uma região absorvedora de população ("fronteira demográfica"). Esta mudança de sinal no saldo migratório tem a ver com as crescentes dificuldades de reprodução da propriedade familiar, num contexto de esgotamento da fronteira agrícola e de empobrecimento dos solos. Este é um dos motivos pelos quais adotou-se, nesta dissertação, a década de quarenta como o início da transição rumo a uma economia industrial e urbana, transição esta que em São Paulo já estava em curso desde as décadas de vinte e trinta. Neste sentido, a crise de 1929 e a mudança

do padrão de acumulação influenciaram em muito pouco a estrutura de produção vigente no Estado.

No transcorrer das décadas de quarenta e cinquenta a expansão cafeeira atinge seu apogeu, esgota-se a fronteira agrícola nas regiões Sul e Centro, esgotam-se as terras propícias ao café no Norte e inicia-se uma lenta, porém firme, trajetória de decadência da cafeicultura no Espírito Santo (que vigorou até o advento dos programas de erradicação em meados da década de sessenta)¹, ao mesmo tempo em que parecem em cena novas fontes de dinamismo para a economia do Estado. Desta forma, o período em pauta não constitui apenas mais um capítulo de uma "história do café no Espírito Santo", senão que também abarca seu maior alcance (o auge da cafeicultura) e, ao mesmo tempo, seu momento "derradeiro"².

¹ A respeito dos programas de erradicação dos cafezais, ver: Laura Guarnieri, *Alguns aspectos sócio-econômicos do planejamento na cafeicultura*. Campinas, UNICAMP/IFCH, 1979; Haroldo Corrêa Rocha e Angela Morandi, *Antecedentes e evolução recente da economia capixaba*, Vitória, UFES/NEP, 1985, pp. 23-57; Hildo Meirelles de Souza Filho, *A modernização violenta...*, op. cit., pp. 60-70.

² "Derradeiro" no sentido de representar o fim do modelo de cafeicultura até então vigente, uma vez que o replantio do café na primeira metade dos anos setenta (o "novo café") representou a introdução de outra forma de cultivo, realizado mediante a utilização de um pacote técnico bem mais elaborado, dentro do qual inclui-se, além de insumos industriais, uma nova variedade — o café *conillon*. Na atual fase de desenvolvimento da economia do Espírito Santo a indústria é preponderante e o café aparece como elemento coadjuvante na definição do padrão urbano-industrial.

Com o exame deste singular período pretende-se evidenciar a "máxima expressão" da economia cafeeira no Espírito Santo, bem como seus limites internos e externos; limites que vieram obstacularizar e pôr termo à expansão desta atividade em solo capixaba.

3.1 - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PERÍODO

À primeira vista, é preciso admitir, o período em foco apresenta-se como uma continuidade do anterior, sendo "simplesmente" o momento no qual verificou-se o aprofundamento de tendências postas em marcha desde o início do século e que assumiram maior nitidez a partir de 1920. Na literatura local tem sido costume enfatizar a continuidade da reprodução, no Norte do Estado (particularmente nas áreas montanhosas ao longo da divisa com Minas Gerais), de uma economia cafeeira baseada na produção familiar, sustentada pela afluência de excedentes demográficos oriundos das regiões Central e Sul. De fato, neste período intensificam-se o uso do solo, a produção de café, a agricultura de subsistência e o surgimento de núcleos urbanos — tudo isso numa área já relativamente delineada desde os anos trinta. Ou seja, avançava a ocupação do interior, enquanto que o litoral norte continuava em estagnação, apesar do impulso da economia cafeeira que se desenvolvia em Linhares desde 1918 e que ganhou novo ânimo depois da Segunda Guerra Mundial. Ao mesmo tempo nas regiões Centro Sul a estrutura produtiva apresentava-se aparente-

mente intacta. Como assinalou Cícero Moraes.

"Enquanto a zona litorânea permanecia semelhante a si mesma no princípio do século, a zona interior tomava ritmo acelerado de progresso. As lavouras se estendiam pelas encostas do terreno ondulado e os caminhos se abriam em todas as direções. Surgiam esperançosos povoados"³.

Apesar de correta, esta forma de encarar as décadas de quarenta e cinquenta obscurece fundamentais questões, internas e externas, que, simultaneamente, limitavam a expansão cafeeira no Estado e estreitavam os espaços de sobrevivência da produção familiar. Os adeptos desta forma de abordagem, quase sempre, tendem a idealizar as condições de vida e produção vigentes no Estado antes da erradicação dos cafezais e encobrem problemas estruturais inexoráveis já explícitos nos anos cinquenta. A erradicação aparece assim como uma interrupção "artificial", exógena, de uma vida com um quê de paradisíaca, que, se deixada livremente, tenderia a reproduzir-se indefinidamente. Esta é, evidentemente, uma exposição estilizada, caricata, mas que serve para explicitar bem certos pontos de vista a respeito da erradicação.

O ângulo de abordagem adotado nesta dissertação, particularmente para a década de cinquenta, opõe-se frontalmente a este tipo de postura. Entende-se que na desestruturação da forma específica de produzir e viver que vigorou no Espírito Santo por quase um século, houve muito pouco

³Cícero Moraes. *O paralelo 20 passa no Espírito Santo*, op. cit., p. 18.

de "artificial" e nada que se assemelhasse à uma "expulsão do paraíso". Considera-se, sim, que a erradicação explica o ritmo com o qual verificou-se o estancamento da produção cafeeira no Espírito Santo, que, de fato, assumiu a forma de um "desmonte" — verdadeiro colapso. Entretanto, a estagnação e a decadência da economia do café, assim como os limites progressivamente estreitados para a sobrevivência da pequena produção, são fenômenos anteriores à erradicação, que vinham delineando-se já no pós-guerra e que assumiram traços mais nítidos na segunda metade dos anos cinquenta, em decorrência da queda dos preços internacionais.

Na verdade, a decadência da agricultura não só é anterior à erradicação dos cafezais, como também é capaz de explicar os próprios níveis que esta política alcançou no Estado. Fosse a cafeicultura capixaba, produtiva, competitiva e lucrativa no contexto nacional a erradicação não teria alcançado proporções tão marcantes como as verificadas no Espírito Santo. Estima-se que no Espírito Santo "foram erradicados 53,8% dos cafeeiros que ocupavam 71% da área total ocupada (...)"⁴.

"Esses números evidenciam que a 'economia capixaba' foi a mais profundamente atingida pelo programa de erradicação, o que pode ser explicado basicamente pelo fato de cafeicultura estadual apresentar baixo nível de produtividade e ser em sua maior parte anti-econômica. Isso se verificava porque as condições gerais em que se realizava a cafeicultura eram extremamente precárias. Tanto contribuíam as

⁴Haroldo Corrêa Rocha e Angela Morandi, *Antecedentes e evolução recente...*, op. cit., p. 35.

condições naturais de clima e relevo que eram pouco favoráveis, como também a pequena capitalização e a quase inexistente aplicação de técnicas modernas de cultivo e beneficiamento do produto. Desta forma, obtinham-se baixos níveis de produtividade e tipos baixos de café que não eram muito próprios à exportação"⁵.

Em outras palavras, pode-se dizer que a erradicação acelera drasticamente, confere contornos dramáticos, mas não é capaz de explicar a própria origem da decadência e, conseqüentemente, a própria proporção de pós-erradicados no Espírito Santo.

Não foram poucos os analistas capixabas que transformaram a erradicação dos cafezais numa verdadeira obsessão, atribuindo a esta política o estranho poder de "explicar" todos os acontecimentos que se verificaram posteriormente no Espírito Santo. Uns, como já foi salientado, agiram desta forma por idealizarem a cafeicultura e a produção familiar no período pré-erradicação, com o que tornaram-se incapazes de compreender os verdadeiros limites desta modalidade de "vida social" que vigorava no Estado; outros, menos românticos, em geral técnicos do setor público, empresários e políticos, utilizaram a erradicação (e a conseqüente estagnação da agricultura estadual) como um elemento privilegiado para a reivindicação e defesa dos incentivos fiscais para o Espírito Santo, à semelhança do que já vigorava para outras regiões do país⁶.

⁵ *Idem, ibidem*, p. 35.

⁶ *Cf. Idem, ibidem*, pp. 1-22.

O certo é que em ambos os casos os analistas, da mesma forma, desconsideraram e/ou ignoraram aspectos sumamente importantes, oriundos da dinâmica local ou nacional, capazes de colocar, já nos anos cinquenta, limites muito claros à expansão do café, à sobrevivência da pequena produção e capazes também de abrir novas perspectivas para a economia do Estado.

Na região Sul, o avanço da pecuária leiteira, ocupando terras "abandonadas" após décadas de plantio de café — tendência já em andamento desde os anos trinta — intensifica-se, colocando a "bacia do Itapemirim" numa privilegiada posição dentre as fornecedoras dos mercados urbanos do Rio de Janeiro e Distrito Federal. Destaca-se também nesta região o maior ritmo no desenvolvimento da indústria de minerais não metálicos, com destaque para o cimento e o beneficiamento do mármore.

A aceleração do desenvolvimento da pecuária e o despontar da indústria de minerais não-metálicos estão estreitamente relacionados com o desempenho da economia brasileira, mais particularmente com o avançado estágio de integração do mercado nacional. Neste contexto, a pecuária supre as demandas associadas ao consumo alimentar, enquanto que a indústria de minerais não-metálicos atende às demandas relacionadas com o avanço da construção civil — ambas as demandas, reflexas do pronunciado processo de urbanização que se verificava no Brasil desde o pós-guerra. Durante o transcurso do período verificou-se nesta região o esgotamento da

fronteira agrícola, o que se refletiu na queda da produção cafeeira: pela inexistência de novas terras a ocupar e pela queda de produtividade e "abandono" das terras já destinadas ao café.

Neste sentido, a expansão da pecuária resulta tanto da ampliação dos mercados urbanos no Rio de Janeiro e Distrito Federal, quanto do "abandono" das terras ocupadas pelo café. Este "abandono", por sua vez, reflete a queda da produtividade (decorrente do esgotamento dos solos) e dos preços — em suma, queda da lucratividade. Assim, os anos cinquenta, na região Sul do Estado, são palco de um nítido processo de diversificação da produção, associado ao esgotamento das possibilidades de expansão do café e ao aproveitamento de recursos naturais estimulado pelas demandas urbanas oriundas de outras unidades da federação.

A região Central apresentou um comportamento semelhante, embora a substituição de café pela pecuária tenha se verificado numa proporção muito mais reduzida. O número de cafeeiros chegou a apresentar um pequeno acréscimo ao longo da década de cinquenta, ao contrário da região Sul, onde o estoque de cafeeiros sofreu uma significativa redução. O tamanho mais reduzido das propriedades e a ainda maior fertilidade do solo sustentaram o estoque de cafeeiros, apesar da queda de produtividade e dos preços. Com isto a agricultura desta região manteve-se, no decorrer do período, estruturalmente mais estável do que a das outras regiões. Há entretanto, dois elementos verdadeiramente novos e importantes para o

futuro do Estado, dos quais a região Central foi palco.

O primeiro refere-se à entrada da CVRD, que iniciou em 1942 as operações de embarque de minério de ferro pelo Porto de Vitória, por intermédio do Cais de Atalaia, construído especialmente para este fim. Este acontecimento deu maior dinamismo ao Porto de Vitória, maior alcance à sua área de influência e alterou sobremaneira a "vida urbana" da capital do Estado. De fato, estruturou-se outro vetor de desenvolvimento econômico para o Espírito Santo, paralelo ao café. Neste sentido o Porto de Vitória deixou de ser apenas caudatário do desenvolvimento econômico estadual e passou a ser também um dos seus determinantes, com o que Vitória passou a ter seu dinamismo relativamente "descolado" da dinâmica cafeeira.

O segundo fato relevante refere-se à implantação de importantes unidades industriais em Vitória e nos municípios vizinhos, particularmente Vila Velha e Cariacica. Trata-se de indústrias cujos mercados compradores localizavam-se, na maioria dos casos, fora do Estado do Espírito Santo e que não guardam relação direta com as demandas produzidas pela economia cafeeira (Tabela A.6). Por isto, trata-se de mais um importante vetor de desenvolvimento econômico e urbano do Estado. Contribuíram para este desenvolvimento a base de recursos naturais (o caucau), o *Plano de Metas* e a própria melhoria das condições de transporte com o Distrito Federal.

Por fim, também na região Norte observou-se novas tendências, mesmo em se tratando ainda de uma "frente pio-

neira". Embora o fechamento da fronteira agrícola não tenha encontrado o seu limite, as terras propícias ao café (a sua "fronteira ecológica") tornavam-se menos disponíveis à medida em que se avançava com a ocupação rumo ao Norte. Nesta região, mesmo nas terras mais apropriadas ao cultivo, a cultura do café não apresentou os mesmos resultados verificados nas demais regiões do Estado. As terras menos férteis e o clima mais quente e menos chuvoso contribuíram para uma menor "vida útil" do cafeeiro, reduziram a sua produtividade e impediram a produção de cafés de melhor qualidade. As terras do extremo Norte do Estado nem sequer chegaram a ser plantadas com café, sendo que, após a exploração da madeira e do carvão estas eram diretamente convertidas em pastagens. Em suma, na região Norte rompeu-se, em grande medida, o "ciclo mata-café-pastagens" (característica das zonas cafeeiras) seja pela inadequação das terras, seja pela baixa rentabilidade esperada com o café (associada à produtividade da terra naturalmente baixa e à queda dos preços praticados no mercado internacional).

Sendo assim, a pecuária e a exploração da madeira foram atividades que apresentaram um notável desempenho nesta região e, da mesma forma que no Sul do Estado, ambas as atividades estavam voltadas para os mercados urbanos do Rio de Janeiro e Distrito Federal, suprindo o consumo alimentar e as demandas da construção civil. De fato, nos anos cinquenta a exploração da madeira atinge níveis bastante elevados nos vales dos rios Doce e São Mateus, tanto que no iní-

cio desta década foi construída uma importante ponte sobre o Rio Doce, em Linhares, viabilizando o escoamento desta "produção" para os mercados do sul do país. Também deve-se ressaltar o impulso da cacauicultura, que ao longo destas duas décadas praticamente esgotou as terras propícias ao cultivo do cacau no baixo Rio Doce.

Em suma, por intermédio do cacau, da madeira e da pecuária de corte, Linhares começa a renascer nos anos cinquenta, tornando-se, anos depois, uma das mais prósperas cidades do Norte do Estado. Tanto em Linhares, como no extremo Norte do Estado, em virtude do desenvolvimento da pecuária de corte, formou-se uma estrutura fundiária relativamente concentrada, contrastando com aquelas áreas onde a ocupação deu-se por intermédio do café.

Para finalizar esta apreciação a respeito da região Norte, assinala-se que, desde o início da década de quarenta, a "frente pioneira" capixaba, em busca de terras propícias para o café, chocou-se com a "frente" vinda da zona da mata mineira, dando origem à uma região de conflito e disputa entre os dois Estados — a "zona do contestado" — no noroeste do Espírito Santo, mais precisamente na Serra dos Aimorés.

Enfim, trata-se de fatores atuantes, alguns endógenos (esgotamento do solo, fechamento da fronteira agrícola e ecológica, presença da CVRD), outros exógenos (queda dos preços internacionais do café, integração do mercado nacional, o avanço da urbanização e o *Plano de Metas*), que, con-

jugados, haviam posto em marcha um inexorável processo de transformação da estrutura produtiva, ainda que se tratasse de um processo lento. Não fosse a erradicação dos cafezais, a "desmontagem" da economia de pequena produção e a hegemonia da cafeicultura teriam se prolongado por mais tempo e o esvaziamento do campo, a concentração fundiária, a alteração do padrão urbano e outros fenômenos correlatos, teriam pronunciado-se de forma mais lenta e mais "equilibrada". É preciso que este ponto de vista fique inequivocamente claro, uma vez que decorre dele uma forma específica de abordar e entender o período em foco, sobretudo aos anos cinquenta.

Em suma, este período não constitui uma mera continuidade do anterior, pois, apesar de terem sido aprofundadas tendências já em andamento, levando a cafeicultura ao seu apogeu, esgotaram-se as possibilidades de expansão do café e descortinaram-se novos horizontes e novos focos de dinamismo para a economia estadual, mesmo que tímidos.

Entretanto, estas observações não constituem propriamente novidade. Alguns trabalhos já haviam identificado com precisão esta tendência à estagnação e que, por conta disto, foram "convenientemente" esquecidos.

Em primeiro lugar cabe ressaltar o pioneirismo e a acuidade do trabalho elaborado pela CAPES⁷, especialmente por se tratar de um documento elaborado no final da década de cinquenta. Ressaltava-se naquela ocasião que

⁷CAPES, *Estudo de desenvolvimento...*, op. cit.

"O aumento de número de cafeeiros em produção de 259 milhões, em 1945, para cerca de 340 milhões no ano de 1957, deveria propiciar safras maiores do que as de 10 ou 20 anos atrás. Se isso não ocorreu é porque o rendimento médio dos pés de café tem diminuído, seja por causa de fatores naturais, esgotamento dos solos e irregularidade das chuvas, seja porque o rendimento das velhas lavouras, em franco declínio, ainda influi na média estadual". "Em comparação com as outras regiões cafeeiras do país o rendimento médio registrado no Espírito Santo é de veras baixo"⁸.

Entretanto, os problemas da cafeicultura do Estado não se resumem somente à questão da produtividade. A qualidade do café produzido era das piores. Sobre esta questão o referido documento assinala que no Espírito Santo "os tipos predominantes são inferiores" e alinhava um conjunto de "fatores que se opõem" à difusão de tipos finos⁹.

⁸ *Idem, ibidem*, pp. 99-100.

⁹ "Os cafés finos não pesam na produção do Estado e inúmeros são os fatores que se opõem à sua difusão. Não há empresas organizadas que adquiram o 'cereja', o grão maduro, ao pequeno agricultor, para lhe dar o tratamento adequado exigido na produção dos tipos finos. Para o pequeno cafeicultor, o processo de despulpamento é oneroso, não só pelo fato de exigir maquinismos mais caros, como, também, por ser mais demorado e complicado, o que leva a crer que, sob o aspecto de tamanho da unidade produtiva, não é viável a produção de cafés finos pelo pequeno agricultor. Por outro lado, a tradição impõe os tipos inferiores e comuns, e o comércio exportador não se interessa pelos cafés finos porque não são tão fáceis de colocar quanto os de tipo inferior. A pressão do exportador sobre o agricultor para que não melhore a qualidade da produção faz-se através do comerciante do interior que só financia os produtores que se dedicam aos cafés de baixa qualidade. Por esse motivo, o pouco café despulpado produzido no Estado, costuma ser remetido para a Capital da República, em caminhão" (*Idem, ibidem*, p. 98).

A despeito de todas as dificuldades apresentadas pela cafeicultura, o documento deixava claro àquela época que

"As perspectivas presentes não são de molde a supor que o café venha a perder, nos próximos anos, a importância que adquiriu na economia espírito-santense desde meados do século passado (...)"¹⁰.

Ou seja, ao mesmo tempo que enfatizava os limites deste tipo de exploração econômica, o documento em pauta assinalava a suprema importância do café na economia do Estado e atentava para a continuidade deste estado de coisas, uma vez que não se identificava, à época, focos fundamentais de dinamismo, que se constituíssem como alternativas ao café.

"A análise da evolução da renda do Espírito Santo, no período de 1948 a 1955, não revela a existência de elementos dinâmicos capazes de alterar o ritmo de crescimento das atividades produtivas, ou mesmo de imprimir profundas modificações de caráter estrutural. (...) Das observações efetuadas é possível concluir que o Estado tem economia instável, de caráter primário, e que financia o desenvolvimento de outras regiões. Diante disso, as previsões quanto ao crescimento da renda real deveriam ser modestas, quando não pessimistas, dentro da estrutura do sistema assim definido"¹¹, (de modo que) "é improvável que a renda do Espírito Santo, a longo prazo, acompanhe o crescimento da renda do Brasil, caso continue a depender primordialmente dos produtos da terra. O processo de industrialização não se revela com vigor no Espírito Santo, embora haja indícios de uma possível expansão da indústria no Estado"¹².

¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 97. O grifo é nosso.

¹¹ *Idem, ibidem*, p. 121. O grifo é nosso.

¹² *Idem, ibidem*, p. 39. O grifo é nosso.

Consoante com o ponto de vista adotado nesta dissertação, já explicitado nas páginas anteriores, entende-se que novos focos de dinamismo já delineavam-se, mas que à época pronunciavam-se muito timidamente, de modo que mesmo uma boa análise não poderia tê-los detectado satisfatoriamente. Assim, o trabalho publicado pela CAPES explorou mais o lado "estagnacionista" da conjuntura dos anos cinquenta, o que é muito, uma vez que trabalhos posteriores, elaborados sobretudo no âmbito do Governo do Estado, não têm compreendido com clareza a problemática do café e da economia estadual naquele momento. Mesmo para os dias atuais, mais de 30 anos após a sua publicação, o documento da CAPES continua sendo um dos melhores diagnósticos da economia estadual.

Em 1966 é publicado outro importante trabalho que procura voltar-se para os anos pré-erradicação, para dali tirar lições importantes para o entendimento da dinâmica econômica estadual. Trata-se de um estudo encomendado pela Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (FIES) ao Instituto de Estudo para o Desenvolvimento Social e Econômico (INED)¹³.

Neste estudo, o autor teve como objetivo realizar "um amplo equacionamento dos problemas e potencialidades" do Estado. Na verdade, trata-se objetivamente de um plano de

¹³ José Arthur Rios. *Diagnóstico para o planejamento econômico do Espírito Santo*, op. cit.

governo proposto pela Federação das Indústrias ao novo governo que assumiria no início de 1967. O documento, em si, foi muito bem elaborado e apresentava como um dos pressupostos básicos a idéia de que "os investimentos do governo local só adquirem plena racionalidade econômica no quadro de uma visão integrada do desenvolvimento do Estado". Neste sentido, o "documento tenta proporcionar uma visão global da economia do Espírito Santo, seus problemas e potencialidades" e a partir desta visão global procura "definir a atuação do Governo Estadual"¹⁴.

O documento classifica as potencialidades dinâmicas da economia do Estado do Espírito Santo em três grupos: aquelas ligadas às atividades tradicionais; as ligadas à exportação de minérios; e aquelas ligadas à agricultura de abastecimento.

Café, cacau, açúcar e madeira são, para o autor do documento, as atividades tradicionais mais relevantes da economia capixaba. No entanto, por motivos os mais variados, nenhuma destas atividades poderia garantir no longo prazo um firme processo de evolução do Espírito Santo no quadro econômico nacional, pois, ao final dos anos cinquenta, as terras propícias ao cultivo do café haviam quase se esgotado, o café vivia, uma grave crise internacional de preços, que culminou num programa de erradicação, as reservas flores-

¹⁴ *Idem, ibidem*, Introdução metodológica, pp. 2-5.

tais já viviam a iminência do seu esgotamento e o açúcar não apresentava perspectivas de demanda as mas nimadoras. Segundo o autor, "não há enfim, nenhuma possibilidade de vir o Espírito Santo, nos próximos anos, a intensificar o seu desenvolvimento baseado em seus produtos tradicionais, sujeitos às flutuações permanentes da sua procura e de seus preços"¹⁵.

Outros grupos de atividades apresentariam maiores probalidades de inserção do estado na economia nacional, Nesta perspectiva foi apontada a exportação de minério de ferro como sendo uma das principais frentes de crescimento para a economia local, sendo capaz, inclusive, de trazer, na visão do autor, resultados a curto prazo. De fato, nos anos iniciais da década de cinquenta, o Brasil estava ampliando suas participações no comércio mundial de minério de ferro, com possibilidades de se atingir níveis muito elevados de exportação, os quais deveriam ser efetuados preferencialmente pelo litoral capixaba. Além do mais, colocava-se já naquela época a possibilidade de implantação de um "complexo industrial na região de Vitória", que seria centrado na transformação e exportação de minério de ferro. Seriam componentes deste complexo várias usinas de *pellets* de minério de ferro, além de uma siderúrgica de grande porte voltada para o mercado externo. A malha ferroviário e os portos atuariam como pré-requisitos suficientes à existência desse complexo.

¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 96. O grifo é nosso.

Por fim o autor analisa as potencialidades dinâmicas derivadas da agricultura de abastecimento, identificando duas regiões básicas para esta atividade: as zonas de influência das cidades de Cachoeiro de Itapemirim e Vitória. A região "polarizada" por Cachoeiro de Itapemirim estaria naturalmente voltada para o abastecimento da Guanabara, enquanto que a zona de influência de Vitória estaria voltada para o abastecimento da própria cidade, em primeiro lugar, e dos mercados nordestino e mineiro, em segundo.

Há neste trabalho a idéia de que o futuro do Estado estaria cada vez mais ligado às atividades exportadoras, bem como àquelas ligadas ao processo de urbanização observado no centro-sul do país. É surpreendente que um documento elaborado em 1966 tenha apresentado um elevado grau de compreensão do futuro desempenho da economia local. Além do mais, já trazia, ainda que embrionariamente, importantíssimas considerações sobre o papel das economias estaduais periféricas no contexto de uma economia nacional integrada, antecipando, em certo sentido, um tipo de análise que viria a ser desenvolvido nos anos setenta e oitenta por diversos autores, em especial, Wilson Cano e Francisco de Oliveira.

Constata-se assim, neste documento, uma clareza meridiana a respeito do futuro da economia do Estado, denunciando as limitadas potencialidades da agricultura e evidenciando focos de dinamismo, que já se encontravam em processo há pelo menos dez anos. Este trabalho, no plano operacional, foi amplamente utilizado na montagem do *Sistema Esta-*

*dual de Planejamento*¹⁶, tendo sido acolhidas praticamente todas as suas sugestões. Entretanto, no plano teórico foi completamente desconsiderado pelos economistas e historiadores locais.

Poucos anos mais tarde, em abril de 1971, veio a público um conjunto de importantes reflexões a respeito do Estado do Espírito Santo. Trata-se dos anais de um colóquio de geografia, organizado por Nilo Bernardes, que se realizou em Vitória¹⁷. Alguns dos trabalhos apresentados naquela ocasião diagnosticaram a fundo a problemática da economia do café no Estado. Becker & Bernardes salientam que

"na sua progressão para o norte, a frente cafeeira encontrou em território do Espírito Santo o seu limite ecológico, pois o número de anos de produção do *coffee arábica* cultivado sem sombreamento se reduz progressivamente. Esse fato veio se as-

¹⁶ O *Sistema Estadual de Planejamento*, depois de concluída sua implantação em 1975, estava constituído pelas seguintes instituições: SEPL - Secretaria de Estado do Planejamento; FJSN - Fundação Jones dos Santos Neves; DEE - Departamento Estadual de Estatística; PRODEST - Empresa Estadual de Processamento de Dados; BANDES - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo. Depois de um período de intensa produção técnica e científica (1976-81) o *Sistema Estadual de Planejamento* passou a por significativas transformações, dentre as quais destacam-se a transformação da FJSN em Instituto e da SEPL em Coordenadoria do Planejamento. Ao longo dos anos oitenta, o *Sistema* (à exceção do BANDES) foi (deliberadamente) submetido a um processo de esvaziamento, chegando aos dias atuais praticamente desestruturado.

¹⁷ Nilo Bernardes, (Org.). *Um caso de desigualdades regionais do desenvolvimento: o Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro, 1971. Trabalho apresentado ao Colóquio sobre Desigualdades Regionais do Desenvolvimento. Vitória, 12 a 13 abril 1971. A organização deste colóquio esteve a cargo da União Geográfica Internacional (UGI), por intermédio da "Comissão para os Aspectos Regionais do Desenvolvimento Econômico".

sociar à rapidez do esgotamento dos cafezais nos latossolos originados nas vertentes cristalinas, onde a erosão é intensa. O processo de decadência dos velhos cafezais veio sendo acompanhado por sua substituição por pastos a qual, ao lado da ocupação cafeeira original, confere unidade à organização do espaço do Espírito Santo. A substituição dos cafezais, se originou nas áreas mais próximas ao Rio de Janeiro -- as que primeiro se esgotaram e que tinham acesso a esse mercado para a colocação de sua produção leiteira"¹⁸. "A marcha para o norte aí se processou, não entanto, em terras quentes e relativamente secas, onde é mais rápido o esgotamento dos cafezais"¹⁹.

À medida em que se estagnava a expansão do café, e que essa atividade ia sendo substituída pela pecuária, tomava contornos definitivos o chamado "circuito mata-café-pastagens"; circuito relativamente rompido quando da expansão ao Norte, uma vez que esta expansão deu-se preponderantemente num momento de queda de preços e em terras não tão propícias ao café. Nas regiões Central e Sul produziu-se, então, em primeiro momento um "superpovoamento relativo", seguido de "intenso êxodo rural", dependendo da intensidade com que a pecuária avançava nas terras dedicadas ao café²⁰.

Enfim, no período compreendido entre o final da década de cinquenta e o início da década de setenta produziu-se um razoável número de contribuições para o entendimento

¹⁸Bertha K. Becker e Lysia M.C. Bernardes. "Estrutura do espaço", in Nilo Bernardes (Org.). *Um caso de desigualdades regionais...*, op. cit., p. 67.

¹⁹*Idem, ibidem*, p. 70.

²⁰Cf. *Idem, ibidem*, pp. 69-70.

da realidade cafeeira do estado no período pós-guerra. Estas contribuições, implícita ou explicitamente, assinalam que a década de cinquenta marca uma aceleração na taxa de crescimento da população urbana, fato associado às transformações que já operavam ao nível da produção cafeeira, o que representa o início da desestruturação do padrão urbano erguido pela cafeicultura centrada na produção familiar. A estagnação ou retrocesso da população em certas cidades das regiões Sul e Central atestam o início da ruptura deste padrão de desenvolvimento urbano, obviamente, nada semelhante ao que viria a acontecer com a fulminante erradicação dos cafezais na década de sessenta.

Recentemente tem-se procurado resgatar pontos fundamentais desta linha de argumentação e dar-lhes maior rigor e fundamentação²¹. Ferreira registra que, apesar de uma nítida diversificação da agricultura, "o café manteve-se como principal produto agrícola do Estado embora sua decadência fosse então visível, sobretudo em algumas regiões do Espírito Santo"²². Ao fazer esta constatação, Ferreira consegue amarrar um conjunto de determinantes, que já produziam nos anos cinquenta um futuro sem maiores possibilidades para a cafeicultura do Estado. Segundo este autor,

²¹Cf. Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira...*, op. cit., pp. 1983-95; Haroldo Corrêa Rocha e Angela Morandi, *Antecedentes e evolução recente...*, op. cit., pp. 27-33.

²²Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira...*, op. cit., pp. 188-9.

"Esse comportamento refletia três fatos observados na cafeicultura local no período: a produção cafeeira capixaba não cresceu às mesmas taxas da produção brasileira; o rendimento (quantidade produzida por pé de café) da produção capixaba não acompanhou o da brasileira e as cotações dos cafés capixabas declinaram em relação à dos demais cafés brasileiros"²³.

Em suma, Ferreira articulou com precisão os principais determinantes da dinâmica cafeeira no período em pauta (1940-1960) e evidenciou um quadro limite para esta cultura no Estado. Não deixou de salientar, entretanto, que a despeito desta crise estrutural que marcou a cultura do café e da "significativa expansão e diversificação de sua agricultura"²⁴, nenhuma outra cultura,

"nem mesmo as que tiveram uma expansão mais significativa da produção ou área plantada chegou sequer a se aproximar da importância que o café detinha para a economia capixaba"²⁵ (de modo que) "o crescimento da agricultura que ocorreu no Espírito Santo entre 1940 e 1960 pode ser explicado basicamente pela expansão da cafeicultura"²⁶.

Neste contexto de diversificação da agricultura, o cacau é sem dúvida a maior novidade. Cultivado desde o início dos anos vinte, o cacau expandiu-se significativamente no período do pós-guerra. A cacauicultura só não alcançou maior notoriedade no cenário agrícola do Estado porque a disponibi-

²³ *Idem, ibidem*, p. 189.

²⁴ *Idem, ibidem*, p. 181.

²⁵ *Idem, ibidem*, p. 183.

²⁶ *Idem, ibidem*, p. 184.

lidade de terras propícias esgotou-se rapidamente. Entretanto, foi suficiente para viabilizar no Espírito Santo uma importante indústria de chocolates.

Algumas culturas temporárias, a exemplo do arroz, feijão e mandioca tiveram a produção expandida, longe de se constituir, todavia, uma agricultura comercial especializada na produção de alimentos. A expansão destas culturas enquadra-se na lenta tendência à diversificação que vinha processando-se desde os anos trinta, de acordo com o que foi apresentado no Capítulo anterior.

Observa-se que, afora o cacau — cultura permanente que imobiliza elevada densidade de capital, matéria-prima industrial com mercado mundialmente organizado, em tudo semelhante ao café — as demais culturas não tiveram um desenvolvimento significativo a ponto de tornar o Espírito Santo um Estado especializado no contexto nacional. Isto denuncia a dificuldade de se organizar no Espírito Santo uma agricultura alimentar autônoma, voltada para os mercados urbanos do Rio de Janeiro e Distrito Federal.

Em suma, o café, a despeito de sua crise estrutural, continuou sendo a grande (e praticamente única) cultura comercial do Estado. Neste contexto, afora a secundária importância do cacau, há que se ressaltar somente a pecuária como atividade voltada para a comercialização.

Após estas observações de cunho mais qualitativo, que tratam dos aspectos mais gerais do período, proceder-se-á um exame mais pormenorizado das questões já enunciadas. Ou seja,

será feito um apanhado mais minucioso referente aos desempenhos da cafeicultura, da pecuária e da exploração madeireira, seguido de um exame do desempenho da indústria ("pequena" e "grande"), do intercâmbio comercial e do desenvolvimento das atividades portuárias, com ênfase para a presença da CVRD. Finalizando este Capítulo, será feito um apanhado geral dos movimentos demográficos e da urbanização no decorrer das duas décadas.

3.2 - OS LIMITES DA CAFEICULTURA

Quando se procede a comparação da taxa de crescimento do estoque de cafeeiros deste período com a verificada no período anterior (1920-1940), fica mais clara a idéia de que as décadas de quarenta e cinquenta marcam o momento no qual a cafeicultura capixaba inicia a sua fase de esgotamento. Pela Tabela 3.1 observa-se as tendências regionais deste processo. Nas regiões Sul e Central a perda de ritmo da cafeicultura fica bastante clara, tendência que se manifesta também na região Norte, a despeito de ser esta ainda uma região onde a fronteira agrícola encontrava-se aberta.

Entre 1920 e 1940 o estoque de cafeeiros do estado do Espírito Santo expandiu-se à taxa de 4,1% a.a., enquanto que no período em exame (1940-1960) a expansão cafeeira apresentou um ritmo menor de crescimento (2,8% a.a.). Na passagem

TABELA 3.1
 TAXAS DE CRESCIMENTO DO ESTOQUE DE CAFEEIROS
 ESPÍRITO SANTO: 1920-60

REGIÕES	1920-1940		1940-1960		1940-1950		1950-1960		
	Total	Em Produção							
Norte	6,0	0,0	0,5	6,4	9,5	0,1	12,5	6,5	0,9
Centro	3,2	1,3	1,2	1,7	1,7	1,4	0,2	0,7	1,1
Sul	4,3	0,4	0,1	1,7	1,6	1,3	2,9	(0,2)	(0,4)
Total do Estado	4,1	2,8	2,7	3,4	3,4	2,6	6,8	2,2	0,2

Fonte: Recenseamento de 1920.

1960, Censos Agropecuários de 1940, 1950 e 1960.

de um período a outro, somente a região Norte teve elevada a sua taxa de crescimento, tendo passado de 6,0% para 8,0% a.a. Entretanto, se se decompõe o período recente em duas décadas, observa-se que o maior ritmo de crescimento do plantio nesta região efetuou-se nos anos quarenta (9,5% a.a.), tendo diminuído na década seguinte (6,5% a.a.). Nas regiões Sul e Centro as taxas anuais de crescimento reduziram-se de 4,3% e 3,2% para 0,4% e 1,3%, respectivamente, sendo que especificamente na década de cinquenta a região Sul apresentou uma redução no número de cafeeiros (-0,9% a.a.). A distinção entre cafeeiros novos e em produção só vem reforçar o argumento, na medida em que evidencia de forma ainda mais clara a estagnação da cafeicultura nos anos cinquenta, inclusive na região Norte.

Com estas assimetrias nas taxas regionais de crescimento, a distribuição espacial da atividade cafeeira alterou-se profundamente (Tabela 3.2). No que diz respeito ao número de cafeeiros, a região Norte passa do último posto (16,6% em 1940) para o primeiro (44,3% em 1960), o mesmo acontecendo com a quantidade produzida que, no mesmo período passa de 13,7% para 45,8%. A região Sul, maior produtora em 1940 (55,0%), manteve o posto até 1950 (47,3%), passando em seguida para a segunda posição (33,6%). A região Central, ao contrário, havia cedido o segundo lugar para a região Norte já no decorrer da década de quarenta. Desta forma, como foi afirmado, o perfil regional da cafeicultura no Espírito Santo altera-se profundamente entre 1940 e 1960, tanto no que se refere ao número de cafeeiros, quanto ao volume produzido.

TABELA 3.2
 PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS REGIÕES NA PRODUÇÃO E ESTOQUE DE CAFEEIROS
 ESPÍRITO SANTO: 1940-60

ANOS	NORTE		CENTRO		SUL	
	Pés	Produção	Pés	Produção	Pés	Produção
1920	11,6	8,0	39,0	40,8	49,4	51,1
1940	16,6	13,7	32,7	31,3	50,7	55,0
1950	29,5	26,7	27,9	26,0	42,8	47,3
1960	44,3	45,8	24,4	20,6	31,3	33,6

Fonte: Idem Tabela 3.1.

A base para estas conclusões são as informações extraídas dos Censos Agropecuários. Como são informações colhidas para os anos extremos do período (dados "ponta a ponta"), as taxas de crescimento calculadas acabam por encobrir aspectos importantes da realidade. Particularmente é preciso enfatizar que de 1958 para 1959 houve uma significativa redução da área plantada — e portanto, do estoque de cafeeiros. Este tipo de informação encobre, da mesma forma, a elevação no ritmo do plantio observado entre 1951 e 1959, resultado da elevação dos preços internacionais observada a partir do final da década de quarenta. Entretanto, apesar destas restrições, as informações censitárias têm o seu significado, especialmente, como é o caso, quando se trata de uma variável do estoque.

Constata-se, com base nos dados ano a ano, referentes aos vinte anos correspondentes ao período 1940-1959, que a evolução da área plantada e da quantidade colhida foi bastante modesta. Ao longo da década de quarenta a área plantada manteve-se praticamente estagnada, tendo apresentado um crescimento médio anual de apenas 0,4% a.a. Nesta década o desempenho da quantidade colhida também não foi expressivo. A produção elevou-se à taxa média anual de 1,6% a.a., tendo apresentado, ao mesmo tempo, uma brutal oscilação de um ano para outro²⁷. Se se considerar médias quinquenais centradas em

²⁷ Observa-se que 1941, 1945 e 1949 foram anos de gigantescas safras para as condições da cafeicultura local (cerca de 1,9 milhões de sacas), enquanto que 1940 e 1948 foram anos de safras bastante reduzidas (cerca de 1,2 milhões). Nos demais anos as safras variaram entre 1,4 e 1,6 milhões de sacas.

1942 e 1947 constata-se um crescimento de 12,6% da produção em cinco anos (o que equivale a um crescimento médio anual de 2,4% a.a.) e um decréscimo de 0,2% na área plantada. Nos anos cinquenta, área plantada e quantidade colhida, ambas, cresceram substancialmente (3,9% a.a. e 6,9% a.a., respectivamente), em comparação com a década anterior. Como consequência da recuperação dos preços e plantio acelerou-se, sobretudo nos períodos 1950-4 e 1956-8²⁸. Tomando-se como base médias quinquenais centradas em 1952 e 1957, observa-se, nos anos cinquenta, um maior crescimento da produção e da área plantada: 7,0% a.a., e 3,4% a.a., respectivamente. Comparando-se as duas décadas, com médias decenais centradas em 1945 e 1955, constata-se um crescimento de 1,3% na produção e de 1,5% na área. Para o período como um todo, a área plantada cresceu em média 1,7% a.a., enquanto que para a quantidade colhida este crescimento foi da ordem de 2,0% a.a. (Tabela 3.3).

Produtividade baixa (resultado direto do esgotamento das terras e da elevação da média de idade dos cafeeiros), produção estagnada, número de cafeeiros elevando-se a taxas cada vez mais reduzidas: eis um conjunto de elementos capazes de reduzir a importância do Espírito Santo no cenário cafeeiro nacional. São elementos que evidenciam o esgotamento do potencial dinâmico desta atividade no Estado, muito embora a

²⁸ Nesta década a flutuação das safras foi sensivelmente menor, salvo para 1952 e 1958, respectivamente, a pior e a melhor safra dos vinte anos em exame.

TABELA 3.3
 CAFÉ: TAXAS DE CRESCIMENTO DA
 PRODUÇÃO E DA ÁREA PLANTADA
 ESPÍRITO SANTO: 1940-60.

PERÍODOS :	Produção	Área
1942-47 :	2,4	(0,0)
1947-52 :	(2,1)	1,1
1952-57 :	7,0	3,4
1942-52 :	0,1	0,5
1947-57 :	2,3	2,5
1945-55 :	1,3	1,5

Fonte: Sênio Pires Ferreira,
 Espírito Santo: dinâmica
 cafeeira..., op. cit.,
 Tabela 2.33, p. 184.

estagnação desta cultura não significasse o seu imediato abandono, principalmente em se tratando de uma economia fundada na produção familiar.

Rocha & Morandi atentaram bem para esta especificidade das crises em economias marcadas pela produção familiar. Assinalaram que a queda dos preços internacionais não significaria o imediato abandono da terra para os pequenos produtores, se não fosse a política de erradicação²⁹.

Entretanto, estes autores, mesmo atentando corretamente para aspectos específicos da "dinâmica da produção familiar" no Espírito Santo, acabaram por superestimar a importância dos preços e da própria erradicação, deixando em segundo plano outros importantes elementos explicativos para a definitiva crise da pequena produção no Estado.

A realidade de uma economia agrícola baseada na produção familiar, marcada pelo esgotamento das terras, pela baixa capacidade de gerar/concentrar excedentes e de absorver tecnologias, situada num contexto nacional caracterizado pela rápida integração dos mercados e pelos acelerados processos de urbanização e industrialização, não poderia ser, no período em exame, tão estável como fizeram sugerir, além deles, muitos autores capixabas. Pelo contrário, a cafeicultura viveu no pós-guerra o seu auge e o seu momento "derradeiro", após o quê, na ausência dos programas de erradicação, seguramente

²⁹Cf. Haroldo Corrêa Rocha e Angela Morandi, *Antecedentes e evolução recente...*, *op. cit.*, pp. 31-3.

entraria num estágio de irreversível estagnação, atenuado momentaneamente por eventuais melhorias de preço. A elevação dos preços internacionais, especialmente a partir de 1950, funcionou como atenuante de uma situação que já dava mostras do seu limite.

Este é o ponto central da argumentação adotada nesta dissertação: a crise do final dos anos cinquenta não é apenas mais uma crise de preços — é a própria crise do modelo, que esgota sua expansão e inicia sua decadência. A queda dos preços internacionais na segunda metade dos anos cinquenta apenas evidencia os estreitos limites de uma certa agricultura e potencializa a sua decadência.

Em resumo, a estagnação da produção ao sul do Rio Doce, fruto do esgotamento das terras e do fechamento da fronteira, e as consequências das terras pouco apropriadas para o cultivo do café no Norte não se traduziram imediatamente numa crise estrutural da cafeicultura no Espírito Santo, porque tiveram seus efeitos inibidos pela ação dos preços em elevação. Assim as fracas safras do período 1948-54 foram compensadas pelos preços em elevação. Em contrapartida, os inexoráveis limites da estrutura produtiva fizeram-se manifestar de forma intensa a partir de 1955, quando inicia-se uma abrupta queda dos preços internacionais.

Com respeito ainda à problemática dos preços internacionais e seus efeitos sobre a economia do café no Espírito Santo, se faz necessário considerar que o início da queda dos preços (1954) antecede em três anos as gigantescas safras do

período 1955-7 e voltaram a cair aceleradamente a partir de 1958, o que representou uma grande frustração para os cafeicultores capixabas.

O resultado, evidentemente, não poderia ter sido outro. Fechamento da fronteira agrícola e esgotamento dos solos ao sul do Rio Doce, onde as terras eram mais propícias ao cultivo do café; menor proporção de terras propícias, clima e solo desfavoráveis no Norte, são fatores que produziram aqueles elementos acima evidenciados. Com isto as taxas de crescimento do valor da produção cafeeira no Espírito Santo não acompanham a média nacional e o Estado vai perdendo importância relativa, mesmo nos períodos de melhores safras.

Trata-se de movimentos bastante curiosos, pois, paradoxalmente, nos momentos de melhores colheitas e de maior produtividade, acetua-se a velocidade com que a taxa de crescimento do valor da produção cafeeira capixaba afasta-se da média nacional (Tabela A.16). Para desvendar este aparentemente paradoxo é preciso considerar que o café colhido no Espírito Santo — pelas características de clima, solo, relevo e estrutura fundiária — era de baixa qualidade; um tipo de café destinado a compor *blend*s com cafés mais finos, de modo que a sua demanda ficava a depender da proporção em que avançava o consumo mundial de café. Assim, nos momentos de maiores safras locais e de maior produtividade verifica-se uma sobra de café ruim frente às necessidades do mercado, o que representa uma queda relativa de preço sem que, contudo, aumente na mesma proporção a quantidade vendida. É justamente

por isso que nos períodos de melhores safras o peso da cafeicultura capixaba no contexto nacional cai mais rapidamente.

Em suma, a problemática do café no Espírito Santo está presa a fatores internos e externos, sendo que dentre os últimos inclui-se a própria dinâmica dos preços e das quantidades dos café ruins nos mercados internacionais.

Com efeito, observa-se que a participação capixaba no valor da produção da cafeicultura brasileira regrediu continuamente ao longo do período, passando de 7,1% na primeira metade da década de quarenta, para 5,0% na segunda metade da década seguinte. Entretanto, não se trata apenas de uma diminuição da importância relativa da cafeicultura local no contexto da nacional. A participação direta do café na formação da renda interna líquida do Estado ao longo destes anos traduz uma diversificação das atividades econômicas no Espírito Santo. Depois de atingir seu ponto mais elevado em 1950, quando contribuiu com 27,1% para a formação da renda estadual, o peso do café regrediu ao longo dos anos cinquenta, alcançando 15,9% em 1960. Observa-se (Tabela 3.4) que o café perde importância no subsetor *lavoura*, no setor primário e na renda total, o que indica uma diversificação da economia não só no âmbito intersetorial (aumento da importância relativa dos setores secundário e terciário), mas também no interior do próprio setor primário (pecuária e extrativismo) e até mesmo no interior do subsetor *lavoura* (cacau), no Estado do Espírito Santo. A elevação do peso relativo do café na renda interna estadual no início dos anos cinquenta representa ape-

TABELA 3.4
 IMPORTANCIA DO CAFE NA GERAÇÃO DA RENDA INTERNA
 ESPIRITO SANTO: 1940-60.

IMPORTANCIA RELATIVA DO CAFE		1940	1950	1960
- No subsetor lavoura		53,7	64,2	45,2
- No setor primário		44,5	53,7	32,5
- Na renda interna estadual		24,3	27,1	15,7

Fonte: Roberto da Cunha Penedo, *Aperfeiçoamento e atualização de indicadores econômicos para o Espírito Santo*. Vitória, UFES/NEP, 1982.

nas o reflexo de uma situação marcada pela rápida e conjuntural valorização do café nos mercados internacionais (Tabela A.17).

3.3 - A EXPLORAÇÃO DA MADEIRA

A extração e beneficiamento da madeira, pela sua natureza exploratória e temporária, não constituiu propriamente uma diversificação das atividades primárias desenvolvidas no Espírito Santo, mesmo considerando-se a significativa contribuição desta atividade para a formação da renda interna estadual no decorrer de praticamente duas décadas. Representa o resultado do avanço da ocupação do Norte, conjugada com as demandas urbanas e industriais provenientes de outras unidades da federação, num contexto de progressiva integração do mercado nacional. Ao final dos anos sessenta a extração vegetal já não tinha maior importância no contexto da renda interna estadual (Tabela A.18).

A exploração madeireira no Espírito Santo deixou como maior contribuição o desbravamento do litoral Norte do Estado, desde o norte de Aracruz, passando por Linhares, São Mateus, Pinheiro e Conceição de Barra³⁰. Linhares desabrocha enquanto

³⁰Desgraçadamente, como "subproduto" mais importante desta vaga desbravadora restou o *know-how* de derrubar florestas e produzir carvão, conhecimento que os capixabas utilizaram plenamente, sem constrangimentos, a partir do final dos anos sessenta no Sul da Bahia e mais recentemente no Pará e Rondônia.

cidade e constituiu-se como núcleo urbano relevante no contexto estadual justamente em função do avanço da exploração madeireira, seguida pelo desenvolvimento da cacauicultura e da pecuária.

3.4 - O DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA

Com a pecuária aconteceu algo semelhante, especialmente no Sul do Estado e no médio Rio Doce. Nestas áreas, parte considerável da superfície ocupada com pastagens consistia de terras abandonadas pela cafeicultura, após décadas de exploração predatória.

Como já foi assinalado no item anterior, café e pecuária são atividades até certo ponto excludentes: abstraindo-se, neste momento, daquela pecuária desenvolvida no interior dos estabelecimentos familiares, com vistas à reprodução da força de trabalho familiar, o avanço da criação verificase por intermédio do "reaproveitamento" das terras "abandonadas" pelo café. Entretanto, este "reaproveitamento" não é espontâneo: fica a depender da evolução dos mercados consumidores urbanos, no caso do Espírito Santo, dos mercados do Rio de Janeiro e Distrito Federal. Na ausência destes mercados, as áreas marcadas pela baixa produtividade do café no Sul do Estado constituiriam, muito provavelmente, áreas estagnadas e caracterizadas por "excedentes demográficos", o que, em certa medida, veio a ocorrer na região.

Em suma, o desenvolvimento da pecuária, no Sul do Espírito Santo e no médio Rio Doce, realizou-se em grande medida em virtude da estagnação do café, daí não ser considerado propriamente uma diversificação do setor primário capixaba, ao contrário do que verificou-se no extremo Norte do Estado, em cujos solos naturalmente impróprios para o café, a pecuária sucedeu imediatamente a exploração madeireira e converteu-se na atividade determinante do desenvolvimento econômico.

É preciso esclarecer, entretanto, que a pecuária guarda também uma relação direta com a expansão cafeeira. No caso da ocupação do Norte, no interior das pequenas propriedades que se voltavam para a produção mercantil do café, sempre era desenvolvida uma pecuária mista, tendo em média dez cabeças de gado bovino por estabelecimento. Entretanto, este tipo de pecuária esteve voltada preponderantemente para a reprodução da força de trabalho familiar, chegando a abastecer também os pequenos núcleos urbanos próximos com o excedente de leite produzido. O desenvolvimento desta pecuária esteve presente no Sul do Estado no período anterior à guerra; na região Central chegou praticamente intacta até os anos sessenta, além de ter acompanhado a expansão do café para o Norte.

Após a guerra, especialmente depois de 1955, desenvolveu-se no Sul uma pecuária mercantil, progressivamente especializada na produção leiteira, tendo acontecido movimento semelhante, porém com intensidade bem mais reduzida, na zona

do médio Rio Doce (Colatina e Baixo Guandu). No litoral norte e no extremo Norte do Estado a pecuária desenvolveu-se vigorosamente a partir dos anos cinquenta. Tratava-se, todavia, de uma pecuária nitidamente especializada na criação de gado bovino para corte³¹.

Em 1940, pouco mais de 41% das cabeças de gado então existentes no Espírito Santo encontravam-se na região Sul do Estado, sendo que, vinte anos depois, em 1960, a proporção era rigorosamente a mesma. No caso das demais regiões, no decorrer deste período, estas proporções foram significativamente alteradas, tendo se verificado uma transferência relativa de cabeças de gado da região Central para o Norte. Em consequência disto a região Central teve reduzida em um terço (13 pontos percentuais) a sua participação no número de cabeças, que foi "transferida" em sua totalidade para a região Norte, que teve sua participação elevada em mais de 50%: a participação da região Norte passou de 20,3% em 1940 para 33,4% em 1960, enquanto que a da região Central fez o percurso contrário, caindo de 38,5% para 25,4%. O número de cabeças de gado, no Estado como um todo, cresceu 27% ao longo do período, o que representa um incremento de 4,2% a.a. A região Norte foi a que apresentou maior taxa de crescimento ao longo dos vinte anos (6,8% a.a.), sobretudo ao longo da década de cinquenta, quando atingiu o ritmo 7,8% a.a. A evolução do nú-

³¹Cf. Sinésio Pires Ferreira. *Espírito Santo: dinâmica cafeeira...*, op. cit., pp. 194-5.

mero de cabeças na região Sul acompanhou a média estadual, enquanto que na região Central este número foi bastante reduzido (2,0% a.a.). Estas taxas explicam a realocação espacial da atividade ao longo do período (Tabela A.19).

A produção de leite apresentou uma dinâmica semelhante, só que neste caso houve uma redistribuição das participações em favor das regiões Sul e Norte. A região Central perdeu ao longo dos vinte anos mais de 15 pontos percentuais, que foram, em proporções semelhantes, "transferidos" às demais regiões. Em 1960, praticamente a metade da produção estadual de leite (49,5%) originava-se da região Sul, enquanto que as demais regiões responsabilizavam-se igualmente pela produção da outra metade: 24,6% na região Central e 25,9% na região Norte. Vinte anos antes, em 1940, a posição da região Central na produção estadual de leite era, em termos relativos, bem mais proeminente (39,9%), participação próxima à apresentada pela região Sul (42,5%). A produção de leite evoluiu à uma taxa discretamente superior à apresentada pelo número de cabeças (4,4% a.a.), o que revela um pequeno incremento de produtividade para o conjunto do Estado. Dentre as regiões do Estado, a região Central foi a que apresentou as menores taxas de crescimento da produção no período (1,9%). Algo bastante natural se se considerar que nesta região a fronteira agrícola já encontrava-se esgotada desde meados dos anos quarenta e que a produção familiar manteve-se praticamente intacta até o final dos anos cinquenta, elementos que, em conjunto, limitavam a expansão da pecuária nesta região,

seja ela autônoma (mercantil) ou associada à produção do café. Nas outras duas regiões a substituição do café pela pecuária e a utilização das terras após a extração da madeira com pastagens, proporcionaram maiores taxas de crescimento para a produção leiteira.

Quando se analisa a evolução da produtividade e da produção de leite sob a ótica regional, fica evidente a preponderância da pecuária leiteira na região Sul. Nesta região a produção de leite cresceu ao ritmo de 5,3% a.a., ritmo 25% superior ao crescimento do número de bovinos, o que representa um substancial ganho de produtividade. As regiões Central e Norte apresentaram pequenas quedas da produtividade de leite: a segunda porque "optou" pela pecuária de corte; a primeira, porque manteve-se tradicionalmente ligada à dinâmica da produção familiar e não absorveu investimentos que se fazem necessários quando a produção de leite volta-se preponderantemente para o mercado.

A comparação das taxas de crescimento do rebanho e da produção de leite entre as regiões, assim como para o Estado como um todo, revela inequivocamente um forte desenvolvimento da pecuária no Sul e no Norte, enquanto que na região Central a estrutura produtiva manteve-se essencialmente cafeeira, o que representou um comprometimento maior da pecuária com a reprodução familiar.

Estas conclusões podem ser reforçadas confrontando-se o crescimento da população, da produção de leite e do rebanho bovino. Constata-se que o crescimento da pecuária (efetivo

TABELA 3.5
 EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE LEITE E DO NÚMERO DE BOVINOS POR HABITANTE
 ESPÍRITO SANTO: 1940-60

REGIÕES	MIL LITROS DE LEITE POR HABITANTE						NÚMERO DE BOVINOS POR HABITANTE					
	População Total			População Rural			População Total			População Rural		
	1940	1950	1960	1940	1950	1960	1940	1950	1960	1940	1950	1960
Norte	39,6	30,2	43,5	45,0	42,7	53,2	0,51	0,51	0,60	0,50	0,57	0,73
Centro	38,0	35,8	36,7	53,9	54,9	71,2	0,41	0,45	0,41	0,50	0,69	0,79
Sul	27,6	49,4	76,5	35,9	61,3	104,3	0,32	0,55	0,60	0,39	0,69	0,93
ESTADO	34,1	42,1	52,3	43,2	54,4	76,5	0,38	0,51	0,56	0,40	0,66	0,82

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1940, 1950 e 1960.

IBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950 e 1960.

bovino e produção de leite) foi significativamente superior ao apresentado pela população, o que denota, para o Estado como um todo, uma especialização neste tipo de atividade econômica (Tabela 3.5). No período em pauta e, em particular, ao longo dos anos cinquenta, o desenvolvimento da pecuária deixou de estar caudatário do desenvolvimento da produção cafeeira: no extremo Norte, como atividade "desbravadora"; no Sul e médio Rio Doce, substituindo o café. No caso da produção de leite, um exercício despretencioso revela com clareza este fato (Tabela 3.6.).

Confrontando-se a população rural do Espírito Santo em 1940 com a produção de leite, constata-se a média anual de 43,2 litros por habitante. Supondo-se um consumo médio per capita de 0,1 litro/dia, verificar-se-á que, para o Estado como um todo, a zona rural produzia um excedente de 15,5%³² — um excedente significativo, mas insuficiente para suprir plenamente ao consumo urbano. Este excedente (consumo urbano + exportação), em 1940, é particularmente acentuado na região Central (32,3%), um pouco mais reduzido na região Norte (19,0%), enquanto que na região Sul a zona rural apresentava um pequeno déficit de leite (-1,7%). Entretanto, quando considera-se a população total (rural + urbana) o quadro altera-se consideravelmente e o Estado torna-se "importador" de leite. Esta insuficiência global da produção de leite no Espírito San-

³² Excedente de leite = (Produção total - consumo rural) = (consumo urbano + exportação)

TABELA 3.6
 PRODUÇÃO, CONSUMO E EXCEDENTE DE LEITE
 ESPÍRITO SANTO: 1940-60

REGIÕES	1940			1950			1960		
	Produção de leite	consumo rural	Exced. (%)	Produção de leite	consumo rural	Exced. (%)	Produção de leite	consumo rural	Exced. (%)
Norte	4.521	3.663	58,6	7.730	6.693	79,7	15.841	10.871	42,6
Centro	10.214	6.719	2.700	10.577	7.827	3.752	15.919	7.231	54,7
Sul	10.877	11.066	2.325	17.976	10.762	2.586	30.393	10.606	65,0
ESTADO	25.612	121.648	5.731	36.286	124.302	7.115	61.163	129.181	18.474

Fonte: Idem Tabela 3.5.

Nota: Mil litros

Nota: Consumo per capita suposto = 0,1 l/dia.

to em 1940, decorre unicamente da insuficiência da produção na região Sul, uma vez que as regiões Norte e Centro, mesmo com os seus respectivos consumos urbanos, continuam sendo regiões caracterizadas por saldos positivos (7,8% no Norte e 3,9% no Centro); saldos incapazes, entretanto, de compensar as insuficiências de produção observadas na região Sul. Desta forma, a produção de leite no Estado, em 1940, situava-se 6,9% abaixo das suas necessidades de consumo (consumo rural + consumo urbano).

Para o Estado como um todo, em 1950, mantendo-se o mesmo consumo per capita e com uma produção de 54,4 litros por habitante, eleva-se para 32,9% o excedente de leite em relação às necessidades de consumo da zona rural. A elevação deste excedente deve-se muito ao impressionante crescimento da produção per capita observado na região Sul, crescimento que resultou de um elevado crescimento da produção de leite, combinado com uma pequena redução na população rural. Neste sentido a zona rural da região Sul passa, em dez anos, de um déficit de 1,7% para um excedente de 40,5%. Na região Central o excedente manteve-se proporcionalmente estável (33,6%), enquanto que na região Norte experimentou uma considerável queda, regredindo para 14,6%. Apenas no caso da região Central o excedente de leite não foi capaz de suprir plenamente ao seu consumo urbano.

A simples comparação das informações acima expostas denuncia um significativo desenvolvimento da pecuária no Espírito Santo no decorrer dos anos quarenta. Entre 1940 e 1950

a elevação da produção per capita relativa à população rural foi de tal monta que elevou de 15,5% para 32,9% o excedente de leite produzido pela zona rural. Do ponto de vista das necessidades de consumo, no mesmo período, o Estado passou de uma insuficiência de 6,9% para uma folgada posição, na qual a produção de leite ultrapassava em 13,3% as necessidades do consumo rural e urbano.

Na década de cinquenta aprofunda-se esta tendência e torna-se inequívoca a face mercantil do desenvolvimento da pecuária de leite no Espírito Santo. Mais da metade da produção de leite já não se destina ao auto-consumo da zona rural, uma vez que o excedente frente às necessidades atinge 52,3%, ao mesmo tempo em que a proporção exportada atinge 30,2%. Na região sul estes indicadores são, respectivamente, 65,0% e 52,3%, o que expressa a particular situação de uma região onde a produção de leite está inequivocamente voltada para o mercado, ao contrário da região Central que, mesmo apresentando um excedente de 48,7%, supria rigorosamente as necessidades de seu consumo urbano e exportava parte insignificante da sua produção.

Este é o panorama da pecuária no Espírito Santo durante estas décadas. A atividade firmou-se em solo capixaba, abasteceu as necessidades de leite demandadas por Vitória e demais núcleos urbanos e, mais para o final do período, tornou-se capaz ainda de exportar parte significativa de sua produção para o Rio de Janeiro³³. Esta expansão ganhou novo

³³ É bastante antigo e estreito o relacionamento da bacia leiteira do Itapemirim com os mercados urbanos do Rio de Janeiro.

ímpeto na segunda metade dos anos sessenta, ao término da erradicação dos cafezais, e apresentou grande desenvolvimento até meados da década seguinte. Convém ressaltar que a partir de meados dos anos cinquenta dá-se início à industrialização da carne e do leite no Espírito Santo, subgênero que destacou-se no contexto da indústria local a partir de meados da década de sessenta, até o advento dos "grandes projetos".

3.5 - A SITUAÇÃO DA INDÚSTRIA

Desde que foram abandonadas as experiências industrializantes do início do século, patrocinadas pelo Estado, a indústria no Espírito Santo limitou-se aos minúsculos estabelecimentos voltados a suprir as demandas mais simples originadas dos pequenos núcleos urbanos, ao mesmo tempo em que desenvolvia-se as indústrias de beneficiamento de café e de transformação da madeira.

Ferreira assinala que, na presença de "escassas fontes de dinamismo que pudessem reverter esse quadro", a indústria do Estado do Espírito Santo, considerando-se as condições de produção vigentes no campo, "caracterizava-se por sua pequena dimensão como geradora de riquezas e de empregos, frente aos demais setores de atividades do Estado, sobretudo da agricultura" e atribui a esta estrutura industrial três características básicas: a) "pequena dimensão da indústria capixaba frente à brasileira ou frente aos demais setores de atividade econômica do Estado"; b) "a indústria capixaba era pouco diversificada"; c) e "não ia muito além do beneficia-

mento de matérias-primas agrícolas ou oriundas da extração vegetal"³⁴.

Embora se fizessem presentes em todas as cidades, "mais da metade destes (pequenos) estabelecimentos estavam localizados em apenas quatro municípios, que concentravam 73% do valor da produção"³⁵. Importa ressaltar ainda que "centenas de pequenas unidades dedicam-se ao beneficiamento de café, operação que mais se enquadraria no conceito de indústria rural, não sendo pequeno o número de agricultores que dispõem de máquinas de beneficiar café"³⁶.

Nos anos cinquenta ressurgiu a "grande indústria" de produtos intermediários, voltada na maioria dos casos para o mercado nacional. Instalada em sua maioria em Vitória e nos municípios próximos (Vila Velha e Cariacica), esta indústria produziu estímulos capazes de proporcionar, juntamente com as demandas produzidas pelas atividades da CVRD, um relativo "descolamento" da vida urbana da Capital frente ao comportamento da cafeicultura do Estado. Entretanto, "em que pese algumas transformações importantes que a teriam alterado, no período em pauta, não se pode dizer que aquelas três características (da indústria) apontadas acima tenham se modificado radicalmente"³⁷.

³⁴ Cf. Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira...*, op. cit., pp.207-9.

³⁵ CAPES, *Estudo de desenvolvimento...*, op. cit., p.109.

³⁶ *Idem, ibidem*, p.109.

³⁷ Sinésio Pires Ferreira, op. cit., p.207.

No Sul do Estado, o incipiente desenvolvimento da indústria extrativa de minerais não metálicos deu início a um tipo de desenvolvimento urbano que se caracterizou por um lento e firme afastamento da cidade de Cachoeiro de Itapemirim frente às exigências da economia cafeeira, tendência que fica mais clara se considerar os níveis de desenvolvimento já alcançados pela pecuária naquela região no pós-guerra.

Desta forma, até 1960, os acontecimentos mais significativos no campo do desenvolvimento da indústria não ultrapassavam ainda, no caso da Capital do Estado, à condição de empreendimentos isolados (Tabela A.6), enquanto que no Sul do Estado limitavam-se à condição de indústria incipiente, embora já constituísse uma nova frente de dinamismo para a região e, particularmente, para a cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Trata-se ainda de acontecimentos incapazes de imprimir um conteúdo industrial à dinâmica urbana, mas suficientes para incrementar as taxas de urbanização, especialmente em se tratando de um contexto no qual a agricultura cafeeira ingressava num período extremamente crítico.

Os Censos Industriais de 1940 e 1950 são inequívocos em evidenciar a fragilidade e a simplicidade da indústria no Estado do Espírito Santo, da mesma forma que as informações relativas à população economicamente ativa são capazes de evidenciar um perfil de ocupação da mão-de-obra fundamentalmente agropecuário (Tabelas 3.7 e 3.8). As informações relativas à renda interna apontam na mesma direção ao demonstrarem que nos anos compreendidos entre 1940 e 1960 a participa-

TABELA 3.7
OPERÁRIOS OCUPADOS NA INDÚSTRIA
ESPIRITO SANTO: 1940-60.

GENEROS	1940	(%)	1950	(%)	1960	(%)
Minerais não metálicos	369	12,5	877	13,2	1.495	20,5
Metalurgia	45	1,5	180	2,7	248	3,3
Mecânica	9	0,3	27	0,4	22	0,3
Material elétrico e de comunicações						
Material de transporte	1	0,0	7	0,1	21	0,3
Madeira	671	22,0	1.312	19,7	1.873	25,7
Mobiliário	99	3,4	212	3,2	506	6,9
Papel e papelão	1	0,0	13	0,2	19	0,3
Borracha					61	0,8
Couros e peles	62	2,1	75	1,1	67	0,9
Química			3	0,0	19	0,3
Produtos farmacêuticos e veterinários	5	0,2	9	0,1	11	0,2
Perfumaria, sabões e velas	12	0,4	33	0,5	31	0,4
Matéria plástica						
Têxtil	372	12,6	740	11,3	537	7,4
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	91	3,1	142	2,1	217	3,0
Produtos alimentares	1.094	37,2	2.421	36,4	1.656	22,7
Bebidas	19	0,6	376	5,7	138	1,9
Fumo			19	0,3		
Editorial e gráfica	72	2,4	179	2,7	343	4,7
Diversos	19	0,6	12	0,2	44	0,6
TOTAL	2.941	100,0	6.645	100,0	7.300	100,0

Fonte: IBGE, Censos Industriais de 1940, 1950 e 1960.

TABELA 3.B
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, SEGUNDO AS REGIÕES E SETORES
ESPIRITO SANTO: 1940-1960.

REGIÕES/Municípios	PRIMÁRIO			SECUNDÁRIO			TERCIÁRIO		
	1940	1950	1960	1940	1950	1960	1940	1950	1960
NORTE	87,5	81,2	81,3	3,3	5,6	3,8	9,2	13,3	14,8
Baixo Guandu	90,9	79,2	77,8	2,5	5,7	5,3	6,6	15,2	17,0
Colatina	89,0	79,8	76,1	2,8	5,2	4,6	8,2	15,0	19,4
Conceição da Barra	69,0	72,4	82,3	11,0	14,1	4,8	19,2	13,6	12,9
Linhares		87,5	89,4		4,3	2,2		8,2	8,4
Nova Venécia			85,9			1,9			12,2
São Mateus	84,1	83,6	84,3	3,6	5,0	4,3	12,3	11,4	11,4
CENTRO	75,0	63,5	51,8	4,3	6,4	8,1	20,7	30,2	40,1
Afonso Cláudio	92,7	89,2	89,8	1,6	2,2	1,8	5,7	8,6	8,4
Alfredo Chaves	89,8	84,6	83,6	1,5	2,6	3,4	8,7	12,7	13,1
Anchieta	90,0	84,8	82,3	2,8	2,7	3,4	7,2	10,5	14,4
Aracruz	92,8	90,0	81,8	1,4	2,1	3,5	5,8	7,9	14,7
Cariacica	63,3	38,4	21,3	7,4	16,0	15,8	29,4	45,5	62,9
Domingos Martins	92,9	89,1	85,7	1,4	2,1	4,1	5,6	8,8	10,2
Fundão	88,3	76,3	63,7	1,9	2,9	5,5	9,8	18,0	30,8
Guarapari	89,1	82,2	78,0	2,3	4,0	8,0	8,6	13,8	21,1
Ibiraguá	83,6	74,0	66,7	2,2	2,8	2,8	14,1	23,2	38,5
Itaguacu	90,4	86,1	81,6	2,2	3,8	4,4	7,4	10,1	13,9
Santa Leopoldina	93,7	92,2	89,7	1,0	2,4	1,2	5,3	5,5	9,1
Santa Teresinha	92,0	85,9	86,0	1,9	2,2	1,1	6,2	11,9	12,8
Serra	85,5	76,5	67,7	2,6	3,9	9,3	11,9	19,6	29,0
Viana	91,2	88,7	72,6	1,6	2,1	15,6	7,3	9,3	11,8
Vila Velha	19,3	14,8	7,5	11,9	17,3	17,2	68,8	67,9	75,4
Vitória	13,6	5,2	3,7	13,9	12,7	12,4	72,4	82,1	83,8
SUL	85,6	79,7	73,3	3,9	5,0	4,7	10,5	15,2	22,0
Alegre	88,7	84,4	76,2	2,5	3,0	2,3	8,8	12,5	21,5
Apiaçá			79,6			3,7			16,6
Cachoeiro de Itapemirim	72,2	62,5	54,5	9,4	10,6	10,4	18,4	26,9	35,1
Castelo	90,1	84,7	79,8	2,4	3,3	3,0	7,5	12,1	17,2
Guacuí	86,4	80,0	72,2	3,7	4,7	4,0	9,9	15,3	23,7
Izabela	91,6	85,7	80,8	1,5	2,7	2,4	7,0	11,6	16,8
Itapemirim	86,9	85,1	81,6	3,9	5,6	4,3	9,1	9,2	14,1
Iuna	93,4	90,4	89,1	1,7	2,4	1,6	4,9	7,2	9,3
Jerônimo Monteiro			78,3			5,4			16,4
Ninosa do Sul	89,1	84,8	75,4	2,2	3,8	1,5	8,7	12,1	23,2
Moniz Freire	93,0	91,6	88,0	1,0	1,7	2,1	5,2	6,7	9,9
Muniz	85,6	77,2	69,0	2,9	4,7	6,5	11,6	18,1	24,5
Rio Novo do Sul	89,7	85,0	74,4	2,0	2,1	9,9	8,3	12,8	15,7
São José do Calçado	81,6	75,8	70,1	4,5	6,0	3,3	13,9	18,2	26,6
ESPIRITO SANTO	82,1	74,5	68,2	4,0	5,6	5,7	13,9	19,9	26,2

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950 e 1960.

ção da indústria na geração da renda variou entre 6,2% e 9,5% — o que representa, decididamente, uma participação muito reduzida (Tabela A.20).

"Como se viu, poucas foram as transformações de peso sofridas pela indústria capixaba. Ainda assim, parte delas pode ser explicada pelo crescimento da urbanização local e do Rio de Janeiro. Por outro lado, a entrada da COFAVI (Companhia Ferro e Aço de Vitória) — decorrência direta das atividades da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), e o próprio funcionamento da CVRD, começaram a desenhar uma das principais características que viria, no futuro, marcar a economia do Estado: a exportação de minério e de produtos semi-manufaturados"³⁸.

As oportunidades de transformação de matérias-primas de origem local (calcário, madeira e cacau) e a possibilidade de desenvolvimento da indústria associada ao processamento e exportação de minério de ferro, enquanto fatores determinantes do desenvolvimento da industrial do Estado, já haviam sido assinalados no final da década de cinquenta. Naquela ocasião o trabalho elaborado pela CAPES salientava que

"Apesar de incipiente e pouco provida de capital, é possível, no entanto, que a indústria do Espírito Santo, pela conjugação de certos fatores (...) venha a adquirir expressão notável no processo de formação de riqueza social. Determinadas condições favorecem a implantação de fábricas e usinas destinadas à elaboração de matérias primas-básicas, em alguns casos provenientes de outros Estados, valendo destacar a existência, na área de Vitória, de um alto-forno operando com hematita de Minas Gerais e uma tecelagem produzindo sacos de aniagem com juta do Amazonas. Contudo, o aproveitamento dos recursos naturais e de produtos da lavoura ainda são um forte estímulo à expansão industrial, notadamente nos ramos que elaboram calcário, madeiras e cacau"³⁹.

³⁸ *Idem, ibidem*, p.221.

³⁹ CAPES, *Estudo de desenvolvimento...*, op. cit., p.110.

Estas duas frentes de crescimento da indústria capixaba mantiveram-se independentes até o final dos anos sessenta, quando num reconhecido esforço na parte das elites locais, instituiu-se o sistema de incentivos fiscais e delineou-se a via de desenvolvimento econômico centrada na implantação e funcionamento dos "grandes projetos". Neste particular, vale chamar a atenção para o *Plano de Ação do BANDES: 1975-1979*. Neste fica inequivocamente claro que todos os esforços do Governo do Estado e do sistema GERES/BANDES no campo do desenvolvimento industrial estiveram voltados no sentido de atrair "grandes projetos", ao mesmo tempo em que procuravam captar e maximizar no território capixaba os estímulos gerados pela implantação e operação destas grandes unidades produtoras de insumos básicos. À toda esta estratégia de desenvolvimento, mediante o uso do sistema de incentivos fiscais, procurou-se atrelar o capital privado local, aproveitando as oportunidades surgidas na indústria, na agricultura e nos serviços.

3.6 - DESENVOLVIMENTO DO PORTO, A PRESENÇA DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE E O INTERCÂMBIO COMERCIAL

No começo da década de quarenta, ao momento do término das obras de aparelhamento do porto, Vitória já centralizada as transações comerciais estabelecidas entre o Espíri-

to Santo e o exterior⁴⁰. Em outras palavras, o Estado estava dotado de uma cidade comercial, na qual encontrava-se instalado um genuíno e aparelhado porto cafeeiro — um dos principais do país.

"O porto de Vitória em 1940 encontrou-se oficialmente organizado. Conseqüentemente ocorreu o desligamento definitivo da dependência comercial do porto do Rio de Janeiro. (...) Este desligamento foi a conquista da emancipação comercial do porto de Vitória, que (em 1951) posicionou-se como terceiro porto brasileiro em relação ao volume de exportação para o exterior, e o principal empório comercial do Espírito Santo"⁴¹.

Ou seja, ao se iniciar a década de quarenta a cidade de Vitória estava capacitada plenamente para exercer o seu

⁴⁰ "O início da construção desse primeiro cais data de dezembro de 1911, na estreita faixa costeira de terrenos planos, situados na ilha entre as montanhas e a margem esquerda do estuário (do Rio) Santa Maria. As obras de construção desse cais, prosseguiram até 1914, quando, em agosto desse ano, a crise financeira provocada pela Primeira Guerra impediu a companhia responsável pelo trabalho de continuar as obras, interrompendo-as em novembro daquele ano. Os trabalhos só tiveram reinício em 1925, quando, no governo Florentino Avidos (1924-1928), se firmou um contrato entre o Estado e o Governo Federal para a continuidade da execução das obras necessárias ao término do cais. Os trabalhos reiniciados tiveram como destaque, no final do Governo Avidos, a inauguração da ponte que liga Vitória ao continente. A construção da ponte constituía uma das naturezas dessa obra, sendo fator crucial para o crescimento do porto, devido à necessidade de facilitar o transporte de mercadorias até o cais, pela ferrovia. A conclusão do cais, com o acabamento da plataforma interna e seu aparelhamento técnico, só ocorrer efetivamente em 1940, quando Vitória se posicionava como mais um porto nacional oficialmente organizado, passando a oferecer condições técnicas eficientes para a operação de cargas na época" (Penha Siqueira, *O porto de Vitória: 1950-1983*, Vitória, 1986, (inédito), pp.36-7). O grifo é nosso.

⁴¹ Penha Siqueira, *O desenvolvimento do porto...*, op. cit., p.120.

papel de principal cidade comercial do Estado, ponto nevrálgico de uma específica cadeia de comercialização. Esta conquista resulta de mais de meio século de sonhos e investimentos da parte da elite cafeeira local, de modo que pode-se dizer que o porto de Vitória é produto da economia cafeeira que se desenvolveu no Estado, mas também é produto dos projetos do capital comercial, sem os quais o Estado dificilmente cortaria a sua ligação com o Distrito Federal.

Entretanto, o papel de ponto nevrálgico da cadeia de comercialização do café passou a ser exercido de forma progressivamente transformada, uma vez que acontecimentos que se verificaram aos níveis estadual e federal alteraram significativamente tanto o porto quanto a própria cadeia de comercialização da economia cafeeira e produziram, de forma simultânea e independente, o aumento da navegação de longo curso e a redução da navegação de cabotagem.

O primeiro destes acontecimentos é o início das operações de exportação de minério pela CVRD, enquanto que o segundo é a própria mudança do padrão de acumulação verificado na economia brasileira, que se não foi capaz de alterar as condições de produção da economia cafeeira capixaba, foi capaz de alterar significativamente as condições sob as quais verificavam-se o transporte e a comercialização. Mercadorias que antes eram importantes diretamente do exterior (ou redistribuídas pelo Rio de Janeiro) passaram a ser fabricadas no Brasil e começaram a chegar ao Espírito Santo por transporte rodoviário, dispensando o "papel de redistribuidor de

mercadorias"⁴², papel que o porto desempenhava há muito e para o qual mais do que nunca estava aparelhado.

"Analisando-se o quadro da movimentação geral do Porto de Vitória a partir de 1940, podem-se observar as modificações que foram ocorrendo a partir desta década, quando o porto se transforma em um embarcadouro cada vez mais voltado para o mundo exterior, em função não apenas do café mas também, e principalmente, do minério de ferro. Nessa época, o seu comércio de cabotagem, tanto estadual (que teve muita importância para Vitória até o final da década de 10), quanto o nacional, vai começar a desaparecer (como é o caso da cabotagem estadual), ou diminuir sensivelmente o valor de sua participação (como é o caso da cabotagem nacional)"⁴³.

No início da década de quarenta 59,9% de todo o movimento comercial, em valor, era feito com o mercado interno (cabotagem), sendo 21,1% de exportação e 38,8% de importações (Tabela 3.9). Estas proporções refletem ainda as características predominantes do período anterior (1920-1940), quando o porto cumpria um papel central em toda a cadeia de comercialização da economia do Estado. Ou seja, em 1940 o porto tinha ainda seu movimento comercial (importações + exportações), em sua maior parte, voltado para o comércio interno, mesmo sendo um porto conectado ao comércio internacional do café desde as últimas décadas do século passado. Além do mais, à essa época o intercâmbio com o mercado externo representava 40,1% dos valores movimentados pelo porto, sendo 39,8% de exportações e 0,1% de importações. Como se vê, e de acor-

⁴² *Idem, ibidem*, p.83.

⁴³ Penha Siqueira, *O porto de Vitória: 1950-1985, op. cit.*, p.83.

TABELA 3.V
 MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO PORTO DE VITÓRIA
 ESPÍRITO SANTO: 1940-60

ANOS	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO								
	Exterior	Cabotagem	TOTAL	Exterior	Cabotagem	TOTAL						
	Peso Valor											
1940	50,6	37,8	76,1	21,1	76,7	69,9	0,1	0,3	23,2	38,8	23,3	39,1
1945	66,6	48,7	116,6	21,5	133,2	66,2	1,8	4,8	15,0	29,0	16,8	33,8
1950	81,5	44,2	126,7	8,7	135,4	90,2	1,2	7,0	8,6	21,4	9,8	20,4
1955	80,8	60,7	141,5	2,6	144,1	91,4	3,6	4,7	5,0	18,2	8,6	22,9
1960	93,0	74,2	167,2	0,6	167,8	77,0	2,7	12,0	3,7	11,0	6,4	23,0

Fonte: IBGE, Anuário estatístico do Brasil, apud Pezha Siqueira, O porto de Vitória: 1950-1985, op. cit., Quadro 1-1 e 1-2, pp. 84-5.

do com o que foi ressaltado no Capítulo II, o déficit obtido nas transações internas era amplamente compensado pelo saldo positivo observado com o comércio exterior. No intercâmbio com o exterior o Estado exportava quase só café e praticamente nada era importado. Os produtos importados adquiridos pelo Espírito Santo eram quase todos eles importados e redistribuídos pela praça do Rio de Janeiro, de modo que parte considerável das importações de cabotagem representava, indiretamente, comércio exterior. Entretanto, esta parcela de produtos importados redistribuídos pela praça do Rio de Janeiro, a partir de 1930, vai reduzindo-se à proporção em que ganhava corpo o processo de substituição de importações. De região tributária do Distrito Federal, com a integração do mercado interno, o Espírito Santo passava à condição de periferia nacional, muito embora praticamente todas as transações financeiras e comerciais (importação de um sem número de produtos industrializados, nacionais ou estrangeiros, e exportação de café, para consumo interno ou reexportação) fossem ainda estabelecidas com o Rio de Janeiro.

Ao final dos anos cinquenta, no que tange ao intercâmbio comercial com o exterior e com o mercado interno, os posicionamentos do Estado do Espírito Santo e do porto de Vitória encontram-se fundamentalmente transformados. O Estado continua sendo agrícola e cafeeiro, ainda impera a pequena produção, mas a cadeia de comercialização encontra-se bastante alterada. Vitória continua sendo um porto especializado nas exportações de café, mas a função de importador de

de produtos manufaturados destinados à reprodução da economia cafeeira vai sendo aceleradamente descaracterizada, uma vez que a integração do mercado interno estimulou/requeriu a abertura de estradas unindo as várias regiões até então relativamente isoladas. Com isto, ao nível do Espírito Santo, os produtos industrializados passam a chegar diretamente às cidades regionais, sedes municipais e vilas, ao mesmo tempo em que as ferrovias perdem importância para o transporte do café e as tropas de muares praticamente desaparecem. Ou seja, mesmo no âmbito ainda de uma economia cafeeira baseada na pequena produção, a "simples" transformação da infra-estrutura de transporte altera significativamente a hierarquia e o perfil dos núcleos urbanos, muito embora as funções urbanas continuem sendo fundamentalmente as mesmas⁴⁴.

Por outro lado, as exportações de minério de ferro promovidas pela CVRD, aliadas ao desenvolvimento industrial observado no Estado de Minas, vão proporcionar outro perfil à pauta de mercadorias movimentadas pelo porto de Vitória, ao mesmo em que proporcionarão ao desenvolvimento da Capital novos determinantes. Após a segunda guerra Vitória deixa de ser uma cidade portuária-cafeeira-capixaba; ganha novas fun-

⁴⁴ Cachoeiro de Santa Leopoldina talvez tenha sido o núcleo urbano mais afetado por esta alteração na infra-estrutura de transportes, pois neste novo contexto o seu importante porto fluvial deixou de ter qualquer importância. Também as cidades que haviam sido fundadas ou estimuladas pelo transporte ferroviário foram perdendo importância, particularmente aquelas que representavam centros de convergência de tropas.

ções e projeta-se como uma cidade de importância extra-estadual. Os produtos manufaturados importados pelo porto passam a estar voltados preponderantemente para suprir às necessidades da "industrialização mineira" e, no total exportado, passam a predominar as exportações de minério de ferro. Ou seja, apesar de estar localizado no Espírito Santo, no período em análise, o porto de Vitória foi mais mineiro do que capixaba. Este é o resultado da forma específica com a qual o Espírito Santo integrou-se ao conjunto da economia brasileira: manteve (sobretudo o interior do Estado), a sua histórica ligação com o Distrito Federal, agora na condição de periferia nacional; e atuou (fundamentalmente a cidade de Vitória) como um ponto avançado da economia mineira junto ao litoral⁴⁵.

"Desse modo, (no período em exame) a integração com a região polarizada pela Guanabara manteve-se através das exportações de alguns produtos agrícolas (relativamente pequenas diante da produção do Estado) e de madeiras. Por outro lado, essa região manteve-se como principal fornecedora das importações capixabas de manufaturados, cujo volume não deveria ser tão grande caso se pudesse distinguir a parcela que apenas passava pelo Estado com destino a Minas Gerais". "Por outro lado, a integração com Minas Gerais deu-se basicamente, solidificando a posição de Vitória como o porto de seu minério de ferro, e também, embora sem a mesma dimensão, como o porto de entrada de combustíveis, cimento, maquinarias e outros produtos importados por Minas Gerais. Em outras palavras, o movimento de acumulação de capital ocorrido no Brasil no período, sobretudo a partir do Plano de Metas, integrou o Espírito Santo apenas como 'corredor' das exportações (e importações) de Minas Gerais"⁴⁶.

⁴⁵Cf. Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira...*, op. cit., pp.230-40.

⁴⁶*Idem, ibidem*, pp.239-40.

TABELA 3.10
 PERFIL DAS EXPORTAÇÕES
 ESPÍRITO SANTO: 1940-60.

ANOS	Animais	Vegetais	Minerais	Manuf.	TOTAL	Café	Minério	SOMA
1940	3,0	70,3	3,0	12,5	89,6	56,0	2,2	59,0
1942	3,1	65,4	5,2	10,1	83,8	50,2	3,3	53,5
1944	2,7	66,4	4,6	8,9	82,6	51,9	4,2	56,1
1946	1,6	82,0	0,6	6,0	91,0	70,9	0,5	71,4
1948	1,5	76,2	4,4	7,4	89,5	59,6	4,2	63,8
1950	0,7	78,2	5,0	2,5	86,4	71,0	5,0	76,0
1952	0,5	68,0	15,5	2,4	86,4	63,2	15,5	78,7
1954	1,1	66,0	19,5	6,0	93,4	65,9	13,0	78,9
1956	2,2	51,4	31,6	7,0	92,2	48,2	23,8	72,0
1958	2,8	47,2	35,9	5,6	91,5	47,2	30,6	77,8
1960	1,0	35,1	46,5	7,7	91,1	21,9	45,2	67,1

Fonte: Sinésio Pires Teixeira, Espírito Santo: dinâmica cafeeira..., op. cit., Tabela 2.51, p. 233.

Nota: O TOTAL não soma 100% por conta de produtos não classificados.

Os reflexos destas mudanças nas características do porto começam a ficar definitivamente claras a partir de 1945, quando, em termos de volume, as exportações de minério de ferro ultrapassam às exportações de café, sendo que em 1957 as exportações de minério acabam superando as de café também em valor. Em 1960, 86,2% do movimento e cargas do porto de Vitória, em valor, resultava do comércio exterior (contra 40,1% em 1940), sendo 74,2% de exportações e 12,0% de importações (Tabela 3.9). Ressalta-se que antes de 1958 as importações oriundas do exterior eram que quase que insignificantes no contexto do movimento do porto. Neste sentido, a proporção de 12,0% registrada em 1960 deve-se à construção de um terminal marítimo especializado em combustíveis líquidos, que passou a importar diretamente do exterior. Em contrapartida, o comércio interno (cabotagem) ficou reduzido a 13,8%, sendo 2,8% de exportações e 11,0% de importações.

Em síntese, apesar de o café ser ainda o principal produto da economia capixaba, o porto de Vitória ia progressivamente deixando de ser um porto cafeeiro, ao mesmo tempo em que ia se especializando nas exportações de minério, por intermédio de um terminal próprio — o cais de Atalaia (Tabela 3.10). "Este é o fato que, na história do porto, vai marcar o início de mudanças em sua estrutura física e econômica"⁴⁷

⁴⁷ Penha Siqueira, *O porto de Vitória: 1950-1985, op. cit.*, p.37. "Da mesma forma que o café exigiu não só a execução das obras do Porto de Vitória, para adequá-lo ao crescimento de seu fluxo exportador, mas também sua conseqüente organização oficial, o minério exigiu a ampliação desse porto e a criação de terminais especializados" (*idem, ibidem*, p.30).

e produzir seus reflexos na estrutura urbana da Capital do Estado. Ou seja, a mudança de perfil do porto foi sumamente importante para o desenvolvimento da cidade, que pode, a partir das demandas dinamizadas pela exportação de minério, desenvolver um leque mais diversificado de serviços, o que significou um descolamento da dinâmica da cidade frente ao comportamento da economia cafeeira.

"A hematita, passando pelo território capixaba, em trânsito, através da via férrea, para ser exportado pelo porto de Vitória, deixa no Estado, uma fração de renda terciária, com o pagamento de parte dos salários, algumas taxas e matérias de consumo"⁴⁸. "Deve-se ressaltar que o papel de 'corredor' das exportações de minerais foi uma das formas pelas quais o Espírito Santo integrou-se ao mercado nacional"⁴⁹.

Dado o ritmo de crescimento das exportações e dadas as perspectivas de ainda maiores participações da CVRD nos mercados mundiais, já no final da década de cinquenta ficava claro a inadequação do cais de Atalaia para este fim. É neste contexto que a CVRD planeja a construção de um novo terminal fora da Baía de Vitória e volta-se para a reestruturação da sua ferrovia. Ressalta-se assim a crucial importância (material e institucional) da Companhia Vale do Rio Doce para o desenvolvimento econômico e urbano do Estado a partir da segunda metade deste século.

A CVRD é, deste modo, um elemento indispensável para

⁴⁸ CAPES, *Estudo de desenvolvimento...*, op. cit., p.117.

⁴⁹ Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira...*, op. cit., p.232.

o correto entendimento das transformações verificadas no Espírito Santo nas últimas três décadas, pois, sem a qual, a crise e a erradicação dos cafezais acabariam por produzir um quadro de profunda estagnação e de extrema evasão demográfica, a despeito dos incipientes focos de desenvolvimento existentes desde o pós-guerra, potencializados alguns deles pelos incentivos fiscais. Ferreira enfatiza que "as possibilidades dinâmicas do Espírito Santo em fins da década de 1950 eram bastante limitadas, quer pela incipiente 'industrialização' do Estado, quer pela forma com que se deu a urbanização, quer ainda pelas dificuldades em que se encontrava a agricultura local"⁵⁰.

Em suma, não fossem a presença e a importância das atividades da CVRD em solo capixaba, diante da crise (em posterior desmonte) da cafeicultura, muito provavelmente o Estado teria convertido-se numa área estagnada e decadente, à semelhança do Norte fluminense, Zona da Mata mineira, ou mesmo Vale do Jequitinhonha — regiões que têm sido, a partir dos anos mais recentes, progressivamente "polarizadas" por Vitória. Afora Itabuna, cidade erguida pela particular ocorrência da cacauicultura naquela região, Vitória é atualmente a única cidade, numa faixa de praticamente 1.500 quilômetros do litoral brasileiro, compreendidos entre Salvador e Rio de Janeiro, capaz de se projetar significativamente em âmbito nacional. Na origem desta possibilidade só encontra-se uma

⁵⁰ *Idem, ibidem*, p.229.

coisa: a presença e a importância física e institucional da Companhia Vale do Rio Doce em solo capixaba.

3.7 - SÍNTESE DA EXPANSÃO ECONÔMICA E DOS MOVIMENTOS DE POPULAÇÃO ATÉ 1960

Evidentemente que a estagnação da cafeicultura, combinada com a ação de novas fontes de dinamismo no campo e na cidade deixaram marcas na estrutura sócio-econômica do Estado, o que se manifestou na elevação das taxas de crescimento da população urbana e nos movimentos migratórios para outros Estados da Federação.

Ao final da década de cinquenta o trabalho da CAPES já atentava para um movimento concentrador de terras, resultado imediato das transformações que se passavam no campo.

"Os médios e grandes estabelecimentos agropecuários (acima de 500ha) desenvolveram-se no Sul do Estado e no médio Rio Doce em consequência do esgotamento dos solos, tornados impróprios para a cultura do café. Nestas circunstâncias, os agricultores vendiam suas fazendas (*sic*) e iam comprar terras no Norte do Rio Doce, a preços baixos. Várias fazendas (*sic*) podiam ser adquiridas por uma única pessoa, integrando uma propriedade a ser aproveitada para a criação. No Sul (zona de Cachoeiro de Itapemirim) e nas margens do Rio Doce (municípios de Colatina e Baixo Guandu) desenvolveu-se nesta base a nova área de criação extensiva. Em face deste processo de reagrupamento, a estrutura da propriedade fundiária continua a sofrer modificações que repercutem sobre toda a fisionomia econômica do Estado. É bem verdade que a colonização do Norte ainda se tem feito à base da formação de fazendas (*sic*) de café de 25 a 30 hectares, mas, no lado delas, surgem estabelecimentos maiores (...)"⁵¹.

⁵¹ CAPES, *Estudo de desenvolvimento...*, op. cit., p.87.

Até 1940 predominaram as forças que produziram a desconcentração fundiária, a saber, a reprodução da propriedade familiar e o fracionamento das fazendas do Sul. A partir de 1930 apareceram em cena forças concentradoras, que se tornaram predominantes a partir de 1940 e que ganharam maior intensidade no pós-guerra.

O esgotamento do café (e sua substituição parcial pela pecuária no Sul do Estado e no médio Rio Doce) e a apropriação capitalista de boa parte da fronteira Norte (primeiramente para a exploração da madeira, seguida pela criação extensiva de gado para corte), acabaram por imprimir nova dinâmica à apropriação e uso da terra e à absorção de mão-de-obra, mesmo em transformações substanciais na base técnica. Assim, nas novas áreas do extremo Norte e do litoral norte, a tendência à concentração fundiária resultou de um novo sentido atribuída à apropriação da terra e, nas regiões decadentes do Sul do Estado e médio Rio Doce, da substituição do café pela pecuária.

Um século após a fixação de mineiros e fluminenses no Sul do Estado e aproximadamente setenta anos após a entrada dos imigrantes na região Central, os excedentes demográficos relativos às possibilidades de absorção de mão-de-obra apresentadas pela agricultura capixaba denunciavam o fim de um padrão de desenvolvimento material e urbano⁵² — o fim de um

⁵²"Os maiores lotes não passavam de 30 alqueires (cerca de 150 hectares). Apesar da exploração de novas terras, para a terceira geração já não havia muito o que repartir. A primeira grande evasão ocorre em direção às terras novas. A segunda, em direção às cidades (José Lazaro Celin, *Migração européia...*, op. cit., p.45)". O grifo é nosso.

padrão cujos limites verificaram-se primeiramente no plano interno e que foram, num segundo momento, potencializados pelas transformações vividas pela economia brasileira.

Neste sentido, as duas últimas décadas examinadas nesta dissertação (quarenta e cinquenta) inauguram uma reversão na tendência dos movimentos demográficos que vigorou desde a segunda metade do século passado. Pela primeira vez, depois da introdução do café em solo capixaba, por razões já discutidas, os movimentos de população deixaram de estar orientados preponderantemente para a ocupação da zona rural e para a expansão da cafeicultura. No Estado observou-se uma aceleração na taxa de crescimento da população urbana e pela primeira vez verificou-se um saldo migratório negativo, fruto do intenso êxodo rumo a outras unidades da Federação.

A partir da década de quarenta o Estado do Espírito Santo deixou de atuar como uma fronteira demográfica e transformou-se numa área marcada pela evasão demográfica (Tabelas 3.11 e 3.12). O esgotamento das terras, o fechamento da fronteira e a crise do café colocaram em cena obstáculos intransponíveis à continuada reprodução da produção familiar⁵³. Esta evasão, muito elevada nos anos quarenta, momentaneamente

⁵³ Cf. Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira...*, op. cit., pp.222-30. "Em relação ao movimento de expulsão, (...) desde a década de 1930 havia problemas relativos à disponibilidade da terra pelos pequenos produtores, fracionamento das pequenas propriedades e diminuição natural do solo" (*Idem, ibidem*, pp.224). A partir dos anos quarenta o acirramento da disputa pela última fronteira, a Serra dos Aimorés, resultou numa zona de letígio entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais.

TABELA 3.11
 SALDO MIGRATORIO, ENTRADAS E SAIDAS DE MIGRANTES
 ESPIRITO SANTO: 1940-60.

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ENTRADAS			SAIDAS			SALDO E VARIAÇÃO DO SALDO				
	1940	1950	1960	1940	1950	1960	1940	1950	1960	1950-40	1960-50
Minas Gerais	54,3	50,9	77,3	22,7	29,1	32,1	31,6	21,8	45,2	(9,0)	23,4
Rio de Janeiro	37,1	20,4	26,0	13,3	32,0	65,3	23,0	(3,6)	(39,3)	(27,4)	(35,7)
Guanabara	1,3	1,4	0,1	17,0	55,7	73,1	(16,5)	(54,3)	(70,0)	(37,8)	(15,7)
Serra dos Aimorés		0,0	0,1		20,4	30,9	0,0	(20,4)	(30,8)	(20,4)	(10,4)
Outras Unidades	13,4	12,1	26,3	5,2	11,6	23,3	0,2	0,5	3,0	(7,7)	2,5
TOTAL	106,1	92,8	132,0	59,0	140,8	232,7	47,1	(56,0)	(99,9)	(103,1)	(43,9)

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, apud Sinésio Pires Ferreira, Espírito Santo: dinâmica cafeeira..., op. cit., Tabela 2.40, p. 223.

Nota: Nil pessoas.

atenuada nos anos cinquenta; assumiu proporções dramáticas nas duas décadas seguintes⁵⁴. O documento da CAPES enfatizava que "na medida em que foram diminuindo as reservas de terras virgens, também caiu o ritmo de evolução demográfica do Estado", no mesmo tempo em que assinalava para o fato de que "a própria disputa da zona do Contestado é uma prova de que as terras de maior produtividade econômica começam a tornar-se escassas", mesmo apresentando ainda o Espírito Santo "condições para observar novos incrementos demográficos"⁵⁵.

Na década de quarenta a evasão demográfica foi realmente notável, apesar da substancial entrada de mineiros no Norte do Estado. Os capixabas, em sua maioria oriundos das regiões Sul e Central, migram sobretudo para Minas Gerais, Distrito Federal e Rio de Janeiro. Em 1940, a população do Estado, desconsiderando-se a Serra dos Aimorés, era de 750.107 habitantes. Até esta data haviam imigrado para o Espírito Santo 106.100 pessoas (51,2% de mineiros e 35,0% de fluminenses),

⁵⁴ Não é de se estranhar que isto tenha acontecido, pois nos anos sessenta e setenta manifestaram-se, ao nível dos movimentos de população, os efeitos da queda dos preços do café e da erradicação dos cafezais; do esgotamento das florestas e do fim das terras próprias para o cultivo do cacau; do desenvolvimento da pecuária; da construção e operação do novo porto da CVRD e da introdução das usinas de *pellets* de minério de ferro. A ação combinada destes elementos produziu um quadro crítico, marcado pela urbanização acelerada e pela evasão de população para outros Estados.

⁵⁵ CAPES, *Estudo de desenvolvimento...*, *op. cit.*, p.33. "Tudo nos leva a supor que, com a saturação das áreas ocupadas e o esgotamento das terras férteis, o Estado venha a enfrentar problemas demográficos sérios" (*Idem, ibidem*, p.33).

ao passo que outras 59.000 haviam deixado o Estado (38,5% para Minas Gerais, 30,2% para a Guanabara e 22,5% para o Rio de Janeiro). Resulta, assim, até 1940, um saldo migratório de 47.100 pessoas favorável ao Espírito Santo. Importa salientar que apenas com o Distrito Federal o saldo migratório acumulado até 1940 apresentou-se desfavorável ao Espírito Santo (- 16.500 pessoas), enquanto que com Minas Gerais verificou-se o maior saldo positivo (31.600 habitantes). Em suma, em 1940, 6,3% da população do Estado era decorrente do saldo migratório positivo acumulado com as demais unidades da federação.

Dez anos depois, em 1950, a posição do Espírito Santo no quadro migratório brasileiro encontrava-se diametralmente invertida. O saldo migratório acumulado até 1950, pela primeira vez mostrou desfavorável ao Espírito Santo: 92.000 imigrantes contra 148.000 emigrantes. Os locais de origem continuaram rigorosamente os mesmos (54,9% de Minas Gerais e 30,6% do Rio de Janeiro), sendo que o mesmo não pode ser dito para as áreas de destino. Verifica-se que o Distrito Federal passou ao primeiro posto (37,4%), seguido por Rio de Janeiro (21,5%), seguido por Rio de Janeiro (21,5%) e, em terceiro, Minas Gerais (19,6%). Como local de destino, há que se ressaltar também a significativa importância da Serra dos Aimorés, que observou 13,7% dos migrantes que deixaram o Espírito Santo. Ao longo da década ficou ainda mais clara a importância dos centros urbanos do Rio de Janeiro e Guanabara como áreas para as quais destinavam-se os capixabas emigrantes (52,7%

TABELA 3.12
 CRESCIMENTO VEGETATIVO E EVASÃO DEMOGRÁFICA
 ESPÍRITO SANTO: 1940-60

ANOS	POPULAÇÃO	CRESCIMENTO VEGETATIVO	CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO	EVASÃO	(%)
1940	750.107	-	-	-	-
1950	861.562	214.555	111.455	100.100	48,1
1960	1.100.665	371.003	327.103	43.900	11,8

Fonte: Idem Tabela 3.11.

em 1940 e 58,9% em 1950): trata-se fundamentalmente de um fluxo rural-urbano. Por outro lado, naquilo que se pode chamar migração rural-rural, cai significativamente a importância do fluxo orientado para Minas Gerais, ao passo que intensifica-se vertiginosamente o fluxo para a última fronteira — a Serra dos Aimorés, que transformou-se numa zona de litígio e disputa entre mineiros e capixabas. Além do mais, cabe ressaltar que, em 1950, somente com o Estado de Minas Gerais o Espírito Santo apresentou um saldo migratório acumulado positivo (21.800 pessoas), sendo que com a Serra dos Aimorés e com o Distrito Federal o saldo apresentou-se altamente negativo (- 20.400 e - 54.300, respectivamente).

Percebe-se assim a importância da década de quarenta para a economia do Estado. Em apenas dez anos inverteu-se diametralmente um saldo migratório acumulado em mais de meio século de movimentos populacionais. Entre 1940 e 1950 o saldo migratório passou de 47.100 habitantes para - 56.000, o que significa dizer que a diferença entre o crescimento efetivo da população e o crescimento vegetativo foi, na década de quarenta, igual a -103.100 habitantes. De fato, nesta década a evasão de capixabas para outras unidades da federação atingiu proporções alarmantes, uma vez que praticamente a metade do crescimento vegetativo (48,1%) deixou os limites do Estado. Se isto não é a expressão de uma economia agrária estagnada e destituída de maiores perspectivas, o que será então?

Nos anos cinquenta, a ação conjunta de determinadores

fatores reduziu proporcionalmente o número de saídas ao mesmo tempo em que exerceu maior atração sobre a população potencialmente migrante dos outros Estados. Nesta década o déficit migratório acumulado ampliou-se ainda mais, passando de -56.000 para -99.900 pessoas. A variação do saldo, entretanto, reduziu significativamente: passando de -103.100 na década de quarenta, para -43.900 na década de cinquenta. De fato, nesta última década "apenas" 11,9% do crescimento vegetativo observado no Espírito Santo emigrou. A melhora dos preços do café e o aumento da área plantada na primeira metade da década, o desenvolvimento da extração madeireira e o cultivo do cacau no Norte, na segunda metade da década, aliados ao desenvolvimento da indústria e das atividades portuárias em Vitória, são fatores capazes de, em conjunto, explicar a redução absoluta e relativa da evasão demográfica nos anos cinquenta. Enquanto que o desenvolvimento de Vitória atraía parte dos migrantes que se destinavam a outros Estados, a melhoria dos preços do café fixava mais a mão-de-obra no campo, ao mesmo tempo em que o extrativismo da madeira e o desenvolvimento da cacauicultura atraíam elevado contingente de outros Estados.

Na década de cinquenta a imigração para o Espírito Santo continuou sendo, como nos períodos anteriores, em sua maior parte originada de Minas Gerais (58,2%) e Rio de Janeiro. Quanto às saídas, acentuaram-se um pouco mais as destinadas às zonas urbanas (31,4% para a Guanabara e 28,1% para o Rio de Janeiro), o que corresponde a um pequeno decréscimo dos movimentos destinados, como um todo, às zonas rurais (16,7%

para a Serra dos Aimorés e apenas 13,8% para Minas Gerais). Observa-se, neste último caso, que o contingente destinado à zona litigiosa já superava folgadoamente aquele destinado ao Estado de Minas Gerais. Da mesma forma que na década anterior, o saldo migratório do Espírito Santo manteve-se positivo apenas com Minas Gerais, só que mais elevado. Com as demais unidades da federação o saldo manteve-se negativo e, naturalmente, mais elevado. Neste caso destaca-se a grande elevação do déficit migratório observado com o Estado do Rio de Janeiro.

Durante estas duas décadas, de forma genérica,

"Pode-se admitir que, quando os imigrantes capixabas tinham como destino o Rio de Janeiro e a Guanabara, trata-se de um fluxo predominantemente rural-urbano e quando o destino fosse Minas Gerais e Serra dos Aimorés, tratar-se de fluxo predominantemente rural-rural". "Também Vitória tornou-se centro de atração de migrantes no período, sobretudo durante a década de 1950, e, dada a dimensão de sua economia urbana, pode-se afirmar que constituiu-se um fluxo rural-urbano também no interior do Estado"⁵⁶.

Não é acidental que na década de cinquenta a taxa de crescimento da população urbana tenha acentuado-se sobremaneira, em particular nas cidades de Vitória (incluindo Vila Velha), Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, ao mesmo tempo em que verificou-se a estagnação e mesmo regressão da população de algumas cidades da região Sul e Central (Tabela 3.13). Nestas cidades, a Capital do Estado (Vitória e Vila Velha) e

⁵⁶ Sinésio Pires Ferreira, *Espírito Santo: dinâmica cafeeira...*, op. cit., pp.223-4 e 226.

TABELA 3.13
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DOS NÚCLEOS URBANOS CORRESPONDENTES AS SEDES MUNICIPAIS
EXISTENTES EM 1960.
ESPIRITO SANTO: 1940-60.

CIDADES	POPULAÇÃO			INDICES		
	1940	1950	1960	1940	1950	1960
REGIAO NORTE	10.013	17.959	50.905	100,0	166,1	470,0
Baixo Guandu	1.703	3.123	6.730	100,0	183,4	395,2
Colatina	3.913	6.451	26.153	100,0	164,9	668,4
Conceição da Barra	1.285	1.627	2.187	100,0	135,0	181,5
Linhares	733	2.939	5.664	100,0	401,0	772,7
Nova Venécia	521	796	4.307	100,0	152,0	826,7
São Mateus	2.738	3.023	5.864	100,0	110,4	214,2
REGIAO CENTRO	71.126	92.374	182.780	100,0	129,9	257,0
Afonso Cláudio	1.126	1.583	2.633	100,0	140,6	233,8
Alfredo Chaves	1.071	922	1.172	100,0	86,1	109,4
Anchieta	1.437	1.179	1.390	100,0	82,0	96,7
Aracruz	458	404	1.903	100,0	88,2	415,5
Cariacica	1.445	1.765	2.250	100,0	122,1	155,7
Domingos Martins	512	559	934	100,0	109,2	182,4
Fundão	704	1.020	1.443	100,0	144,9	205,0
Guarapari	1.635	2.272	4.152	100,0	139,0	253,9
Ibiraçu	695	503	789	100,0	83,9	113,5
Itaguaçu	791	838	1.016	100,0	105,9	229,6
Santa Leopoldina	1.240	974	1.110	100,0	78,5	89,5
Santa Teresa	872	912	1.350	100,0	104,6	154,0
Serra	1.439	1.380	1.544	100,0	95,9	107,3
Viana	253	463	517	100,0	183,0	204,3
Vilaria	57.448	77.520	159.777	100,0	134,9	278,1
REGIAO SUL	48.660	55.563	85.535	100,0	114,2	175,8
Alto Alegre	4.773	5.159	7.354	100,0	108,1	154,1
Apiaçá	1.766	1.598	2.050	100,0	90,5	116,1
Cachoeiro de Itapemirim	10.012	24.021	38.573	100,0	127,7	205,0
Castelo	3.474	3.823	5.501	100,0	104,3	160,7
Guaiçú	3.828	4.304	7.551	100,0	112,4	197,3
Iconha	671	505	1.047	100,0	87,2	156,0
Itapemirim	2.721	2.565	3.909	100,0	94,3	143,7
Luna	818	1.117	1.902	100,0	136,6	232,5
Jerônimo Monteiro	1.327	1.591	2.065	100,0	119,7	155,4
Mimoso do Sul	3.530	3.632	5.059	100,0	102,1	142,2
Monte Freixo	876	963	1.822	100,0	109,9	208,0
Muqui	3.287	3.347	4.072	100,0	101,8	123,9
Rio Novo do Sul	1.232	1.213	2.015	100,0	98,5	163,6
São José do Calçado	1.515	1.845	2.535	100,0	121,0	167,3
ESPIRITO SANTO	250.305	313.833	587.535	100,0	125,3	234,7

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950 e 1960.

Cachoeiro de Itapemirim, verificou-se também um relativo "deslocamento" da vida urbana frente às suas respectivas bases cafeeiras, enquanto que Colatina, ainda assimilando os impulsos da "frente pioneira", consolidou-se como a terceira cidade do Estado, posição que ela já havia alcançado na década de quarenta. Em suma, nos anos cinquenta elevou-se significativamente a taxa da urbanização, o número de núcleos (cidades e vilas) "emancipados" e o tamanho médio os núcleos urbanos; elevou-se a taxa de crescimento das cidades em comparação às vilas, assim como elevou-se a taxa de crescimento de algumas cidades em comparação ao conjunto dos núcleos urbanos. Isto significa que a evasão do campo acentuou-se na década de cinquenta, mas, ao contrário da década anterior, parte do fluxo rural-urbano foi retido nas principais cidades do Estado do Espírito Santo. Particularmente para o caso de Vitória, nesta nova tendência, a presença da CVRD jogou um papel indiscutível.

"O incremento da população urbana-suburbana do Espírito Santo é de 95%, bem maior que o índice brasileiro (70%), mais alto que o índice fluminense (90%). Como percentagem do incremento total, o crescimento urbano representava 56%. Enquanto isso, o incremento da população rural era apenas de 21%. Essa urbanização disparada não representava, entretanto, um crescimento uniforme da rede de cidades, acompanhando uma ocupação pioneira ou uma ampliação de funções nos centros urbanos mais antigos (embora este último aspecto também tenha se verificado). Era, antes, um fenômeno concentracionário representado pelo crescimento desapercebido de um centro em detrimento dos demais"⁵⁷.

⁵⁷ José Arthur Rios. "Aspectos sociais do desenvolvimento", in Nilo Bernardes (org.). *Um caso de desigualdade regionais...*, op. cit., p.51.

"Essa urbanização satelitizou e incorporou núcleos próximos à Capital como Vila Velha e Cariacica, criando um polo demográfico (...)" . "A onda da urbanização estendeu-se a outros centros"⁵⁸ (Cachoeiro de Itapemirim e Colatina), ao mesmo tempo em que os demais núcleos urbanos apresentaram crescimento modesto, estagnação e até mesmo regressão. Trata-se de uma urbanização que "vem se processando desequilibradamente, sem dar origem a uma rede harmoniosa de centros urbanos, onde haja um escalonamento de recursos"⁵⁹.

Este é o início do novo padrão urbano. Um padrão no qual o comércio de mercadorias deixa de ser a função urbana preponderante e o contingente residente nas cidades, sob forte ação dos fatores de expulsão e atração, deixa de guardar uma proporcionalidade com as atividades produtivas e urbanas ali desenvolvidas.

Entretanto, na ausência de substanciais descontinuidades no decorrer das duas décadas, a relação do ainda mundo agrário (pouco diversificado e organizado à base da produção familiar) com o mundo urbano, como nos momentos anteriormente analisados, continuou muito tênue, apesar das novas tendências observadas ao nível da produção material (no campo e nas cidades), especialmente na segunda metade da década de cinquenta. As atividades urbanas limitavam-se, substancialmente, ao comércio dinamizado pelas atividades cafeeiras. A indús-

⁵⁸ *Idem, ibidem*, p.51.

⁵⁹ *Idem, ibidem*, p.62.

tria e os serviços mais sofisticados praticamente inexistiam, enquanto atividades articuladas direta ou indiretamente à reprodução da economia cafeeira.

"Não existia, no Espírito Santo, uma dinâmica regional, que permitisse a expansão do capital. Pelo contrário, suas condições internas funcionavam quase como um entrave à sua expansão, fator que estava ligado às antigas relações de produção no campo e à frágil estrutura industrial. Esses elementos impediram que a economia capixaba tivesse um maior destaque no contexto econômico nacional"⁶⁰.

Em suma, os novos focos de dinamismo observados especialmente no pós-guerra não eram capazes ainda de substituir a hegemonia cafeeira na configuração e funcionamento da dinâmica urbana, apesar de se tratar de um padrão produtivo/urbano que já se encontrava significativamente transformado e em flagrante processo de desintegração.

⁶⁰Penha Siqueiro, *O porto de Vitória: 1950-1983, op. cit.*, p.21.

CAPÍTULO IV

LOCALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS NÚCLEOS URBANOS

Depois de ter sido exposto no Capítulo I o quadro urbano vigente em 1960 (e seus determinantes imediatos) e depois de ter sido "reconstituída" nos Capítulos II e III a evolução econômica e demográfica do Estado no decorrer de mais de cem anos de expansão cafeeira, pretende-se investigar neste Capítulo a relação entre a expansão do café, a localização e o desenvolvimento dos núcleos urbanos. Importa ressaltar que os resultados da expansão cafeeira ao nível do desenvolvimento urbano traduzem-se justamente no número, tamanho, hierarquia e funções dos núcleos e que a localização destes núcleos, especialmente daqueles mais importantes, obedece à lógica de funcionamento da rede de transportes.

Esta investigação será realizada em três momentos. No primeiro serão explorados as influências da infra-estrutura de transportes na localização, nas funções e no tamanho dos núcleos urbanos; no segundo será feito um apanhado da evolução do número e do tamanho dos núcleos urbanos (distinguindo vilas e cidades), atentando para a localização, momento da "fundação" e emancipação política; e no terceiro item será feita uma apresentação da evolução da cidade de Vitória — apresentação referida ao contexto do desenvolvimento urbano do Estado e que acaba por propor uma periodização para a evolução da Capital.

4.1 - INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE, LOCALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS NÚCLEOS URBANOS

O desenvolvimento da cafeicultura no Espírito Santo, pelas suas características constitutivas, produziu (ao contrário do que se verificou com o café do Oeste de São Paulo), um estreito leque de demandas, de modo que o desenvolvimento do terciário e dos núcleos urbanos ficou profundamente restringido. Neste sentido, os núcleos urbanos fundados e/ou dinamizados pela expansão cafeeira, afora à administração pública, tiveram suas funções praticamente reduzidas ao comércio de mercadorias. Neste tipo de economia o comércio de mercadorias (exportação de café e importação de produtos manufaturados) cumpre uma função relevante, na medida que permite ao estabelecimento produtor complementar as condições necessárias à sua reprodução.

Sendo o comércio de mercadorias a principal razão de ser dos núcleos urbanos, o tamanho, as funções e a hierarquia destes núcleos encontravam-se intimamente associados à postura do capital comercial, sob a forma particular de vendeiros, comerciantes intermediários e capital importador/exportador. A cada um destes níveis de atuação do capital comercial corresponde um tipo de núcleo urbano, com suas específicas funções na cadeia de comércio de mercadorias.

A vila ou povoado associa-se o vendeiro, que cumpre o papel de apoio direto à produção, fornecendo produtos industrializados e recolhendo a produção de café. O café recolhido é concentrado pelos comerciantes intermediários em determina-

dos núcleos urbanos que se tornam núcleos de importância regional. Nestes núcleos é feita também a distribuição dos produtos industrializados, que são adquiridos junto aos importadores, pelos mesmos comerciantes intermediários. Por fim, em Vitória, cidade portuária de importância estadual, porque centraliza desde os anos vinte o comércio com o exterior, atuam as casas de importação e exportação.

Em suma, as exigências da economia cafeeira definem as funções dos núcleos urbanos, o capital comercial, com base nas funções requeridas pela produção material, define o tamanho, a diferenciação e a hierarquia dos mesmos, equanto que a rede de transportes, fruto das condições geográficas e das condições técnicas sob as quais ela operava, define a localização e as possibilidades de crescimento de cada um, particularmente daqueles mais importantes: os núcleos de importância regional e o próprio núcleo importador/exportador.

"Ganha relevância especial, numa economia homogeneizada, o sistema de transportes". "Assim é que as duas cidades regionais, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, são, e não por acaso, pontos de ligação ferroviária com Vitória, por onde escoava o café através do porto". "Dessas cidades partia uma série de estradas vicinais e mesmo ramais ferroviários até os centros menores que faziam a primeira intermediação do café"¹.

¹ INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. *Estudos populacionais, para cidades, vilas e povoados do Espírito Santo: 1985-2010*. Vitória, IJSN, p.61. "A produção do quase que único produto comercializável no Estado era feita a partir de bases não capitalistas, e com isso, a economia era pouco monetarizada e (altamente) homogeneizada, ou seja, não haviam especializações claras do espaço e as cidades tinham basicamente a mesma função", (com o que) "o espaço expandia-se/reproduzia-se de forma homogênea, seja pela reafirmação de suas funções, seja pela incorporação de novos espaços com funções semelhantes" (*Idem, ibidem*, pp.61 e 74).

Assim o entendimento da rede urbana do café no Espírito Santo requer um estudo mais aprofundado da infra-estrutura, com ênfase para os transportes; e quando se fala em infra-estrutura de transportes, há que se destacar fundamentalmente quatro elementos: as tropas de muires, o transporte fluvial, as ferrovias e o porto de Vitória². De início pode-se afirmar que

"em termos de infra-estrutura sócio-econômica quase tudo que se fez no Estado foi produto do café; não se pode contestar que ele foi o ouro verde que provocou a abertura de estradas e naturalmente gerou recursos para o desenvolvimento do Espírito Santo"³.

Antes do advento do café inexisteriam estradas do Espírito Santo. Trata-se de um fato bastante natural, pois até meados do século XIX não havia sido organizada no Estado qualquer economia exportadora, afora alguns poucos engenhos de açúcar situados próximos ao litoral. A penetração para o interior raramente ultrapassava o limite de 25 quilômetros.

Os povoados que haviam sido fundados desde o período colonial não possuíam qualquer função urbana de maior significância e a comunicação entre os mesmos, bem como a comunicação da capital da Província com o restante do país, era

²Embora fundamentais para o transporte e as comunicações no interior do Estado, as tropas de muires não contribuíram diretamente para a conformação da rede urbana, ou seja, para a localização e diferenciação dos núcleos urbanos, pelo que, neste item, será dada ênfase "apenas" aos três outros elementos. O transporte rodoviário, praticamente inexistente até o início dos anos vinte, só vai ganhar maior destaque a partir da década de quarenta.

³Penha Siqueira, *O desenvolvimento do porto...*, op. cit., p.57.

feita por via marítima. Algumas trilhas litorâneas permitiam a comunicação entre povoados mais próximos, mas de tão irregulares e inseguras que eram não podem ser consideradas como estradas.

Com a introdução do café e a sua progressão para o interior, as vias de transporte vão aparecendo e vão tornando-se caminhos definitivos à medida em que tornam-se parte do itinerário de regulares passagens entre o interior e os maiores núcleos urbanos do litoral.

Praticamente toda a produção de café que deixava os estabelecimentos produtores seguia por estes caminhos, em maior ou menor medida, em lombo de burro. Em determinados pontos verificava-se então a conversão das modalidades de transporte e a produção era embarcada por via férrea ou fluvial para os portos do litoral, de onde era exportada ou reencaminhada para portos mais importantes.

Durante as primeiras décadas da expansão cafeeira, especialmente nas regiões Sul e Centro, os caminhos percorridos por tropas de muares, ainda que precários, foram consolidando-se e deram origem a uma complexa rede de rotas, ligando as cidades do interior com o litoral ou com os pontos de embarque, nos portos fluviais e nas estações ferroviárias⁴. Como assinalou Ormando Moraes,

⁴ Cf. Ormando Moraes, *Por serras e vales do Espírito Santo...*, *op. cit.*, p.93.

"um sistema de estradas precárias para tropas, cavaleiros e veículos de tração animal ligava as cidades (...) entre si, algumas com a Capital e quase todas com a litoral. Mas eram os rios Itapemirim, Piúma, Benevente, Santa Maria e São Mateus que permitiam a comunicação mais fácil até as primeiras cachoeiras e montanhas e o escoamento em canoas e pranchões da modestíssima produção exportada"⁵. "Na medida em que crescia a produção de café, aumentavam as necessidades de transporte, não só para levá-la aos portos fluviais ou marítimos (...) e aos pontos servidos pelas primeiras estradas de ferro, como também para conduzir de volta às fazendas e colônias toda a sorte de produtos não existentes no interior (...). Não havia alternativa senão o uso de burros e bestas, agora de forma organizada, com características de empresa e fazendo surgir no interior do Espírito Santo uma atividade e uma profissão de relevante importância para a economia estadual"⁶.

Entre os portos fluviais notabilizou-se o porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina, no final do curso navegável do Rio Santa Maria, por onde era feito praticamente todo o intercâmbio das zonas produtoras da região Central do Estado como o porto de Vitória⁷.

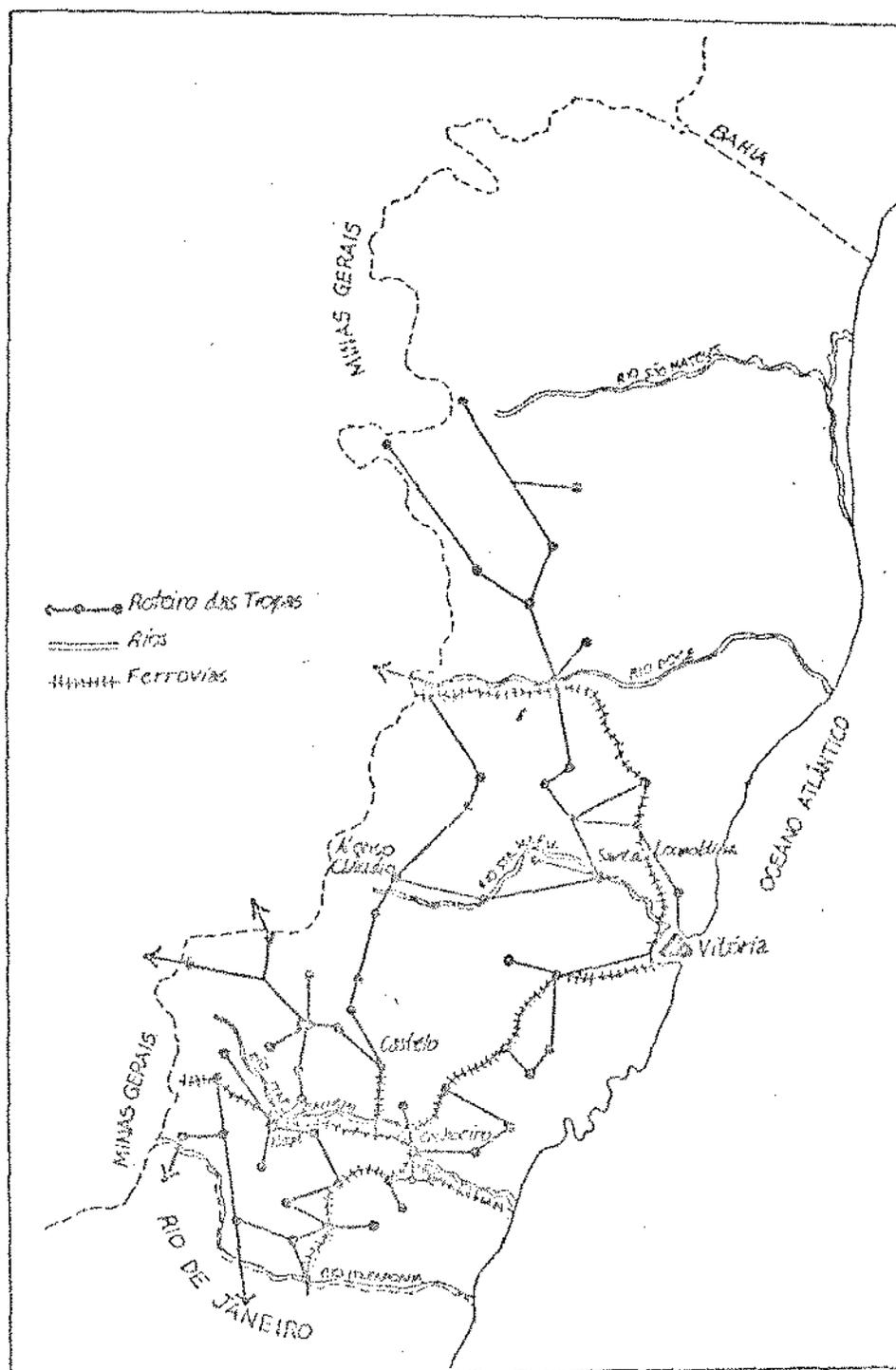
As condições de transporte fluvial neste trecho de aproximadamente 52Km eram tão adequadas, que Cachoeiro de Santa Leopoldina, mesmo concentrando o transporte de pratica-

⁵Orlando Moraes, *Da Itália ao Brasil...*, op. cit., pp.31-2. "As margens destes rios, geralmente fundaram-se povoados e vilas que serviam de sustentação às áreas de produção agrícola. Um ou outro dos povoados passa a ter maior importância nesse suporte à agricultura" (Carlos Teixeira de Campos Jr., *O novo arrabalde...*, op. cit., p.61).

⁶Orlando Moraes, *Por serras e vales...*, op. cit., p.27.

⁷"À cidade de Santa Leopoldina convergia toda a produção cafeeira da 'Região Central'. Do seu porto fluvial era transportado até Vitória, onde então ocorriam as transações comerciais diretamente para o exterior ou mesmo para o Rio de Janeiro. Utilizando-se do mesmo circuito comercial, as importações seguiam esse trajeto no sentido inverso" (Carlos Teixeira de Campos Jr., *O novo arrabalde...*, op. cit., p.61).

MAPA 2 - ROTAS DAS TROPAS, RIOS E FERROVIAS



Fonte: Ormando Moraes, *Por serras e vales...*, op. cit., p.93.

mente todo o intercâmbio de mercadorias da região Central não tornou-se uma cidade de importância no contexto urbano do Estado (cidade regional), pois reduziu-se a ser um ponto de embarque/desembarque e transferiu quase todos os impulsos urbanos associados ao comércio de mercadorias para a cidade de Vitória, que, com isto, organizou-se simultaneamente como cidade comercial (cidade "polo") do Estado e da região Central. Tão boas eram as condições de transporte entre as duas cidades, pelo Rio Santa Maria, que não foi necessária a construção de um ramal ferroviário, mesmo considerando-se que o traçado da Estrada de Ferro Vitória-Minas passou a poucos quilômetros de Cachoeiro de Santa Leopoldina.

Antes do advento das ferrovias o transporte fluvial desempenhou um estratégico papel na expansão da economia cafeeira do Espírito. Teixeira assinala que àquela época "o sistema de transportes do Espírito Santo era ainda muito precário" e que "as cidades e povoados (...) localizavam-se sempre à margem de rios e estes tinham o papel muito importante de servir de via de transporte para o café, então produzidos"⁸. Este é um elemento importante, na medida em que denuncia um dos determinantes básicos da localização e desenvolvimento dos núcleos urbanos no Espírito Santo, qual seja, o local de integração entre o transporte terrestre (tropas de mares) e o fluvial. Cachoeiro de Santa Leopoldina, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, São Mateus e Alfredo Chaves são exemplos de

⁸ *Idem, Ibidem*, pp.59-60.

núcleos urbanos que estiveram sua fundação mais ou menos influenciada por este tipo de localização. Não fosse a condição do relevo bastante acidentado, o transporte fluvial poderia ter desempenhado papel mais destacado no contexto da cafeicultura do Estado. Por conta dos declives a navegação restringiu-se "ao baixo curso de alguns rios: 40Km no Itapemirim, 66 no Itabapoana, para pequenas embarcações. Cachoeiro de Itapemirim localizou-se justamente no ponto terminal da navegação, onde se fazia a mudança do meio de transporte"⁹.

No foz do Rio Itapemirim, desenvolveu-se o núcleo urbano de Itapemirim — trata-se do principal porto marítimo capixaba na segunda metade do século passado. Por este porto era escoada a produção de café do vale do Itapemirim rumo ao Rio de Janeiro. Àquela época Vitória era ainda uma típica cidade colonial e dava seus primeiros passos no sentido de se converter numa cidade comercial, com a entrada dos imigrantes na região Central a partir das duas últimas do século.

Depois das ligações ferroviárias com o Rio de Janeiro e com Vitória, Itapemirim perdeu suas funções e estagnou. Nem mesmo a construção do ramal ferroviário entre Cachoeiro e a foz do Rio, passando pela *Usina Paineiras*, foi capaz de reverter a falta de perspectivas daquele porto, que passou a

⁹CAPES, *Estudo de desenvolvimento...*, op. cit., p.23. "Cachoeiro é o principal entreposto e a maior concentração urbana, situada no ponto terminal da parte navegável do curso inferior o Itapemirim" (*Idem, ibidem*, p.31).

escoar apenas "uma diminuta parte do café, das madeiras e dos cereais"¹⁰. Outros portos do litoral captaram marginalmente os impulsos da economia cafeeira, enquanto que a maioria deles ficou completamente à margem deste desenvolvimento. A partir de meados dos anos vinte os portos marítimos e fluviais perderam toda a importância na rede de transportes e Vitória passou a concentrar progressivamente o intercâmbio com o exterior.

Deste modo, as ferrovias representam o outro determinante básico da localização e desenvolvimento dos núcleos urbanos. Pelo seu traçado voltado a atender às regiões produtoras, as ferrovias influenciaram sobremaneira nos destinos daqueles núcleos litorâneos¹¹. Ao mesmo tempo em que estimulavam o surgimento e/ou desenvolvimento de núcleos de certa importância ao longo dos seus traçados (os quais chegaram a manter um intercâmbio freqüente com a Capital), as ferrovias acabaram por condenar à estagnação outros (pequenos portos fluviais ou marítimos) localizados no litoral, que se portavam ainda como núcleos típicos da fase colonial, ou seja, pouco relacionados à expansão do café.

¹⁰ *Idem, ibidem*, p.25. "A (Estrada de Ferro) Itapemirim, com 54Km de extensão, foi construída para contrabalançar os efeitos da (Estrada de Ferro) Leopoldina sobre a vida econômica do litoral, especialmente do porto de Itapemirim que era escoadouro natural da zona sul. Entretanto, os seus resultados foram muito limitados, não afetando de modo algum o papel de entreposto adquirido por Cachoeiro de Itapemirim com o avanço das linhas da Leopoldina" (*Idem, ibidem*, p.67).

¹¹ Cf. José Lazaro Celín, *Migração européia...*, *op. cit.*, pp.210-1; Cf. CAPES, *Estudo de desenvolvimento...*, *op. cit.*, p.30.

Dentre estes núcleos litorâneos inclui-se Itapemirim, núcleo que já havia superado a condições de cidade colonial ao transformar-se em porto privilegiado para as exportações e café da região Sul. Tão significativa foi a ligação ferroviária com o Rio de Janeiro e com a Capital do Estado, que foi capaz de estancar e fazer retroceder o desenvolvimento do maior porto marítimo do Espírito Santo da segunda metade do século XIX. Guarapari, Anchieta, Serra, Nova Almeida e Santa Cruz são outros núcleos litorâneos que tiveram seu "desenvolvimento" bloqueado pela introdução das estradas de ferro, que potencializaram o desenvolvimento da cafeicultura e dos núcleos urbanos do interior, destacando-se dentre estes últimos Minoso do Sul, Guaçui, Castelo, Alegre, Ibirapu e Fundão, sem falar de Colatina e Cachoeiro de Itapemirim, cidades que passaram a exercer de forma mais acentuada suas funções de núcleo regional.

Entre os núcleos urbanos do litoral, somente São Mateus não teve o seu desenvolvimento urbano substancialmente alterado pela introdução das estradas de ferro e pela centralização do comércio em Vitória. Basta lembrar que São Mateus nasceu enquanto núcleo colonial, associado à efesa do litoral e que, a partir da segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento da "indústria" da farinha de mandioca, o núcleo ganhou aspectos de uma cidade comercial e passou a intercambiar diretamente com o Sul da Bahia, Vitória e Salvador. Ou seja, São Mateus "sempre teve seu intercâmbio comercial feito diretamente com Vitória e, portanto, permaneceu atuando da mesma forma. Ao mesmo tempo, os interesses (do café) não

dirigiram-se para lá, e assim São Mateus não sofreu concorrências das ferrovias"¹². Recentemente a cidade captou os estímulos da indústria madeireira.

Entretanto, ao mesmo tempo em que limitava ou fazia regredir o desenvolvimento de núcleos litorâncos e fundava ou potencializava o desenvolvimento de outros no interior do Estado, a introdução das estradas de ferro proporcionou novos horizontes ao desenvolvimento da Capital, ao concentrar progressivamente em sua praça o comércio exterior. Neste sentido, a introdução das ferrovias, o desenvolvimento do porto e o desenvolvimento urbano de Vitória são fenômenos inseparáveis no decorrer das três primeiras décadas deste século, embora um tenha precedência sobre o outro¹³.

De forma semelhante, a partir de 1942, com o início das operações da CVRD, a ampliação/reestruturação da "Estrada de Ferro Vitória-Minas", o desenvolvimento portuário e a dinâmica urbana da Capital passaram a estar progressivamente dependentes das exportações de minério de ferro, o que equivale dizer que, a partir daquele momento, a CVRD transformou-se num elemento privilegiado dentre os determinantes do desen-

¹²Penha Siqueira, *O desenvolvimento do porto...*, *op. cit.*, p.123.

¹³"Fundamental para o desenvolvimento do porto foi a atuação das estradas de ferro". "Intrinsecamente relacionado à economia cafeeira está o desenvolvimento da infra-estrutura viária do Estado" (*idem, ibidem*, pp.126 e 130).

volvimento econômico e urbano do Estado¹⁴. Neste particular, é preciso ressaltar que a conclusão da "Estrada de Ferro Vitória-Minas" não está relacionada apenas à expansão da cafeicultura. Com muitas dificuldades os trilhos chegaram, na primeira década do século, à divisa com Minas Gerais. E, 1906 a estrada

"alcança Colatina, no Norte do Espírito Santo e chegam à divisa com Minas em 1909. Neste mesmo ano é vendida para o grupo inglês *Basilian Hematite Syndicate*, que procura adaptá-la para o transporte de minério. Sofre os problemas da guerra e somente muitos anos depois foi concluída"¹⁵.

Este é um elemento importante, pois denuncia uma precoce ligação entre o desenvolvimento da cidade de Vitória e as exportações de minério, ainda que os seus resultados em termos de desenvolvimento urbano tenham sido quase que imperceptíveis até o início da década de quarenta. "A cidade de Vitória só em tempos mais recentes conquistou uma função portuária relativamente importante, para o *hinterland* mineiro, com o estabelecimento da ligação ferroviária Vitória a Minas,

¹⁴ Em certos sentidos a presença e a importância material e institucional da CVRD em solo capixaba vem reforçar o argumento daqueles autores que associam o atraso do desenvolvimento econômico do Estado à decisão, tomada por parte da Coroa, de impedir a abertura de caminhos que, partindo do litoral do Espírito Santo, rumassem para a região das Minas Gerais. Ressalta-se que toda a região aurífera de Minas Gerais, além de parte do atual Estado de São Paulo, "pertenciam" à então Capitania do Espírito Santo. Neste sentido, a CVRD vem reparar um atraso de mais de 200 anos e acelera o desenvolvimento industrial e urbano do Estado: a CVRD representa o agente promotor da abertura do litoral do Espírito Santo para os produtos minerais do Estado vizinho.

¹⁵ *Idem, ibidem*, p.145. O grifo é nosso.

principalmente, como ponto de embarque de minério de ferro"¹⁶.

Se Cachoeiro de Itapemirim e Colatina detinham importância econômica para atraírem o traçado das ferrovias que penetravam nas zonas produtoras, Vitória estava particularmente capacitada para puxar para si o ponto de origem/chegada das mesmas. O seu desenvolvimento e a sua importância no quadro urbano estadual são fenômenos decorrentes de fatores políticos e geográficos, ou seja, do fato de ser a Capital do Estado e estar localizada numa baía que apresentava inequívocas vantagens portuárias¹⁷.

Por ser a sede do governo da Província, Vitória permitiu o desenvolvimento de um pequeno capital comercial que influenciou favoravelmente no processo de formação dos núcleos de povoamento na região Central. Esta pequena elite via nesta política a oportunidade para o desenvolvimento do mercado e ampliação dos seus negócios.

Após a proclamação da república, os representantes deste pequeno capital comercial, já minimamente fortalecidos pelos primeiros resultados do desenvolvimento da região Central, tornam-se governo e, entusiasmados com os resultados já obtidos e com as possibilidades de expansão do café nesta re-

¹⁶ CAPES, *Estudo de desenvolvimento...*, op. cit., p.126.

¹⁷ "O crescimento do calado das embarcações aniquilava os pequenos portos. Dentre estes, só Vitória tinha condições para comportar os navios cada vez maiores" (Cícero Moraes, *O paralelo 20 passa no Espírito Santo*, p. cit., p.14). "Em Vitória, ao contrário, o porto é franco, profundo e abrigado, servindo às embarcações modernas" (*Idem, ibidem*, p.41).

gião, formulam um explícito projeto de transformar a Capital num centro comercial exportador de café de porte nacional.

"O escopo, contudo, dessa política ferroviária era o de atrair para Vitória a circulação da produção do Sul do Estado, que se encontrava estreitamente vinculada ao Rio de Janeiro".

"Os lugarejos fundados à beira mar serviam de entrepostos comerciais às zonas correspondentes do interior e como a distância para a Capital do País era relativamente pequena, todos se comunicavam diretamente com o Rio de Janeiro, impedindo desta forma que surgisse um verdadeiro empório regional. Daí o plano de ampliação de infra-estrutura ferroviária, visando a desviar por um processo artificial para Vitória essa corrente natural em direção ao Rio de Janeiro".

"As condições, para a época admiráveis, do sítio de Vitória, para incorporação de um porto de grande porte; sua situação quase equidistante dos dois extremos do litoral; a circunstância de Capital e a existência de núcleos de colônias agrícolas cafeeiras em locais geograficamente dominados por Vitória, tanto pela circulação fluvial como terrestre, deram à ilha uma certa primazia e concorreram para que, nos últimos anos (do século XIX), a dinâmica comercial entrasse diretamente em contato com o exterior. faltava, entretanto, atrair à praça de Vitória o fluxo dos negócios do Sul do Estado, tradicionalmente atraído pelo Rio de Janeiro"¹⁸.

São frutos desta época um ambicioso projeto de ampliação da área urbana da cidade e as ligações ferroviárias com o Rio de Janeiro (via região Sul) e Minas Gerais (via região Norte)¹⁹. A pequena estatura do capital comercial local, a dificuldade de se produzir e concentrar excedentes ao nível da produção, o reduzido tamanho absoluto da cafeicultura es-

¹⁸ Gabriel Rittencourt, *Esforço industrial...*, op. cit., p.61. O grifo é nosso.

¹⁹ Até aquele momento "a única via férrea existente era a Estrada de Ferro Caravelas, inaugurada em 1886, que tinha apenas 71Km de extensão" (Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, op. cit., p.59). A estrada ligava Cachoeiro de Itapemirim à Minas Gerais, passando por Alegre e Guaçuí e, por intermédio de um ramal, alcançava também Castelo.

tadual e, especialmente, a crise de preços do final do século adiaram por duas décadas a consecução deste objetivo. Mesmo assim a construção das estradas foi iniciada e aos poucos foram sendo concluídas.

Entretanto a ligação com o Sul do Estado não surtiu os efeitos esperados, tão estreitos eram os laços comerciais e financeiros que uniam a região Sul à praça do Rio de Janeiro. A região Sul encontrava-se de tal modo distanciada da Capital do Estado, que somente ao final da primeira década do atual século teve um governador afinado com os seus interesses — justamente aquele que implementou o audacioso "projeto integrado" de industrialização do vale do Itapemirim, mencionado no Capítulo II.

Ainda no início da década de vinte, parte substancial do café da região Sul era escoado por via férrea para a praça do Rio de Janeiro. "Nos anos de 1922 a 1924 30% do café exportado pelo Espírito Santo foram escoados pela ferrovia. Entretanto, a partir de 1924, os valores começaram a decrescer, chegando em 1930 com uma contribuição de apenas 10%"²⁰.

É interessante observar que a "Estrada de Ferro Vitória-Minas" contribuiu muito mais do que a "Estrada de Ferro Leopoldina" para transformar Vitória num centro especializado na exportação do café. Após a primeira guerra, no início da década de vinte, Vitória escoava toda a produção das regiões

²⁰Penha Siqueira, *O desenvolvimento do porto...*, op. cit., p.94.

Central e Norte, além de parte considerável do café mineiro. Quanto mais se desenvolvia a produção cafeeira no Norte do Estado (uma "frente-pioneira") e quanto mais a Estrada de Ferro penetrava no território mineiro, estimulando o plantio, maior era o volume de café exportado pelo porto de Vitória. Como assinalou Penha Siqueira,

"No decorrer na década de 1920, o porto de Vitória absorveu não só a maior parte da exportação do café produzido pelo Estado, como também apresentou uma elevação sistemática na exportação do café minério. O aceleração das comunicações através da ferrovia intensificou o escoamento da produção cafeeira do Norte de Minas Gerais para Vitória, (de tal modo que) podemos verificar o constante aumento que havia na exportação do café feito através de Vitória. A ampliação da Estrada de Ferro Vitória a Minas Gerais cada vez mais ajudava a concretizar o antigo desejo dos políticos capixabas de tornar o porto de Vitória um veículo exportador da produção mineira"²¹.

Com a ampliação do volume de café exportado pela Capital, o capital mercantil exportador muda de perfil. Aumenta a importância das casas capixabas e dentre estas destaca-se uma, de propriedade de um dos grandes produtores do Sul. Este é o elemento crucial, o elemento capaz de orientar o fluxo de café da região Sul preponderantemente para o porto de Vitória. Não é por acaso que somente em meados da década de vinte reinicia-se as obras de aparelhamento do porto, que foram iniciadas no começo da década anterior e paralizadas no período da guerra²².

²¹ Penha Siqueira, *O desenvolvimento do porto...*, op. cit., p.91.

²² "O papel preponderante do Porto, na exportação de café para o exterior e a importância econômica que assumiu no período, motivou inclusive o reinício de suas obras de reaparelhamento (*sic*) em 1924, pois até então não possuía cais, tendo os navios que ficarem ao largo" (Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, op. cit., p.112).

Neste particular contexto fica claro a importância da ligação ferroviária com Minas Gerais como fator que influenciou sobremaneira na transformação de Vitória numa cidade de âmbito estadual, o que representa um certo paradoxo: a conclusão de uma ferrovia promovida por um grupo interessado em explorar minério de ferro em Minas Gerais, estimula a produção de café no Norte do Espírito Santo e em Minas Gerais, permite o seu escoamento por Vitória, com o que a cidade ganha certo porte e passa a atrair em maior medida a comercialização do café produzido na região Sul do Estado²³.

Em suma, Vitória é uma cidade cujo desenvolvimento, desde tempos mais remotos, esteve estreitamente associado à exportação de produtos de origem mineira — um relacionamento que muda de conteúdo e forma no decorrer do tempo, mas que não pode ser ignorado.

Na esteira do maior movimento comercial e das obras de aparelhamento do porto são realizadas as obras de remodelagem da Capital. Entre elas destacam-se o primeiro substancial esforço de aterramento da baía de Vitória, a abertura e pavimentação de avenidas e a construção das "cinco pontes", ligando a Capital (ilha de Vitória) ao continente (Vila Velha),

²³ Cf. *Idem, ibidem*, p.113. "A (Estrada de Ferro) Vitória a Minas, hoje essencialmente uma estrada de minérios, com apenas 30% da sua extensão em território espírito-santense, muito contribuiu no início do século para o desenvolvimento da área de Colatina, ao mesmo tempo que tornou Vitória num importante centro de escoamento da produção do interior" (CAPES, *Estudo de desenvolvimento...*, op. cit., p.67).

obras financeiramente viabilizadas pela melhoria dos preços do café na década de vinte.

"O movimento comercial do porto de Vitória e seu desenvolvimento intensificaram-se na proporção em que ocorria seu aparelhamento e a construção da infra-estrutura viária do Espírito Santo. Nesta mesma proporção o comércio do Estado começou a se libertar do domínio do Rio de Janeiro. A década de 1930 representou para o porto de Vitória uma fase de término de seu aparelhamento e uma proporcional ampliação de uma rede de comunicações com o exterior do Estado que lhe permitisse terminar o processo de centralização do comércio estadual". "Na proporção em que o porto de Vitória se ampliava tecnicamente e crescia comercialmente, o movimento comercial do Espírito Santo foi se concentrando cada vez mais na capital, que estava centralizando as operações marítimas e comerciais do Estado. Conseqüentemente os demais portos capixabas, principalmente os pequenos portos do sul, anteriormente absorvidos pelo porto de Itapemirim, passaram a se relacionar comercialmente com Vitória, já que Itapemirim perdia seu comércio para o porto da capital"²⁴.

Não resta dúvidas de que o binômio "ferrovia-porto" foi o grande responsável pela transformação de Vitória numa cidade capaz de monopolizar determinadas funções urbanas requeridas pelo desenvolvimento da cafeicultura em todo o Espírito Santo, tornando-se assim uma cidade de âmbito estadual e com certa importância no contexto das exportações de café efetuadas pelo Brasil. Na condição de hospedeira da Capital da Província e do Estado, sob os propósitos de um plano do capital comercial nela sediado, Vitória pôde chamar para si o ponto de origem das ferrovias e aparelhar o seu porto.

Em suma, a introdução do transporte ferroviário estancou o desenvolvimento de núcleos litorâneos, fez surgir ou

²⁴ Penha Siqueira, *O desenvolvimento do porto...*, op. cit., pp.119 e 127.

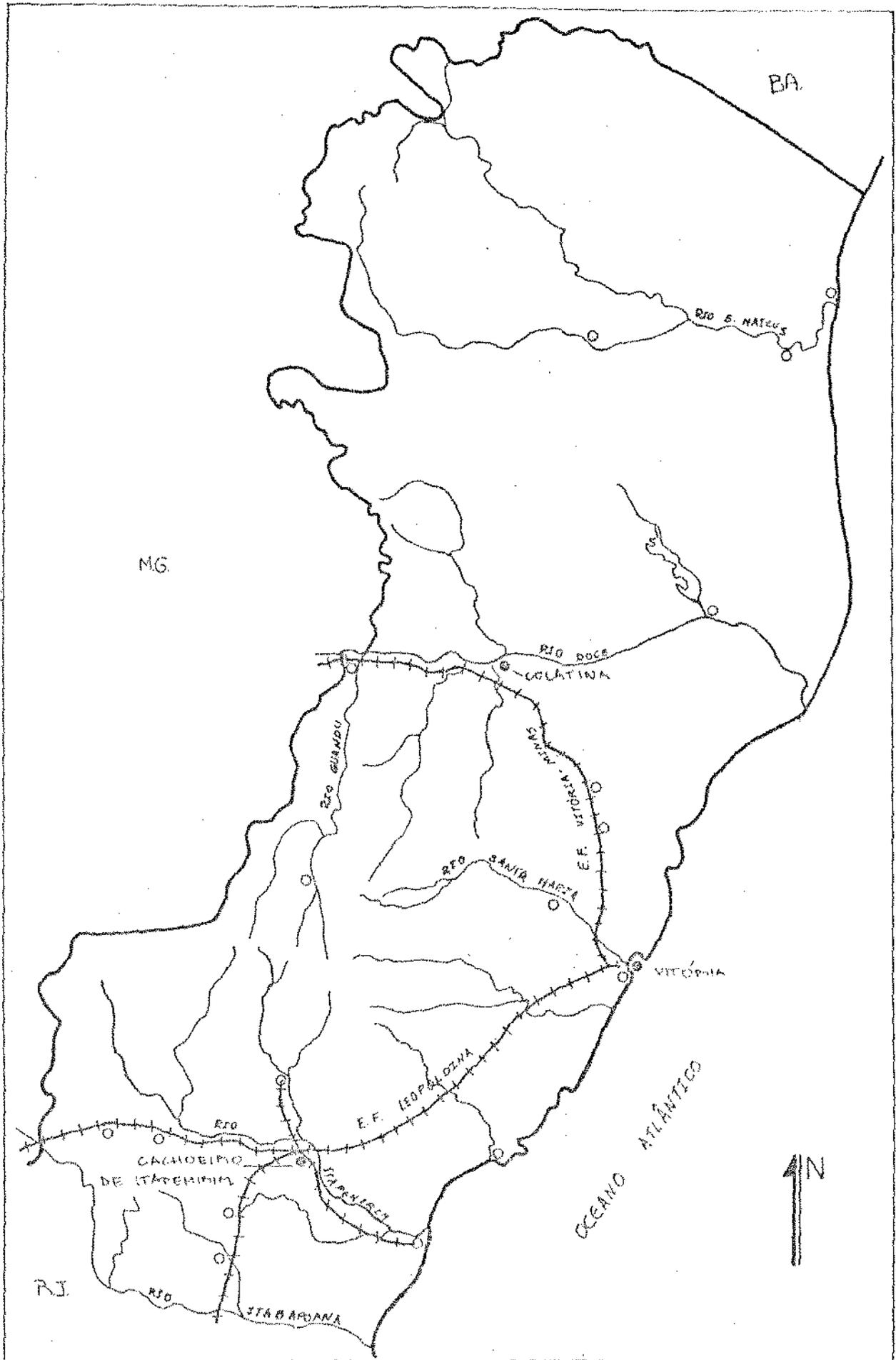
potencializou outros ao longo dos traçados das ferrovias e consolidou Cachoeiro de Itapemirim e Colatina como cidade de âmbito regional. Estas duas são exemplos de cidades que tiveram suas fundações mais ou menos associados ao transporte fluvial e que por ocasião da introdução das ferrovias, em função do nível de desenvolvimento já alcançado por cada uma, conseguiram atrair para si o traçado das ferrovias e consolidaram-se enquanto cidades de importância regional.

Vitória é seguramente o caso mais notório de um núcleo urbano que teve seu perfil e seus destinos alterados pelo traçado das ferrovias. Até o início da década de vinte a cidade limitava-se a atuar como cidade comercial da região Central e o grau da sua influência econômica sobre as demais regiões era praticamente nulo. Com as ligações ferroviárias com o Sul e o Norte do Estado, Vitória ganhou novos ares, aparelhou o seu porto e converteu-se na cidade responsável pela centralização das transações comerciais da economia cafeeira com o exterior²⁵.

Desta forma, o tamanho, a diferenciação e a hierarquia dos núcleos urbanos, considerando-se as funções urbanas requeridas pela expansão da cafeicultura, são fenômenos que estão estreitamente relacionados à ossatura da rede de transportes, em particular, ao traçado das ferrovias e ao potencial

²⁵ "Vitória passa a concentrar um volume maior de excedente que, aliado à sua função administrativa, permite o desenvolvimento de algumas funções mais especializadas" (IJSN, *Estudos populacionais...*, op. cit., p.65).

MAPA 03 - RIOS, ESTRADAS DE FERRO E A LOCALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS NÚCLEOS URBANOS NO PADRÃO URBANO DO CAFÉ. ESPÍRITO SANTO



portuário de determinada cidade litorânea (Vitória).

"O que se quer destacar é que, durante todo esse período, as cidades surgiram e ganharam dinâmica, consolidando alguns centros mais importantes, em função da possibilidade (dada normalmente pela localização em relação ao sistema viário) de reter excedente via comercialização de produto agrícola. Dessa forma, mesmo Vitória, apesar de ser um centro de serviços mais especializados, tinha sua dinâmica dada pela produção agrícola"²⁶

4.2 - EXPANSÃO CAFEIEIRA E A EVOLUÇÃO DO NÚMERO E TAMANHO DOS NÚCLEOS URBANOS

Procurou-se deixar evidente, nesta dissertação, que a maioria dos núcleos urbanos existentes em 1960 foram criados e/ou desenvolvidos pela expansão da economia do café — uma expansão que, por estar assentada na produção familiar, verificou-se sobretudo em decorrência de fatores de ordem demográfica, pelo menos enquanto manteve-se aberta a fronteira agrícola. Em consonância com a nota metodológica apresentada no Capítulo I, procurou-se associar intimamente a dinâmica destes núcleos às condições de produção vigente na cafeicultura, ou seja, ao que se resumia a produção material no Espírito Santo até o final dos anos cinqüenta.

Antes da introdução da cafeicultura, na então Província do Espírito Santo, todos os seus núcleos eram ainda rigo-

²⁶ *Idem, ibidem*, p.65. Entre os documentos já elaborados, este é, de longe, o trabalho que melhor amarra as principais questões envolvidas na relação entre café e urbanização no Espírito Santo.

rosamente coloniais²⁷. A Província não era dotada de qualquer produto tropical ou qualquer mineral capaz de situá-la, como economia primário-exportadora, no contexto das trocas internacionais, de modo que não havia ainda qualquer função urbana mais qualificada a ser desempenhada. O pouco de comércio e serviços existentes em Vitória estava associado à sua secular condição de sede do governo, da segurança e da Igreja, desde o início da colonização. No terceiro quartil do século XIX, Vitória não havia ainda se tornado uma cidade comercial propriamente dita — tratava-se ainda de um núcleo tipicamente colonial.

Fazendo-se uso de alguns mapas históricos do Espírito Santo pode-se observar claramente a estreita relação existente entre a evolução do número de núcleos urbanos localizados no interior do Estado, a evolução do número de núcleos sustentados pela expansão do café e a proporção de núcleos situados nas regiões Sul e Central (Tabela 4.1).

Imediatamente após a independência, entre os 13 núcleos identificados, apenas dois não tiveram sua fundação associada à presença dos portugueses e/ou jesuítas. Trata-se de Viana e Cachoeiro de Itapemirim: o primeiro, minúsculo

²⁷ Estende-se por núcleos coloniais todo e qualquer aglomerado de casas, prédios e (obviamente) pessoas, fundado nos idos da colonização portuguesa. Isto vale tanto para aqueles deliberadamente fundados em pontos estratégicos do litoral, visando a defesa do território, quanto para os fundados pelos jesuítas, como resultado de sua ação catequizadora (e também colonizadora).

núcleo resultante da primeira tentativa organizada visando a fixação de imigrantes açoreanos para efeito de povoamento do território; o segundo, à época, resumia-se a ser um ponto de embarque e desembarque das expedições exploratórias do alto curso do Rio Itapemirim e dos seus principais afluentes. Os outros onze eram ainda todos núcleos coloniais. Dentre os 13 núcleos, três situavam-se na região Norte, dois na região Sul e oito na região da Capital, bastante próximos à Vitória. Oito estavam localizados no litoral, na foz dos rios, e eram portos marítimos; três, no curso inferior dos rios navegáveis e eram portos fluviais; e dois afastavam-se um pouco do litoral. Por volta do final do século, em decorrência do desenvolvimento do café nas regiões Sul e Central, a realidade já era bem outra. Eram 34 os núcleos urbanos, sendo 11 na região Sul, 18 na Central e cinco na região Norte. Doze estavam situados no litoral, seis no baixo curso dos rios navegáveis e 16 no interior.

Nota-se que ao longo de praticamente oito décadas o número de núcleos urbanos constantes em mapas cresceu 161,5%²⁸.

²⁸ Sabe-se que das limitações destas informações. Trata-se de importantes mapas históricos, mas, seguramente, portadores de consideráveis insuficiências. Isto deve-se às insuficiências das informações à época em que foram elaborados e até mesmo porque não se sabe os critérios que orientaram a inclusão ou exclusão de um ou outro núcleo. Longe de querer traduzir fielmente a realidade dos núcleos urbanos do Estado no período considerado, pretendeu-se apenas ilustrar o fato de que a expansão, a localização e a natureza (funções) dos núcleos urbanos passaram a estar progressivamente explicados pela expansão cafeeira, à medida em que se avança pela segunda metade do século XIX.

TABELA 4.1
LOCALIZAÇÃO E FUNÇÕES DOS NÚCLEOS URBANOS
ESPIRITO SANTO: 1822-1980

"1822"		"1980"		VARIAÇÃO	
NORTE	3	NORTE	5	NORTE	2
- Litoral	1	- Litoral	1	- Litoral	0
- Rio navegável	2	- Rio navegável	2	- Rio navegável	0
- Interior	0	- Interior	2	- Interior	2
- Cafeeiros	0	- Cafeeiros	2	- Cafeeiros	2
- Coloniais	3	- Coloniais	2	- Coloniais	-1
- Outros	0	- Outros	1	- Outros	1
CENTRO	8	CENTRO	18	CENTRO	10
- Litoral	6	- Litoral	9	- Litoral	3
- Rio navegável	0	- Rio navegável	2	- Rio navegável	2
- Interior	2	- Interior	7	- Interior	5
- Cafeeiros	0	- Cafeeiros	11	- Cafeeiros	11
- Coloniais	7	- Coloniais	4	- Coloniais	-3
- Outros	1	- Outros	3	- Outros	2
SUL	2	SUL	11	SUL	9
- Litoral	1	- Litoral	2	- Litoral	1
- Rio navegável	1	- Rio navegável	2	- Rio navegável	1
- Interior	0	- Interior	7	- Interior	7
- Cafeeiros	0	- Cafeeiros	11	- Cafeeiros	11
- Coloniais	1	- Coloniais	0	- Coloniais	-1
- Outros	1	- Outros	0	- Outros	-1
ESPIRITO SANTO	13	ESPIRITO SANTO	34	ESPIRITO SANTO	21
- Litoral	8	- Litoral	12	- Litoral	4
- Rio navegável	3	- Rio navegável	6	- Rio navegável	3
- Interior	2	- Interior	16	- Interior	14
- Cafeeiros	0	- Cafeeiros	24	- Cafeeiros	24
- Coloniais	11	- Coloniais	6	- Coloniais	-5
- Outros	2	- Outros	4	- Outros	2

Fonte: Tabela construída com base em mapas históricos do Esp. Santo.

Dos 21 novos núcleos fundados, 14 (66,7%) localizaram-se no interior; quatro no litoral; e três no baixo curso de rios navegáveis. Dois foram fundados na região Norte; dez (47,6%) na região Central e nove (42,9%) na região Sul. É interessante observar que 24 núcleos (114,3% dos núcleos criados) já estavam associados à expansão da cafeicultura, embora tenham sido criados "apenas" 21. Isto explica-se pela redução do número (ou melhor, mudança de função) de núcleos coloniais: três tornaram-se cafeeiros e dois assumiram outra natureza (nem colonial, nem cafeeira). Em suma, revela-se de fato uma estreita relação entre a expansão do café no interior das regiões Sul e Central e as funções urbanas: dos 21 núcleos fundados, 66,7% localizaram-se no interior, afastados dos portos fluviais e marítimos; 90,5% localizaram-se nas regiões Central e Sul, onde se fez a ocupação do território pelas mãos dos fazendeiros (no Sul) e imigrantes europeus (no Centro); e 114,3% dos núcleos criados tornaram-se cafeeiros. Ou seja, na segunda metade do século XIX, pela ação da economia cafeeira em expansão, os núcleos urbanos fundados localizaram-se preponderantemente no interior das regiões Sul e Central.

Informações de outra natureza, extraídas da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*²⁹ permitem conclusões interessantes a respeito da relação entre a expansão cafeeira e a fundação de núcleos urbanos. Para cada uma das 38 sedes mu-

²⁹ IBGE, *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, op. cit., pp. 19-180.

nicipais existentes em 1955 é apresentado um pequeno histórico, o qual dá oportunidade à uma série de outras informações. Dentre estas priorizou-se a data de "fundação" e "emancipação"³⁰ (Tabelas 4.2 e A.35). Desde logo fica clara a impossibilidade de comparação entre as duas ordens de informações, pois são de natureza distintas.

Durante 35 anos, compreendidos entre a chegada dos colonizadores (1535) e 1570 (o período de consolidação da conquista), foram fundados oito núcleos, sendo dois do Norte e seis na região Central. Entre 1570 e 1700, não foi fundado nenhum e no decorrer do século XVIII foi fundado apenas um. Este quadro é resultante tanto da inexistência absoluta do que exportar, como também da proibição da abertura de caminhos rumando para a região das Minas Gerais, por ocasião do ciclo do ouro.

Com o esgotamento do ciclo do ouro em Minas Gerais e com a introdução do café no litoral, o número de núcleos urbanos no Espírito Santo cresceu apreciavelmente no decorrer da primeira metade do século XIX. Foram fundados oito núcleos, o que representa um crescimento de 88,9% em relação ao número de núcleos fundados desde o início da colonização. Em meados do século XIX ainda não havia sido delineado um caminho para

³⁰ Neste caso, quando se refere à "fundação" de núcleos urbanos tem-se em mente o momento (ano) da fixação dos primeiros habitantes em determinado sítio, enquanto que a "emancipação" representa a data de transformação do povoado distrito/vila. Até o início dos anos quarenta os municípios poderiam ter por sede uma vila ou uma cidade.

TABELA 4.2
 FUNDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DAS SEDES
 MUNICIPAIS EXISTENTES EM 1955
 ESPÍRITO SANTO: 1500-1955

PERÍODOS	NUCLEOS FUNDAADOS	NUCLEOS EMANCIPADOS
1500-1570	8	0
1570-1700	0	0
1700-1800	2	2
1800-1850	10	6
1850-1900	14	19
1900-1955	4	11
TOTAL	38	38

Fonte: IBGE, Enciclopédia dos municípios brasileiros, op. cit.,

o desenvolvimento futuro da jovem Província, mas o café, mesmo que limitado ao litoral, em tonelagem produzida, já superava a cana-de-açúcar. Na segunda metade do século, com a penetração do café para o interior do Estado, nas regiões Sul e Central, são criados 17 novos núcleos, que somados a mais quatro, criados ao longo do século XX, compreendem o total de 38 sedes municipais existentes em 1955. Observa-se que 21 núcleos (55,3%) estão inequivocamente associados à expansão do café.

Pela ótica da emancipação torna-se ainda mais clara a relação entre a expansão da cafeicultura e o desenvolvimento urbano. Dos nove núcleos fundados até 1799, apenas quatro emanciparam-se na condição de núcleo colonial. Em 1849, dos 17 núcleos fundados, somente nove (52,9%) já estavam emancipados. Ou seja no período posterior a 1850 foram fundados 55,3% dos núcleos, mas emanciparam-se 76,3% (21 na segunda metade do século XIX e oito no atual). Isto evidencia que muitos núcleos fundados em épocas remotas tornaram-se prisioneiros de uma realidade sem perspectivas, até o momento em que surgiu o café, cultura que permitiu-lhes maior desenvolvimento e a própria emancipação.

Se por um lado as informações contidas na *Enciclopédia...* são reveladoras de uma estreita relação entre a expansão do café e a fundação e a emancipação de núcleos urbanos, principalmente na segunda metade do século XIX, por outro lado elas não contemplam um sem número de núcleos (vilas e povoados) também criados sob o impulso da expansão cafeeira.

Este problema é particularmente grave no que tange ao período do século XX, quando a cafeicultura atinge o seu apogeu, sem que, no entanto, o número de sedes municipais tenha crescido na mesma proporção. Neste sentido, uma leitura mais apressada das informações contida neste importante documento do IBGE deixa a impressão de que a expansão do café no atual século não requereu a fundação de novos núcleos urbanos.

No caso dos povoados as informações são difíceis de serem levantadas e trabalhadas. Há, entretanto, um importante documento elaborado pelo Instituto Jones dos Santos Neves, que, mesmo não trazendo informações detalhadas de "todos" os povoados, permite que se tenha uma visão mais próxima às suas realidades³¹. Ou seja, a elaboração deste documento, com base numa "abordagem totalizante", tendo como ponto de partida as condições nas quais verificavam-se a produção material (constatada ser a cafeicultura, homogeneamente distribuída pelos "subespaços" do Estado), está de acordo, em grande medida, com as recomendações metodológicas apresentadas no Capítulo 1 desta dissertação.

Neste documento o urbano, mesmo que não explicitamente, foi abordado como sendo algo mais do que simplesmente o somatório de núcleos urbanos (cidades e vilas) e só por isso pôde este trabalho alcançar a realidade dos povoados como

³¹ INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. *Estudos populacionais para cidades, vilas e povoados do Espírito Santo: 1095-2010 (Perfil dos povoados do Espírito Santo)*, Vitória, IJSN, 1985.

parte integrante da realidade urbana; melhor, como um dos locais onde se verifica o capilar relacionamento entre a produção material e os serviços urbanos. Nesta ótica, a apresentação das cidades e vilas, em si, serve apenas como introdução ao estudo de determinada realidade urbana; ou como ilustração (aproximação) do grau de urbanização de uma dada realidade. Uma análise da urbanização que se detenha em examinar apenas as cidades e as vilas está condenada à superficialidade, pois está confundindo o urbano (enquanto categoria social) com aglomerados de pessoas e atividades (categoria espacial ou ecológica).

Os povoados

"Desconsiderados, histórica e metodologicamente, para efeitos de análise, e de captação de dados, pela maioria das instituições de governo, são vistos como zona rural, muito embora, mais recentemente, reconheça-se estarem vinculados ao 'status quo' urbano. Pertencem a uma mesma dinâmica de reprodução do grande capital hegemônico, estão inseridos no mesmo processo de massificação da cultura, onde hábitos e necessidades urbanas lhe são oferecidos; além de se constituírem em extensão de mercados, dentro dos espaços geo-econômicos"³². "Com efeito, verifica-se que muitos povoados possuem atividades econômicas inexpressivas, constituindo-se em meros apêndices do meio rural. Entretanto, outros apresentam um volume de atividades e um nível de especialização que superam a situação de muitas sedes municipais. E por trás das relações econômicas, há vidas em esperança e expectativas vividas"³³. "Na fase de ocupação territorial, os povoados assumem um papel de apoio à produção primária, inicialmente participando do ciclo de desmatamento e, em seguida, participando diretamente na produção cafeeira e pecuária. Com a hegemonia do café, muitos desses constituíram-se em elos da cadeia de intermediação na comercialização dessa monocultura, ou mesmo na distribuição de bens e serviços à população rural"³⁴.

³² *Idem, ibidem*, Apresentação, p.1(?).

³³ *Idem, ibidem*, Apresentação, p.1(?). O grifo é nosso.

³⁴ *Idem, ibidem*, Introdução, p.4(?). O grifo é nosso.

Para a análise da evolução dos núcleos urbanos ao nível das vilas, dispõe-se, a partir de 1940, das informações censitárias (Censos Demográficos). Estas informações permitem concluir que também ao longo do século XX (décadas de quarenta, cinquenta e sessenta) a expansão cafeeira continua a produzir núcleos urbanos, sobretudo na região Norte, só que preponderantemente vilas — daí não aparecerem nas informações trazidas pela *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, que contempla apenas as sedes municipais.

O Espírito Santo iniciou a década de quarenta com 130 núcleos urbanos, dos quais 98 eram vilas e 32 cidades (Tabela 4.3). Deste total, 16 localizavam-se no Norte, 61 no Centro e 53 no Sul. Este era o resultado de 90 de expansão cafeeira, um período que vai desde a sua chegada no Sul do Estado, a penetração na região Central e o primeiro movimento de ocupação no Norte. No transcorrer desta década o desempenho da cafeicultura foi bastante insatisfatório: queda nos preços e os primeiros sinais de esgotamento da fronteira e dos solos produziram um quadro marcado pelo pequeno crescimento da área plantada, pela evasão demográfica e pelo reduzido número de núcleos urbanos fundados. Entre 1940 e 1950 foram criados apenas cinco novos núcleos: quatro cidades no Norte e uma vila na região Central.

Na década de cinquenta, de forma inversa ao que aconteceu na anterior, foi bastante elevado o número de núcleos urbanos fundados. Desta feita, a temporária conjugação de fatores fixadores de população no Espírito Santo, no campo e na

TABELA 4.3
 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CIDADES E DISTRITOS, SEGUNO AS REGIOES
 ESPIRITO SANTO: 1940-1960

REGIOES	1940			1950			1960		
	Cidades	Vilas	Total	Cidades	Vilas	Total	Cidades	Vilas	Total
NORTE	4	12	16	8	12	20	10	36	46
CENTRO	16	45	61	16	46	62	16	51	67
SUL	12	41	53	12	41	53	14	42	56
TOTAL	32	98	130	36	99	135	40	129	169

REGIOES	1950-1940			1960-1950			1960-1940		
	Cidades	Vilas	Total	Cidades	Vilas	Total	Cidades	Vilas	Total
NORTE	4	0	4	2	24	26	6	24	30
CENTRO	0	1	1	0	5	5	0	6	6
SUL	0	0	0	2	1	3	2	1	3
TOTAL	4	1	5	4	30	34	8	31	39

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950 e 1960.

cidade, resultou numa significativa redução (relativa e absoluta) do saldo emigratório verificado na década anterior, o que resultou, entre outras coisas, na "criação" de muitas vilas. Ao todo foram criados 34 novos núcleos, sendo 30 vilas (24 do Norte, 5 no Centro e uma no Sul) e quatro cidades (duas no Norte e duas no Sul).

Em suma, dos 39 núcleos "emancipados" entre 1940 e 1960, 30 (76,9%) localizaram-se na região Norte, seis na região Central e apenas três na região Sul. Trata-se de um cristallino indicador da grave situação da cafeicultura ao sul do Rio Doce e da relativa abundância de terras ainda existente na região Norte.

Como se vê, os dados censitários revelam que o número de núcleos urbanos cresceu significativamente nas décadas de quarenta e cinquenta, mas revelam também que este crescimento concentrou-se sobretudo nos anos cinquenta, momento no qual a conjugação de certos fatores, com destaque para a melhoria dos preços internacionais do café, reduziram a evasão do Espírito Santo para outros Estados. Nos anos quarenta, anos marcados por um impressionante saldo migratório negativo e por uma taxa de expansão da área plantada muito reduzida, o número de novos núcleos "criados" foi muito pequeno.

É interessante observar que os movimentos da cafeicultura ao longo das décadas de cinquenta e sessenta influíram de forma semelhante no tamanho dos núcleos urbanos

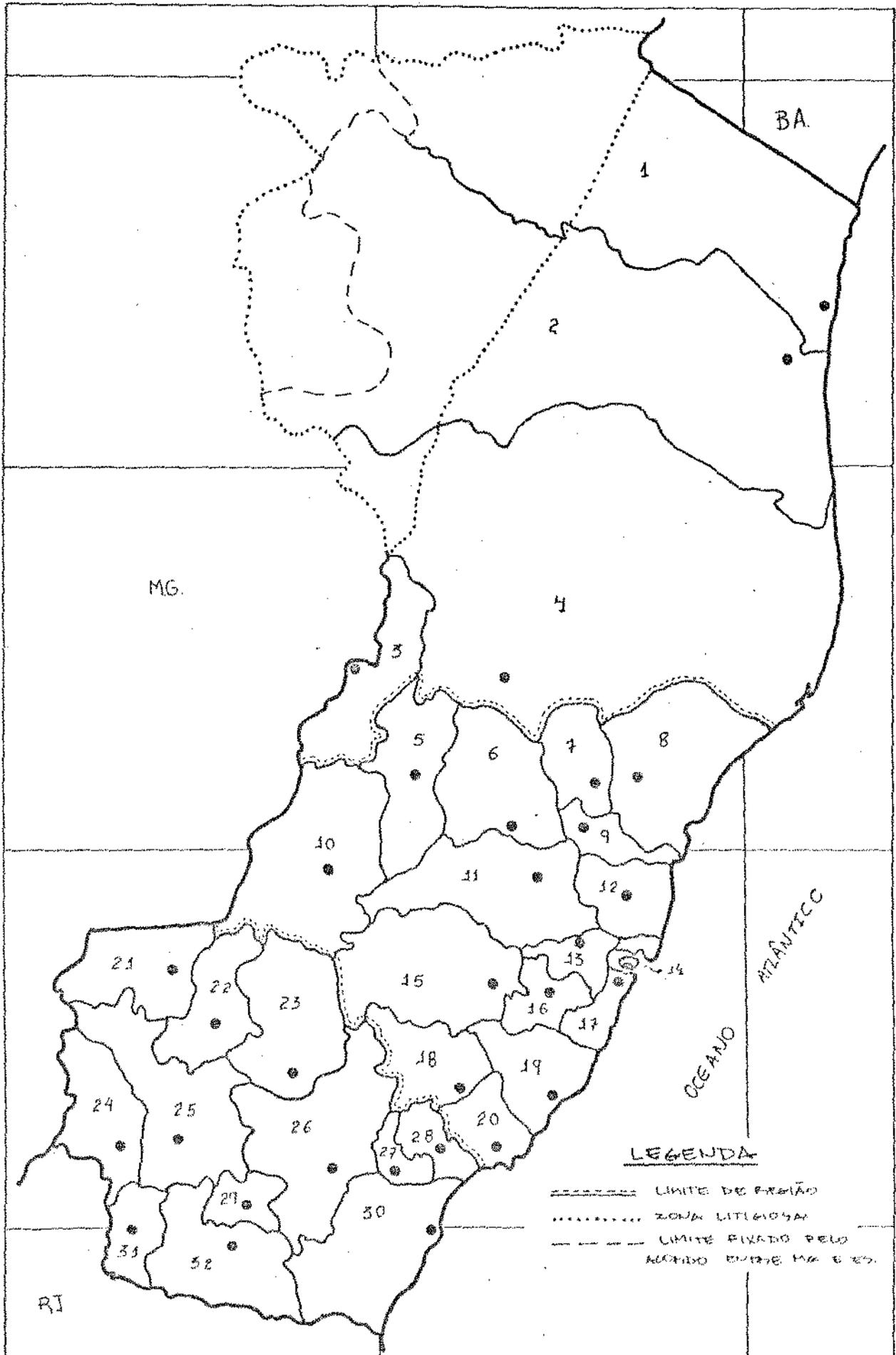
(Tabela 4.4)³⁵. Em 1940, no Espírito Santo, um núcleo urbano de tamanho médio tinha 1.256 habitantes (4.073 nas cidades e 327 nas vilas). Dez anos depois o quadro era praticamente o mesmo. Um núcleo de tamanho médio apresentava 1.585 habitantes, sendo 5.060 nas cidades e 363 nas vilas. Nas cidades o crescimento foi de 24,2%, nas vilas 11,0%, enquanto que para a média dos núcleos o crescimento foi de 26,2%. Por outro lado, a taxa de urbanização passou de 20,9% (em 1940) para 22,6% (em 1950). Isto demonstra que, se a taxa de urbanização, o número e o tamanho dos núcleos mantiveram-se bastante estáveis ao longo da década de quarenta, o excedente populacional dirigiu-se fundamentalmente para outras unidades da federação. Na década de cinquenta, o quadro alterou-se significativamente, a começar pela taxa de urbanização, que passou de 22,6% (em 1950) para 31,6% em 1960. Como reflexo desta alteração significativa no grau de urbanização da economia, o número e o tamanho médio dos núcleos cresceram substancialmente. O tamanho médio passou de 1.585 habitantes para 2.552, o que representa um crescimento de 61,0%. O tamanho médio das

³⁵ Nesta tabela o número de núcleos urbanos (cidades e vilas) não coincide com os apresentados na Tabela 4.3, pois nesta considerou-se apenas os núcleos urbanos propriamente ditos (com população registrada nos Censos) e não os distritos, que em muitos casos eram desprovidos de "sede", ou não estavam ainda instalados, com o que sua população urbana ainda guardava o status de rural, pois residia em povoado. Além do mais, é preciso considerar que as informações relativas às populações urbanas dos distritos de Goiabeiras, Itaquari, Argolas e Vila velha foram incorporadas ao distrito sede de Vitória. A Tabela foi elaborada tendo como base nas Tabelas 1.3, A.25, A.27.

idades passou de 6.060 habitantes para 9.121 (crescimento de 80,3%), enquanto que tiveram seu tamanho médio alterado de 363 para 462 habitantes (crescimento de 27,3%).

A melhoria dos preços internacionais do café, a expansão da madeira e da pecuária, são elementos que no campo asseguraram o crescimento do número de vilas, ao mesmo tempo que mantiveram as mesmas funções urbanas já exercidas há décadas. Basta salientar que o crescimento do tamanho médio das vilas, de uma década para a outra, passou de 11,0% para 27,3%. Com isto em mente, pode-se concluir que o considerável acréscimo no grau de urbanização observado nos anos cinquenta deve-se sobretudo ao crescimento das cidades, dentre elas Vitória, Vila Velha e Cachoeiro de Itapemirim, palco de novos focos de dinamismo: presença da CVRD; industrialização de "grande porte"; e a exploração e beneficiamento de mármore. Ou seja, a melhoria (temporária) das condições de produção no campo fixa mão-de-obra no campo e nos núcleos urbanos mais voltados para o setor primário, enquanto que as mudanças verificadas nas cidades de maior porte acabam por reter parte da mão-de-obra em processo de emigração para outras unidades da federação. Em suma, eleva-se o grau de urbanização (crescimento do número e tamanho), ao mesmo tempo em que reduz-se o êxodo para fora do Estado.

MAPA 04 - DIVISÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA
ESPÍRITO SANTO : 1940



DIVISÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA
ESPÍRITO SANTO: 1940

REGIÃO NORTE

1. Conceição da Barra
2. São Mateus
3. Baixo Guandu
4. Colatina

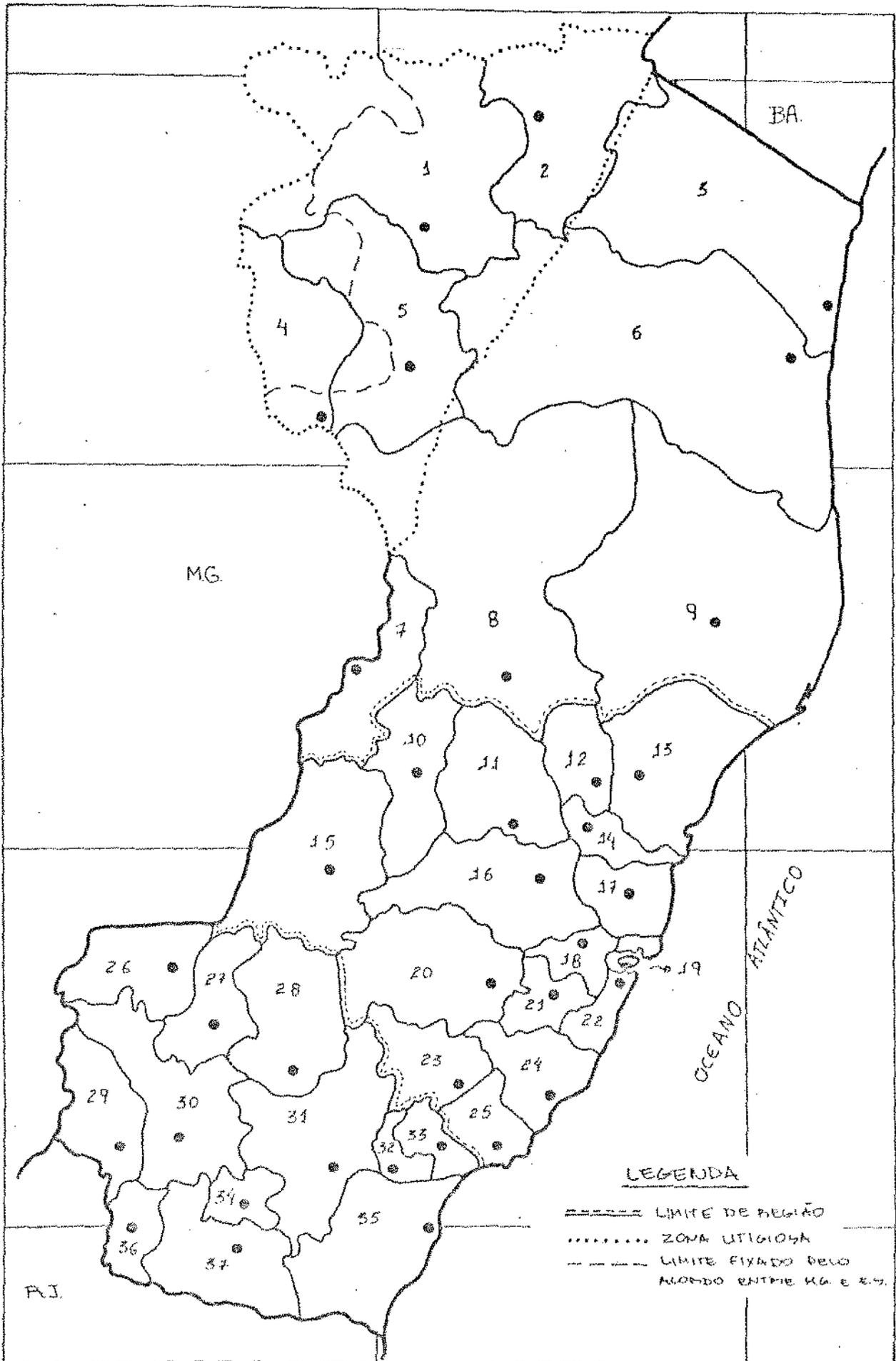
REGIÃO CENTRAL

5. Itaguacu
6. Santa Teresa
7. Ibiracu
8. Aracruz
9. Fundão
10. Afonso Cláudio
11. Santa Leopoldina
12. Serra
13. Cariacica
14. Vitória
15. Domingos Martins
16. Viana
17. Vila Velha
18. Alfredo Chaves
19. Guarapari
20. Anchieta

REGIÃO SUL

21. Idna
22. Muniz Freire
23. Castelo
24. Guacuí
25. Alegre
26. Cachoeiro de Itapemirim
27. Rio Novo do Sul
28. Iconha
29. Muqui
30. Itapemirim
31. São José do Calçado
32. Mimoso do Sul

MAPA 05 - DIVISÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA
ESPÍRITO SANTO: 1950



DIVISÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA
ESPÍRITO SANTO: 1950

REGIÃO NORTE

1. Ecoporanga
2. Mucurici
3. Conceição da Barra
4. Mantenedópolis
5. Barra de São Francisco
6. São Mateus
7. Baixo Guandu
8. Colatina
9. Linhares

REGIÃO CENTRAL

10. Itaguacu
11. Santa Teresa
12. Ibiracu
13. Aracruz
14. Fundão
15. Afonso Cláudio
16. Santa Leopoldina
17. Serra
18. Cariacica
19. Vitória
20. Domingos Martins
21. Viana
22. Vila Velha
23. Alfredo Chaves
24. Guarapari
25. Anchieta

REGIÃO SUL

26. Iúna
27. Muniz Freire
28. Castelo
29. Guacuí
30. Alegre
31. Cachoeiro de Itapemirim
32. Rio Novo do Sul
33. Iconha
34. Muqui
35. Itapemirim
36. São José do Calçado
37. Nimeso do Sul

4.3 - VITÓRIA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO: UMA PROPOSTA DE PERIODIZAÇÃO

O que vai escrito abaixo não pretende ser uma história da cidade e nem, muito menos, um exame do seu desenvolvimento intra-urbano; pretende ser apenas uma proposta de periodização da cidade de Vitória, construída com base na evolução econômica e demográfica do Espírito Santo no período compreendido entre 1850 e 1960. Assim, a periodização que pretende-se construir a partir de agora tem como objetivo cobrir a evolução da cidade durante a hegemonia do café.

Neste caso, a periodização proposta representa, ao mesmo tempo, o resultado de um esforço de síntese (que envolveu a "releitura" de inúmeros documentos e a "reconstrução" da evolução econômica e demográfica da economia estadual) e ponto de partida para posteriores pesquisas, mais detalhadas e mais aprofundadas, sobre períodos específicos da evolução da cidade.

Até 1960 o Estado do Espírito Santo era essencialmente rural e sua economia estava assentada na produção familiar do café, praticamente o único produto agrícola comercializado. O desenvolvimento desta economia cafeeira, desde 1950, e sobretudo a partir de 1872, deu lugar à formação de uma rede urbana bastante homogênea e equilibrada, que atingiu seu apogeu nos anos imediatamente posteriores à segunda guerra mundial. No decorrer dos anos cinquenta, embora a expansão cafeeira ainda se verificasse à taxas elevadas no Norte, o ritmo desta expansão era sensivelmente menor que o verificado

em anos anteriores, ao mesmo tempo em que ao sul do Rio Doce o fechamento da fronteira agrícola, a queda da fertilidade dos solos e a substituição do café pela pecuária, produziam um relativo excedente de mão-de-obra e um relativo esvaziamento demográfico. Neste sentido, a despeito do grande número de novos núcleos urbanos (cidades e vilas) "emancipados" ao longo dos anos cinquenta, o padrão urbano do café no Espírito Santo já apresentava nítidos sinais de esgotamento³⁶, resultando numa elevação rápida das taxas de urbanização e numa maior participação do "aglomerado urbano da Capital" no conjunto da população urbana do Estado.

Pelas características e necessidades da economia cafeeira de pequena produção que vigorou relativamente intacta até o início dos anos sessenta, os núcleos urbanos eram pequenos, amplamente disseminados pelo território e pouco complexos, uma vez que cumpriam "apenas" as funções de entreposto de comércio (inclusive importação e exportação, como foi o caso de Vitória) e *locus da administração pública*. Como o espaço econômico do Estado era pouco diferenciado, eram muito reduzidas as diferenças entre os núcleos urbanos existentes. As cidades distinguiam-se verticalmente, pela posição ocupada na rede urbana estadual, mas não horizontalmente, pois as condições de produção (relações de trabalho, tamanho médio dos

³⁶ O grande número de municípios e distritos criados ao longo dos anos cinquenta é consequência da vigorosa expansão do café para o Norte no período anterior à segunda guerra, expansão que estimulou a fundação de um grande número de povoados.

estabelecimentos, principais cultura e tecnologia), especialmente no atual século, pouco variavam de uma região para outra. No entanto, alguns núcleos, pela sua particular inserção na rede de transportes, consolidaram-se como núcleos "regionais" e produziram uma nítida hierarquia entre as cidades do Espírito Santo.

Cachoeiro de Itapemirim (no Sul do Estado) e Colatina (no Norte) são cidades "regionais" erguidas pela expansão do café e foram por décadas as responsáveis pela "centralização" da produção cafeeira e pela distribuição dos produtos manufaturados nas suas respectivas regiões. Ambas as cidades lograram este maior desenvolvimento por estarem localizadas em pontos chaves da rede de transportes, ou seja, nos pontos onde ocorriam a conversão das modalidades de transporte: do lombo-de-burro para o transporte ferroviário ou fluvial e vice-versa, com o que atuaram desde o início da ocupação destas regiões como ponto de apoio à "frente pioneira".

Na região Central este papel de "entrepasto" foi cumprido pela capital, de modo que a cidade que representou o ponto de apoio original à "frente pioneira" e funcionou como ponto de conversão das modalidades de transporte (Cachoeiro de Santa Leopoldina) não despontou como núcleo de importância na região Central, devendo-se isto à proximidade e à relativa facilidade de transporte entre a Capital e Cachoeiro de Santa Leopoldina. Assim, do ponto de vista do apoio à expansão cafeeira, com destaque para as atividades comerciais, a rede urbana estadual apresentou, até o início dos anos sessenta,

três núcleos de importância "regional": Cachoeiro de Itapemirim, Colatina de Vitória.

Além deste papel "regional" a cidade de Vitória, desde meados dos anos vinte, em decorrência da ligação ferroviária com o Sul do Estado e do aparelhamento do porto, passou a centralizar progressivamente o intercâmbio das regiões do Estado com o exterior, tendo transformado-se numa cidade de âmbito estadual, tipicamente portuária, estendendo, inclusive, sua área de influência para o território mineiro, chegando até mesmo alcançar os Estados da Bahia e Goiás.

Tendo como base o que foi exposto no Capítulo II desta dissertação, é preciso ressaltar, entretanto, que a consolidação de cada uma destas três cidades, enquanto cidades "regionais" do Espírito Santo, verificou-se não só em momentos distintos ao longo da evolução econômica e demográfica do Estado, da mesma forma que esteve presa a condicionantes também distintos, muito embora a expansão da cafeicultura em bases familiares tenha se apresentado como a causa fundamental capaz de explicar toda a estruturação da rede urbana estadual: no Sul, Cachoeiro de Itapemirim surgiu como cidade "regional" do Estado a partir da expansão cafeeira vinda do Vale do Paraíba; no Centro, Vitória deixa de ser uma mera cidade colonial com a entrada dos imigrantes italianos e alemães, que encontraram na cafeicultura e principal fonte de riqueza monetária; e, no Norte, Colatina é fundada como resultado das primeiras correntes demográficas oriundas da região Central, reforçadas mais adiante pelos excedentes de população

vindos da região Sul, que, da mesma forma que nas demais regiões, dedicaram-se ao cultivo do café.

Deu-se ênfase, até o momento, aos aspectos econômicos formadores da rede urbana do Estado, em particular, ao comércio. Do ponto de vista da administração pública importa ressaltar, com relação a Vitória, que muito de sua proeminência no quadro urbano local deve-se, obviamente, ao seu *status* de Capital, o que lhe permitiu centralizar as instituições políticas e administrativas do Estado do Espírito Santo, bem como acolher as instituições da administração pública federal que operavam no âmbito estadual. Outros núcleos urbanos, as sedes municipais, desenvolveram atividades terciárias sob o impulso da administração pública municipal, mas é preciso destacar, entretanto, que, afora a Capital, nenhum outro núcleo urbano foi mercadamente (e não poderia ter sido) condicionado simplesmente por abrigar instituições e órgãos da administração pública, independentemente do comportamento da produção material. Por outro lado, algumas sedes do interior do Estado (principalmente Cachoeiro de Itapemirim e Colatina), por serem cidades estratégicas para as suas respectivas regiões e terem, por conta disto, desenvolvido uma diversificada estrutura de serviços (alavancada pela base cafeeira regional), atuaram como receptáculos de serviços da administração pública estadual e federal, sendo reforçada conseqüentemente a sua sua condição de cidade "regional" no contexto estadual.

Em suma, o que importa registrar é que a presença do porto de Vitória, porto de importância "nacional" a partir de

1942, com as exportações da CVRD, afastou parcialmente o desenvolvimento da cidade de Vitória do estreito desempenho da cafeicultura estadual e "regional". Em outras palavras, somente as atividades comerciais relativas à cafeicultura da região Central, juntamente com as atividades portuárias e comerciais dinamizadas pela cafeicultura do Estado como um todo, eram incapazes de explicar o tamanho da cidade em 1960, a despeito de ser ela a Capital do Estado.

Neste sentido, ao se estudar o tamanho e o nível de complexibilidade das atividades urbanas na cidade de Vitória em 1960, bem como o seu desenvolvimento nas duas décadas anteriores, torna-se necessário considerar o porte e o alcance extra-estadual das atividades portuárias já instaladas, bem como o "precoce" êxodo rural verificado nos anos cinquenta — êxodo verificado por conta do início do esgotamento da cafeicultura, do maior desenvolvimento da pecuária, combinados com os novos focos de dinamismo que se delineavam no espaço urbano, entre os quais destacam-se as atividades da CVRD e a implantação de importantes unidades industriais voltadas para o mercado nacional.

A lado destas necessárias considerações, para a melhor compreensão da evolução da cidade e, em especial, para facilitar investigações mais localizadas, recomenda-se também a adoção da periodização proposta a seguir.

1. Cidade colonial: até 1872

Capital da Capitania e da Província, Vitória caracterizou-se neste período por ser uma cidade colonial, sem qual-

quer função urbana específica, senão aquelas induzidas pela administração pública. Entretanto, cabe ressaltar, que, mesmo sendo desprovida de qualquer função urbana mais qualificada, Vitória foi, até esta data, a maior e a mais importante cidade do Estado — posição esta contestada por Cachoeiro de Itapemirim a partir do momento que o café desenvolveu-se aceleradamente na região Sul.

É preciso esclarecer que esta proeminência resulta quase que exclusivamente do vazio econômico e demográfico então operante. Por outro lado, é certo que o seu *status* de sede do governo, da defesa e da Igreja acabava por monopolizar, no âmbito da Capitania e da Província, quase todas as funções urbanas requeridas pelo Espírito Santo. Até 1775, Vitória abrigava mais de 40,0% da população do Espírito Santo, proporção que foi reduzindo-se gradativamente à medida em que a população interiorizava-se e dava suporte à formação de outros núcleos urbanos. Em 1871, esta proporção chegou a 25,1% (Tabela 4.5).

Até 1872, quando os primeiros impulsos derivados da expansão cafeeira na região Central se fizeram sentir, inexistiu qualquer indício mais significativo de atividades voltadas para a exportação (quer seja na condição de colônia, quer seja na condição de economia primária-exportadora durante o império), que desse maior conteúdo à "vida urbana" da Capital. Não fosse a sua condição e sede do governo e da defesa, em nada distinguiria-se de outros tantos núcleos coloniais que se formaram ao longo da costa brasileira, apesar

TABELA 4.5
VITÓRIA NO CONTEXTO URBANO ESTADUAL: 1605-1960

ANOS	POPULAÇÃO DE VITÓRIA	POPULAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO	VIT/ES (%)
1605	700		
1730	5.000	7.773	64,3
1775	6.706	15.600 *	43,5
1790	7.225	22.493	32,1
1824	13.838	35.353	36,9
1827	12.704	35.879	35,4
1871	17.700	70.585	25,1

1900	11.850	209.783	5,6
1901	12.381	210.242	5,7
1902	12.936	227.042	5,7
1903	13.516	236.197	5,7
1904	14.122	245.721	5,7
1905	14.755	255.629	5,8
1906	15.416	265.936	5,8
1907	16.107	276.659	5,8
1908	16.829	287.814	5,8
1909	17.583	299.419	5,9
1910	18.371	311.492	5,9
1911	19.194	324.052	5,9
1912	20.054	337.118	5,9
1913	20.202	350.711	5,8
1914	20.512	364.852	5,6
1915	20.745	379.564	5,5
1916	20.900	394.869	5,3
1917	21.210	410.791	5,2
1918	21.459	427.355	5,0
1919	27.702	444.507	6,2
1920	22.094	461.306	4,8
1921	22.793	473.829	4,8
1922	23.514	486.633	4,8
1923	24.258	499.689	4,9
1924	25.026	513.366	4,9
1925	25.810	527.310	4,9
1926	26.635	541.674	4,9
1927	27.470	556.447	4,9
1928	28.347	571.649	5,0
1929	29.244	587.292	5,0
1930	30.169	603.398	5,0
1931	31.501	619.956	6,4
1932	40.751	637.803	6,4
1933	42.040	654.544	6,4
1934	34.173	672.594	5,1
1935	35.259	691.169	5,1
1936	36.369	710.282	5,1
1937	37.520	729.951	5,1
1938	38.707	750.190	5,2
1939	39.932	771.026	5,2

1940	57.448	750.197	7,7
1950	77.520	881.562	9,0
1960	159.777	1.169.553	13,7

Fonte: a) 1900-1909: Informações fornecidas por José Teixeira de Oliveira, História do Estado do Espírito Santo, op. cit.
 b) 1900-1939: IBGE, Séries estatísticas retrospectivas, op. cit., pp. 5 e 7.
 c) 1940-1960: IBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950 e 1960 (ver Tabela 4.4).
 (*) População do Estado em 1888.

das notáveis potencialidades oferecidas para o desenvolvimento de instalações portuárias.

"Sem obedecer a qualquer regularidade ou simetria, Vitória se apertava em anfiteatro à margem plácida da baía, ruazinhas estreitas, tortuosas, escorregadias, procurando o paralelismo da praia ou subindo as rampas dos morros desbelçadas pelas enxurradas e enfeitadas pelas ramas de melão de São Caetano, perdendo-se em becos ou vielas ladeirosas e labirínticas". "Ruas ou ruelas, algumas apertadíssimas, tomadas pelo vicejante capim-pé-de-galinha, calçadas ou não com pedras disformes, como a Ladeira do Pelourinho, ao longo da qual não passeavam três homens em linha de frente..."³⁷

"Pouco havia o que exportar de produtos agrícolas, de sorte que o porto era pouco frequentado e o comércio se limitava a fornecer o essencial à população. Só a pesca era farta para garantir alimentação, complementada por farinha de mandioca, feijão e fubá, enquanto a carne era escassa". "A não ser as numerosas festas religiosas, coroadas sempre com bailes e leilões e fogos, inexistiam divertimentos na cidade e o ensino se limitava a umas poucas escolas. Como fracos esteios da cultura e da comunicação, a Capital contava com um Colégio de Instrução Literária, uma Biblioteca, um pequeno Teatro, um jornal bissemanário e uma linha mensal de navio de passageiro para a Corte. Se a Capital era assim há pouco mais de 100 anos, imaginem a Província, como um todo"³⁸.

2. Cidade de âmbito "regional": de 1872 a 1920

A introdução do café na região Central representou a superação do aspecto colonial da Capital, deu-lhe dinamismo e uma função verdadeiramente urbana, acentuou as ligações diretas com o exterior e intensificou os laços comerciais com o Rio de Janeiro.

Não havia ainda qualquer relacionamento significativo, qualquer integração, entre a Capital e a região Sul (Cachoei-

³⁷ Levy Rocha, *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo, apud Ormando Moraes, Da Itália ao Brasil...*, op. cit., p.29.

³⁸ Ormando Moraes, *Da Itália ao Brasil...*, op. cit., pp.28-9 e 31. O grifo é nosso.

ro de Itapemirim), ao mesmo tempo em que o volume de transações com a região Norte era demasiadamente pequeno para surtir efeitos significativos no desenvolvimento na cidade, de modo que durante este período Vitória comportou-se como a cidade comercial (cidade "pólo") da região Central e por conta disto, apesar da sua condição de Capital, limitou-se a ser uma cidade "regional" no contexto urbano do Estado.

"Sendo assim, ficou Vitória, apesar de centralizar o aparelho político-administrativo em seu território, ligada comercialmente somente à Região Central, sem que recebesse de alguma forma, qualquer efeito de influências econômicas das outras Regiões localizadas no Estado"³⁹.

"A produção desta região (...) era canalizada e exportada pelo Porto Natural de Vitória. Este era o único porto natural com condições de receber embarcações de maior tamanho e, portanto, de realizar o comércio diretamente com o exterior, o que não havia ocorrido até a década de oitenta em função do pequeno volume de café produzido". "À medida que a produção se expandia, surgiam possibilidades de exportação direta para o exterior sem a passagem pelo Rio de Janeiro. Em 1881, aportou em Vitória o primeiro grande navio estrangeiro, e a partir de 1886 cresce significativamente o número de navios estrangeiros que chegam à Capital"⁴⁰.

O impetuoso desenvolvimento do café na região Central e as ligações diretas com o exterior mudaram a natureza da cidade e produziram um estado de euforia junto às camadas dirigentes, no caso o capital comercial exportador, que por intermédio do Estado, deu início ao audacioso projeto de transformar Vitória num centro exportador de café de expressão nacional. As ligações ferroviárias com o Sul do Estado e Minas

³⁹ Carlos Teixeira de Campos Jr., *O novo arrabalde...*, op. cit., p.60.

⁴⁰ Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, *Dinâmica cafeeira...*, op. cit., p.47. O grifo é nosso.

Gerais e o aparelhamento do porto, embora concluídos somente décadas posteriores, são projetos desta época. Entretanto o mais audacioso e mais curioso projeto deste período reside na urbanização de uma área seis vezes superior ao tamanho do núcleo urbano da Capital então existente, sob a responsabilidade do governo do Estado. Pretendia-se com a urbanização desta área, próxima ao então centro da Capital, proporcionar espaços para a consolidação e expansão do esperado centro exportador de café que, segundo as elites exportadoras locais, Vitória estaria na iminência de se transformar. A queda dos preços internacionais do café no final do século, o vazamento de excedente para outras praças e a reduzida capacidade tributária do Estado ocuparam-se por adiar por, pelo menos três décadas, a constituição deste centro exportador⁴¹.

3. Cidade de âmbito estadual: de 1920 a 1942

Cidade responsável pela centralização de praticamente todo o intercâmbio comercial do Estado do Espírito Santo com o exterior, ou seja, Vitória representava a cidade que cumpria o papel de supridora das necessidades comerciais e portuárias requeridas pela economia do café no Estado, tendo estendido marginalmente a sua influência sobre o território mineiro.

A retomada das obras de aparelhamento do porto de Vitória, que haviam sido iniciadas na década anterior (antes

⁴¹ Cf. Carlos Teixeira de Campos Jr., *O novo arrabalde...*, op. cit., pp. 86-143.

da guerra) e as ligações ferroviárias com o Sul e o Norte do Estado deram início à centralização das atividades portuárias na Capital. No início da década de quarenta já havia sido completada a centralização das atividades portuárias da Capital e Vitória já se apresentava definitivamente como a mais importante cidade do Estado.

"No decorrer da década de 1920, o porto de Vitória absorveu não só a maior parte da exportação do café produzido pelo Estado, como também apresentou uma elevação sistemática na exportação do café mineiro". "A década de 1920 foi decisiva para o posicionamento de Vitória na economia do Espírito Santo. O crescimento das vias de comunicação no Estado e a atuação das estradas de ferro proporcionaram melhores condições de transporte até Vitória, favorecendo o desenvolvimento do porto que centraliza acentuadamente o movimento comercial estadual". "Vitória já mantinha (à aquela época) um comércio estável diretamente com o exterior, libertando-se muito do Rio de Janeiro, fato que contribuiu para uma maior expansão comercial da capital (e) estimulou também o andamento das obras do aparelhamento do porto, que cada vez mais se faziam necessárias, em face do crescente movimento comercial"⁴².

Em suma, a década de vinte representou um momento de suma importância na evolução da cidade. Em decorrência das obras especificamente voltadas para o aparelhamento do porto, outras obras fizeram-se necessárias, destacando-se entre elas, o primeiro aterramento significativo verificado na baía de Vitória e a ponte que permitiu a ligação ferroviária entre a ilha (Vitória) e o continente (Vila velha e Cariacica). As obras de aparelhamento foram concluídas no início dos anos quarenta.

⁴²Penha Siqueira, *o desenvolvimento do porto...*, op. cit., pp.91-4.

4. Cidade de âmbito "nacional": de 1942 a 1966

Imediatamente após o término das obras de aparelhamento do porto cafeeiro entra em cena a CVRD, com as exportações de minério de ferro oriundas de Itabira-MG, o que requereu novos e distintos investimentos em infra-estrutura portuária, elevou o volume e o valor das operações portuárias realizadas na cidade de Vitória e aprofundou a sua influência sobre o território mineiro.

Mesmo operando com cargas originadas ou destinadas a Minas Gerais desde os anos vinte, o porto de Vitória somente em 1942, com a entrada da CVRD, deixou de ser essencialmente cafeeiro e capixaba e consolidou a sua incipiente influência sobre o território de outros Estados⁴³. Daí por diante o desenvolvimento da cidade de Vitória, conseqüentemente, deixou de estar determinado exclusivamente pelos desdobramentos das atividades produtivas (café + incipiente indústria) verificadas em solo capixaba, sem, contudo, perder as características que lhe foram imprimidas pela expansão cafeeira.

O maior desenvolvimento portuário da Capital, a maior concentração das novas terras apropriadas ao Norte, o esgotamento das terras do Sul e Centro do Estado, aliados ao incipiente desenvolvimento industrial de Vitória e de seus municípios vizinhos produziram um significativo fluxo de migrantes

⁴³ É neste sentido que se considera Vitória, nesta época, uma cidade "nacional": no sentido de estar dependente de atividades produtivas que se processam para além dos limites do Estado do Espírito Santo.

na direção da Capital, tornando-a, destacadamente, a maior cidade do Estado.

Com o início da operação do novo terminal de cargas da CVRD em 1966 (o Porto de Tubarão), encerra-se este período, que constitui a primeira fase da transição para um padrão urbano-industrial, que assumirá contornos definitivos em meados da década de setenta.

A adoção do ano de 1966 como sendo o demarcador do fim da hegemonia cafeeira no Espírito Santo requer algumas considerações adicionais: em primeiro lugar porque nesta dissertação, assim como na quase totalidade dos trabalhos que tratam do assunto, por conveniência, convencionou-se em adotar o ano de 1960 como limite da hegemonia cafeeira no Estado; em segundo lugar porque 1966 representa uma data nunca antes referida, nestes termos, na literatura local, o que pode a princípio causar espécie.

Acontecimentos ocorridos no decorrer dos anos sessenta e na primeira metade da década seguinte promoveram uma definitiva descontinuidade no desenvolvimento da Capital, fazendo-a perder completamente seu "aspecto cafeeiro", além de proporcionar uma profunda reestruturação na rede urbana estadual, alterando a hierarquia das cidades e, sobretudo, as funções por elas cumpridas.

A erradicação dos cafezais e a completa reestruturação das atividades da CVRD no Estado, são, sem dúvida, as mais significativas dentre todas as mudanças. A primeira, porque resultou numa dramática desestruturação da base produ-

tiva existente, numa queda na renda e no emprego agrícolas, além de ter "empurrado" as elites locais rumo a uma solução "local" (no caso, a industrialização leve viabilizada pelos incentivos fiscais); a segunda, além dos impactos urbanos produzidos diretamente pelas atividades da CVRD, redefiniu e ampliou toda a infra-estrutura de transportes do Estado, abrindo oportunidades para a localização de grandes investimentos voltados para o mercado externo. Assim, todas as demais transformações observadas no Estado no transcorrer dos anos sessenta e primeira metade dos anos setenta guardam direta ou indiretamente relação com as duas grandes alterações mencionadas acima.

Embora tenham sido os anos sessenta o palco das grandes mudanças, tanto a crise cafeeira quanto a reestruturação da base material da CVRD já estavam em andamento desde o final dos anos cinquenta, assim como a incipiente industrialização, sobre a qual teve grande influência o *Plano de Metas*. Importa ressaltar que no início dos anos setenta é institucionalizada a via dos "grandes projetos" (viabilizados pela presença da CVRD, Porto de Tubarão e EFVM) como alternativa à falta de perspectivas da tradicional agricultura capixaba e da industrialização até então implementada, tendo sido colocadas direta e indiretamente a serviço desta estratégia o

sistema de incentivos fiscais associado ao FUNRES⁴⁴ e o próprio BANDES.

Assim, o ano de 1966, o da inauguração do Porto de Tubarão, representa o marco final da hegemonia cafeeira no Espírito Santo e ponto de partida da segunda fase da transição rumo a uma economia industrial e urbana, que se configurará plenamente em meados dos anos setenta. A primeira fase da transição está compreendida entre 1942 e 1966, período no qual verifica-se os limites da expansão cafeeira e a instalação e operação da CVRD no Espírito Santo. Em 1966 encerra-se a hegemonia cafeeira e inicia-se a segunda fase da transição para uma economia industrial/urbana, ano que marca justamente o momento em que a CVRD inaugura o porto de Tubarão, símbolo da ampliação/redefinição das suas atividades no Estado, fato que se soma à retomada em maior escala da erradicação dos cafezais.

Em conseqüência, o ano de 1966 representa o momento no qual verifica-se a potencialização de dois movimentos dis-

⁴⁴O FUNRES - Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo, foi criado pelo Decreto-Lei 880 de 18 de setembro de 1969, com a finalidade de reativar o desenvolvimento econômico do Estado por meio de ajuda financeira (participação acionária e operações de crédito) para empreendimentos industriais e agropecuários. Os recursos que compõem o Fundo originam-se de duas fontes: até 33% do imposto de renda devido por pessoas físicas e jurídicas domiciliadas no Espírito Santo e 5% do ICM a recolher. Para gerir o FUNRES o mesmo decreto criou o GERES - Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo. As operações financeiras do FUNRES e os estudos técnicos são realizados pelo BANDES - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (cf. Haroldo Corrêa Rocha e Angela Morandi, *Antecedentes e evolução recente...*, op. cit., pp. 20-2).

tintos e independentes, mas que vinham produzindo o mesmo resultado. Ou seja, a ampliação/diversificação das operações da CVRD e a retomada do processo erradicatório numa escala maior resultam na aceleração da construção do novo padrão urbano e na intensificação do processo de desmontagem do velho, movimentos que, sob a ação de certas iniciativas tomadas pelas elites locais, acabaram por fundir-se e deram início ao segundo momento da transição para uma economia industrial/urbana.

Muito embora a imediata descontinuidade do desenvolvimento sócio-econômico do estado tenha sido provocada pela erradicação do café, os novos rumos do desenvolvimento só podem ser explicados pela presença/importância material e institucional da CVRD no Espírito Santo. Durante este período de transição foram potencializadas tendências já timidamente em movimento desde os anos cinquenta: a cidade de Vitória conturbou com as áreas urbanas e sedes dos municípios vizinhos, criou/urbanizou outras, e acabou por promover uma progressiva interdependência entre os municípios, bem como uma nítida segmentação do espaço urbano, constituindo-se o aglomerado urbano da "Grande Vitória".

Ao se iniciar a década de oitenta a "Grande Vitória" já apresentava características bem avançadas de metrópole, com áreas intra-urbanas (residencial de baixa renda, residencial de classe média, residencial de luxo, industrial pesada, industrial leve, comércio atacadista, comércio varejista, lojas de departamento, serviços públicos etc.) perfeitamente

definidas, condição esta que se tornou inequívoca ao se iniciar a década de noventa.

Entende-se que a construção e o início da operação da CST (Companhia Siderúrgica de Tubarão), na segunda metade dos anos setenta, jogaram papel importante na passagem de Vitória de "aglomerado urbano" para a condição de incipiente região metropolitana. A CST é tomada como sendo o marco final de um conjunto de grandes investimentos realizados no Espírito Santo, tendo sido todos eles influenciados de uma forma ou de outra pela presença e porte de CVRD no Estado. Os pesados investimentos em infra-estrutura ferroviária e portuária executados no Estado no início dos anos sessenta abriram novos horizontes para a acumulação no Espírito Santo, contribuíram direta e indiretamente para a mudança do padrão urbano e, em particular, redefiniram por completo o perfil físico e intra-urbano do "aglomerado urbano da Grande Vitória".

Ao centrarem a argumentação somente na erradicação do café, muitos analistas têm minimizado a importância da CVRD neste processo de mudança e, em particular, o papel do Porto de Tubarão. O novo porto revolucionou todos os padrões locais urbanos até então existentes em Vitória, tendo aberto na região norte da cidade (Carapina no município da Serra e Goiabeiras em Vitória) uma fronteira para a expansão industrial, residencial e comercial. Além do Porto de Tubarão, foram instalados naquela região o CIVIT (*Centro Industrial de Vitória*), as usinas de pellets de minério de ferro da CVRD e

as suas associações⁴⁵, além da própria CST, que possui um porto privativo (Porto de Praia Mole). Localizaram-se nesta região investimentos diretamente derivados da CST: indústria de cimento, pólo carboquímico, além de inúmeras firmas prestadoras de serviços à CST e CVRD, entre as quais destacam-se um significativo parque metal-mecânico.

Aproveitando-se da infra-estrutura, dos incentivos oferecidos pelo CIVIT e dos próprios incentivos fiscais do FUNRES, outros investimentos materializaram-se na região de Carapina, tornando-a a maior concentração industrial do Estado. O resultado destes investimentos refletiram-se no vertiginoso crescimento populacional de Carapina e Goiabeiras, transformando a região norte da Capital num dos mais privilegiados espaços para a localização de indústrias, serviços produtivos e comércio de produtos intermediários, máquinas e equipamentos.

Assim, a Rodovia Carlos Lindemberg e as BRs 262 e 101-sul, que representavam até o final dos anos sessenta os dois eixos privilegiados para a localização industrial, passaram a ser preteridos em favor da zona norte, o que, como já foi assinalado, representou uma mudança do perfil físico da cidade (embora o centro continuasse a abrigar um importante porto, o grosso do movimento de cargas, basicamente as da CVRD, foi transferido para a Ponta de Tubarão), alterou o padrão urbano (a cidade deixou de ser simplesmente o ponto nodal de uma região cafeeira local, passando a refletir os desdobramentos diretos e indiretos do novo porto, quais sejam, uma drástica

elevação no volume de cargas e a própria industrialização/urbanização do Estado) e cristalizou nitidamente uma especialização do espaço intra-urbano da Grande Vitória.

Em última análise isto vem demonstrar a forte dependência da cidade frente às atividades portuárias, bem como frente àquelas dinamizados pelo porto: não seria exagerado afirmar que a constituição da Grande Vitória, o seu desenvolvimento industrial recente e a sua embrionária condição de região metropolitana são todos eles fenômenos que resultaram (direta e/ou indiretamente) da ampliação/relocalização das atividades portuárias. Mesmo durante o "período cafeeiro", os primeiros vazamentos da cidade de Vitória na direção dos municípios vizinhos estão relacionados com as atividades portuárias e com as instalações da CVRD.

Enfim, o ano de 1966 marca o fim do padrão urbano do café e dá início a um novo tipo de urbanização, que amadurece a partir de meados dos anos setenta e que irá conferir à cidade de Vitória, na década de noventa, traços bem característicos de uma região metropolitana.

O resultado desta drástica mudança do padrão urbano é um quadro onde, em 1990, segundo estimativas do Instituto Jones dos Santos Neves, 44,4% da população do Estado (1.156.000 habitantes) encontram-se concentrados na Capital ("aglomerado urbana da Grande Vitória"), o que difere diametralmente do quadro vigente no período cafeeiro: 7,7% em 1940 (57.448 habitantes); 9,0% em 1950 (77.520 habitantes) e 13,7% em 1960 (159.777 habitantes). A elevação do peso da Capital no total

da população estadual a partir de 1950 fica bem evidente se considerar que nas quatro primeiras décadas do século a participação do município e Vitória, ano a ano, na população do Estado flutuou entre 4,8% e 5,9%. Esta estabilidade é o resultado da consolidação e expansão de uma agricultura familiar que requeria poucos e, relativamente invariáveis, serviços urbanos, com o que a expansão da população do município de Vitória cresceu rigorosamente, por quatro décadas, na mesma proporção da população do Estado. Estas proporções começam a se alterar a partir de 1940 e tornam-se substancialmente distintas ao longo dos anos cinquenta (Tabela 4.5).

CAPÍTULO V

CAFÉ E URBANIZAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste Capítulo busca-se apresentar de forma sistematizada os principais resultados aos quais chegou-se no decorrer de todo o percurso desta dissertação. A título de **considerações finais**, apresenta-se um apanhado sintético das principais conclusões às quais chegou-se no decorrer desta dissertação, que cumprem formalmente o papel de conclusão do trabalho. Particularmente para o caso da desestruturação do padrão urbano do café e do papel jogado pela erradicação dos cafezais neste processo, as conclusões às quais chegou-se nesta dissertação representam algo surpreendente, se comparadas com certas considerações superficiais que têm se firmado como lendas na literatura de história e de economia produzida no Estado.

Nas dissertações, teses e monografias, bem como em relatórios de pesquisa, em geral, a conclusão representa o momento culminante da exposição, o momento no qual são explicitadas as conexões mais íntimas, a própria razão de ser do documento — conexões que, no entanto, devem resultar naturalmente inteligíveis pela simples leitura de todas as partes que o compõem.

Não raramente, afora para os leitores que se situam acima do padrão médio, quer seja pela experiência acumulada

no tema, quer seja pelo maior potencial intuitivo, estas conexões só resultam factíveis para o próprio autor, sendo que, para a maioria dos leitores, nas partes continuam sendo "partes" e o "todo" que aparece explícito na conclusão costuma ser surpreendente, pelo elevado grau de descolagem que guarda frente ao que foi exposto no interior das partes. Nestes casos a conclusão assemelha-se mais à solução de um quebra-cabeças, sobre o qual, a princípio, somente o próprio autor domina o segredo.

Nesta dissertação não pretende-se dar à conclusão o *status* de momento culminante do documento, uma vez que optou-se por um estilo de exposição na qual procurou-se deixar explícitas, desde o início do documento, as conclusões fundamentais, que foram sendo justificadas, aprofundadas e reafirmadas no decorrer da exposição. Sendo assim, o que será feito a seguir resume-se à uma representação sistematizada das conclusões já expostas no decorrer da dissertação.

Procurou-se expor nesta dissertação um tipo de urbanização fraca e dispersa: fraca, porque a maioria da população residia e produzia no campo, onde se realizava a quase totalidade da produção material que dava sustentação à vida urbana; dispersa, porque, a despeito de a Capital concentrar parte significativa e crescente da população urbana, ao longo de praticamente um século os núcleos urbanos nasceram e se fizeram presentes por quase todo o Estado, seguindo e dando suporte à expansão cafeeira. Ou seja, um tipo de urbanização produzido por um padrão de desenvolvimento da cafeicultura

que, por estar organizado à base da pequena produção familiar quase auto-suficiente, não logrou organizar-se sob a forma de um complexo econômico, em decorrência do que foi restringido o avanço da divisão social do trabalho e não se desenvolveram, conseqüentemente, os mercados de trabalho e de produtos. Um tipo de urbanização que teve iniciada a sua desestruturação por conta dos limites que a cafeicultura em bases familiares passou a enfrentar no segundo pós-guerra, limites potencializados pela presença da CVRD, pelo desenvolvimento urbano e industrial nos Estados do centro-sul e pela complementaridade inter-regional que aprofundava-se então na economia brasileira. Foi exatamente este padrão específico de cafeicultura a atividade econômica responsável pela formação e desenvolvimento de quase todos os núcleos urbanos existentes no Estado do Espírito Santo em 1960.

Poucos são os núcleos urbanos atuais que não guardam uma relação íntima com a cafeicultura e, dentre estes, a maioria consiste de núcleos fundados, ainda na fase colonial, na embocadura ou na margem (poucos quilômetros distantes da foz) dos rios que serviam de via de acesso ao interior. Guarapari, São Mateus, Conceição da Barra e Linhares são importantes núcleos que enquadram-se neste caso. Os dois últimos, depois de fundados, mantiveram-se estagnados até o momento em que o desbravamento do litoral Norte proporcionado pela expansão madeireira e pecuária, com mais intensidade a partir do pós-guerra, veio dar-lhes ânimo. São Mateus também recebeu os impulsos positivos deste desbravamento, mas já constituía-se

como cidade importante do litoral Norte desde a segunda metade do século passado, pois centralizava as transações comerciais de uma região produtora de farinha de mandioca que intercambiava diretamente com o Sul da Bahia, Salvador e Rio de Janeiro. Quanto a Guarapari, de aldeamento de índios, em sua origem, passou a captar alguns impulsos originados da expansão do café na região Central até o momento em que Vitória notabilizou-se como a cidade comercial desta região. Durante a primeira metade deste século, Guarapari manteve-se estagnada, sem maiores perspectivas, até o momento em que, pela via do turismo de alta renda, integrou-se ao "centro dinâmico da economia brasileira" — Rio de Janeiro e São Paulo.

Por mais de cem anos a expansão do café explicou os movimentos demográficos, a estruturação da rede urbana e a definição de uma determinada hierarquia de cidades — esta é uma opinião relativamente difundida na literatura local, ainda que não apareça explícita da maioria dos trabalhos.

Embora represente uma correta e importante consideração acerca da realidade urbana do Estado, este tipo de "conclusão" está muito aquém de constituir "toda a verdade" sobre o processo de urbanização verificando no Espírito Santo durante a hegemonia cafeeira, na medida em que não qualifica precisamente as condições sócio-econômicas sobre as quais ergueu-se a produção do café no Estado, com o que torna-se incapaz de revelar satisfatoriamente o relacionamento que se estabelecia então entre o café e o (não) desenvolvimento urbano.

Considerando superficial e insatisfatória esta forma

de abordagem e considerando também que sem um tratamento sistemático das condições de produção e comercialização observadas na cafeicultura capixaba torna-se impraticável uma compreensão adequada da sua "vida urbana", optou-se por "reconstruir", nesta dissertação, o percurso econômico e demográfico da economia estadual entre 1850 e 1960. Nesta "reconstituição" procurou-se enfatizar e detalhar as condições de produção e comercialização do café, destacando-se a cadeia de comercialização e as demandas que a cafeicultura organizada á base do trabalho familiar produziu junto ao meio urbano.

Tendo-se em mente a economia familiar que vigorou no Espírito Santo até 1960 e o correspondente tipo de estrutura sócio-econômica desenvolvido, entende-se melhor o porquê das funções urbanas requeridas pela economia cafeeira capixaba terem sido tão simples, resumindo-se quase que exclusivamente ao comércio de mercadorias e à administração pública (municipal, estadual e federal). Além do mais, o espaço econômico altamente homogeneizado não proporcionou uma diferenciação horizontal (ou espacial) entre os núcleos urbanos, de tal modo que as diferenças entre os mesmos decorriam exclusivamente da posição que cada um ocupava na rede urbana. Por seu turno, estas distintas posições, abstraindo-se da administração pública, associavam-se aos distintos papéis cumpridos por cada núcleo na cadeia de comercialização, o que deu ensejo à formação de três tipos básicos de núcleos urbanos: a vila, o núcleo de importância "regional" (Cachoeiro de Itapemirim e Colatina) e o núcleo de importância estadual (Vitória), cada

qual associado a um específico papel na cadeia de comercialização. Em suma, foi o capital comercial, por intermédio da cadeia de comercialização, quem definiu a diferenciação vertical (ou funcional) dos núcleos urbanos durante a hegemonia cafeeira.

Ao nível das vilas (e povoados), o capital comercial, na figura dos vendeiros, recolhia capilarmente a produção de café junto aos produtores e lhes vendia os produtos industrializados. Esta produção, transportada em lombo de burro, era centralizada em determinados núcleos urbanos onde se processava a conversão entre as modalidades de transporte. Nestes núcleos assumiam atuação destacada os intermediários (ou seja, comerciantes proprietários de tropas de burro), que estabeleciam a ligação entre os extremos da cadeia de comercialização. Destas cidades o café era conduzido, por via férrea ou por navegação fluvial, para Vitória, onde era exportado — operação final executada sob a responsabilidade das casas de exportação/importação¹. O caminho inverso era cumprido pelos produtos industrializados, que, adquiridos em Vitória junto aos importadores, ganhavam o interior do Estado pelas mãos dos intermediários. Até os anos iniciais da década de trinta estes produtos eram sobretudo importados do exterior.

Na medida em que as funções urbanas se resumiam ao

¹No caso de Cachoeiro de Itapemirim, até meados dos anos vinte o café era conduzido para o Rio de Janeiro, a partir de quando o fluxo foi orientando-se progressivamente para Vitória.

comércio de café e de produtos industrializados, numa economia espacialmente homogênea, os núcleos urbanos distinguiram-se um do outro somente pela posição ocupada na cadeia de comercialização. Neste caso, os núcleos de importância "regional", palco da ação dos comerciantes intermediários, dadas as condições técnicas sob as quais operava a estrutura de transporte, desenvolveram-se nos pontos de conversão de modalidades de transporte. No caso da região Central do Estado, a relativa facilidade de transporte e a proximidade entre Vitória e Cachoeiro de Santa Leopoldina inviabilizou a transformação deste último num núcleo de importância "regional", apesar de ter sido o ponto de apoio para a expansão da cafeicultura nesta região. Em suma, o comerciante intermediário é uma decorrência da atuação do capital comercial, enquanto que os núcleos de importância "regional" decorrem das condições técnicas do sistema de transporte. Em existindo a necessidade de conversão de modalidade de transporte, sob a ação dos comerciantes intermediários, desenvolveram-se os núcleos urbanos "regionais".

Entende-se que, ao se incorporar as condições de produção e comercialização e ao se fazer referência explícita à estrutura de transporte, ganha maior sentido a consideração de que o café foi a base para a formação e desenvolvimento de quase todos os núcleos urbanos do Espírito Santo até 1960.

Apesar de mais realista e mais qualificada, esta consideração não deixa de ser também, de certa forma, incompleta e até certo ponto caricata. Quando se afirma, nesta disser-

tação, que o desenvolvimento da cafeicultura no Espírito Santo deu oportunidade ao desenvolvimento de três tipos básicos de núcleos está-se excluindo, propositalmente, outros núcleos que cumpriam funções híbridas. O objetivo desta exclusão é o de evidenciar, mesmo que esquematicamente, os determinantes e os pilares fundamentais da rede urbana e para tanto prestam-se satisfatoriamente os tipos básicos (vila, núcleo "regional" e o núcleo exportador). A estes, opõem-se os tipos híbridos, a saber:

a) grande número de sedes municipais (núcleos de importância política e econômica, em tese, superior às vilas do respectivo município) e que atuavam simultaneamente como núcleos de "apoio" direto à produção (papel do vendeiro) e como *locus* de um primeiro nível de intermediação²;

b) reduzido número de sedes municipais, que pela particular localização na rede de transportes, por situarem-se próximos às ferrovias, foram capazes de estabelecer um frequente (mas não significativo) intercâmbio direto com Vitória (núcleo exportador/importador), muito embora tenham continuado sob a influência dos seus respectivos núcleos "regionais";

c) casos isolados de vendeiros, proprietários de tro-

² Nestas sedes municipais o capital comercial manifestava-se no vendeiro, na primeira intermediação e no comerciante intermediário propriamente dito (o dono de tropas de burro que intercambiava com as casas situadas em Vitória). A primeira intermediação representava um elo, nem sempre relevante, situado entre o vendeiro e o comerciante intermediário: trata-se, na maioria dos casos, de vendeiros de maior porte.

pas, que faziam a ponte entre o produtor e as casas de exportação, atuando fortuitamente no papel de comerciantes intermediários.

Como núcleos que fogem aos tipos básicos, devem ser lembrados um sem número de povoados, isto é, pequenos núcleos urbanos não dotados do *status* de vila. Estes povoados não aparecem como realidade urbana nos dados censitários, mas caracterizam-se pela presença de um conjunto de residências relativamente próximas, de um templo da Igreja católica ou luterana e de algumas casas de comércio ("vendas"), sendo algumas delas de porte relativamente grande para o tamanho do povoado.

Neste particular, para uma economia agrária como a que se organizou no Espírito Santo, especialmente pela natureza familiar da produção e pelo reduzido índice de concentração da terra, os núcleos urbanos distritais (as vilas), não se prestam plenamente como categoria urbana para a análise do pontual intercâmbio entre cidade e campo, dada a existência de um sem número de povoados que cumpriam também esta função específica, mas que não aparecem nos dados censitários. Por outro lado, em muitos distritos inexistia propriamente uma "sede". Tratava-se de distritos que não tinham uma definida apresentação sob a forma de núcleo urbano, ou seja, era desprovidos de uma mínima concentração de pessoas e atividades em determinado ponto do espaço.

Em suma, a realidade urbana do Estado do Espírito Santo caracterizava-se, então, pela existência os seguintes

tipos de núcleos urbanos:

- a) núcleos básicos (aqueles que definiam a rede urbana);
- b) núcleos híbridos;
- c) inúmeros casos de povoados importantes que não tinham o *status* de vila;
- d) alguns casos de distritos que não apresentavam nitidamente configurado um aglomerado de pessoas e atividades sob a forma de núcleo urbano.

O desenvolvimento desta realidade urbana, até o estágio em que ela se encontrava em 1960, verificou-se, por etapas, de forma descontínua no tempo e no espaço. Para melhor ilustrar a formação da rede urbana existente em 1960, subdividiu-se, esquematicamente, o seu desenvolvimento em seis momentos, como segue:

1. Em meados do século XIX verificou-se a fundação de Cachoeiro de Itapemirim, cidade suporte da "frente pioneira" vinda do Vale do Paraíba e que ocupou os vales dos rios Itapemirim, Castelo e Itabapoana. Cachoeiro de Itapemirim atuou como núcleo urbano centralizador do comércio de café e distribuidor dos produtos industrializados na região Sul do Estado; região, cujo desenvolvimento deu-se inicialmente em bases escravistas, depois convertido para uma economia de pequena produção familiar. Até os anos iniciais da década de vinte deste século as transações comerciais e financeiros desta região realizavam-se quase que exclusivamente com a praça da cidade

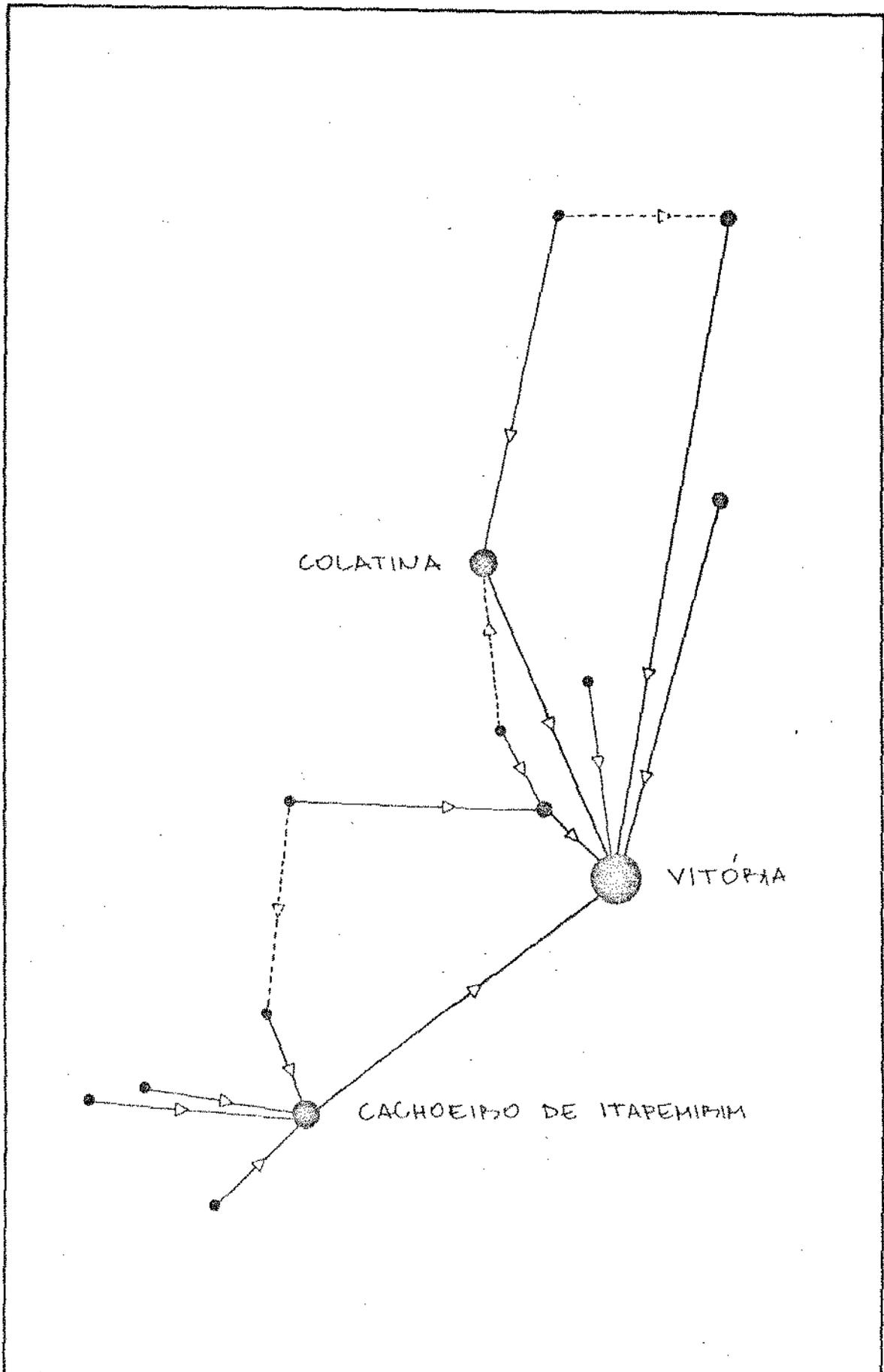
do Rio de Janeiro, onde operava o capital comercial importador/exportador. Outros núcleos relevantes desenvolvidos pelo café na região Sul e que chegaram a estabelecer intercâmbio direto com Rio de Janeiro e, posteriormente, Vitória, mas que mantiveram-se subordinados à centralidade de Cachoeiro de Itapemirim, são: Alegre, Castelo, Guaçuí e Mimoso do Sul.

2. Ainda no século passado, ao longo dos anos setenta e oitenta, Vitória converteu-se, por obra do desenvolvimento da economia do café na região Central, num núcleo urbano comercial e passou a atuar como cidade "polo" desta região. A ocupação econômica da região Central deu-se pela via da imigração européia, sob a forma de núcleos de povoamento, o que deu ensejo ao desenvolvimento de uma economia cafeeira centrada na pequena produção. Até então Vitória limitava-se a ser uma "cidade" típica da fase colonial, fundada pela Coroa, na embocadura de um rio e destinada sobretudo a defender o litoral do assédio das outras nações coloniais. As "atividades urbanas", em particular o comércio, limitavam-se a atender as reduzidas necessidades provenientes do gasto público (administração e defesa), dada, no caso do Espírito Santo, a inexistência de uma agricultura exportadora, nos moldes coloniais ou primário-exportador. Esta situação perpetuou-se praticamente até a proclamação da república, após o que intensificou-se o fluxo de imigrantes europeus para a região Central, o que deu à Capital do Estado ares de uma cidade comercial. O primeiro embarque de café realizado diretamente para o exterior nos anos iniciais da década de oitenta e o projeto de

transformar Vitória num grande centro exportador, formulado no transcorrer dos anos noventa e que envolveu o início da utilização de uma área inúmeras vezes superior ao perímetro urbano então existente, são indícios das transformações operadas sobre a cidade de Vitória; em conseqüência da introdução da cafeicultura na região Central do Estado. Cachoeiro de Santa Leopoldina, Santa Tereza e Afonso Cláudio são importantes núcleos urbanos da região Central, que desenvolveram-se "polarizados" pela cidade de Vitória.

3. No limiar do atual século é fundado o núcleo urbano de Colatina, acontecimento que representou uma conseqüência imediata da ação das correntes migratórias oriundas da região Central do Estado (os primeiros excedentes demográficos dos núcleos de povoamento) e que alcançaram o curso médio do Rio Doce na última década do século passado, descendo pelos afluentes da margem sul. Poucos anos após a fundação Colatina já mantinha, por intermédio da Estrada de Ferro Vitória-Minas, intercâmbio regular com Vitória, o que reforçou sobremaneira a sua condição de cidade ponto de apoio à "frente pioneira". Assim, mesmo sendo um núcleo urbano de reduzidas proporções, inclusive de tamanho inferior a alguns núcleos urbanos do Sul do Estado "polarizados" por Cachoeiro de Itapemirim, Colatina tornou-se a cidade "polo" da região Norte, deslocando o "centro de gravidade" do litoral para o interior do Estado, e firmou-se, no decorrer dos anos quarenta, como um dos três mais importantes núcleos urbanos do Espírito Santo, ao lado de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim. Na região Norte, como

DIAGRAMA 04 - APRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA
HIERARQUIA DOS NÚCLEOS URBANOS NO
PADRÃO URBANO DO CAPÉ



importante núcleo urbano cafeeiro subordinado à Colatina destacava-se apenas Nova Venécia.

4. A partir de meados da década de vinte verifica-se uma progressiva centralização das atividades urbanas em Vitória, particularmente daquelas funções direta ou indiretamente associadas ao comércio importador/exportador. Esta centralização verificou-se mais intensamente com as transações comerciais da região Sul, onde, determinadas funções, antes cumpridos pela cidade do Rio de Janeiro, foram sendo transferidas para Vitória. Com isto a Capital do Estado deixou de ser simplesmente uma cidade "regional" ("polo" da região Central) e assumiu funções de cidade de âmbito estadual, na medida em que passou a monopolizar, no contexto estadual, determinadas atividades urbanas requeridas pelas três regiões. Do ponto de vista físico, esta centralização das atividades urbanas na Capital do Estado traduziu-se na retomada e aceleração das obras de aparelhamento do porto e nas obras de infra-estrutura urbana e de remodelagem do centro de Vitória, entre as quais destaca-se as "cinco-pontes", ligando a ilha (o porto de Vitória) ao continente, inaugurada em 1926.

5. No início dos anos quarenta são concluídas as obras de aparelhamento do porto de Vitória, quase ao mesmo tempo em que a CVRD dá início às exportações de minério de ferro pelo litoral capixaba. As operações da CVRD na Capital do Estado (incluindo até mesmo a construção de um terminal próprio para o embarque do minério), pelo porte e perfil das novas demandas urbanas que passaram a exigir, acabaram por produzir um rela-

tivo "descolamento" da cidade de Vitória frente à dinâmica da cafeicultura estadual. Neste sentido, em decorrência da presença da CVRD, a cidade deixou de ser exclusivamente cafeeira e capixaba, uma vez que passou a ser dinamizada também pelas demandas originadas da exportação de minério de ferro, ao mesmo tempo em que aprofundou sua influência no território mineiro. No decorrer desta mesma década, à proporção em que avançava a "frente pioneira" rumo ao Norte e que as condições de produção do café agravavam-se ao sul do Rio Doce, incrementava-se o fluxo de imigrantes que afluíam para o Norte do Estado (agora não só os excedentes demográficos dos núcleos de povoamento da região Central, mas também da região Sul) e Colatina consolidava-se como o terceiro núcleo urbano do Estado. Pode-se dizer que na década de quarenta, mais precisamente no imediato pós-guerra, a rede urbana do café no Espírito Santo encontrava-se plenamente estruturada.

6. Nos anos cinquenta, imediatamente após a sua plena estruturação, a rede urbana produzida pela expansão da cafeicultura familiar no Espírito Santo ingressa num irreversível processo de desestruturação. Esgotamento das terras e fechamento da fronteira agrícola ao sul do Rio Doce; terras não adequadamente apropriados ao cultivo do café no Norte do Estado, são elementos que, conjugados com a queda dos preços internacionais, passaram a representar sérios obstáculos à continuada reprodução da cafeicultura de pequena produção em solo capixaba. O então intenso ritmo com o qual verificavam-se a urbanização e a industrialização nos Estados do centro-

sul do Brasil, num contexto de progressiva integração do mercado interno, acelerou no Espírito Santo o desenvolvimento de determinadas atividades complementares, que, somadas à presença da CVRD, converteram-se em novos vetores de desenvolvimentos econômico e urbano para o Estado. Resulta daí, por intermédio do desenvolvimento da pecuária e da indústria extrativa de minerais não metálicos, o fortalecimento da cidade de Cachoeiro de Itapemirim, que acabou por apresentar, a partir de então, uma dinâmica bastante alheia ao comportamento específico da cafeicultura. Do mesmo modo, na Capital do Estado (inclusive Vila Velha e Cariacica), por conta da implantação de importantes unidades industriais e da presença da CVRD, observou-se um incremento relativamente grande da população urbana, sem que se verificasse uma contrapartida em termos de geração de empregos. Ou seja, as transformações operadas ao nível da economia brasileira e seus respectivos desdobramentos na economia local, em presença de uma agricultura decadente, produziram um "precoce" inchamento urbano no Espírito Santo e acentuaram a concentração urbana em Vitória³. Em suma, o padrão urbano do café, na sua máxima expressão, para o Estado um todo, não chegou a durar propriamente uma década, pois, uma vez plenamente configurada a rede urbana, iniciou-

³ "Precoce" porque antecedeu à deliberada política de "modernização conservadora" praticada na agricultura brasileira a partir do final dos anos sessenta. No Espírito Santo, como de fato em todo o Brasil, o "inchamento" urbano, o "abandono" do campo e o crescimento dos índices que expressam a concentração fundiária são fatos que antecedem à modernização da agricultura.

se imediatamente, por obra de elementos internos e externos ao Estado, a sua desestruturação.

Sobre este período, em particular, é preciso assinalar ainda que no decorrer da segunda metade dos anos cinquenta acelera-se a transição do Estado rumo à economia urbana e industrial, características definitivas do Estado a partir dos anos setenta. Além do mais, entende-se que os acontecimentos sócio-econômicos ocorridos no período situado entre 1942 e 1966 expressam, de uma forma ou de outra, os efeitos da gravitação do mercado nacional já unificado, bem como das políticas nacionais daí decorrentes, sobre a economia do Estado do Espírito Santo, para quem até então o mercado internacional significava a principal fonte de dinamismo.

A hegemonia da cafeicultura familiar e o estilo de urbanização a ela associado atingem seu limite no imediato pós-guerra e logo em seguida inicia-se a sua desestruturação. A explicação para a quebra deste padrão produtivo/urbano reside no esgotamento da própria cafeicultura e na aceleração do processo de integração do Espírito Santo ao mercado nacional, processo que acentuou o dinamismo de algumas potencialidades naturais. A instalação da CVRD em solo capixaba contribuiu decisivamente com a transição rumo a um novo tipo de urbanização. Por sua vez, os baixos preços vigentes na segunda metade da década de cinquenta somaram significativamente no sentido de acelerar a estagnação da cafeicultura capixaba, principalmente se se considerar que a lavoura passava por problemas muito sérios e até mesmo insolúveis: baixa pro-

atividade, qualidade inferior, esgotamento dos solos e da "fronteira ecológica", de modo que a crise dos preços internacionais veio reforçar uma trajetória irreversível.

Neste contexto, a erradicação dos cafezais representou, pelos seus efeitos, um estímulo a mais na direção de uma maior diversificação da economia do Estado, pois a partir de sua implementação iniciou-se uma firme atuação das elites locais, através do setor público, objetivando buscar novas fontes de dinamismo e estimulando ao mesmo tempo aquelas já existentes. Esta atuação procurou fortalecer, ainda que de forma desorganizada e mesmo inconsciente, os incipientes laços que vinham integrando o Estado ao conjunto da economia nacional: apoiando o aproveitamento econômico de potencialidades naturais; buscando desenvolver atividades industriais com penetração nos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo; atraindo e/ou criando facilidades para investimentos de grande vulto, os chamados "grandes projetos".

Em síntese, antes da erradicação, a decadência da cafeicultura capixaba já se encontrava configurada; decadência esta assentada em causas externas e, principalmente, em causas internas. Além do mais, o "sucesso" da política de desenvolvimento industrial assumida pelo governo estadual assentou-se muito mais nos movimentos de integração da economia local ao mercado nacional, sob a influência particular das economias do Distrito Federal e Minas Gerais, do que numa pretensa coerência e/ou acerto dos planos e programas implementados. Em particular, a deliberada política voltada para

a atração de investimentos de vulto, os "grandes projetos", só se verificou "vitoriosa" (e, conseqüentemente, só pode ser corretamente compreendida) no contexto da ampliação/diversificação das atividades da CVRD em solo capixaba.

Caso não tivesse sido executada a tão "avassaladora" política de erradicação dos cafezais, muito provavelmente o Espírito Santo experimentaria uma passagem mais lenta para um quadro urbano/industrial, uma vez que tanto o "colapso" da agricultura familiar teria se verificado de forma mais lenta do que o observado, como também, provavelmente, a expansão industrial não teria sido estimulada e facilitada como foi. Ou seja, a erradicação do café, no caso do Espírito Santo, atuou como um catalizador, acentuando tendências já em processo desde meados dos anos quarenta, não podendo por isto ser apresentada como sendo a única e nem mesmo a maior responsável (como tem sido feito até hoje) pela desestruturação da agricultura familiar e pela explosão urbana dos anos setenta, ou seja, pelo colapso do padrão urbano do café. Mudanças qualitativas e quantitativas verificadas ao nível dos setores produtivos conduziram o Estado do Espírito Santo para um novo estilo de desenvolvimento urbano, marcado pela predominância das atividades industriais e pela formação de grandes aglomerados urbanos, em tudo diferentes dos núcleos urbanos produzidos pela expansão do café em bases familiares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e transição: o Espírito Santo (1859/1888)*. Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- BECKER, Bertha K., BERNARDES, Lysia M. C. Estrutura do espaço. In: BERNARDES, Nilo (Org.). *Um caso de desigualdades regionais do desenvolvimento: o Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro, 1971. Trabalho apresentado ao Colóquio Sobre Desigualdades Regionais do Desenvolvimento, organizado pela União Geográfica Internacional (UGI), por intermédio da "Comissão para os Aspectos Regionais do Desenvolvimento Econômico". Vitória, 12 a 15 abril 1971.
- BITTENCOURT, Gabriel. *Esforço industrial na república do café*. Vitória, FCAA, 1982.
- CAMPANHA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Estudo de desenvolvimento regional (Espírito Santo)*. Rio de Janeiro, CAPES, 1959.
- CAMPOS Jr., Carlos Teixeira de. *O novo arrabalde: aspectos da formação urbana de Vitória*. São Paulo, 1985. Dissertação (mestrado) — Universidade de São Paulo/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1985.
- CANO, Wilson. Dinâmica da economia de São Paulo: uma proposta de investigação. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, v.25, n.1, p.15-25, jan./jul. 1985.
- _____. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930). *Estudos Econômicos*. São Paulo, v.15, n.2, p.291-306, maio/ago. 1985.

- CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo, Global, 1985.
- _____. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2. ed. São Paulo, T. A. Queiroz, 1981.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- CELIN, José Lazaro. *Migração européia, expansão cafeeira e o nascimento da pequena propriedade no Espírito Santo*. Porto Alegre, 1984. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, 1984.
- CELIN, Marilza. *Migração interna no Espírito Santo: 1940-1980*. Belo Horizonte, 1982. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal de Minas Gerais/Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, 1982.
- CHAYANOV, Alexander V. *Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas*. In: SILVA, José Graziano da, STOLKE, Verena (Orgs.). *A questão agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- DERENZI, Luiz Serafin. *Da proclamação da república aos anos 60*. In: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO (Org.). *As etapas do processo histórico de desenvolvimento sócio-econômico do Espírito Santo*. Vitória, BANDES, 1975.
- FAJNZYLBER, Fernando. *La industrialización trunca de América Latina*. México, Nueva Imagem, 1983.

FERREIRA, Sinésio Pires. *Espírito Santo: dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional*. Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto de Economia Industrial, 1987.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. *Estudos populacionais para cidades, vilas e povoados do Espírito Santo - 1985/2010*. Vitória, IJSN, 1985, v.1.

_____. *Estudos populacionais para cidades, vilas e povoados do Espírito Santo - 1985/2010 (perfil dos povoados do Espírito Santo)*. Vitória, IJSN, 1985.

IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, 1959, v.22.

_____. *Séries estatísticas retrospectivas*. Rio de Janeiro, 1986, v.1.

LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo, Nobel, 1988.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

MORAES, Ormando. *Da Itália ao Brasil: história de uma família*. Vitória, FCAA/Dadalto S/A, 1981.

_____. *Por serras e vales do Espírito Santo: a européia das tropas e dos tropeiros*. Vitória, IHGES, 1989.

MORAIS, Cícero. *O paralelo 20 passa no Espírito Santo*. Vitória, DIO, 1953.

MORANDI *et alii*, Angela. *Alguns aspectos do desenvolvimento econômico do Espírito Santo (1930-1970)*. Vitória, UFES/NEP, 1984.

NEGRI, Barjas, GONÇALVES, Maria Flora, CANO, Wilson. *O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no estado de São Paulo (1920-1980)*. São Paulo, SEADE, 1988, v.1, n.1.

NEVES, Luiz Guilherme Santos. *O século XX*. In: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO (Org.). *As etapas do processo histórico de desenvolvimento sócio-econômico do Espírito Santo*. Vitória, BANDES, 1975.

PENEDO, Roberto da Cunha, *Aperfeiçoamento e atualização de indicadores econômicos para o Espírito Santo*. Vitória, UFES/NEP, 1982.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do estado do Espírito Santo*. 2. ed., Vitória, FCES, 1975.

RIOS, José Arthur. *Diagnóstico para o planejamento econômico do Espírito Santo*. Vitória, FIES, 1966.

_____. *Aspectos sociais do desenvolvimento*. In: BERNARDES, Nilo (Org.). *Um caso de desigualdade regionais do desenvolvimento: o Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro, 1971. Trabalho apresentado ao Colóquio Sobre Desigualdades Regionais do Desenvolvimento, organizado pela União Geográfica Internacional (UGI), por intermédio da "Comissão para os Aspectos Regionais do Desenvolvimento Econômico". Vitória, 12 a 15 abril 1971.

ROCHA, Haroldo Corrêa, COSSETI, Maria da Penha, *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo - 1850/1930*. Vitória, UFES/NEP, 1983.

ROCHA, Haroldo Corrêa, MORANDI, Angela. *Antecedentes e evolução recente da economia capixaba*. Vitória, UFES/NEP, 1985.

SANTIAGO, Marcelo Carneiro. *Reprodução do trabalho familiar na economia cafeeira do Espírito Santo*. Rio de Janeiro, 1982. Projeto de dissertação (mestrado) — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola, 1982.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo, Brasiliense/CEBRAP, 1975.

SIQUEIRA, Penha. *O desenvolvimento do porto de Vitória (1870-1940)*. Vitória, CODESA, 1984.

_____. *O porto de Vitória: 1950-1985*. Vitória, 1987, inédito.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles. *A modernização violenta: principais transformações na agropecuária capixaba*. Campinas, 1990. Dissertação (mestrado) — Universidade Estadual de Campinas /Instituto de Economia, 1990.

ANEXO ESTADÍSTICO

TABELA A.1
 RENDA INTERNA, SEGUNDO SETORES E SUBSETORES
 ESPIRITO SANTO: 1980

SETORES - Subsetores	SETORES (%)	SUBSETORES (%)
SETOR PRIMARIO	40,8	100,0
- Lavoura		72,0
- Extração vegetal		5,5
- Produção animal e derivados		22,5
SETOR SECUNDARIO	5,9	100,0
- Extrativa mineral		2,4
- Transformação		74,6
- Construção civil		10,7
- Serviços industriais de utilidade pública		12,3
SETOR TERCIARIO	45,3	100,0
- Comércio		18,1
- Instituições financeiras		4,6
- Transporte e comunicações		20,0
- Governo		19,0
- Aluguéis		8,8
- Outros serviços		29,5
TOTAL DO ESTADO	100,0	
IMPORTANCIA RELATIVA DO CAFE		
- No subsetor lavoura		45,2
- No setor primário		32,5
- Na renda interna estadual		15,9

Fonte: Roberto da Cunha Penedo, Aperfeiçoamento e atualização de indicadores econômicos para o Espírito Santo. Vitória, UFES/NEP, 1982.

TABELA A.2
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, SEGUNDO REGIÕES E MUNICÍPIOS
ESPIRITO SANTO: 1960

MUNICÍPIOS	PEA	ATIVIDADES		ATIVIDADES		OUTRAS	
		PRIMARIAS	(%)	INDUSTRIAIS	(%)	ATIVIDADES	(%)
REGIAO NORTE	107.876	87.753	81,3	4.136	3,8	15.987	14,8
Baixo Guandu	9.164	7.126	77,8	482	5,3	1.556	17,0
Colatina	45.520	34.624	76,1	2.073	4,6	8.823	19,4
Conceição da Barra	9.023	7.425	82,3	432	4,8	1.166	12,9
Linhares	19.517	17.446	89,4	438	2,2	1.633	8,4
Mucurici	935	935	100,0				
Nova Venécia	12.892	11.069	85,9	250	1,9	1.573	12,2
São Mateus	10.825	9.128	84,3	461	4,3	1.236	11,4
REGIAO CENTRAL	124.568	64.547	51,8	10.125	8,1	49.896	40,1
Afonso Cláudio	13.953	12.530	89,8	253	1,8	1.170	8,4
Alfredo Chaves	3.417	2.855	83,6	115	3,4	447	13,1
Anchieta	2.744	2.257	82,3	92	3,4	395	14,4
Aracruz	6.791	5.555	81,8	240	3,5	996	14,7
Cariacica	9.815	2.094	21,3	1.547	15,8	6.174	62,9
Domingos Martins	8.083	6.924	85,7	331	4,1	828	10,2
Fundão	1.754	1.117	63,7	97	5,5	540	30,8
Guarapari	4.748	3.325	70,0	419	8,8	1.004	21,1
Ibiraçu	4.375	2.920	66,7	121	2,8	1.334	30,5
Itaguaçu	6.635	5.417	81,6	295	4,4	923	13,9
Santa Leopoldina	8.203	7.359	89,7	100	1,2	744	9,1
Santa Teresa	7.951	6.839	86,0	91	1,1	1.021	12,8
Serra	2.626	1.779	67,7	244	9,3	603	23,0
Viana	2.024	1.469	72,6	316	15,6	239	11,8
Vila Velha	14.949	1.114	7,5	2.568	17,2	11.267	75,4
Vitória	26.500	993	3,7	3.296	12,4	22.211	83,8
REGIAO SUL	120.030	87.923	73,3	5.700	4,7	26.407	22,0
Alegre	14.969	11.413	76,2	342	2,3	3.214	21,5
Apiacá	2.831	2.254	79,6	106	3,7	471	16,6
Cachoeiro de Itapemirim	26.197	14.275	54,5	2.723	10,4	9.199	35,1
Castelo	12.740	10.168	79,8	383	3,0	2.189	17,2
Guaçu	9.791	7.072	72,2	396	4,0	2.323	23,7
Iconha	3.341	2.780	80,8	80	2,4	561	16,8
Itapemirim	8.546	6.974	81,6	366	4,3	1.206	14,1
Júna	11.367	10.120	89,1	187	1,6	1.052	9,3
Jerônimo Monteiro	2.297	1.798	78,3	123	5,4	376	16,4
Nimoso do Sul	10.169	7.663	75,4	149	1,5	2.358	23,2
Muniz Freire	5.372	4.726	88,0	113	2,1	533	9,9
Ngui	4.966	3.428	69,0	321	6,5	1.217	24,5
Rio Novo do Sul	2.473	1.839	74,4	246	9,9	388	15,7
São José do Calçado	4.971	3.485	70,1	166	3,3	1.320	26,6
ESPIRITO SANTO	352.474	240.223	68,2	19.961	5,7	92.290	26,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1960.

TABELA A.3
 PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA, SEGUNDO O TAMANHO DOS ESTABELECIMENTOS
 ESPIRITO SANTO: 1960

ESTRATOS DE AREA (ha)	TOTAL	(%)	RNR	(%)	EMP	(%)	EMI	(%)	PAR	(%)
0 - 100	216.585	76,0	140.515	88,1	8.273	49,5	17.820	57,1	44.703	64,1
(%)	100,0		64,9		3,8		8,2		20,6	
100 - 500	55.296	19,4	17.680	11,1	5.835	34,9	8.429	27,0	20.955	30,1
(%)	100,0		32,0		10,6		15,2		37,9	
500 - 1.000	6.261	2,2	784	0,5	976	5,8	1.520	4,9	2.706	3,9
(%)	100,0		12,5		15,6		24,4		43,2	
1.000 - 10.000	6.297	2,2	516	0,3	1.591	9,5	2.716	8,7	1.341	1,9
(%)	100,0		8,2		25,3		43,1		21,3	
> 10.000	726	0,3	2	0,0	22	0,1	702	2,3	0	0,0
(%)	100,0		0,3		3,0		96,7		0,0	
ESPIRITO SANTO	285.165	100,0	159.497	100,0	16.697	100,0	31.195	100,0	69.785	100,0
(%)	100,0		55,9		5,9		10,9		24,4	

Fonte: IBGE, Censo Agrícola de 1960.

Convenção: RNR: "responsável e membros não remunerados da família";

EMP: empregados "em trabalho permanente";

EMI: empregados "em trabalho temporário";

PAR: "parceiros".

TABELA A.4
PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA, SEGUNDO REGIOES E MUNICIPIOS
ESPIRITO SANTO: 1960

REGIOES	TOTAL	RNR	(%)	EMP	(%)	ENT	(%)	PAR	(%)
REGIAO NORTE	100.601	50.008	54,2	6.750	6,2	12.305	11,4	26.090	24,0
Baixo Guandu	6.077	3.962	65,2	457	7,5	400	6,7	1.220	20,1
Colatina	40.712	17.171	42,2	1.249	3,1	3.163	7,8	15.375	37,8
Conceição da Barra	9.449	4.779	50,6	1.331	14,1	2.503	26,5	682	7,2
Linhares	23.189	12.737	54,9	1.702	7,3	2.092	9,0	6.305	27,5
Mucurici	998	611	61,2	214	21,4	59	5,9	4	0,4
Nova Venécia	14.837	8.974	60,5	630	4,2	2.860	19,3	2.322	15,7
São Mateus	13.339	10.654	79,9	1.175	8,8	1.300	9,7	110	0,8
REGIAO CENTRAL	81.661	50.521	71,7	2.471	3,0	7.004	8,7	12.161	14,9
Afonso Cláudio	15.067	9.309	59,2	405	2,6	743	4,7	4.945	31,2
Alfredo Chaves	3.531	2.606	73,8	63	1,8	122	3,5	710	20,3
Anchieta	2.964	1.633	55,1	62	2,1	774	26,1	406	13,7
Aracruz	10.400	0.917	85,7	146	1,4	720	7,0	487	4,7
Cariacica	1.947	775	39,8	263	13,5	863	44,3	40	2,1
Domingos Martins	0.347	7.355	80,1	209	2,5	316	3,8	419	5,0
Fundão	2.173	1.750	80,5	30	1,7	161	7,4	210	10,0
Guarapari	4.623	3.145	68,0	98	2,1	663	14,3	456	9,9
Ibiraçu	3.262	2.685	82,3	82	2,5	185	5,7	164	5,0
Itaguaçu	6.682	3.970	59,4	293	4,4	508	7,6	1.834	27,4
Santa Leopoldina	9.440	0.808	94,2	211	2,2	273	2,9	40	0,4
Santa Teresa	7.002	4.562	65,2	202	3,6	510	6,6	2.320	29,0
Serra	2.035	1.600	78,6	169	6,0	991	35,0	31	1,1
Viana	1.210	879	72,2	61	5,0	171	14,0	38	3,1
Vila Velha	420	290	67,0	69	16,1	32	7,5	31	7,2
Vitória	142	77	54,2	20	14,1	36	25,4	6	4,2
REGIAO SUL	94.903	42.008	44,3	7.460	7,9	11.726	12,4	31.446	33,1
Alegre	13.252	5.245	39,6	1.303	9,8	1.597	12,1	4.870	36,7
Apiacá	1.474	519	35,2	196	13,3	35	2,4	711	48,2
Cachoeiro de Itapemirim	15.500	0.147	92,3	974	6,3	1.553	10,0	4.575	29,4
Castelo	10.837	4.070	44,9	671	6,2	821	7,6	4.350	40,1
Guacuí	0.557	2.552	29,8	1.110	13,1	1.590	18,6	3.050	35,7
Iconha	2.872	1.696	59,1	322	11,2	57	2,0	758	26,4
Itapemirim	7.472	3.478	46,5	996	13,3	2.209	30,6	570	7,7
Iuna	9.648	4.237	43,9	256	2,7	813	8,4	4.106	43,4
Jerônimo Monteiro	3.034	1.286	42,4	117	3,9	407	13,4	1.151	37,9
Nimoso do Sul	6.120	2.042	33,4	692	11,3	1.252	20,5	1.872	30,6
Nuniz Freire	5.576	3.622	65,0	200	3,7	228	4,1	1.404	25,2
Nuquí	3.918	1.717	43,8	302	7,7	205	5,2	1.652	42,2
Rio Novo do Sul	2.239	1.443	64,4	33	1,5	261	11,7	464	20,7
São José do Calçado	4.324	1.234	28,5	200	6,5	610	14,3	1.817	42,0
ESPIRITO SANTO	205.165	159.497	58,9	16.697	5,9	31.195	10,9	69.705	24,4

Fonte: INEC, Censo Agrícola de 1960.
Convenção: Idem Tabela A.3

TABELA A.5
PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA, SEGUNDO GÊNEROS E GRUPOS SELECIONADOS
ESPIRITO SANTO: 1960

Gêneros - Grupos	EST	(%)	VTI	(%)	POT	(%)	OPE	(%)	OEM	(%)	OPE/EST	VTI/OPE
Minerais não metálicos	243	15,2	169.425	11,9	1.788	19,0	1.495	20,5	50	10,0	6,2	113,33
- Telhas, tijolos e vasilhagens	156	64,2	44.711	26,4	589	32,9	432	28,9	1	2,0	2,8	103,50
- Cimento	1	0,4	60.551	35,7	422	23,6	388	26,0	33	66,0	388,0	156,06
Metalurgia	27	1,7	52.256	3,7	308	3,3	240	3,3	41	8,2	9,9	217,73
- Siderurgia (com altos fornos)	1	3,7	37.382	71,5	202	65,6	159	66,3	42	102,4	159,0	235,11
Madeira	349	21,8	376.752	26,5	2.347	25,0	1.873	25,7	125	25,0	5,4	201,15
- Madeira desdobrada, etc.	260	74,5	335.463	89,0	1.991	84,8	1.616	86,3	115	92,0	6,2	207,59
Mobiliário	172	10,8	70.762	5,0	706	7,5	506	6,9	28	5,6	2,9	139,85
Têxtil	3	0,2	139.669	9,8	572	6,1	537	7,4	32	6,4	179,0	260,09
- Fiação e tecelagem	2	66,7	26.791	19,2	216	37,8	193	35,9	21	65,6	96,5	138,81
- Artefatos têxteis...	1	33,3	112.878	80,8	356	62,2	344	64,1	11	34,4	344,0	328,13
Produtos alimentares	584	36,5	418.292	29,4	2.358	25,1	1.656	22,7	118	23,6	2,8	252,59
- Benef., torref. e moagem	267	45,7	118.045	28,2	537	22,8	276	16,7	(6)	(5,1)	1,0	427,70
- Laticínios	8	1,4	48.819	11,7	154	6,5	130	7,9	16	13,6	16,3	375,53
- Açúcar	7	1,2	57.713	13,8	304	12,9	271	16,4	26	22,0	38,7	212,96
- Balas caramelos, etc.	7	1,2	61.812	14,8	280	12,2	241	14,6	40	33,9	34,4	256,48
- Produtos de padaria, etc.	248	42,5	91.273	21,8	776	32,9	504	30,4	24	20,3	2,0	181,10
Soma	1.378	86,1	1.227.146	86,2	8.079	85,9	6.307	86,4	394	78,8	4,6	194,57
Demais gêneros	222	13,9	197.085	13,8	1.321	14,1	993	13,6	106	21,2	4,5	198,47
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	1.600	99,5	1.424.231	96,1	9.400	96,8	7.300	96,3	500	95,1	4,6	195,10
INDÚSTRIA EXTRATIVA	8	0,5	57.608	3,9	314	3,2	280	3,7	26	4,9	35,0	205,74
TOTAL DA INDÚSTRIA	1.608	100,0	1.481.839	100,0	9.714	100,0	7.580	100,0	526	100,0	4,7	195,49

Fonte: IBGE, Censo Industrial de 1960.

TABELA A.6
CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS INDÚSTRIAS DE "GRANDE PORTE"
ESPÍRITO SANTO: 1955-7

Empresa: *Cia. União Manufatora de Tecidos*

Principal produto: Sacas de juta

Fundação: 1941 **Ampliação:** 1954

Capacidade de produção: 3 milhões de sacas/ano

Equipamento: 8 fiadeiras e 80 teares

Operários: 300

Matéria prima: "vinda do Amazonas"

Mercados: outros Estados, principalmente Rio grande do Sul

Observações: a) "goza de isenção de impostos, que terminará em 1961"; b) "a empresa vai transferir para as imediações de Vitória uma fábrica de tecidos de linho que possui em Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro. Além do equipamento usado, a fábrica contará com dois conjuntos novos: um para fiação de estopa e outro para alveamento e tingimento. Começará a funcionar a partir de 1960 e, quatro anos depois, deverá produzir (...) 400.000 quilos ou 1.500.000 metros de tecidos de linho, segundo prescreve a lei estadual que lhe concedeu isenção de impostos por vinte anos".

Empresa: *Fábrica Garoto*

Principais produtos: Chocolate e bombons

Capacidade de produção: 80 t/mês em regime de 24 horas/dia

Pessoal ocupado: 340

Matéria prima: cacau do Espírito Santo

Mercados: outros Estados, principalmente São Paulo

Observações: a) do total de chocolate produziu, 30 t são utilizadas no fabrico e bombons e "as restantes 50 t são vendidas a outras fábricas de bombons, fora do Estado, que não possuem equipamento para o tratamento do cacau"; b) "a fim de acompanhar plenamente a expansão da procura de seus produtos, estabeleceu um programa de investimentos de cêrca de 20 milhões de cruzeiros. Estes investimentos permitirão um aumento de 40% no valor da produção da fábrica (...) e é provável que entre em funcionamento em 1959".

Empresa: *Moinho Vitória.*

Principal produto: Farinha de trigo.

Capacidade de produção: processa "55 t de trigo, correspondendo a 37 t de farinha de trigo, por dia, trabalhando 24 horas por dia".

Operários: 24, em três turnos diários.

Mercados: Estado do Espírito Santo.

Observação: "em 1956, primeiro ano de plena atividade da usina, produziu 6.700 t, mais ou menos a metade da sua capacidade teórica de produção de farinha de trigo".

Empresa: *Usina Paineiras S/A*

Principal produto: Açúcar cristal

 (continua)

TABELA A.6
 CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS EMPRESAS DE "GRANDE PORTE"
 ESPÍRITO SANTO: 1955-7

(continuação)

Empresa: *Cia. Ferro e Aço de Vitória S/A*
Principal produto: Ferro gusa.
Capacidade de produção: 1(um) alto forno a carvão vegetal capaz de produzir 40 t de ferro gusa por dia.
Operários: 150
Matéria prima: Espírito Santo
Mercados: todo o Brasil, especialmente os Estados do Sudeste.
Observações: a) "o plano de expansão da *Ferro e Aço* prevê, na sua primeira fase, a produção de 84.000 t de perfilados médios ou 81.000 t de perfilados finos por ano. Para atingir essa capacidade, a usina receberá um novo alto forno, a coque, com capacidade de 250 t/dia, uma aciaria composta de dois conversores a oxigênio para 10 t cada um e uma laminação para os seguintes tipos de perfilados finos: redondos, quadrados, ferros chatos, cantoneiras, ferros "U" e "T", e os seguintes médios: ferros "I" e trilhos; b) Na segunda fase, a produção de aço bruto e de perfilados deverá ser duplicada, a partir do quinto ano de funcionamento das novas instalações... Para tanto, bastará a aquisição de mais um alto forno de 100.000 t anuais e mais um conversor a oxigênio".

Empresa: *Cia. Têxtil Ferreira Guimarães*
Principal produto: Tecidos de algodão

Empresa: *Fábrica de Cimento Monte Líbano*
Principal produto: Cimento portland
Instalação: 1913
Capacidade de produção: 1.300 sacos de cimento por dia, em regime de 24 horas diárias.
Operários: 208
Matéria prima: Espírito Santo
Mercados: Espírito Santo
Observações: a) "patrimônio do Estado, estava arrendada a um grupo particular, voltando em 1957 às mãos do Governo estadual"; b) "o mesmo grupo que explorava esta unidade está construindo uma (outra) fábrica de cimento portland... O projeto da fábrica está dividido em três fases: na primeira, a ser cumprida até o segundo semestre de 1958, estará em condições de produzir 7.000 sacos; na segunda, a ser cumprida até o segundo semestre de 1959, elevará a capacidade para 14.000 sacos e, na terceira, para 28.000, por dia.

Fonte: DEE, *Produção industrial, apud CAPES, Estudo de desenvolvimento...*, op. cit., p. 112.

TABELA A.7

PRODUÇÃO DE CAFÉ NAS QUATRO PRINCIPAIS PROVINCIAS

BRASIL: 1851/2-1871/2

SAFRAS	PARTICIPAÇÃO RELATIVA					PERIÓDOS	TAXA DE CRESCIMENTO				
	RJ	MG	SP	ES	SOMA		RJ	MG	SP	ES	SOMA
1851/2	73,9	7,1	18,0	1,0	100,0	-	-	-	-	-	
1856/7	72,4	7,2	18,8	1,6	100,0	1851/2-1856/7	0,2	0,2	2,6	10,9	0,8
1861/2	60,1	10,4	26,9	2,6	100,0	1856/7-1861/2	(7,6)	3,8	1,7	4,4	(4,3)
1866/7	69,9	10,7	17,6	1,8	100,0	1861/2-1866/7	12,6	9,7	0,5	1,9	9,3
1871/2	56,0	19,2	20,1	4,7	100,0	1866/7-1871/2	(5,6)	10,9	1,4	19,4	(1,4)

Fonte: Dados básicos de Affonso de E. Taunay, História do Café no Brasil, v. III, tomo I, p. 315, apud Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti, Dinâmica cafeeira..., op. cit., p. 25.

TABELA A.8

CARACTERÍSTICAS DAS PRINCIPAIS REGIÕES PRODUTORAS DE CAFÉ

BRASIL: 1883

REGIÕES	NUM. DE	PES DE	NUM. DE	(B/A)	(C/A)	(D/A)	(C/B)	(C/D)	
	ESTABEL.								HECTARES
	(A)	(B)	(C)	(D)					
Vale do Paraíba	562	373.069	87.306.543	24.404	664	155.350	43	234	3.578
Oeste Paulista	146	92.442	12.904.090	5.266	633	88.384	36	140	2.450
Sul do Espírito Santo	12	24.794	791.000	569	2.066	65.917	47	32	1.399
S O M A	720	490.305	101.001.633	30.239	681	140.290	42	206	3.340

Fonte: Dados de C. F. Van Delden Laerne, Brazil and Java, London, W. H. Allen, 1885, apud Vilma Paraíso Ferreira de Almada, Escravidão e transição..., op. cit., p. 90; apud Sinésio Pires Ferreira, Espírito Santo: dinâmica cafeeira..., op. cit., pp. 12-8.

Nota: Fazendas hipotecadas ao Banco do Brasil em 30 de junho de 1883.

TABELA A.9
 SUPERFICIE, POPULAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
 BRASIL: 1920

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	SUPERFICIE		POPULAÇÃO		DENSIDADE
	Km ²	(%)	Habitantes	(%)	(Hab./Km ²)
Alagoas	28.571	0,3	983.307	3,2	34,4
Amazonas	1.825.997	21,5	364.760	1,2	0,2
Bahia	529.379	6,2	3.351.648	10,9	6,3
Ceará	148.591	1,7	1.325.827	4,3	8,9
Distrito Federal	1.167	0,0	1.167.560	3,8	1.000,5
Espírito Santo	44.684	0,5	461.386	1,5	10,3
Goiás	660.193	7,8	515.972	1,7	0,8
Maranhão	346.217	4,1	879.984	2,9	2,5
Mato Grosso	1.477.041	17,4	248.600	0,8	0,2
Minas Gerais	593.810	7,0	5.921.182	17,2	10,0
Pará	1.362.966	16,0	992.379	3,2	0,7
Paraíba	55.920	0,7	968.451	3,1	17,3
Paraná	199.897	2,3	691.407	2,2	3,5
Pernambuco	99.254	1,2	2.169.626	7,0	21,9
Piauí	245.582	2,9	613.154	2,0	2,5
Rio de Janeiro	42.404	0,5	1.568.683	5,1	37,0
Rio Grande do Norte	52.411	0,6	541.240	1,8	10,3
Rio Grande do Sul	285.209	3,4	2.198.639	7,1	7,7
Santa Catarina	94.998	1,1	674.346	2,2	7,1
São Paulo	247.239	2,9	4.628.720	15,0	18,7
Sergipe	21.552	0,3	478.643	1,6	22,2
Território do Acre	148.027	1,7	92.838	0,3	0,6
BRASIL	8.511.189	100,0	30.838.292	100,0	3,6

Fonte: Recenseamento de 1920.

TABELA A.10

SUPERFICIE APROPRIADA, SUPERFICIE CULTIVADA, NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
BRASIL: 1920

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	SUPERFICIE APROPRIADA (%)	ESTABELECIMENTOS RURAIS				SUPERFICIE CULTIVADA				
		Número (A)	(%)	Área (ha)(B)	(%)	(B/A)	Hectares (C)	(%)	(C/B)(%)	(C/A)
Alagoas	47,2	8.840	1,4	1.348.241	0,6	152,5	84.503	1,3	6,3	9,6
Amazonas	4,1	4.946	0,8	7.515.307	4,3	1.519,5	20.104	0,3	0,3	4,1
Bahia	16,0	65.181	10,1	8.451.440	4,8	129,7	425.033	6,4	5,0	6,5
Ceará	30,0	16.223	2,5	5.649.677	3,2	348,3	183.590	2,8	3,2	11,3
Distrito Federal	44,1	2.088	0,3	51.419	0,0	24,6	4.302	0,1	8,4	2,1
Espírito Santo	28,6	20.941	3,2	1.279.699	0,7	61,1	223.550	3,4	17,5	10,7
Goiás	37,6	16.634	2,6	24.828.210	14,2	1.492,6	113.562	1,7	0,5	6,8
Maranhão	8,7	6.674	1,0	2.999.565	1,7	449,4	61.543	0,9	2,1	9,2
Mato Grosso	13,3	3.484	0,5	19.600.893	11,2	5.626,0	20.375	0,3	0,1	5,8
Minas Gerais	46,1	115.655	17,8	27.390.536	15,6	236,8	1.557.459	23,5	5,7	13,5
Pará	7,2	26.907	4,2	9.830.280	5,6	365,3	91.478	1,4	0,9	3,4
Paraíba	67,1	18.378	2,8	3.751.628	2,1	204,1	89.010	1,3	2,4	4,8
Paraná	26,5	30.951	4,8	5.302.709	3,0	171,3	222.860	3,4	4,2	7,2
Pernambuco	52,0	23.336	3,6	5.156.332	2,9	221,0	250.119	3,8	4,9	10,7
Piauí	22,6	9.511	1,5	5.551.212	3,2	503,7	61.657	0,9	1,1	6,5
Rio de Janeiro	72,0	23.699	3,7	3.053.004	1,7	128,8	286.295	4,3	9,4	12,1
Rio Grande do Norte	46,0	5.676	0,9	2.412.905	1,4	425,0	25.354	0,4	1,1	4,5
Rio Grande do Sul	65,1	124.990	19,3	18.578.923	10,6	148,6	755.457	11,4	4,1	6,0
Santa Catarina	37,6	33.744	5,2	3.567.757	2,0	105,7	117.171	1,8	3,3	3,5
São Paulo	56,2	80.921	12,5	13.883.269	7,9	171,6	1.984.825	29,9	14,3	24,5
Sergipe	35,0	8.202	1,3	754.036	0,4	91,9	52.439	0,8	7,0	6,4
Território do Acre	28,0	1.170	0,2	4.147.503	2,4	3.544,9	10.363	0,2	0,2	8,9
BRASIL	20,6	648.153	100,0	175.104.675	100,0	270,2	6.641.057	100,0	3,8	10,2

Fonte: Recenseamento de 1920.

TABELA A.11

VALOR TOTAL, DAS TERRAS, BENFEITORIAS E MAGUINISKOS DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
BRASIL: 1920

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	VALOR DOS ESTABELECIMENTOS (X)								VALOR MEDIO POR ESTABELECIMENTO				VALOR MEDIO POR HECTARE			
	Total	Terras	Benf.	Maq.	Total	Terras	Benf.	Maq.	Total	Terras	Benf.	Maq.	Total	Terras	Benf.	Maq.
Alagoas	1,2	1,2	1,2	2,6	75,0	18,4	6,6	14:474%	10:857%	2:662%	0:955%	0:095%	0:071%	0:017%	0:006%	
Amazonas	0,9	0,9	1,2	0,5	73,8	24,5	1,7	19:470%	14:367%	4:777%	0:335%	0:013%	0:009%	0:003%	0:000%	
Bahia	5,3	4,9	7,5	2,4	72,7	25,9	1,4	8:545%	6:214%	2:210%	0:121%	0:066%	0:043%	0:017%	0:001%	
Ceará	1,5	1,2	2,5	2,0	65,1	30,8	4,1	9:559%	6:222%	2:945%	0:391%	0:027%	0:018%	0:008%	0:001%	
Distrito Federal	0,4	0,3	0,6	0,3	69,3	28,2	2,5	10:122%	12:567%	5:107%	0:448%	0:073%	0:051%	0:020%	0:018%	
Espírito Santo	1,7	1,1	4,3	2,3	50,7	45,2	4,1	8:640%	4:380%	3:906%	0:354%	0:141%	0:072%	0:064%	0:006%	
Goiás	2,3	2,4	2,2	0,7	82,0	17,1	1,0	14:600%	12:032%	2:507%	0:140%	0:010%	0:008%	0:002%	0:000%	
Maranhão	0,4	0,5	0,4	0,6	80,6	15,3	4,1	7:109%	5:727%	1:008%	0:293%	0:016%	0:013%	0:002%	0:001%	
Mato Grosso	2,3	2,4	1,8	1,1	84,3	14,2	1,5	68:955%	58:136%	9:807%	1:013%	0:012%	0:010%	0:002%	0:000%	
Minas Gerais	18,6	19,6	14,8	14,3	83,1	14,5	2,4	16:956%	14:098%	2:457%	0:400%	0:072%	0:063%	0:010%	0:002%	
Pará	1,8	1,7	2,5	1,4	73,3	24,4	2,3	7:185%	5:268%	1:753%	0:164%	0:020%	0:014%	0:005%	0:000%	
Paraíba	1,6	1,4	2,6	1,5	68,3	28,8	2,9	9:481%	6:475%	2:733%	0:272%	0:046%	0:032%	0:013%	0:001%	
Paraná	2,9	2,9	3,0	1,9	79,2	18,8	2,0	9:968%	7:895%	1:873%	0:200%	0:050%	0:046%	0:011%	0:001%	
Pernambuco	3,7	3,7	3,0	3,9	78,1	18,7	3,2	16:812%	13:133%	3:138%	0:540%	0:076%	0:059%	0:014%	0:002%	
Piauí	0,8	0,8	0,8	0,3	81,1	17,7	1,2	9:002%	7:300%	1:595%	0:107%	0:015%	0:013%	0:003%	0:000%	
Rio de Janeiro	4,3	3,9	5,6	8,2	70,7	23,5	5,9	19:253%	13:606%	4:519%	1:127%	0:149%	0:106%	0:035%	0:009%	
Rio Grande do Norte	0,3	0,7	1,3	1,2	66,2	29,3	4,5	15:458%	10:239%	4:528%	0:692%	0:036%	0:024%	0:011%	0:002%	
Rio Grande do Sul	19,0	20,6	12,9	14,3	85,4	12,3	2,3	16:889%	13:737%	1:980%	0:372%	0:108%	0:092%	0:013%	0:003%	
Santa Catarina	1,8	1,8	1,8	2,0	78,3	18,4	3,3	5:665%	4:437%	1:041%	0:188%	0:054%	0:042%	0:010%	0:002%	
São Paulo	27,3	26,9	27,7	36,6	77,5	18,4	4,1	35:600%	27:644%	6:567%	1:468%	0:208%	0:161%	0:038%	0:009%	
Sergipe	0,9	0,9	1,1	1,7	73,1	21,5	5,4	12:075%	8:021%	2:599%	0:656%	0:131%	0:096%	0:020%	0:007%	
Território do Acre	0,3	0,3	0,4	0,3	75,1	22,3	2,6	28:654%	21:519%	6:386%	0:749%	0:008%	0:046%	0:002%	0:000%	
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	78,8	18,2	3,1	16:305%	12:845%	2:959%	0:501%	0:060%	0:048%	0:011%	0:002%	

Fonte: Recenseamento de 1920.

Nota: Valores expressos em mil réis

TABELA A.12

CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS PRODUTORES DE CAFÉ, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

BRASIL: 1920

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CARACTERÍSTICAS GERAIS							PRODUTIVIDADE					ÁREA PLANTADA COM CAFÉ. EM RELAÇÃO A (%)		
	Estab. produt. (%)	Estab. (%) A	Ha (%) B	Pés (%) C	Sacas (%) D	B/A	C/A	C/B	C/D	D/B	D/A	Área cult.	Área estab.	Superf. total	
Alagoas	15,5	1,1	0,1	0,1	0,1	1,7	1.213	700	116	6,0	10,4	2,8	9,2	0,1	
Amazonas	8,2	0,3	0,0	0,0	0,0	1,2	747	599	276	2,2	2,7	2,5	0,0	0,0	
Bahia	26,7	13,6	3,2	2,9	3,2	4,1	2.860	700	118	5,9	24,2	16,7	0,8	0,1	
Ceará	8,4	1,1	0,6	0,6	0,4	10,1	7.049	700	190	3,7	37,1	7,4	0,2	0,1	
Distrito Federal	25,7	0,4	0,0	0,0	0,0	0,8	489	600	186	3,2	2,6	10,2	0,8	0,4	
Espírito Santo	78,2	12,8	6,9	6,7	7,9	9,3	6.997	750	111	6,8	63,0	68,3	11,9	3,4	
Goiás	15,0	1,9	0,5	0,4	0,4	4,2	2.949	700	132	5,3	22,3	9,3	0,0	0,0	
Maranhão	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	597	597	189	3,2	3,2	0,1	0,0	0,0	
Mato Grosso	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	4,5	2.732	602	175	3,4	15,6	1,1	0,0	0,0	
Minas Gerais	35,8	32,2	29,4	28,6	32,1	15,7	11.790	750	116	6,5	101,8	41,8	2,4	1,1	
Pará	6,1	1,3	0,1	0,1	0,0	1,2	711	600	265	2,3	2,7	2,1	0,0	0,0	
Paraíba	8,4	1,2	0,5	0,4	0,4	6,8	4.746	700	158	4,4	30,0	11,8	0,3	0,2	
Paraná	3,9	0,9	1,1	0,8	0,6	19,6	11.759	600	169	3,6	69,8	10,7	0,4	0,1	
Pernambuco	22,9	4,2	2,0	1,7	1,9	8,4	5.483	650	115	5,6	47,6	18,0	0,9	0,5	
Piauí	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,3	4.585	550	590	0,9	7,7	0,0	0,0	0,0	
Rio de Janeiro	45,4	8,4	8,8	9,1	10,4	18,1	14.452	800	114	7,0	126,4	67,9	6,4	4,6	
Rio Grande do Norte	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,0	4.320	617	144	4,3	30,0	0,0	0,0	0,0	
Rio Grande do Sul	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	1.008	536	235	2,3	4,3	0,0	0,0	0,0	
Santa Catarina	11,7	3,1	0,3	0,2	0,2	1,4	789	550	156	3,5	5,1	4,8	0,2	0,1	
São Paulo	26,4	16,6	46,4	48,2	42,4	48,2	38.608	801	148	5,4	261,0	51,8	7,4	4,2	
Sergipe	9,1	0,6	0,1	0,0	0,0	1,7	1.117	651	142	4,6	7,9	2,4	0,2	0,1	
Território do Acre	33,7	0,3	0,1	0,1	0,0	4,3	2.597	600	212	2,0	12,2	16,5	0,0	0,0	
BRASIL	19,8	100,0	100,0	100,0	100,0	17,3	13.303	771	130	5,9	102,3	33,4	1,3	0,3	

Fonte: Recenseamento de 1920.

TABELA A.13
DESTINO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS
QUANTIDADES FISICAS
ESPIRITO SANTO: 1935/9

PRODUTOS	DF	MG	RJ	SP	SOHA
Milho	41,4	1,6	6,5	-	49,5
Feijão	64,1	6,5	18,7	-	89,3
Aves	42,7	0,5	56,8	-	100,0
Arroz	2,9	82,3	5,8	-	91,0
Açúcar	4,3	94,9	0,5	-	99,7
Tecidos	64,7	29,7	-	3,0	97,4
Cimento	40,7	31,4	26,5	-	98,6
Madeira (1)	64,6	9,2	19,4	-	93,2
Café (2)	45,9	-	-	-	45,9

Fonte: DEE-Departamento Estadual de Estatística, apud Sinésio Pires Ferreira, Espírito Santo: dinâmica cafeeira..., op. cit., Tabela 2.28 e 2.29, pp. 173-4.

Nota: (1) Madeira bruta e beneficiada.
(2) Em valor.

TABELA A.14
EXPORTAÇÃO DE CAFÉ PARA O MERCADO INTERNO
ESPIRITO SANTO: 1935/9

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	(%)
Distrito Federal	45,9
Rio Grande do Sul	17,5
Ceará	7,0
Pernambuco	5,9
Pará	5,5
Maranhão	5,0
Amazonas	4,5
Rio Grande do Norte	4,2
Paraíba	2,0
Piauí	1,0
Sergipe	0,6
Alagoas	0,5
Santa Catarina	0,3
Acre	0,1
TOTAL	100,0

Fonte: DEE-Departamento Estadual de Estatística, apud Sinésio Pires Ferreira, Espírito Santo: dinâmica cafeeira..., op. cit., Tabela 2.29, p. 174.

TABLELA A.15
 NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS, SEGUNDO AS REGIÕES
 ESPÍRITO SANTO: 1920-60.

REGIÕES E GRUPOS DE ÁREA (ha)	1920		1940		1950		1960		1970		1980		1990		2000	
	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área
REGIÃO NORTE	3.317	139.629	8.218	381.085	13.603	897.495	20.009	1.179.153	1100,0	100,0	247,8	272,9	410,1	644,2	603,2	844,5
0 - 100	3.174	90.849	7.557	228.834	11.423	424.114	17.613	603.644	1100,0	100,0	238,1	251,9	359,9	466,8	554,9	664,4
100 - 500	110	20.115	611	103.090	2.037	333.352	2.231	375.247	1100,0	100,0	555,5	532,5	1.851,8	1.657,2	2.028,2	1.866,0
500 - 1.000	23	14.628	30	19.349	90	56.981	112	70.945	1100,0	100,0	130,4	132,3	371,3	386,1	487,0	485,0
> 1.000	10	14.037	20	29.812	53	85.548	53	129.217	1100,0	100,0	200,0	212,4	530,0	609,4	530,0	920,5
REGIÃO CENTRO	10.814	535.472	18.944	769.320	17.044	774.955	19.584	853.674	1100,0	100,0	175,2	143,7	157,6	144,7	181,1	159,4
0 - 100	10.691	370.768	17.767	572.753	15.684	535.036	18.089	584.308	1100,0	100,0	177,1	154,5	156,4	144,3	180,3	157,6
100 - 500	720	120.353	1.147	171.780	1.316	201.015	1.444	220.426	1100,0	100,0	157,1	142,7	180,3	167,0	197,8	183,1
500 - 1.000	45	28.773	25	16.726	40	25.816	40	27.713	1100,0	100,0	55,6	58,1	88,9	89,7	88,9	96,3
> 1.000	0	15.578	5	8.061	4	13.688	11	21.247	1100,0	100,0	62,5	51,7	50,0	84,0	137,5	136,4
REGIÃO SUL	6.810	604.712	14.756	837.826	13.522	850.501	15.238	855.820	1100,0	100,0	216,7	138,5	198,6	140,6	223,8	141,5
0 - 100	5.516	204.256	12.993	402.218	11.682	366.991	13.412	392.422	1100,0	100,0	235,6	196,9	211,8	179,7	243,1	192,1
100 - 500	1.063	191.940	1.623	295.939	1.675	308.729	1.673	312.992	1100,0	100,0	152,7	154,2	157,6	160,8	157,4	162,6
500 - 1.000	173	101.307	181	69.600	120	84.642	117	78.550	1100,0	100,0	58,4	68,7	69,4	83,6	67,6	77,5
> 1.000	58	107.209	39	70.069	45	90.139	26	72.756	1100,0	100,0	67,2	63,4	77,6	84,1	62,1	67,9
ESPÍRITO SANTO	28.941	1.279.816	41.918	1.988.231	44.169	2.524.951	54.831	2.888.667	1100,0	100,0	200,2	155,4	210,9	197,3	261,8	225,7
0 - 100	18.721	665.873	38.317	1.203.805	38.789	1.326.141	49.114	1.550.374	1100,0	100,0	204,7	190,8	207,2	199,2	262,3	237,3
100 - 500	1.983	332.408	3.331	570.609	5.028	843.095	5.348	907.365	1100,0	100,0	177,7	171,7	264,2	253,6	281,0	273,1
500 - 1.000	241	144.708	156	105.675	250	166.939	259	177.388	1100,0	100,0	64,7	73,0	103,7	115,4	111,6	122,5
> 1.000	76	136.824	64	107.942	102	188.775	100	223.230	1100,0	100,0	84,2	78,9	134,2	138,0	131,6	163,1

Fonte: Recenseamento de 1920.

Censo Agropecuario de 1940, 1950 e 1960.

TABELA A.14
EVOLUÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO CAFEZEIRA
ESPÍRITO SANTO E BRASIL: 1940-60.

ANOS	ESPÍRITO SANTO (A)	BRASIL (B)	(A/B)	(X)
1940	83.544	1.337.833	6,2	
1941	126.354	1.338.999	9,3	
1942	94.590	1.334.255	7,1	
1943	117.782	1.737.608	6,8	
1944	158.690	2.392.644	6,6	
1945	202.333	3.717.173	6,1	
1946	309.325	5.336.074	6,4	
1947	290.878	5.532.486	5,3	
1948	261.834	6.450.919	4,0	
1949	737.429	8.485.763	8,7	
1950	813.824	15.884.691	5,1	
1951	1.166.611	16.578.164	7,0	
1952	926.813	19.021.223	4,9	
1953	1.398.828	21.450.670	6,5	
1954	1.847.891	29.796.864	6,2	
1955	2.077.618	41.557.570	5,0	
1956	2.025.874	30.528.310	6,6	
1957	2.648.387	47.007.042	5,6	
1958	2.210.156	48.566.458	4,6	
1959	2.655.428	64.723.234	4,1	
1960	3.386.892	77.462.446	4,3	

Fonte: IBGE, Anuário estatístico, apud Sinésio Pires Ferreira, Espírito Santo: dinâmica cafeeira..., op. cit., Tabela 2.37, p. 189.

TABELA A.17
EVOLUÇÃO DOS PREÇOS INTERNACIONAIS DO CAFÉ
ESPÍRITO SANTO: 1945-60.

ANOS	US\$ 1,00	ÍNDICE
1945	16,18	100,0
1946	22,41	138,5
1947	28,17	174,1
1948	26,05	173,4
1949	32,61	201,5
1950	58,34	360,6
1951	62,79	388,1
1952	66,07	408,3
1953	70,05	432,9
1954	86,83	536,7
1955	61,61	380,8
1956	61,27	378,7
1957	59,05	365,0
1958	53,36	329,8
1959	41,98	259,5
1960	42,37	261,9

Fonte: IBGE, Anuário estatístico, apud Hildo Meirelles de Souza Filho, A modernização violenta..., op. cit., p. 61.

Nota: sacas 60 kg.

TABELA A.18
PRODUÇÃO DE MADEIRA EM TOROS E LENHA
ESPÍRITO SANTO: 1952-60.

ANO	MADEIRA	LENHA
1952	12.756	52.435
1953	13.351	90.828
1954	212.971	930.735
1955	108.798	1.104.363
1956	203.227	1.070.500
1957	196.204	1.030.311
1958	239.834	1.208.530
1959	247.943	1.656.900
1960	254.271	1.940.940

Fonte: IBGE, Anuário estatístico, Sinésio Pires Ferreira, Santo: dinâmica cafeeira..., op. cit., Tabela 2.37, p. 189.

Nota: Metros cúbicos.

TABELA A.19
 EVOLUÇÃO E TAXAS DE CRESCIMENTO DO NÚMERO DE BOVINOS E DA PRODUÇÃO DE LEITE
 ESPÍRITO SANTO: 1940-60

REGIÕES	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BOVINOS						EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE LEITE (MIL LITROS)					
	1940	(%)	1950	(%)	1960	(%)	1940	(%)	1950	(%)	1960	(%)
Norte	58.397	20,3	103.372	23,6	218.232	33,4	4.521	17,7	7.733	21,3	15.841	25,9
Centro	110.731	38,5	132.725	30,3	166.099	25,4	10.214	39,9	10.577	29,1	15.019	24,6
Sul	118.429	41,2	201.366	46,0	269.559	41,2	10.877	42,5	17.976	49,5	30.903	49,5
ESTADO	287.557	100,0	437.463	100,0	653.890	100,0	25.612	100,0	36.286	100,0	61.163	100,0

REGIÕES	TAXAS DE CRESCIMENTO DO NÚMERO DE BOVINOS			TAXAS DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DE LEITE		
	1940-1950	1950-1960	1940-1960	1940-1950	1950-1960	1940-1960
Norte	5,9	7,8	6,8	5,5	7,4	6,5
Centro	1,8	2,3	2,0	0,3	3,6	1,9
Sul	5,5	3,0	4,2	5,2	5,4	5,3
ESTADO	4,9	3,5	4,2	3,5	5,4	4,4

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1940, 1950 e 1960.

TABELA A.20
 RENDA INTERNA, SEGUNDO OS SETORES PRODUTIVOS
 ESPIRITO SANTO: 1940-60.

ANOS	PRIMARIO	SECUNDARIO	TERCIARIO
1940	54,6	7,2	38,2
1941	53,0	7,0	40,0
1942	56,7	7,2	36,1
1943	55,0	6,2	38,8
1944	54,0	7,8	38,2
1945	53,7	7,7	38,6
1946	51,6	8,2	40,2
1947	49,3	8,7	42,0
1948	44,6	7,2	48,2
1949	49,1	7,8	43,1
1950	50,5	8,0	41,5
1951	48,9	8,6	42,5
1952	47,1	8,3	44,6
1953	50,9	9,3	39,8
1954	51,2	9,5	39,3
1955	50,7	8,1	41,2
1956	47,0	8,0	45,0
1957	47,1	7,6	45,3
1958	46,2	7,2	46,6
1959	48,3	6,7	45,0
1960	48,8	5,9	45,3

Fonte: Roberto da Cunha Penedo, Aperfeiçoamento e atualização de indicadores..., op. cit.

TABELA A.21
EXPORTAÇÕES DE CAFÉ
ESPIRITO SANTO: 1940-42/1958-60

ANOS	TOTAL	(2)	
	EXPORTADO (*)	Exterior	Brasil
1940-42	737.755	64,3	35,7
1943-45	1.088.373	47,6	52,4
1946-48	2.091.414	31,8	68,2
1949-51	1.961.878	34,4	65,6
1952-54	1.753.547	48,7	51,3
1955-57	2.023.264	50,1	49,9
1958-60	2.241.808	56,4	43,6

Fonte: Sinésio Pires Teixeira, Espírito Santo: dinâmica cafeeira..., op. cit., Tabela 2.53, p. 236.

TABELA A.22
EXPORTAÇÕES DE MINÉRIO DE FERRO
ESPIRITO SANTO: 1940-59

ANOS	Volume (t)	ANOS	Volume (t)
1940	32.862	1950	1.277.131
1941	85.746	1951	1.277.131
1942	69.138	1952	1.503.879
1943	40.089	1953	1.408.167
1944	141.965	1954	1.546.527
1945	101.505	1955	2.200.916
1946	41.602	1956	2.331.198
1947	175.961	1957	3.014.719
1948	395.251	1958	2.229.396
1949	471.910	1959	3.251.002

Fonte: Sinésio Pires Teixeira, Espírito Santo: dinâmica cafeeira..., op. cit., Tabela 2.53, p. 236.

TABELA A.23
EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES
ESPIRITO SANTO: 1940-60

ANOS	EXPORTAÇÕES (2)		IMPORTAÇÕES (2)	
	Exterior	Brasil	Exterior	Brasil
1940	46,3	53,7	0,4	99,6
1942	48,7	51,3	0,1	99,9
1944	18,3	81,7	9,7	90,3
1946	26,1	73,9	8,2	91,8
1948	42,9	57,1	11,3	88,7
1950	35,3	64,7	8,9	91,1
1952	42,9	57,1	6,2	93,8
1954	53,5	46,5	6,9	93,1
1956	52,3	47,7	9,3	90,7
1958	60,8	39,2	25,7	74,3
1960	68,6	31,4	21,6	78,4

Fonte: Sinésio Pires Teixeira, Espírito Santo: dinâmica cafeeira..., op. cit., Tabelas 2.53 e 2.54, pp. 232 e 237.

TABELA A.24
TAMANHO DOS NÚCLEOS URBANOS
ESPIRITO SANTO: 1940

HABITANTES (1.000)	CIDADES					DISTRITOS					TOTAL						
	No.	População	(%) Cid.	(%) Urb.	(%) Est.	População Média	No.	População	(%) Dis.	(%) Urb.	(%) Est.	População Média	No.	População Urbana	(%) Urb.	(%) Est.	População Média
> 50																	
20 - 50	1	42.098	36,1	26,8	5,6	42.098							1	42.098	26,8	5,6	42.098
10 - 20	1	18.812	16,1	12,0	2,5	18.812							1	18.812	12,0	2,5	18.812
5 - 10	1	5.641	4,8	3,6	0,8	5.641	1	7.039	17,4	4,5	0,9	7.039	2	12.680	8,1	1,7	6.340
2 - 5	8	28.292	24,3	18,0	3,8	3.537	2	4.970	12,0	3,1	0,6	2.435	10	33.162	21,1	4,4	3.316
1 - 2	11	15.048	12,9	9,6	2,0	1.368	4	5.637	13,9	3,6	0,8	1.409	15	20.685	13,2	2,8	1.379
< 1	10	6.650	5,7	4,2	0,9	665	89	22.921	56,6	14,6	3,1	258	99	29.571	18,8	3,9	299
TOTAL	32	116.541	100,0	74,2	15,5	3.642	96	40.467	100,0	25,8	5,4	422	123	157.008	100,0	20,9	1.227

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940

TABELA A.25
TAMANHO DOS NÚCLEOS URBANOS - VERSÃO MODIFICADA(*)
ESPIRITO SANTO: 1940

HABITANTES (1.000)	CIDADES					DISTRITOS					TOTAL						
	No.	População	(%) Cid.	(%) Urb.	(%) Est.	População Média	No.	População	(%) Dis.	(%) Urb.	(%) Est.	População Média	No.	População Urbana	(%) Urb.	(%) Est.	População Média
> 50	1	57.448	45,5	36,6	7,7	57.448							1	57.448	36,6	7,7	57.448
20 - 50																	
10 - 20	1	18.812	14,9	12,0	2,5	18.812							1	18.812	12,0	2,5	18.812
5 - 10																	
2 - 5	8	28.292	22,4	18,0	3,8	3.537	1	2.200	7,2	1,4	0,3	2.200	9	30.492	19,4	4,1	3.388
1 - 2	11	15.048	11,9	9,6	2,0	1.368	4	5.637	18,3	3,6	0,8	1.409	15	20.685	13,2	2,8	1.379
< 1	10	6.650	5,3	4,2	0,9	665	89	22.921	74,5	14,6	3,1	258	99	29.571	18,8	3,9	299
TOTAL	31	126.250	100,0	80,4	16,8	4.073	94	30.758	100,0	19,6	4,1	327	125	157.008	100,0	20,9	1.256

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940

(*) Agrega as informações relativas aos distritos de Vila Velha, Argolas, Goiabeiras e Itaquari às do distrito de Vitória.

TABELA A.26
TAMANHO DOS NUCLEOS URBANOS
ESPIRITO SANTO: 1950

HABITANTES (1.000)	CIDADES						DISTRITOS						TOTAL				
	No. População	(%) Cid.	(%) Urb.	(%) Est.	População Média	No. População	(%) Dis.	(%) Urb.	(%) Est.	População Média	No. População	(%) Urbana	(%) Urb.	(%) Est.	População Média		
> 50																	
20 - 50	2	73.756	51,3	37,8	8,6	36.878					2	73.756	37,8	8,6	36.878		
10 - 20							1	10.857	21,2	5,6	1,3	10.857	1	10.857	5,6	1,3	10.857
5 - 10	3	21.311	14,8	10,9	2,5	7.104	1	6.547	12,8	3,4	0,8	6.547	4	27.858	14,3	3,2	6.985
2 - 5	9	28.828	20,0	14,8	3,3	3.203	1	2.079	4,1	1,1	0,2	2.079	10	30.907	15,9	3,6	3.091
1 - 2	9	12.729	8,9	6,5	1,5	1.414	4	8.016	11,8	3,1	0,7	1.504	13	18.745	9,6	2,2	1.442
< 1	10	7.203	5,0	3,7	0,8	720	87	25.609	50,1	13,1	3,0	294	97	32.812	16,8	3,8	338
TOTAL	33	143.827	100,0	73,8	16,7	4.358	94	51.108	100,0	26,2	5,9	544	127	194.935	100,0	22,6	1.535

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1950.

TABELA A.27
TAMANHO DOS NUCLEOS URBANOS - VERSAO MODIFICADA(*)
ESPIRITO SANTO: 1950

HABITANTES (1.000)	CIDADES						DISTRITOS						TOTAL				
	No. População	(%) Cid.	(%) Urb.	(%) Est.	População Média	No. População	(%) Dis.	(%) Urb.	(%) Est.	População Média	No. População	(%) Urbana	(%) Urb.	(%) Est.	População Média		
> 50	1	77.520	47,9	39,8	9,0	77.520					1	77.520	39,8	9,0	77.520		
20 - 50	1	24.021	14,8	12,3	2,8	24.021					1	24.021	12,3	2,8	24.021		
10 - 20																	
5 - 10	2	11.610	7,2	6,0	1,3	5.805					2	11.610	6,0	1,3	5.805		
2 - 5	9	28.828	17,8	14,8	3,3	3.203	1	2.079	6,3	1,1	0,2	2.079	10	30.907	15,9	3,6	3.091
1 - 2	9	12.729	7,9	6,5	1,5	1.414	4	8.016	18,2	3,1	0,7	1.504	13	18.745	9,6	2,2	1.442
< 1	10	7.203	4,4	3,7	0,8	720	86	24.929	75,5	12,8	2,9	290	96	32.132	16,5	3,7	335
TOTAL	32	161.911	100,0	83,1	18,8	5.060	91	33.024	100,0	16,9	3,8	363	123	194.935	100,0	22,6	1.585

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1950.

(*) Agrega as informações relativas aos distritos de Vila Velha, Argolas, Goiabeiras e Itaquari às do distrito de Vitória.